

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia**

.....

**ANGOLA:
uma política
externa em
contexto
de crise
(1975-1994)**

.....



**Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia com orientação do
Prof. Dr. Fernando Augusto
Albuquerque Mourão**

José Maria Nunes Pereira Conceição

São Paulo, dezembro, 1999

ex. 1
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS
Mendes-01
#327 2000

Dedico este trabalho:

Aos meus filhos, Kassul Buanga, Nahri, Samory Soundjata e Luena, às suas mães, Flomêna e Isabel, e aos netos Samori Anderson, Maiara e Raquel.

À nossa família, espalhada em três continentes, mas unida na proteção amorosa da Tia Rufina que, lá da outra margem do Atlântico Sul, nos lembra que somos os que já morreram, os que conosco vivem e os que ainda estão por nascer.

À Casa dos Estudantes do Império, associação dos estudantes africanos em Portugal, a velha "CEI", onde foram plantados muitos dos meus ideais. Eu os rego com idéias renovadas.

A Candido Mendes, por ter inventado o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e marcado com todas as conseqüências. É a Casa de todos nós, os que a construíram e os que a fazem frutificar, num caminho de mais de 25 anos.

A Fernando Mourão, veterano "Mestre da CEI", Amigo paciente e Orientador pertinaz, desde o Mestrado.

À Luena Nascimento Nunes Pereira e a Dorival Queiroz Rocha de Castro, companheiros de trabalho na minha biblioteca e arquivo e parceiros de todas as horas nesta Tese. À Juliana Johann, que também nos ajudou sempre que pôde.

À "velha" CEAA que
manten mais de 25 anos
vem-me ajudando, com os
Arquivos e coleções, a ser mais e
com praticidade, a nossa
Biblioteca, o Zé Maria

Agradecimento:

Angola, 2011

Aos camaradas de caminhada, alguns desde os anos 50, como Fidelis Cabral e Victor Montelro, que me guiaram, mais tarde junto com Vasco Cabral, José Araújo e Lilica Boal, no aprendizado do espírito do PAIGC; uma homenagem carinhosa à amizade paciente de Luís Cabral. A Lúcio e Ruth Lara, pelo exemplo de vida que me deram; aos kambas do peito Paulo Jorge, Pepetela e João Melo, pelo que me ensinaram tanto da vida quanto de Angola. A Carlos Lopes, que já era meu mestre guineense quando ele mal passava dos vinte anos. A Lela Rodrigues, meu presidente e orientador na CEI e a Manoel Faustino e Hélène, que, de Cabo Verde, vieram nos ajudar no CEAA. A Tomás Medeiros, são-tomense de cêpa, que me emprestou os primeiros livros africanos e me ensinou a bater ngoma. A Mendes de Carvalho e Roberto de Almeida pela generosidade que sempre me prodigalizaram. À Querida Conceição-Neto, que me ensinou a ver outras Angolas. Com saudade é preito de homenagem, aos meus Mais Velhos, que se foram mas sempre voltam para me orientar: Mário de Andrade e Aquino de Bragança. Saudade também de Quinel, Dilolwa e Loy, que se foram tão recente e tão cedo.

Angola, 2011

Aos Amigos-colegas do CEAA, que me ajudam a caminhar, perseguindo o que amo; aos veteranos Jacques D'Adesky e Victor Vockerodt, que alicerçaram a "velha" Casa; ao jeito carinhoso de Beluce e Célia Regina, com quem divido tantos sonhos para a Casa. A Marcelo, que me ajuda a aprumar a vida, desde quando ele era miúdo; a Edson, parceiro insubstituível desde os tempos do mestrado. A Zé Gonçalves, a Sango e à Ceiçã, que continuam dando o tempero de Angola ao CEAA. Um agradecimento especial a Severino, Juarez e Clóvis Brigagão, parceiros há tantos nesta aventura.

A Jarbas Miranda de Sant'Anna, Amigo conselheiro de todas as horas, a César de Souza, Luis de Almeida, Roberto Dias, Johnson Santos, Caetano Lacerda e Octacílio de Carvalho, com quem cultivo uma saborosa amizade baiana, desde os anos 80, sob o teto hospitaleiro da "Odebrecht".

À Maria Odete Ferreira, kãmba dya muxima, de quem recebi, nestes últimos quinze anos, uma ajuda feita de generosidade sem par. A Lourdes, também do nosso Centro de Estudos Africanos da USP, a minha gratidão.

A Osni Paiva, que nos últimos trinta anos tem feito da sua banca de revistas internacionais, uma extensão da minha biblioteca.

Aos veteranos do Movimento Negro, Amigos de sempre, que simbolizo aqui em Amaury Mendes Pereira, Carlos Alberto Medeiros, Yedo Ferreira, Paulo Roberto dos Santos, Helena Theodoro e Joel Rufino dos Santos.

À CAPES e à Faculdade Candido Mendes de Campos, pela bolsa de estudos e pelo apoio institucional; toda minha gratidão à Tânia.

À Wilma Zappelli de Oliveira, que nos últimos quinze anos, vem digitando, corrigindo e melhorando o que consigo escrever.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	VII
INTRODUÇÃO	1
I. INDEPENDÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO DA CRISE.....	13
1.1 A Derrubada do Regime Português e a Fase de Transição/Descolonização (1974-75).....	13
1.2 A Internacionalização da Crise.....	14
1.3 Os Principais Atores Internacionais e suas Relações com Angola, entre 1960 e 1976	21
1.3.1 Os Estados Unidos	21
1.3.2 A União Soviética	27
1.3.3 Cuba	33
1.3.3.1 As contingências das relações Cuba x URSS...35	
1.3.3.2 A ajuda cubana à libertação africana	36
1.3.3.3 A intervenção cubana em Angola: 1975-76.39	
1.3.4 A África do Sul.....	42
1.3.4.1 O Impacto da descolonização portuguesa na África Austral.....	42
1.3.4.2 As razões da invasão de Angola	44
1.3.4.3 O fracasso da Invasão; a ambigüidade americana	46
II A CRISE ANGOLANA E A MUDANÇA DE CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA ÁFRICA AUSTRAL.....	49
2.1 África Austral: Região-Chave do Continente	50
2.2 Unidade, Diversidade e Visão "Alargada" da África Austral	54
2.3 Conflitos e Negociações na Região (1975-1988)	56
III A IMPORTÂNCIA DE ANGOLA NO CONTINENTE.....	59
3.1 Angola: Um Perfil Econômico — Do Final do Colonialismo ao Impacto da Crise	59

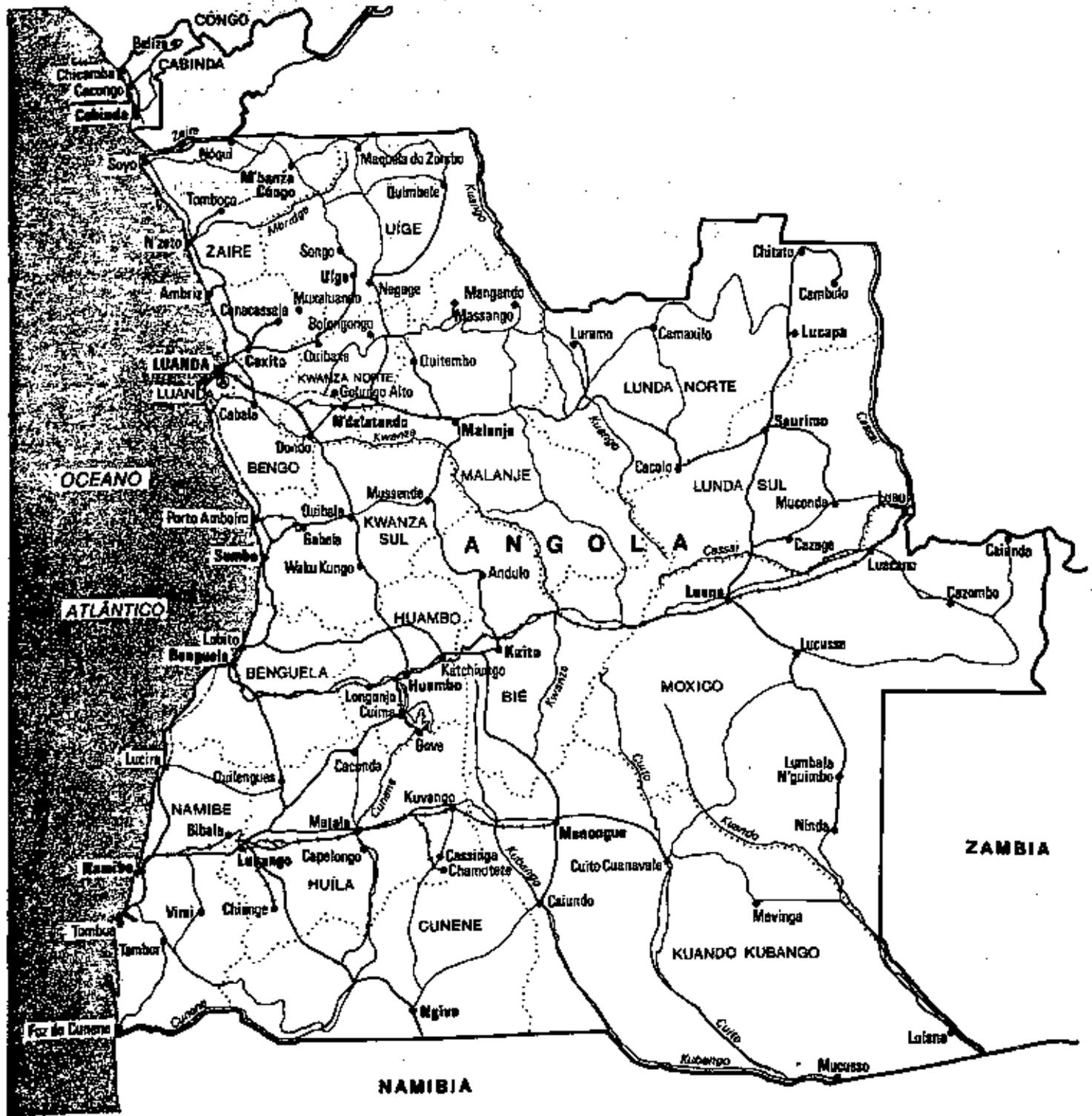
3.2	O Império Português — A Especificidade de Angola; A Diversidade no Tempo e no Espaço.....	65
3.3	As Mudanças Introduzidas pelo Poder Colonial como Resposta à Guerra de Independência.....	72
3.4	MPLA: Origens, Bases Sociais, Ideologia e Trajeto Político — Um Quadro Geral	83
3.4.1	MPLA: da criação à independência.....	93
3.4.1.2	MPLA: Política externa — ditada, mais pela necessidade do que pela liberdade	107
3.4.1.3	O MPLA e o estatuto dos movimentos de libertação nas Nações Unidas.....	114
IV	O GOVERNO NETO: A DEFESA DA SOBERANIA E A QUESTÃO DO PARADOXO	116
4.1	Introdução.....	116
4.2	Política Externa: Algumas Questões Metodológicas.....	121
4.3	As Bases da Política Externa Angolana.....	132
4.4	As Bases da Economia Estatizada Angolana e os Primeiros Efeitos do Paradoxo	137
4.5	A Tentativa de Neto de Abertura para o Ocidente	145
V.	GOVERNO J.E. DOS SANTOS (1979-1985): A AGUDIZAÇÃO DO PARADOXO	151
5.1	O MPLA-PT e a Indicação de J.E. dos Santos	151
5.2	As Crises	154
5.2.1	A crise militar. As relações com os Estados Unidos e a África do Sul — o apoio deles à UNITA.....	164
5.2.1.1	A situação na África do Sul; conflitos & negociações com Angola; a intermediação americana	167

5.2.1.2	O 2º Congresso (1985): manutenção das palavras-chaves, ambigüidade no discurso e mudanças na prática	170
VI.	A SOLUÇÃO DO PARADOXO: ECONOMIA DE MERCADO E MULTIPARTIDARISMO	173
6.1	As Reformas Econômicas	173
6.2	Os Processos de Negociação dos Conflitos Externos e Internos (1986-1991).....	179
6.3	As Reformas Políticas.....	193
VII.	AS ELEIÇÕES DE 1992, O RETORNO À GUERRA E OS ACORDOS DE LUSACA (1994).....	197
7.1	Introdução.....	197
7.2	As Eleições	199
7.3	Conflitos & Negociações.....	203
	CONCLUSÃO	207
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	218

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 —	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE ANGOLA (%)	143
QUADRO 2 —	ALTERAÇÃO NO PREÇO E NA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (1980 = 100)	160
QUADRO 3 —	REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO EXTERNO DE ANGOLA	164

ANGOLA



INTRODUÇÃO

O objeto desta tese é a política externa angolana e a sua análise será feita dentro dos parâmetros das Relações Internacionais. Ela terá como pano de fundo o quase permanente contexto de crise em que viveu Angola, com conflitos armados intra e inter-estatais, alcançando a abrangência da internacionalização que trouxe Angola para a boca da cena internacional. O foco principal da tese, seu objetivo maior a alcançar, é o fenómeno de mudança que a sociedade angolana e a sua política externa sofreram durante o período a estudar e que chamaremos adiante de "resolução do paradoxo angolano".

O período compreendido se inicia com a conquista da soberania do país, através da proclamação da independência, em 11 de Novembro de 1975, face ao poder colonial português, e se encerra com a realização dos Acordos de Lusaca (Zâmbia), em 20 de novembro de 1994 que, em "termos pressupostos"¹, puseram fim a uma guerra civil de quase duas décadas entre o governo do MPLA e o movimento rebelde UNITA.

A justificativa desse evento como término da pesquisa é a de que, considerou-se na época que, só então, se completara, num sentido mais amplo, o complexo e conflituoso processo de descolonização de Angola, malgrado a anterior realização de eleições gerais no país, em setembro de 1992, com a vitória do MPLA em níveis presidenciais e legislativos. As eleições foram reconhecidas pelos observadores das Nações Unidas como "livres e justas", mas rejeitadas pela UNITA, que recomeçou ações armadas que se estenderam por quase todo o país.

No entanto, torna-se necessário recuar a pesquisa a um período bem anterior à independência e iniciá-la no momento de criação dos

1 A expressão "em termos pressupostos" pode não ser feliz mas é necessária porque os Acordos ainda não se concretizaram completamente (24 de Janeiro de 1999, quando escrevo este texto). Houve em todo este período violações acompanhadas de conquistas territoriais por parte da UNITA, que não chegou a cumprir o básico dos Acordos.

movimentos nacionalistas angolanos, em especial o MPLA, futuro governo, e a FNLA, seu rival inicial. Isto, porque as ações e alianças desenvolvidas por esses movimentos estão na raiz de grande parte da futura política externa angolana, bem como das razões dos referidos conflitos e crises. Esse recuo da pesquisa irá até as décadas de 1950/60, momento da criação desses movimentos.

Contudo, como já aludimos, o objetivo principal da tese, seu foco e principal problema é o de analisar o desenvolvimento e as causas da resolução do que denominamos de *paradoxo angolano*². Angola viveu, durante cerca de década e meia, um paradoxo que pode ser resumido, para uma rápida apreensão, da seguinte forma: a sua economia dependeu, desde o tempo colonial, sobretudo o mais recente, do Ocidente, tanto em termos de mercado quanto de investimentos e tecnologia; seu principal produto, o petróleo (nunca inferior a 80% na aquisição de divisas no período pós-independência — atualmente mais de 97%) tinha, e tem, nos Estados Unidos, o seu maior comprador e investidor, através de petrolíferas americanas como a Chevron, Texaco e outras, incluindo européias.

Em contraste com esta realidade, o modelo de Estado e partido único escolhido pouco depois da independência (1977) foi o marxista-leninista. Mais paradoxal ainda: a aliança político-militar que Angola estabeleceu então (herança quase inexorável do período de luta armada pela independência) foi com o bloco socialista, mais especificamente, com a União Soviética e Cuba.

A solução desse paradoxo foi finalmente favorável ao modelo Ocidental, através de integração crescente e institucional de Angola à economia de mercado, aos organismos internacionais que regem esta economia. Do ponto de vista político-militar, houve afastamento das alianças com o bloco socialista, bem como a adoção da democracia pluripartidária,

2 Já tinha problematizado este tema, por sugestão do meu Orientador, Prof. Dr. Fernando Mourão, quando encontrei em GUNN (1987, 181), a feliz expressão de paradoxo angolano. Ele desenvolveu especificamente este tema, embora outros autores, a citar no devido tempo, se refiram a esta problemática também. Segundo o *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia* de André Lalande (São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996, p. 789): "Paradoxo o que é contrário à opinião geralmente admitida, à previsão ou à verosimilhança".

tendo o MPLA rejeitado o marxismo-leninismo e se inclinado para o que designou como socialismo democrático, próximo das sociais-democracias européias. Estas transformações culminaram no início dos anos 90; embora começassem a se desenvolver antes, com bastantes peripécias³.

Retornando ao *paradoxo angolano*, é necessário analisar nele uma outra faceta, de caráter econômico e âmbito doméstico. Qual seja: o fato da opção marxista, feita pelo inicial grupo hegemônico do MPLA, ter-se traduzido em medidas de política econômica estatizante e centralizadora que se mostraram incompatíveis com as estruturas das principais bases econômicas do país.

Este paradoxo doméstico, agravante da dicotomia mais ampla já citada, não ficou claramente evidente no período inicial pós-independência, até porque os principais produtos do país — petróleo e diamantes — ficaram fora, em boa medida, do espartilho estatizante e centralizador do governo do MPLA (GUNN: 1987, 185).

É nossa intenção analisar, bem mais adiante, esses fatos; vale contudo obtemperar que, à época da decretação dessas medidas estatizantes, parecia não ser viável uma opção diversa, pois a fuga de 340 mil colonos havia deixado abandonadas largas centenas de fazendas e empresas, etc.

O Estado acabou sendo proprietário de 80% das indústrias. Em 1979, 71% da produção de todas as empresas estavam estatizados e 8% provinham de *joint-ventures* com o Estado (GUNN: 1987, 187; WOLFERS: 1983, 133)⁴.

3 O presidente angolano José Eduardo dos Santos, numa longa entrevista — que merecerá outras menções — ao semanário português Expresso, de 18 de Julho de 1992, afirma — como o fizera, em parte, em declarações anteriores — ter havido, desde a primeira metade da década de 80, um projeto de mudanças no sentido de integração à economia de mercado, do abandono do marxismo e da adoção da democracia pluripartidária. O projeto previa, primeiro, mudanças econômicas e, só depois as políticas. Ele enfatiza as causas internas dessas mudanças embora releve bastante a guerra e os fatores externos como a Guerra Fria.

4 É de admitir, mesmo que brevemente, mais um paradoxo no tabuleiro político-econômico de Angola: é, permita-se a expressão, o paradoxo americano. Em síntese: enquanto o governo de Washington não reconhecia o regime do MPLA e o hostilizava a pretexto da presença militar

Examinando o *paradoxo angolano* pelo lado da aliança militar com o bloco socialista, somos levados a admitir que, no contexto de Guerra Fria, e dado o apoio americano desde 1962 à FNLA e a Portugal, essa aliança permitiu ao Governo de Luanda defender a sua soberania, defrontando militarmente a maior potência do continente, a África do Sul, e seu aliado, a UNITA. Por sua vez, esta já tinha o apoio norte-americano, através de *cover actions* deste 1976, passando a obtê-lo em termos militares, oficialmente, a partir de 1986.

A existência da Guerra Fria no continente africano possibilitava, naquela época, que forças políticas (governos ou movimentos político-militares) conseguissem estabelecer alianças e obter apoios entre as grandes potências que, por sua vez, estavam empenhadas em criar ou ampliar suas esferas de influências no continente, em detrimento de suas rivais. Rufin não foi o primeiro a advertir-nos disso, mas a sua análise tem uma síntese muito elucidativa: "Sim, as grandes potências se enfrentaram no Terceiro Mundo à base de estratégias mundiais complexas. Contudo, os conflitos locais não foram instrumentos passivos. Ao contrário, os atores do Sul souberam tirar proveito do envolvimento das grandes potências e utilizá-los para os seus próprios fins, delas adotando a tecnologia. Na África, por exemplo, as forças rivais utilizaram à perfeição a sua pretensa dependência", por outras palavras: o seu poder de barganha (RUFIN: 1991, 108)⁵.

cubana em território angolano, a petrolífera americana Gulf Oil (Chevron, a partir de 1984) era responsável pela mais volumosa receita de Angola e tinha as suas instalações, em Cabinda, salvaguardadas de sabotagens pelas tropas cubanas. Como dizia o Representante da Administração Carter nas Nações Unidas, Andrew Young, "Se em Angola tem um governo marxista e que seu principal parceiro são os EUA, então isso não me inquieta absolutamente nada" (COHEN: 1977, 67-70).

5 J.F. Bayart, em *L'Etat en Afrique. La politique du ventre*. Paris: Fayard, 1990, já nos advertia sobre o protagonismo africano nas suas interessadas alianças com as potências mundiais, desfazendo o mito de que os conflitos na África tinham como causa primeira a competição Leste-Oeste. Rufin também discorda da ideia de que o defrontamento entre as superpotências seja a principal causa da desordem na África, fazendo degenerar querelas locais em conflitos sangrentos e duradouros. Ele considera, a nosso ver acertadamente, que a rivalidade Leste-Oeste funcionava também como um fator de contenção, de fixação de "limites" que cada potência impunha ao seu aliado (RUFIN: 1991, 109). Alguns informantes militares angolanos me advertiram que a URSS praticava isso em Angola, isto é, contendo o ímpeto militar de

Adiantemos, de passagem, que o envolvimento de Angola com a Guerra Fria se iniciou — sem, é evidente, a intensidade tomada a partir de 1975 — com o desencadeamento da luta anti-colonial, especificamente quando o nacionalismo angolano, por intransigência do poder colonial-fascista português⁶, teve que assumir, a partir de 1961, a via armada.

Esse envolvimento teve como origem mais imediata a divisão do nacionalismo angolano, a ser analisada adiante, quando as duas primeiras forças de então — a FNLA e o MPLA — enveredaram por uma luta fratricida que, entre outras conseqüências, redundou na busca, por cada um deles, de aliados entre as potências mundiais e, em subseqüência, no aprofundamento cada vez maior das relações com essas potências. Contudo, como veremos adiante, esta postura de alianças não tornou a Guerra Fria o motor de divisão do nacionalismo nem da guerra que se seguiu. Mas não há dúvida de que os meios militares e políticos disponíveis deram a essa guerra uma dimensão ampla e trágica que de outra forma não teria.

Veremos, adiante, que as causas profundas dessa divisão fratricida são de ordem histórica e política e estão também localizadas nos fenômenos desencadeados pelo desenvolvimento regional/étnico desigual produzidos pelo colonialismo — e até antes dele — e que produziram experiências, percepções, escolhas diferenciadas, freqüentemente polarizadas nas opções políticas das elites desses movimentos nacionalistas, portadores, como dizia Mário Antônio Fernandes de Oliveira, de mundivivências diferentes que, produziram mundividências marcadamente diversas (OLIVEIRA: 1990, 227).

Esta Introdução, que serve como panorama das intenções e análises da tese, desenvolvidas nos seus diversos capítulos, enfatiza, agora,

Luanda e, por vezes, dos seus aliados cubanos, quando isso ameaçava por demais a África do Sul e a UNITA e, por tabela, punha em risco demasiado a política de détente dos Estados Unidos com a União Soviética. Recordo-me em especial da contrariedade cubana face a "contenção" soviética, nas tentativas de avanço sobre a base principal da UNITA, a Jamba.

6 A característica fascista do regime salazarista é questionável, sendo embora muito utilizada na literatura sobre o colonialismo português. Ver PINTO: 1992, 93 e LEONARD: 1998, 13-16.

que a política externa angolana foi, no período em estudo, formulada e executada em permanente contexto de crise⁷.

Esta foi, em quase todo esse decurso, expressa em situações de intensas e prolongadas ações armadas de natureza vária: desde as originadas por invasões e intervenções estrangeiras, até aquelas ligadas à permanência, por quase vinte anos, de uma guerra civil municida, entre outras, pelas duas grandes potências. Estados Unidos e União Soviética.

Essa dupla participação, no quadro da Guerra Fria, em pleno continente africano, é uma das razões da relevância do tema e da importância do seu estudo, especialmente para o Brasil. Aqui, ainda rareiam os estudos produzidos sobre a Angola contemporânea (todavia existem teses sobre as relações Brasil-Angola), embora esse país seja duplamente importante para o Brasil. É uma das nossas matrizes histórico-culturais, partilhamos a mesma língua e constituí, do ponto de vista econômico, entre outros, um parceiro estratégico⁸.

7 I. William Zartman, no seu conceituado, *La résolution des conflits en Afrique*, diferencia crise de conflito. Este, "se refere ao litígio subjacente aos defrontamentos entre os interessados, e crise significa a passagem ativa das hostilidades armadas". Por outras palavras: a crise se aplica aos litígios prolongados, como a guerrilha do Saara ou a de Ogaden, à qual sucede uma guerra convencional, bem como a breves explosões como as invasões do Shaba. "Aplica-se perfeitamente ao caso angolano, no meu entender, embora freqüentemente eu use crise em sentido mais 'estrutural', do que conflito e este, num sentido mais conjuntural, de ação armada específica, no contexto de crise, isto é, onde as ações armadas não são permanentes mas praticamente constantes" (1900, 12). Zartman tem também uma lúcida compreensão dos conflitos na África, Pergunta ele: "Quais as causas dos conflitos africanos atuais? O que é que os transforma em crises? Por que a África é um continente dominado pelas crises, um continente onde situações conflituais, perfeitamente banais, em vez de ficarem restritas ao domínio político passam tão rapidamente à violência (...)? A resposta é que os conflitos africanos atuais decorrem do caráter inacabado, ainda em via de desenvolvimento, dos Estados africanos, tanto no plano internacional quanto no âmbito doméstico" (1900, 15).

8 A parceria estratégica com Angola é algo mais projetado do que já realizado. A guerra, e a crise econômica nos dois países é em grande parte a razão disso. Embora o Brasil não tenha ainda em Angola investimentos suficientemente expressivos — a maior parte dos negócios é por prestação de serviços — o volume global dos negócios do Brasil com Angola tem a minha precária estimativa de mais de dois bilhões de dólares, com destaque para a Organização Odebrecht (Construtura Odebrecht e associados), que envolve o término da hidroelétrica de Capanda (o maior projeto em execução no país), as joint-ventures de Luzamba e Catoca, na

Envolvendo a análise de uma política externa, o estudo será feito dentro dos parâmetros das Relações Internacionais que balizarão grande parte do marco teórico a ser referenciado.

Embora a resolução do *paradoxo angolano* tenha tido, como elementos fundamentais de opção, fatores de ordem doméstica, o seu processo de decisão foi, em grande parte, articulado com o exterior. Assim sendo, este processo é objeto da política externa angolana. Isto vale tanto para a integração de Angola na economia de mercado — com as suas adesões a organismos internacionais — quanto no que se refere a grande parte da esfera política como, por exemplo, o abandono da aliança militar com o bloco socialista e seus reflexos — ou melhor, suas relações — com as mudanças operadas no formato e substância do modelo de Estado e partido.

Assim sendo, a política externa de Angola — com seus centros de formulação, pressão, decisão e implementação — será o ponto natural de observação e análise das mudanças atrás citadas e das razões que as moveram.

Quanto ao *contexto de crise* ele será uma espécie de "pano de fundo" pertencendo ao palco onde atuará uma multiplicidade de atores domésticos, regionais e globais, movidos por variados e imbricados fatores que serão analisados em capítulos posteriores.

Esse contexto de crise, freqüentemente ainda mais agudizado por pressões políticas e econômicas, foi quase sempre traduzido em conflitos armados de diversos tipos. Isso influenciou substancialmente o modo e o ritmo de como evoluiu a resolução do *paradoxo*. As vezes o acelerando, outras vezes atrasando-o, como já vimos na citada declaração do presidente José Eduardo dos Santos ao *Expresso*.

O Capítulo I tratará do que a historiografia oficial denomina de "2ª Guerra de Libertação". Isto é, dos eventos que cercaram a proclamação da

exploração de diamantes, a urbanização de Luanda Sul, etc. Fumas e Braspetro (petróleo e gás) estão também presentes. A participação do Exército Brasileiro nas missões de paz das Nações Unidas é também indicativo do que afirmo sobre o tipo de parceria do Brasil com Angola, embora o nível das trocas comerciais esteja bem longe do volume que foi atingido nos anos 80.

independência, em 11 de Novembro de 1975, num período que vai da Revolução dos Cravos, em Portugal, em 25 de Abril de 1974, que derrubou o governo colonialista de Marcelo Caetano e abriu caminho para uma tumultuada descolonização, até a retirada das tropas invasoras sul-africanas, em 27 de março de 1976. O seu título "Independência e internacionalização da crise" é uma síntese do ocorrido no período. O que aconteceu durante ele deu, de imediato, uma importância inegável, em níveis continental e mundial, à crise angolana, conforme explanaremos.

Antes de prosseguir, esclareço que os capítulos I, II e III, constituem o que poderíamos chamar de uma *primeira parte da tese*, e que, com o capítulo IV que, grosso modo, corresponde ao governo Agostinho Neto, iniciáremos a segunda parte, fortemente dedicada ao nosso problema central: o *paradoxo angolano* — seu aparente reforço inicial com as estatizações e extrema centralização da economia, sua crise, a nível doméstico e internacional e, finalmente, as causas e o *modus faciendi* da sua resolução, já na década de 1990, embora com medidas iniciais tomadas anteriormente.

A chamada parte inicial da tese, um *background* de Angola que iremos aprofundar depois, parece-nos indispensável. Esses capítulos têm a função de nos possibilitar algumas análises setoriais, ainda que introdutórias, de acontecimentos que "produziram" o *paradoxo*, bem como das realidades históricas mais marcantes de um país que, "mais do que qualquer outro na África, nasceu nas mais dramáticas condições" (CROCKER: 1992, 44).

Assim o Capítulo I terá como destaque a internacionalização da crise angolana, com os seus variados e inter cruzados conflitos armados, e um estudo preliminar da atuação dos principais atores internacionais, no período compreendido entre a década de 1960 e 1976. Terão destaque: os Estados Unidos, a União Soviética, Cuba e África do Sul, com breves menções a alguns outros atores. Certas potências, além de outros atores internacionais — a França, por exemplo — tiveram uma ação mais destacada em períodos posteriores ao que estamos estudando. Serão abordados, portanto, em capítulos subseqüentes.

É importante não esquecer de mencionar que a internacionalização do conflito começa, em termos mais diretos, no capítulo referido, mas não

termina com o fim da "2ª Guerra de Libertação", com a retirada forçada das tropas sul-africanas, a derrocada da FNLA e do exército zairense, para não mencionar o recuo da UNITA para o interior das matas do Sudeste.

A internalização do conflito tem uma substantiva diminuição com os Acordos de Nova York, em dezembro de 1998, que redundam na retirada cubana de Angola, na desocupação sul-africana de parcela do território angolano no extremo-sul e nas negociações que culminam com a independência da Namíbia, em 1990. Persiste, no entanto, com o apoio oficial militar dos norte-americanos à ação rebelde da UNITA e com a contrapartida soviética. Esse apoio só vai cessar com o Acordo de Bicesse (Portugal), entre o governo do MPLA e a UNITA, em 31 de maio de 1991. Não que esta data, precursora das eleições de 1992, seja o fim definitivo da internacionalização da crise, mas é um importante ponto de referência.

O Capítulo II trata da África Austral, região-chave do continente e onde se situa Angola — embora a sua vertente voltada para a África Central esteja, nos dias de hoje, bastante valorizada pelas mudanças políticas ocorridas em toda a área, a partir do Chifre da África e, especialmente, na região dos Lagos.

Embora curto, o capítulo pretende dar conta da importância da região, enfatizando não só a sua posição geo-estratégica, diminuída no pós-Guerra Fria, mas sobretudo a história da sua integração — caso único no continente — e das suas potencialidades, que vão desde o enorme acesso a riquezas minerais, ainda indispensáveis ao Ocidente, embora em grau menor, até a diversidade/unidade da sua composição populacional, das mais bem preparadas tecnologicamente do continente, apesar e por causa do *apartheid* e por ser a África do Sul, motor da região, o pólo mais desenvolvido do capitalismo no continente.

A região terá um tratamento de época, isto é, ela será estudada na sua realidade dos anos 60 e 70 e serão analisadas as conseqüências criadas para ela pelas mudanças operadas e a promover após as independências de Angola e Moçambique, lideradas por governos socializantes e ligados ao Leste Europeu.

O Capítulo III pretende nos apresentar Angola, num brevíssimo perfil, quer histórico, quer na sua realidade econômica e social do início dos anos 70, quando apresentou valores de produção mineral, agrícola e pesqueira irrepetíveis até hoje, com exceção do petróleo. É uma demonstração da capacidade econômica do país, não em simples projeção, mas em valores já realizados, embora em condições que não poderão ser repetidas historicamente, mas sim renovadas por outros fatores que estão ao alcance do país vir a mobilizá-los. Nessa época, Angola apresentava altos índices de crescimento econômico — embora partindo para isso de patamares modestos — que a colocavam como um dos países de melhor desempenho na parte subsaariana do continente. Embutido nesse desempenho estão os custos sociais pagos pela população negra, mas também serão assinalados os ganhos obtidos por setores urbanos africanos, a chamada pequena burguesia, e as mudanças, pouco percebidas por muitos analistas, do camponês e do pequeno comerciante do interior.

Essa Angola só poderá ser compreendida se formos capazes de eliminar o mito dos "500 anos de colonialismo", e se compreendermos que a colonização portuguesa foi sempre diferente segundo o espaço e o tempo, isto é, diferente entre Moçambique e Cabo Verde, por exemplo, ou entre uma Angola da segunda metade do século XIX e uma "outra" Angola do pós-anos 40 — anos 50, principalmente — com o surto do café e o auge do seu preço e a fixação de brancos numa taxa de crescimento jamais vista na África. Não há "um colonialismo português", essencialista, "freyriano", há vários colonialismos exercidos por Portugal. Essas especificidades, espero, serão o que de mais relevante poderá ter essa segunda parte desse capítulo.

A parte final dele, será dedicada à formação dos movimentos nacionalistas: UPA/FNLA, MPLA e UNITA. É um nacionalismo de exílio, tardio e "ilhado" no contexto do continente. Uma das razões básicas disso está no tipo de colonialismo implantado por Salazar, onde até a metrópole é submetida a uma ditadura onde a ferocidade se apresenta menor que o extremo controle autoritário do regime. Isso terá conseqüências indeléveis na formação e divisão do nacionalismo angolano, uma "marca" do país em relação às demais colônias portuguesas, onde sempre uma frente ou um partido conseguiu,

desde cedo, tornar-se hegemônico. Uma pequena nota: os historiadores angolanos não são pródigos, especialmente os mais jovens, em relacionar o que se passava entre o nascente nacionalismo angolano e os demais movimentos políticos em plena efervescência no continente. Procuraremos sanar um pouco essa lacuna, bem como procurar no passado, no desenvolvimento desigual regional/étnico, muitas das razões do divisionismo de hoje. Parte pequena desse esforço já foi feita no nosso texto "Angola; identidade nacional e africanidade" (1998).

O Capítulo IV será dedicado ao Governo Neto, com a consolidação da soberania e a "formatação do *paradoxo angolano*. Uso o termo formatação para distingui-lo de formação, pois penso que esta é, na parte econômica, já anterior ao referido governo. Com a palavra formatação eu pretendo significar a montagem do binômio economia-político/militar do *paradoxo* e a sua tensa articulação.

É neste capítulo que analisaremos o grosso do referencial teórico de que necessitamos. É nele que vamos analisar os fundamentos de política externa, a sua especificidade de formulação e decisão num país de partido único de tipo leninista, etc.

Aqui também serão analisadas as bases econômicas do *paradoxo* (as estatizações, a questão do petróleo e dos diamantes, etc.), bem como a evolução política, quer as alianças político-militares (URSS, Cuba) quer as questões políticas internas, as mudanças no seio do MPLA, da sua passagem a Partido do Trabalho, assumidamente marxista-leninista, e as conseqüências daí advindas, entre elas a trágica dissidência que redundou na tentativa de golpe de 27 de Maio de 1977.

Enfatizo que, embora reconhecendo a extrema importância, talvez mesmo a primazia dos fatores externos — Guerra Fria, questões econômicas internacionais, como a queda do preço do petróleo, a partir de 1985/86, minha preocupação maior, meu "problema dentro do problema" é o estudo das causas endógenas que levaram o *paradoxo* a ser resolvido em favor da economia de mercado e da aliança com o Ocidente, bem como o jogo de forças internas, melhor dizendo, o acompanhamento *pari passu* das mudanças de correlações de forças internas — que contribuiram para a solução adotada.

Os Capítulos V e VI cobrem o período do governo José Eduardo dos Santos — final de 1979 até 1994 (Acordos de Lusaca). O primeiro tratará, sobretudo, da crise em ascensão do *paradoxo*, e vai até 1985. O segundo será dedicado à sua resolução, bem como aos fenômenos da guerra civil e das ações bélicas da África do Sul — complementadas e, depois, até superadas, pelo apoio norte-americano à UNITA. Entram aí, naturalmente, todas as mudanças institucionais de ordem econômica e política, as eleições, e a reversão das expectativas de uma IIª República, que deveria nascer após elas.

Fecha a tese, naturalmente, um pequeno feixe de conclusões. Quanto à revisão bibliográfica, ela será feita no decorrer dos capítulos.

I. INDEPENDÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO DA CRISE

1.1 A Derrubada do Regime Português e a Fase de Transição/Descolonização (1974-75)

A derrubada do regime de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar, provocada pelo golpe desferido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) portuguesas, em 25 de abril de 1974, conhecido como a "Revolução dos Cravos", encontrou o movimento nacionalista angolano dividido e enfraquecido.

A divisão desse nacionalismo é uma marca diferencial de Angola no quadro das outras colônias portuguesas da África onde, por razões diferenciadas, a luta nacionalista foi pelo menos hegemônica por um só movimento de libertação. As razões históricas dessa divisão e do seu enfraquecimento na conjuntura acima referida serão abordadas mais adiante.

Interessa aqui somente assinalar, de passagem, que os três movimentos nacionalistas angolanos — FNLA, MPLA e UNITA — passavam por crises internas, dissidências ou até, como era o caso da UNITA, tivera um período de conluio com as tropas coloniais portuguesas (CAETANO: 1974, 180, e outras fontes adiante citadas).

O novo poder em Lisboa assinou, durante a segunda metade do ano de 1974, acordos separados de cessar-fogo com os três movimentos e, após negociações entre eles, incluindo a reunião preparatória de Mombaça (Quênia), em 5 de janeiro de 1975, com os três movimentos. Estes assinaram com o governo português, o Acordo de Alvor (Algarve, Portugal), em 15 do mesmo mês de janeiro.

Só os três movimentos, reconhecidos pela Organização de Unidade Africana — OUA — tiveram assento na mesa de negociações. Movimentos separatistas, como a Frente de Libertação de Cabinda — FLEC (por ferir a integridade nacional), dissidências dos referidos movimentos ou outras formações políticas criadas após o "25 de abril", não foram aceitos nas negociações. Eles haviam sido, anteriormente, convidados a associar-se aos três referidos movimentos.

Muito sucintamente, para o objetivo aqui em vista, basta referir que o Acordo previa um governo de transição até à independência, marcada então para 11 de novembro desse ano, composto pelos três movimentos e por representantes do Estado português. Este também indicaria um Alto Comissário que era o Representante oficial do Governo de Lisboa e garante o cumprimento do Acordo. Nele, estavam previstas eleições gerais até novembro (AKPAN: 1989, 47-51).

O governo de transição e unidade não consegue prevalecer após julho de 1975. Os três movimentos aumentam o contingente limite de oito mil militares para cada um, guerreiam entre si e colocam Portugal sem condições suficientes para impor o previsto no Acordo, enquanto em Lisboa, flutuações da política interna portuguesa, impedem uma solução de outro tipo.

O MPLA vence a "batalha de Luanda", em julho de 1975, e passa a ser o único movimento no governo, controlando militarmente doze das então 16 províncias do país.

Na véspera da independência, o Alto Comissário e demais membros portugueses da governação e do exército se retiram do país, entregando o poder de soberania "nas mãos do povo angolano". O MPLA proclama então a independência, em Luanda, sob a chefia de Agostinho Neto, no meio de conflitos armados generalizados, com duas invasões estrangeiras (África do Sul e Zaire) e intervenção cubana. A independência nasceu assim, no interior de uma crise internacionalizada, como veremos a seguir.

1.2 A Internacionalização da Crise

O ex-subsecretário de Estado norte-americano para a África, de 1981 a 1989, Chester Crocker, considera que "Angola trouxe a África para a cena principal da política mundial". Para ele, as guerras na África Austral, de 1961 a 1988, representaram "o capítulo final do drama mundial que acabou com os impérios marítimos europeus", enfim, foi o final definitivo da descolonização" (CROCKER: 1992, 43).

Essa visão da importância da crise angolana, com a sua internacionalização, foi partilhada por vários analistas. Para o historiador

norte-americano Immanuel Wallerstein, Angola tornou-se o ponto focal do conflito mundial dos anos 70, como o Vietnã havia sido nos anos 60. "As conseqüências desse conflito atingiram não somente a vizinhança mais próxima, mas as lutas políticas em qualquer parte do mundo".

Para outros autores, ela também representou uma virada nas relações entre as grandes potências e a África. A internacionalização dessa crise constituiu uma linha de ruptura nos conflitos africanos até então submetidos à arbitragem do Ocidente, sobretudo da Europa (LAÏDI: 1986, 97; MASTIRI: 1980, 10-11). Para o analista político sul-africano, Colin Legun, "a crise angolana inaugurou um capítulo nas relações internacionais" (LEGUN: 1976, 39).

O caso angolano, mais do que o conflito no Oriente Médio, reacendido com a guerra do Yom Kippur (1973), mudou o tom das relações Leste-Oeste, pondo em jogo uma fase de *détente* que durava desde a crise dos mísseis, em Cuba, em 1962. No desenvolvimento da crise, Angola "parece ter sido a primeira aplicação, no hemisfério Ocidental, da Doutrina Brejnev" (CROCKER: 1992, 51)⁹. Essa doutrina terá a sua resposta, em Angola, com a aplicação plena da Doutrina Reagan, que dará apoio militar direto e formal à UNITA, a partir de 1986, como veremos adiante.

É portanto, fato indubitável que a independência de Angola, em contexto de crise internacionalizada, marcou a entrada da África como campo de ação direta da Guerra Fria. Contudo, é fundamental que se explique que a crise angolana tem suas origens na divisão do nacionalismo angolano — tardio e "ilhado" no continente africano e no Ocidente — e que só uma perspectiva histórica da sociedade angolana e da sua relação *diferenciada* no tempo com o colonialismo português permite elucidar (LAÏDI: 1986, 97; PEREIRA: 1988, 151-155).

9 Em termos sucintos, a doutrina Brejnev presume o direito unilateral da URSS de intervir não só na área de sua influência direta do Leste Europeu, como também em qualquer lugar do mundo onde forças progressistas solicitem o seu apoio e concordem com a sua política externa. Numa frase, eloqüente pela síntese, um embaixador soviético no Chile, esclareceu: "Não permitiremos um novo Chile [queda de Allende]. O que pegarmos, manteremos" (VANNEMANN:

Esta referência está diretamente ligada às necessidades de revisão bibliográfica com que nos deparamos nos nossos estudos. Ao acarretar a entrada direta do continente africano no palco da Guerra Fria, o processo de independência de Angola passou a ser analisado com uma superestimação dos fatores externos desse processo, em detrimento dos componentes endógenos. Estes, por sua vez, ainda são freqüentemente avaliados com demasiada tônica nas raízes "tribais" que teriam marcado o nascimento e a atuação dos três movimentos de libertação.

Embora as análises com maior enfoque étnico sejam quase sempre cruzadas com os matizes ideológicos que cada um dos três movimentos apresentava e com suas respectivas alianças políticas domésticas e, sobretudo, internacionais, essas análises ainda me parecem insuficientes. Não creio que levem, na devida consideração, o fato das elites representativas desses movimentos expressarem diferentes visões do mundo que representam universos sociais e culturais distintos, resultantes, em grande parte, de um trajeto histórico muito peculiar de Angola, diferenciado no tempo e no espaço, constituído por uma específica interação afro-européia desencadeada desde a penetração portuguesa, que se inicia na região a partir do final do século XV.

Abusando um pouco mais na intromissão de uma análise bibliográfica um pouco deslocada neste capítulo, atentaria para o comentário de Gerald Bender, um dos mais influentes especialistas norte-americanos sobre Angola. Segundo ele: "o conflito angolano resultou numa pletora de publicações e fatos tão contraditórios que é difícil acreditar que todos eles se referem ao mesmo país e ao mesmo conflito" (BENDER: 1983a, 5). Prudentemente, Chester Crocker adverte: "Até que, numa dúzia de capitals, os arquivos sejam abertos, haverá muitas lacunas sobre os processos de decisão que envolveram a guerra civil angolana" (CROCKER: 1992, 47).

Recorro de novo a Crocker, mas agora no assunto pertinente especificamente à internacionalização da crise angolana e à responsabilidade que ele imputa a Portugal sobre o ocorrido. Segundo Crocker, Portugal

abdicou das suas responsabilidades, não mostrou determinação política nem coesão interna para se impor.

Ele chegou a considerar o Acordo de Alvor como um pretexto para cobrir o desengajamento português (CROCKER: 1992, 45). A sua descrição, dramaticamente rica da diversidade de atores intervindo na crise, merece uma referência:

"Angola foi literalmente lançada aos lobos. Tropas de combate angolanas, sul-africanas, cubanas, zaienses intervieram diretamente. Foram engajados mercenários, conselheiros e pilotos militares de países como a Argélia, a Grã-Bretanha, China, Cuba, França, Holanda, Portugal, Alemanha Oriental, União Soviética e Estados Unidos. Armamento e apoio financeiro vieram principalmente da França, Estados Unidos, China, Tchecoslováquia, Cuba, Bélgica, Nigéria, África do Sul, Arábia Saudita e União Soviética. As intervenções vieram por terra, mar e via aérea. A 'integridade territorial', do que se tem como noção de Angola, foi violada através do Atlântico e das facilidades no Zaire, Congo [Brazzaville], Guiné [Conacri], Guiné-Bissau, Mali, Zâmbia e da Namíbia, sob controle sul-africano" (CROCKER: 1992, 46).

Retornando à responsabilização portuguesa em Angola, ela é contestada, ou pelo menos obtemperada, por altos dirigentes de Lisboa na época. O então ministro português da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, confessa que, sendo Angola uma presa cobiçada — "petróleo é um equivalente à palavra guerra" — e havendo um equilíbrio instável entre as duas grandes potências, "nós tínhamos a sensação de que não mandávamos nada, de que a nossa capacidade de interferir naquele conflito era quase nula" (GUERRA: 1996, 93).

Mário Soares compartilha, em parte, da tese de Crocker quanto à responsabilidade portuguesa. Ele mesmo reconhece que as pretensões soviéticas só despertaram em relação a Angola depois, "quando compreenderam a desagregação do Estado português e a nossa incapacidade

de conduzir, de forma gradual e controlada, o processo de descolonização". Mais adiante, ele confessa que, quando chegou a Alvor, para a assinatura do Acordo "(...) percebi que os dados estavam lançados e o jogo praticamente feito" (AVILLEZ: 1997, 296 e 409).

Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, refere-se ao clima de apoio ao MPLA, favorecido pelos militares portugueses de esquerda, especialmente Rosa Coutinho e Melo Antunes: eles haviam tomado a liderança do processo de descolonização desde a deposição do general Spínola, como presidente da República, em setembro de 1974.

Bender, numa audiência na Subcomissão do Congresso norte-americano para a África, em 13 de junho de 1995, sublinhava que os aspectos internos da crise se prolongam até hoje. Afirmou: "Angola não foi somente a vítima da Guerra Fria, mas de rivalidades regionais [África do Sul e Zaire, por exemplo] e das ambições vorazes de determinados líderes políticos-militares dos dois lados do conflito". Esta afirmação, incluída no ambiente internacional, como um todo, e no regional, em particular — sem excluir as responsabilidades domésticas — pode-nos fazer concordar com Brioux quando ele afirma que, naquelas circunstâncias, "não podemos dizer que Angola escolheu os seus amigos; seus amigos é que escolheram Angola" (BRIEUX: 1980, 320). Ela não fazia a política externa da liberdade, mas sim, a da necessidade¹⁰.

Tracemos agora um quadro sinóptico dos eventos que marcaram a independência de Angola e deram-lhe a dimensão internacional já referida. Escolhemos aqueles que não serão objetos de estudo na parte logo a seguir, referente à ação dos principais atores internacionais na crise angolana.

Na realidade, as origens da internacionalização da crise angolana remontam ao início da década de 1960, quando a UPA, depois transformada em FNLA, começou a receber o apoio americano, e o MPLA, depois de passar

10 Por mais dramática que tenha sido a situação internacional criada por Angola, o ex-presidente senegalês Léopold S. Senghor deve ter baixado bastante a guarda que defende a sua proverbial moderação para ter escrito, no Figaro de 17 de junho de 1978 que "a primeira fase da Terceira Guerra Mundial começou em Angola".

por crises internas, e hostilidade total do Zaire, recompôs-se e teve o apoio político da esquerda européia e, em seguida, dos cubanos e soviéticos. Esse assunto será aprofundado, naturalmente, na parte dedicada à formação dos movimentos nacionalistas.

Explicava o presidente José Eduardo dos Santos que, "na realidade, no conflito angolano, foi sempre difícil, ou mesmo impossível, definir a fronteira entre a guerra civil e a agressão externa, daí a complexidade de uma solução durável"¹¹.

A internacionalização, embora polarizada pelas superpotências, teve cerca de uma dezena de interventores diretos com atuações naturalmente diferenciadas. Os principais deles serão abordados logo adiante, sobretudo nas suas motivações e razões estratégicas. Façamos menção a alguns outros.

Há quem saliente que a internacionalização se iniciou, como sugerimos atrás, com a interferência dos militares portugueses, ligados às forças de esquerda em Portugal, sobretudo ao Partido Comunista Português, que apoiaram o MPLA, envolvendo nisso transferência de armamentos, já a partir de meados de 1974 (WHEELER: 1976, 2).

Iko Carreira minimiza esse apoio, dizendo ter sido "em quantidade reduzida e de baixo calibre; só metralhadoras G3 e morteiros de 80 mm"¹².

Quem muito cedo foi alertado para a importância da situação angolana — e não será abordada em seguida pela intermitência de atuação, embora importante como agente detonador — foi a China, especialmente devido à sua disputa com a União Soviética no espaço político do Terceiro Mundo. Depois de uma visita a Pequim do presidente Mobutu, do Zaire, em 1974, os chineses começaram a enviar armamento à FNLA, através desse país. Em maio de 1974, chegou o primeiro grupo de 112 instrutores chineses,

11 Entrevista transcrita no Notícias de Angola, boletim do Consulado Geral do Rio de Janeiro, n. 37, de 14 de agosto de 1995, p. 1.

12 Entrevista a José Pedro Castanheira "A última batalha do General Iko Carreira", na revista do semanário português Expresso, de 19 de outubro de 1996, p. 46.

comandados por um general, o que foi noticiado na própria imprensa zaireense. Em setembro seguinte, a FNLA anunciou ter recebido de Pequim um carregamento de 450 toneladas de armamentos.

Todavia, a participação chinesa se limitou a tentar recompor a combatida FNLA, e não teve participação direta no que se seguiu. Ao saber da invasão sul-africana em Angola, em outubro de 1975, os chineses se retiraram imediatamente do Zaire (STOCKWELL: 1978, 67; BRIDGELAND: 1988, 148).

Tal como Washington, Londres sentiu um certo traumatismo com as independências radicalizadas de Angola e Moçambique. O caso britânico é agravado por suas responsabilidades face à permanência de um governo rebelde de minoria branca na Rodésia do Sul, onde residiam mais de 100 mil cidadãos britânicos, potenciais retornados para a Grã-Bretanha se, porventura, o caso rodesiano viesse a se agravar, no futuro, em demasia.

A reação inicial britânica diante da crise angolana foi, a nosso ver, muito mais ditada pelo MI6 — os serviços secretos — que sofria a pressão de um forte *lobby* sul-africano, do que pelo *Foreign Office*. O resultado mais conhecido da participação britânica na Internacionalização da crise em Angola foi o envio de mercenários¹³.

Quanto a participação da França nos conflitos em Angola, preferimos, neste capítulo, destacar um depoimento. O seu autor é Alexandre de Marenches. Ele foi, de 1970 a 1981, diretor-geral do serviço secreto francês, o SDECE (Serviço de Documentação e Contra-Espionagem).

Em livro de co-autoria, ele narra que o então presidente da República, Giscard d'Estaing,

"escolheu, no que diz respeito a Savimbi, uma outra via que não aquela que nós tínhamos recomendado. Não se queria desagradar aos soviéticos nem feri-los

13 O primeiro contingente foi de perto de 200, em apoio à FNLA e UNITA, chegados via África do Sul, contratados por empresa privada ligada ao MI6. Um segundo grupo parte só no final de janeiro de 1976, para Kinshasa, contando com o apoio da CIA. Muitos deles serão depois julgados em Luanda (FALIGOT: 1982, 52-54).

frontalmente. Foi-me portanto sugerido pelas mais altas esferas, que parasse o apoio que dava a Savimbi".

Perguntado por que, mesmo assim, demonstrou apoio a Savimbi, Marenches respondeu: "(...) para mostrar ao presidente Savimbi, e aos braves que combatiam com ele, que pelo menos um país ocidental, europeu, no caso a França, se interessava por ele (...)". A entrevistadora Ockrent pergunta-lhe se obtivera autorização para isso do presidente d'Estaing. "Não. Acho que esse gênero de coisas fazia parte do meu trabalho do dia a dia". Acrescentou Marenches:

"Penso que estou a servir a França e a Europa quando digo que se olharmos para o mapa da África notaremos que será possível, com uma Angola livre, dispor de uma zona extremamente forte de influência cultural francesa, que iria praticamente de Tânger, do estreito de Gibraltar, até a fronteira sul de Angola e da Namíbia. Uma grande parte da África Ocidental seria mais ou menos de cultura francesa. É a parte cultural que conta" (OCKRENT — MARENCHES: 1986, 159, 163 e 164).

1.3 Os Principais Atores Internacionais e suas Relações com Angola, entre 1960 e 1976

1.3.1 Os Estados Unidos

Como epígrafe, poderíamos escrever que a política de Washington se deparou, até os meados dos anos 60, com uma relativa contradição: a fidelidade a Portugal, seu aliado na OTAN e hospedeiro na base militar dos Açores, e o apoio à descolonização de Angola, no quadro das independências africanas da época. Acabou prevalecendo, até 1974, a opção portuguesa, sem que desaparecesse de todo o apoio à FNLA.

Até o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos não sentiam necessidade de elaborar uma estratégia para a África diferente daquela dos seus aliados europeus, na época ainda potências coloniais. Confiavam que seus interesses, aliás pequenos, estariam garantidos por eles.

Uma nota curiosa: os Estados Unidos, em todo esse período, jamais estabeleceram um tratado militar com qualquer país africano (SAINT PAUL: 1984, 141).

Finalmente, em 1957, é criada no Departamento de Estado americano uma Divisão para a África. Aliás, é nesse ano que o então vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, publicava um relatório advertindo que a "África é o alvo prioritário para o comunismo internacional. Portanto, é preciso apoiar as aspirações políticas dos africanos, desde que não violentas, mas moderadas e construtivas". E finalizava, recomendando que, face aos futuros interesses norte-americanos "não devemos hesitar em contribuir para a partida das potências coloniais implantadas na África (...)" (FALIGOT: 1992, 13-14).

Em 1960, ano símbolo da descolonização africana (17 países conquistaram nesse ano a independência), o continente atrai a atenção do recém eleito presidente John Kennedy¹⁴, que traçou a base para uma nova política africana. Dois acontecimentos contribuíram para isso: a crise no Congo/Zaire, recém-independente e, no ano seguinte, o início da guerra de independência em Angola, detonada pela repressão aos "acontecimentos do 4 de fevereiro" e aos levantes camponeses de 15 de março, liderados pela UPA, que se transformaria, em 1962, em FNLA. Seu líder, Holden Roberto, fora recebido por Kennedy em 1959 e, em 1962, já recebia uma ajuda financeira da CIA, autorizada pelo Conselho de Segurança Nacional norte-americana (ANTUNES: 1991, 237).

Como já referido, a questão de Angola não era fácil para a diplomacia americana, em especial pela questão dos Açores¹⁵. Kennedy, e

14 Na sua campanha eleitoral, Kennedy citara o continente africano 471 vezes, na contagem do seu assessor Schlesinger (1966, 501). Ele, quando senador e presidente do Sub-Comitê para a África da Comissão de Relações Exteriores do Senado se havia pronunciado a favor da independência da Argélia, o que desagradou os conservadores, horrorizou os franceses e provocou euforia nos africanos.

15 Os Açores são um arquipélago português situado entre a Europa e a América do Norte. Durante o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a dispor, no arquipélago, da base militar de Lajes. Essa base era considerada pelo Pentágono como

depois Johnson, sucumbiram à pressão do Pentágono e dos seus interesses europeus. Foi estancada a pressão sobre Portugal que, inclusive, acabou utilizando armamento da OTAN na repressão às guerrilhas em África. Esse apoio será mais nítido durante as Administrações Nixon e Ford, para nos atermos ao período deste capítulo (SAINT PAUL: 1984, 260).

Durante a Administração Carter houve, logo em 1976, uma tentativa de normalização das relações com Angola estimulada por Andrew Young, afro-americano representante dos EUA nas Nações Unidas. Contudo, ela foi bloqueada por Z. Brzezinsky, favorável a uma visão globalizante dos conflitos, em detrimento da opção regionalista defendida por Young e Cyrus Vance (WRIGHT: 1995, 33-34; HART: 1994, 34).

Entre abril de 1974 (Revolução dos Cravos) e meados de 1975, Washington parecia não se preocupar com a evolução da situação em Angola. A FNLA, veterana cliente da CIA e contando o apoio do exército zairense e do treinamento militar intensivo dos chineses, era apontada como a natural vencedora na esperada solução por via militar, e não eleitoral¹⁶.

Este diagnóstico não viria a se confirmar. Em julho de 1975, as forças do MPLA ganham a "batalha de Luanda" e expulsam da capital a FNLA e a UNITA. Mais tarde, a invasão sul-africana parece inverter a situação mas isso requeria um maior e mais definitivo engajamento americano na crise angolana. Contudo, Washington tem que se defrontar com alguns constrangimentos que acabam sendo comprometedores de um tipo de ação pela força.

Vejamos: em Portugal, os comunistas participam no governo com influência muito forte no processo de descolonização; Grécia e Turquia estão

plataforma crucial para o controle do Atlântico Norte. Ela foi usada, em 1958, na crise do Líbano, em 1960 em distúrbios no Congo e, em 1973, especialmente na Guerra do Yom Kippur, quando Portugal se viu forçado a renovar seu acordo com Washington (ANTUNES: 1992, 278-280; SAINT PAUL: 1984, 260).

16 A FNLA dispunha, junto com o exército zairense, senão o melhor, pelo menos a maior quantidade de armamento. Aviões americanos descarregaram no Zaire desde fuzis até canhões anti-tanques e lança-foguetes (GONIDEC: 1993, 51), bem como armamento proveniente da Coréia do Norte (BRIDGELAND: 1988, 186), por influência chinesa.

em guerra, afetando um dos flancos da OTAN; a guerra do Vietnã criara uma síndrome, se apresentando como uma derrota para os americanos.

No plano doméstico, o escândalo de Watergate fizera Ford substituir Nixon enquanto a CIA era objeto de leis restritivas no Congresso. Neste, os conservadores não aceitavam de bom grado a política da *détente*, bem como os Acordos SALT (TSHIYEMBE: 1989, 37).

É neste contexto que os Estados Unidos improvisam uma política para a nova realidade que está a decorrer em Angola. Kissinger decide intervir no país e passa a fazê-lo, através da CIA, com os poderes que dispõe derivados da sua posição no Comitê dos Quarenta do Conselho de Segurança Nacional¹⁷. Ele já havia autorizado, em 22 de janeiro de 1975 — dois meses antes do início do apoio de material bélico dos soviéticos ao MPLA — que a CIA fornecesse US\$ 300 mil para fazer frente ao MPLA (entrevista de Colby, *appud* FALIGOT: 1982, 262).

Ao optar pelo confronto, Kissinger leva à demissão o seu subsecretário de Estado para África, N. Davis, porque este preferia a negociação e se opunha a um plano secreto para Angola que, pelo volume de ações e dinheiro envolvidos, seria impossível escondê-lo do público (STOCKWELL: 1978, 53).

John Stockwell, era o responsável, a partir do Zaire, da operação *Infeature*, da CIA, de apoio à FNLA e, mais tarde, estendido à UNITA. Segundo ele, Kissinger estava determinado a "não permitir aos soviéticos fazer algum movimento, em qualquer lugar remoto do planeta, sem se defrontar militarmente com os Estados Unidos". Enfim, Kissinger estaria procurando uma oportunidade para desafiar os soviéticos. Para isso, ele desconsiderou os seus conselheiros (STOCKWELL: 1978, 43).

Para John Marcum, considerado o maior historiador norte-americano do nacionalismo angolano,

17 O Comitê dos Quarenta foi formado para dar apoio e supervisão à CIA. De 1969 a 1976, o Conselho — e, portanto, o Comitê — foi dominado por H. Kissinger que frequentemente o dispensava e dava as suas ordens diretas à CIA, então chefiada por W. Colby (STOCKWELL:

"Se a reação norte-americana à crise angolana, em nível global, foi inepta, sua total desconsideração pelas realidades da política africana foi ainda mais crucial. Washington interpretou mal o caráter e a capacidade dos movimentos nacionalistas, pôs em risco o futuro dos regimes que desejava apoiar (Zâmbia e Zaire) e contribuiu para enfraquecer mais ainda as condições de ação conjunta dos africanos no sentido de estabelecerem sanções contra a intervenção externa. Acima de tudo, a política norte-americana não soube compreender a importância negativa da África do Sul na política africana. Quanto mais os Estados Unidos se tornaram dependentes da cooperação tácita com a África do Sul para combater a penetração soviética, mais abriram caminho à intervenção dos soviéticos, pois afastaram a possibilidade de uma oposição unida a essa intervenção (...). Não há dúvidas de que os Estados Unidos foram coniventes com a intervenção sul-africana e tentaram apoiá-la"¹⁸.

Como sintetizou Bender, Kissinger "ignorou realidades políticas básicas em, no mínimo, quatro esferas: a global, a angolana, a portuguesa e a doméstica americana" (BENDER: 1981, 65).

Kissinger, em freqüentes entrevistas, procurou justificar a sua política africana no caso de Angola:

"Não me importo com o petróleo ou com uma base militar; preocupo-me com a reação africana quando eles vêm os soviéticos meterem a mão em Angola, levarem vantagem, e nós não fazemos nada. E se os europeus disserem para si mesmos: 'se eles não podem manter

1978, 159).

18 Este extrato pertence a uma matéria publicada no Estado de S. Paulo, em 18 de abril de 1976. Marcum, como Bender, foram dois acadêmicos bastante consultados, durante todo o decorrer da crise angolana, pelas Comissões do Congresso norte-americano.

Luanda, como podem defender a Europa?" (MARTIN: 1993, 34).

Para espanto de Stockwell, Kissinger acabou adotando "uma política de não-vitória, quando recomendou, num memorando, que a CIA desse uma assistência à FNLA e a UNITA que 'possibilitasse equilibrar a balança militar, de modo a não permitir a Neto uma vitória barata'" (grifo no original) (1978, 53). Numa conferência na Universidade do Texas, Kissinger reafirmou que a não intervenção dos Estados Unidos na guerra civil angolana "foi um erro que poderá servir de estímulo a muitos para buscarem soluções militares para outros problemas na África"¹⁹.

A política norte-americana para Angola, até 1976, teve na chamada "Emenda Clark" o seu ponto oficial de virada, embora as *cover-actions* da CIA não fossem paralisadas. De autoria do senador Dick Clark, a Emenda "proíbe a intervenção americana, sem aprovação do Congresso, em conflito local, num país distante sem nenhum valor estratégico intrínseco para os Estados Unidos". Foi aprovada no Senado em dezembro de 1975 e, em janeiro seguinte, na Câmara de Representantes (MARCUM: 1979, 175).

Apesar disso, os Estados Unidos vetaram, em 23 de junho de 1976, no Conselho de Segurança, o ingresso de Angola nas Nações Unidas, argumentando com a presença militar cubana nesse país. Por essa mesma época, aprovaram a admissão do Vietnã (*Opinião*, 3 de setembro de 1976).

¹⁹ Afirmação transcrita no Estado de S. Paulo de 9 de novembro de 1977. Apesar do tom da declaração, é de lembrar que Kissinger havia já tomado uma atitude laxista em relação a Portugal, considerando-o perdido para o Ocidente e tomado pelos comunistas. Foi a firmeza do embaixador em Lisboa, Frank Carlucci que, em aliança com o Partido Socialista de Mário Soares, ajudou a reverter essa presumível expectativa de comunização. Segundo relato de Soares, Kissinger havia desabafado com ele que, "quando um país tem um presidente dominado pelo Partido Comunista; quando as forças militares estão sob controle comunista e quando a comunicação social é igualmente dominada por eles, a situação não é reversível" (AVILLEZ: 1997, 372). Também era conhecido o desconhecimento que Kissinger tinha da parte não central do mundo, a África em particular. Em confidência a Gabriel Valdez, então ministro das Relações Exteriores do Chile, em junho de 1969, ele confirmou: "Eu não estou interessado em perceber nada acerca dessa parte sul do mundo, abaixo dos Pirineus" (ANTUNES: 1986, nota de pé-de-página na p. 115).

Angola tornou-se, em 1º de dezembro de 1976, o 146º membro da ONU, com a abstenção americana que atendeu "a pedidos de países amigos africanos".

1.3.2 A União Soviética

A crise do Congo/Zaire, logo após a sua independência, em 30 de junho de 1960, marcou a primeira aproximação da Guerra Fria com a África, que se tornou palco de uma peça, pouco mais que esboçada, onde se defrontariam os Estados Unidos e a União Soviética.

O primeiro-ministro congolês Patrice Lumumba, chegou a apelar para a intervenção soviética de modo a dar-lhe meios para conter a secessão da província de Katanga (depois Shaba). A chegada dos primeiros aviões com conselheiros e técnicos soviéticos, coincidiu, porém, com a demissão de Lumumba pelo presidente J. Kasavubu. Este e Mobutu, então chefe das forças armadas e já homem forte do regime, denunciaram a ingerência soviética e pedem a expulsão dos russos. Moscou cedeu (ZORGBIBE: 1995a, 298-301).

Após este incidente, a África volta a ser marginal na política soviética. A partir da Conferência de Bandung (abril, 1955), na Indonésia, Moscou procura uma aproximação com o Terceiro Mundo e estabelece então relações estreitas com o Mundo Árabe, em especial o Egito de Nasser.

Para o continente africano, a política de Krutchev se volta, discretamente, a explorar as situações de eventuais conflitos entre os Estados africanos e as antigas potências coloniais. O primeiro exemplo disso foi a ruptura entre a Guiné e a França, em 1958²⁰. A União Soviética prometeu uma troca comercial sem uso de divisas e, em 1961, o comércio guineense já dirigia 35% do seu fluxo para o bloco socialista.

Em Gana, em 1960, os Estados Unidos hesitam no financiamento de uma barragem. A União Soviética ofereceu alternativa. É claro que com

20 Num referendo proposto por De Gaulle, em setembro de 1958, as colônias francesas da África poderiam escolher entre a participação numa Comunidade e a Independência imediata. Sekou Touré foi o único a escolher a independência. A França, em consequência, retirou todos os seus fundos do país e cortou toda a cooperação com a Guiné.

estes fatos, estamos assistindo igualmente, a um início do poder de barganha dos países africanos com as grandes potências, o que irá aprofundar-se durante os anos vindouros do calor da Guerra Fria (LAÏDI: 1986, 25-30 e ZORGBIBE: 1995a, 301).

As alianças soviéticas se concentram, no início dos anos 60, em Gana, Guiné e Mali — que pouco antes haviam tentado firmar uma federação "progressista", como se dizia na época. Esses três países chegaram a receber, na altura, 75% da ajuda soviética para a África Subsaariana, com o fluxo comercial mantendo-se elevado. Poucos anos mais tarde, as coisas mudaram.

Na aproximação com a África, o "fator chinês" foi um elemento de peso, pois estávamos na época do contencioso sino-soviético. Este contencioso produziu uma nuance na política do Kremlin: a procura de uma acomodação global com os Estados Unidos. Disso resulta uma peculiaridade: a política soviética é sempre triangular. Ela leva em conta em cada caso, África incluída, os seus interesses, os do país em questão e os das suas relações globais com os Estados Unidos.

Este foi o período do grande périplo africano de Chou En-lai²¹, de dezembro de 1963 a janeiro de 1964, que declarou estar a África "madura para a revolução". Ele utilizou também um discurso racial e de "país subdesenvolvido" que não deixou os africanos indiferentes (LAÏDI: 1986, 51).

A manutenção da coexistência pacífica sempre esteve acima dos interesses soviéticos na África. Foi sempre evidente, até a crise angolana de 1975, que nenhuma das duas superpotências possuía interesses substantivos na África, muito menos na Subsaariana. Podiam, no entanto, exercitar aí a sua rivalidade, desde que ela não atingisse os interesses maiores da coexistência pacífica. E nenhum resultado dessa rivalidade poderia servir de alavanca para

21 Essa viagem de Chou En-lai tem uma ligação indireta com Angola. O principal assessor de Lai nesse périplo foi Viriato da Cruz, líder histórico do MPLA, que se tornou dissidente desde 1962, por grave divergência com Agostinho Neto. O relatório que Cruz fez do périplo não agradou aos chineses devido ao extremado nacionalismo pan-africanista que demonstrou. Os chineses o levaram a um forçado exílio em Pequim, agravado com a visita de Neto à China em 1973. Viriato da Cruz morreu sem poder sair de Pequim, em 1977, em condições precárias.

um ganho expressivo, em termos globais, de qualquer uma delas (LAÏDI: 1986, 59).

Kroutchev adaptava essa "lei geral" à seguinte prática: interferia, sempre que possível, nos conflitos entre as potências ocidentais e os Estados africanos, mas se abstinha de interferir nos conflitos internos destes. É de lembrar que também os Estados Unidos entregavam aos seus aliados europeus, especialmente a França, a resolução desses conflitos internos.

Em suma: entre 1964 e 1974 — para os soviéticos, sobretudo após 1965 — a África permanece sempre uma área bastante periférica aos interesses das superpotências.

Deste modo, como referimos atrás, a crise angolana constituiu nitidamente um separador de águas nas relações entre as superpotências e a África. O ano de 1975 ficará na história da África como uma virada capital. Não só o continente se transformou em um dos palcos da Guerra Fria, como deixou de ser uma *chasse gardée* do Ocidente. Hoje, no final dos anos 90, mal ou bem, os conflitos africanos estão sendo tratados por forças militares e políticas africanas.

Ainda sobre a crise angolana: na atuação soviética devem ser sublinhados, pelo menos, dois pontos. Foi a primeira vez que a União Soviética projetou o seu poder num conflito bastante fora da sua área de influência e de interesse direto. E o fez com uma rapidez e determinação que, até então, eram praticamente monopólio ocidental, sobretudo norte-americano.

O segundo ponto foi a determinação de Moscou — após Cuba ser o "detonador" — de ousar provocar e manter a escalada da luta até a vitória do seu aliado, no caso o MPLA (MASTIRI: 1980, 30). C. Stevens vai um pouco mais longe. Ele considera que Angola (diferente da Etiópia e de outros apelos menores) foi um caso único na história do envolvimento soviético na África. "Jamais ela [URSS] apoiou um movimento de libertação deste continente numa escala tão elevada", conclui ele (STEVENS: 1976, 173).

Segundo estimativas do governo americano²², a URSS forneceu, entre março de 1975 e janeiro de 1976, cerca de US\$ 200 milhões ao MPLA em ajuda militar, além de ter cedido 170 conselheiros militares, que chegaram a Luanda dias depois de independência.

Vários fatores, citados dispersamente neste texto, colaboraram para o êxito soviético. Vale resumir: a) o vazio político deixado pela brusca retirada portuguesa e o comportamento pró-MPLA de importantes oficiais portugueses; b) a fragilidade da FNLA e do exército zaireense; c) as "síndromes" do Vietnã e de Watergate, no que respeita aos EUA; d) a invasão sul-africana. Esta, fez temer, a grande parte dos governos africanos, que Pretória colocaria um governo fantoche em Luanda e congelaria, por mais um longo tempo, o "poder branco" na Namíbia, na Rodésia e, sobretudo, no seu próprio país (TSHIYEMBE: 1989, 221).

Corroborando algumas dessas razões, o cientista político norte-americano Stanley Hoffman, analisando a política americana em Angola aponta: "(...) quando, no início de 1975, em resposta a uma intervenção limitada da URSS (intervenção que parecia bastante provocada pelo apoio da China ao 'nosso partido' [FNLA], nós intensificamos a nossa ajuda (...) não fizemos mais do que desencadear a escalada de Moscou no apoio ao MPLA" (1982, 74).

Para Crocker, o regime angolano se apresentava como um cliente africano ideal para Moscou pela sua vulnerabilidade e dependência que apresentava na época.

"Era destituído da mais elementar administração, não tinha serviços de inteligência nem qualificação militar. E isso, face a concretas ameaças da África do Sul e, internamente da UNITA, bem como de facções dentro do próprio MPLA" (CROCKER: 1992, 52).

22 Depoimento de H. Kissinger no Senado norte-americano, em 29 de janeiro 1976, appud STEVENS: 1976, 144.

Pois bem, olhemos agora esse fato por um outro lado. Veremos que a União Soviética jamais havia conseguido no Terceiro Mundo (excluamos a China...), um aliado tão ligado, com as dimensões, importância geopolítica e, sobretudo, qualificações econômicas como Angola para, a médio e longo prazo, pagar, com bons "juros", essa ajuda soviética. Basta lembrar a produção, nos meados dos anos 70, de perto de 200 mil barris/dias de petróleo, de um milhão de quilates anual de diamante e de uma produção pesqueira — da qual os soviéticos, de imediato, se aproveitaram — que havia já alcançado, anos antes, perto de 600 mil toneladas anuais de pescado e derivados, além de uma rica variedade de minérios./

Os outros aliados dos soviéticos no Terceiro Mundo, de cunho marcadamente socializante, como Vietnã, Cuba e outros países africanos como Etiópia, Moçambique, etc., estavam longe de apresentar o mesmo desempenho e, sobretudo, o potencial que Angola exibia no início dos anos 70, como veremos adiante.

Posto isto, é necessário reconhecer uma realidade comezinha: sem a ajuda cubano-soviética o MPLA não assumiria o poder, pelo menos no dia marcado para a independência, como ocorreu. Descontando uma possível retórica "adequada", nada mais claro do que ler o testemunho do presidente Agostinho Neto sobre a ajuda socialista:

"Foi uma fase [no período que cercou a independência] que a União Soviética e a República de Cuba deram o mais importante auxílio jamais visto na África para a defesa da nação angolana e das forças progressistas em África. O volume das armas e o equipamento diverso foi, na realidade impressionante; armas que nos vieram principalmente da União Soviética, mas também de Cuba, da Guiné Bissau, de Moçambique, da Guiné-Conakry e da Argélia" (NETO: 1978, 51).

O presidente José Eduardo dos Santos declararia, mais tarde, que: "No decorrer da nossa luta de libertação foram os países socialistas que nos forneceram armas e formaram nossos quadros militares (...)" (LAZITCH: 1988, 91-92).

No entanto, a ajuda soviética ao MPLA teve interrupções: em 1963 e 1973-74. Todas direta ou indiretamente ligadas a crises internas do Movimento. A primeira, ocorreu quando da dissidência de Viriato da Cruz, acompanhada da hostilidade do governo do Zaire e do não reconhecimento do MPLA pelo Comitê de Libertação da OUA. Os soviéticos acompanharam a OUA. Pouco depois, ambos retomaram o apoio ao MPLA, não só pela atuação guerrilheira deste em Cabinda, mas também pela degenerescência da FNLA, denunciada pelo seu Secretário de Relações Exteriores, J. Savimbi que, em 1964, abandona a Frente.

A maior solução do continuidade do apoio soviético ao MPLA foi motivada pelo surgimento de duas dissidências: a da "Revolta do Leste", em 1972, liderada por D. Chipenda e a outra, "Revolta Ativa", em maio de 1974, formada por militantes históricos, a maioria de intelectuais e alguns já distantes da militância ativa²³. A recomposição do MPLA será abordada na fase final do capítulo seguinte, ficando aqui registrada uma nota: os soviéticos, por um tempo, pensaram em trocar o apoio a Neto em favor de Chipenda. Embora comunista por formação, o nacionalismo acendrado de Neto, além de sua feição centralizadora e autoritária, era tido por Moscou como uma rebeldia dificilmente digerível. Sobre esse assunto consultar: SOLEMENKUN: 1983, 82-84 e CARREIRA: 1996, 34 e *passim*.

Como afirmamos inicialmente, as relações de Angola com os principais atores estrangeiros são aqui abordadas até o fim da "2ª Guerra de Libertação", que termina com a retirada das tropas sul-africanas de Angola, em 27 de março de 1976. As relações posteriores, bem como o alargamento de número de atores, serão abordadas nas oportunidades dos demais capítulos que tratam da evolução da sociedade angolana pós-1976.

23 Entre 1961 e 1974 (melhor dizendo, maio de 1975, quando foi retomado o suprimento militar), a ajuda soviética foi, no plano militar, bastante modesta, segundo o testemunho ocular do historiador inglês Basil Davidson, especialista em África. "Pelo menos até fins de 1970 (...) o abastecimento de armas provenientes dos países comunistas, por qualquer razão, era manifestadamente escasso". Ele cita a seguir que haviam predominância de armamento antigo, onde até uma metralhadora Browning, da Primeira Guerra, se fazia presente (1974, 332-333).

1.3.3 Cuba

Escrevia o *Washington Post*, de 18 de fevereiro de 1976: "A intervenção cubana, modificando o curso das coisas em Angola, é um acontecimento extraordinário na história do pós-guerra. Há poucos precedentes na maneira de agir dos países latino-americanos ou dos países comunistas".

Na realidade, tratava-se de uma ilha submetida a um bloqueio norte-americano, de recursos bem limitados, distante mais de 10 mil km de Angola e que, apesar disso, levou a cabo em pouco tempo e de modo fulgurante, uma ação militar na qual resultou a derrota de dois movimentos político militares bem apoiados (FNLA e UNITA), e obrigou uma força invasora sul-africana de tropas regulares a retirar-se do território angolano depois de ter chegado a cerca de 200 km da capital do país.

Esta atuação, quanto a nós, deve ser compreendida dentro do quadro de um entendimento direto com o MPLA e do exercício de uma autonomia relativa cubana em relação à URSS. A sua atuação em Angola só pôde ter tido prossecução devido ao conjunto de apoios militares, logísticos, políticos e diplomáticos que lhes foram dados pela União Soviética no decorrer dos 15 anos que durou a sua presença militar (e um contingente de muitos milhares de cooperantes técnicos), em Angola (PEREIRA: 1993, 3). Durante algum tempo, muitos analistas políticos preocuparam-se em demonstrar que Castro não era na África senão um "mandatário" dos soviéticos. Tal tipo de afirmativa foi sendo desmontada a partir de análises feitas à medida em que se passava a conhecer melhor os fatos e a história da Revolução Cubana, bem como do passado das suas relações com a África²⁴.

24 Andrew Young tinha um comentário seco e preciso a propósito do propalado "marionetismo" cubano face a Moscou: "Não penso que os cubanos sejam utilizados pelos russos em Angola (...). Foram eles que se meteram nisso (appud José Pedro Castanheira, na reportagem "318 mil cubanos em Angola", publicada pela revista do semanário português Expresso, em 31 de maio de 1997, p. 82). Há um outro comentário de Young que merece nota: "Nós devemos também compreender que a presença russa e cubana em Angola, embora lamentável e

O fato de Cuba ter subido de patamar internacional na sua atuação na África, especialmente em Angola, deu significativos trunfos a Castro na sua atuação entre as duas superpotências, além de ter fortificado, na altura, a sua liderança dentro e fora de Cuba. Contudo, a nosso ver, o benefício mais significativo foi o seu ganho nas relações com a URSS. Através dos cubanos, os soviéticos estabeleceram um ponto de apoio numa zona de grande importância, na época, para os Estados Unidos e o Ocidente, em especial — a África Austral, com a rota petrolífera do Cabo, e o sul da Costa atlântica, onde fica Angola.

Acrescente-se, como lembrete, que, entre 1975 e 1979, a ação militar e técnica cubana não foi só um elemento chave na consolidação do poder do MPLA em Angola. Ela participou também decisivamente no conflito armado entre a Somália e a Etiópia (Guerra de Ogaden), onde, aí sim, a iniciativa da ação foi soviética.

Ainda inventariando sumariamente os ganhos — e as conseqüências — Fidel Castro foi eleito, em 1979, presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados. No início da década de 1980, Cuba estava presente, com militares e técnicos, em 15 países africanos. Com um corpo expedicionário de mais de 50 mil homens, ela se torna o país estrangeiro com o maior contingente militar na África, muito superior ao da França, que era o segundo colocado (RATLIFF: 1989, 68; MASTIRI: 1980, 68-69).

Segundo Zaki Laïdi, um especialista argelino em Relações Internacionais, cujas obras produzidas no pós-Guerra Fria são muito citadas pelos *policy-makers*, a autonomia relativa que Havana tem em relação a Moscou, em especial no terreno africano, não é julgada negativamente pelos soviéticos; até porque, a não ser excepcionalmente, ela não afasta substantivamente as posições cubanas da linha de estratégia da União Soviética para África. Ainda segundo Laïdi: "Nos Estados onde ela [URSS] não chega a apagar a desconfiança dos dirigentes, Cuba pode desempenhar o

contraproducente para a paz, não constitui necessariamente uma ameaça aos interesses norte-americanos, nem a presença significa a existência de um satélite comunista no continente" (BENDER: 1978, 5).

papel de intermediário. Sua presença é capaz de impedir que uma desilusão com a União Soviética possa levar a uma mudança radical para o lado Ocidental" (LAÏDI: 1986, 108)²⁵.

1.3.3.1 As contingências das relações Cuba x URSS

Dada a asfixia econômica e o isolamento político a que Cuba é submetida pela ação norte-americana desde o bloqueio do início dos anos 60, é de se compreender a preocupação de Havana em proceder ao que Laïdi chama de "estratégia da extroversão" (1986, 118-19). Cuba procura atingir o seu principal inimigo, os Estados Unidos, no seu terreno mais frágil: o Terceiro Mundo; mais especificamente: na América Latina, primeiro, e não tendo o êxito esperado, tentou a África.

Enquanto isso, Cuba tece a sua aliança com Moscou da qual, após várias peripécias, tira três vantagens básicas: armamento para se defender de uma invasão convencional, uma proteção nuclear e uma assistência econômica que, embora criando dependência, diminui em muito os efeitos do bloqueio.

No entanto, o esquema dessa política externa não foi montado de modo tão linear. As relações com Moscou sofreram abalos desde a crise dos mísseis, em 1962. No início do cisma China-URSS, Havana chegou a flertar com Pequim. Por seu lado, Moscou não viu com bons olhos o voluntarismo cubano de tentar "criar Vietnãs" na América Latina. Essa fase do defrontamento direto de Cuba com o imperialismo americano teve na Conferência Tricontinental de Havana, em janeiro de 1966, o seu momento simbólico de maior impacto.

25 Gerald Bender relata o depoimento de um oficial angolano sobre o comportamento soviético: "Quando os russos chegam aqui exigem os melhores hotéis (...) que nos custam preciosas divisas. Ao mesmo tempo, nós colocamos quatro ou cinco cubanos num apartamento de sala e quarto, com colchões no chão, e nunca ouvimos reclamação". A casa da minha família, em Luanda, é vizinha de apartamentos cubanos. Corroboro essa afirmação, mas limito-a até o início dos anos 80. Outro oficial angolano, quando perguntado sobre possíveis problemas sociais entre angolanos e soviéticos, respondeu secamente: "é difícil achar problemas sociais quando não existem relações sociais" (BENDER: 1978, 8).

Entretanto, Castro sente no interior da política cubana as conseqüências do conflito sino-soviético. Quando ele denuncia a ortodoxa "facção Escalante", em 1968, Moscou reage de imediato, suspendendo todo o fornecimento do petróleo no primeiro semestre desse ano. Cuba passa, então, a sofrer uma sanção econômica tripla: a dos EUA desde 1960, a da China, a partir de 1965 e, nesse momento, a da União Soviética.

Acresce a tanto, o fracasso de Guevara no Zaire (1966) e na Bolívia (1967). Havana é levada, de imediato, a repensar realisticamente, as suas possibilidades. O apoio cubano à invasão soviética da Tchecoslováquia, em 1968, será o preço da reaproximação com Moscou (LAÏDI: 1968, 120).

Cuba passa então a priorizar a melhor inserção possível no campo soviético. A admissão, em 1972, no CAME (conhecido como COMECON), é exemplo disso. Além do mais, a maciça ajuda militar que Moscou fornece, permite a Cuba manter um exército de 300 mil homens.

Em contrapartida, por sua composição étnica (país onde cerca de metade da população é origem africana) e por seu padrão "caribenho" de comportamento, além do espírito solidário fomentado pelos princípios da Revolução, Cuba vai dar à política soviética na África uma *souplesse*, um grau de aceitação que a URSS por si só jamais poderia alcançar. Ao mesmo tempo, Cuba sobe no *ranking* dos aliados de Moscou, ganhando maior grau de autonomia. Curioso: o primeiro Congresso do Partido Comunista Cubano só vai se realizar depois do início da ação de Cuba em Angola, de 17 a 22 de dezembro de 1975, e somente em 1976 — poucos meses antes de Angola — é que Havana vai beneficiar-se do primeiro acordo de *longa duração* com os soviéticos (PEREIRA: 1993, 11; DEUTCHMANN, 1989, 61).

1.3.3.2 A ajuda cubana à libertação africana

A política africana de Cuba é apresentada por Fidel Castro não somente como um ato exigido pelos princípios do internacionalismo proletário, mas também como o dever de um povo cujas raízes estão na África. Cuba se afirma não somente como um país latino-americano mas sobretudo afro-latino; essa a essência da sua *cubanidad*.

A Revolução Cubana define os seus rumos no início da década de 1960, quando se dá a grande vaga da descolonização da África. As concepções sobre o Estado pós-independência não são unívocas. Os governos africanos se dividem em dois blocos que refletem tanto projetos nacionais quanto redes de alianças externas diferentes. Os chamados progressistas, reunidos no Grupo de Casablanca, liderados por N'Krumah, de Gana, com a participação de Marrocos, Egito, Mali, Guiné; dele também participa o Governo Provisório da República Argelina no Exílio, ainda em luta armada contra a França, pela independência. Os chamados "moderados" alinham-se no Grupo de Brazzaville, depois chamado Monróvia, e congrega a maior parte dos países, com destaque político para o Senegal, de Senghor, e a Costa do Marfim, de Houphouët-Boigny, ex-colônias francesas.

As atenções cubanas voltam-se naturalmente para o Grupo de Casablanca. Ainda durante a luta de independência da Argélia — que terminou em 1962 — Cuba enviou armamento e ajuda médica para os nacionalistas da FLN. No entanto, uma intervenção cubana muito ousada, mesmo na época, foi ter-se colocado ao lado da Argélia na "guerra das areias", um conflito fronteiriço com o ex-aliado Marrocos, em 1963. Não se tratava aí de ajuda à libertação, mas de intervenção direta num conflito entre Estados soberanos. Foi nessa ocasião que Cuba enviou o seu primeiro contingente militar ao outro lado do Atlântico, em pleno Mediterrâneo, com cerca de 300 soldados acompanhados de tanques e demais armamentos de fabrico soviético. A guerra, entretanto, acabara por acordo e os soldados cubanos permaneceram por um tempo treinando o novo exército argelino (MASTIRI: 1980, 15).

Em 1961, Cuba enviava a sua primeira equipe de conselheiros militares a um país africano, Gana. Todavia, a grande missão política no continente foi levada a cabo por Che Guevara na sua viagem de dezembro de 1964 a março de 1965, visitando a Argélia, Guiné (Conacri), Gana e Congo (Brazzaville).

Nessa viagem, Guevara encontrou-se com dirigentes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas, em especial, Agostinho

Neto, do MPLA, em Brazzaville, em agosto de 1964, e com o PAIGC, um ano mais tarde (DURCH: 1977, 22-24; PEREIRA: 1993, 15)²⁶.

Depois desse *tour* oficial (houve viagens anteriores), Guevara retornou meses mais tarde, acompanhado de cerca de 200 militares, a quase totalidade negros. Eles se infiltraram no Congo/Zaire, numa tentativa tardia e desesperada de ajudar os rebeldes de Mulele, Soumialou e Kabila na luta contra Tchombé e Mobutu. Essa tentativa frustrada e a queda dos governos progressistas amigos de Ben Bella, na Argélia (1965) e de N'Krumah (1966), além dos fracassos posteriores na América Latina, acarretaram mudanças na política africana de Havana. Havia ações a serem abandonadas. Exemplo: os cubanos treinavam guerrilheiros, em Gana e na Argélia, não só provenientes de colônias, mas também de países independentes, considerados por Ben Bella e N'Krumah como neocoloniais e, portanto, merecedores de derrube.

A ação cubana concentrou-se no treinamento de forças militares de países amigos (Congo-Brazzaville, Guiné, Tanzânia) e até do regime ditatorial de M. Nguema, da Guiné Equatorial. Como política de Estado, essa atuação de Havana vai reforçar o seu "currículo" junto à União Soviética.

Por outras palavras: a capacidade cubana de intervir na vida política dos países africanos em defesa dos governos amigos aumenta a fama do seu desempenho, independente da aprovação ou desaprovação da opinião pública africana²⁷.

26 O general na reserva Iko Carreira, ex-ministro da Defesa de Angola e chefe histórico do MPLA, narra numa entrevista que, após detalhar para Guevara a evolução da guerrilha angolana, ouviu de Che a promessa: "Eu vou mandar-te uns negritos!". E mandou mesmo, asseverou Iko. Este pedido foi anterior ao citado neste texto, no *tour* oficial. Contudo, o importante das conversas de Guevara com os nacionalistas foi a divergência de fundo que os separavam de Che. Este propunha que todos se unissem para derrubar o governo do Congo (Zaire), para conquistar uma base e depois lutar em Angola, na Namíbia e na África do Sul. "Não foi aceite por ninguém", esclareceu Iko (CARREIRA: 1996, 35).

27 Dois exemplos. Em novembro de 1970, foi a missão militar cubana na Guiné-Conacri quem socorreu, com eficácia, o regime de Sekou Touré, por ocasião da invasão da capital guineense por tropas coloniais portuguesas, que tinham como objetivo prender Amílcar Cabral e derrubar o regime que apoiava o PAIGC. Durch e outros autores descrevem essa ação e eu colhi depoimentos de comandantes do PAIGC, no final de novembro de 1974, em Bissau, que

1.3.3.3 A intervenção cubana em Angola: 1975-76

A intervenção cubana em Angola durante o desenrolar dos conflitos armados que cercaram a proclamação da independência do país não foi objeto de uma ação global planejada desde o início no seu conjunto. Até porque o MPLA demorou a definir concretamente o seu pedido de ajuda militar.

De um modo sintético, e tentando decifrar a controvérsia das fontes (ou citando-as consoante a sua versão), podemos dividir a atuação cubana em Angola, no período referido, em quatro fases. De acordo com as fontes da Inteligência Americana consultadas por G. Bender (1978, 89-92), não mais que 100 conselheiros militares cubanos estavam em Angola "antes do verão de 1975 [o verão no hemisfério norte se inicia em junho], quando chegaram mais cerca de 200". Campbell fala em 250 e antecede o mês para maio (1989, 33); o historiador sul-africano, J. Barber, por sua vez, assevera que havia "uns poucos cubanos em julho". Contudo, acrescenta ele, depois dos apelos do MPLA três navios de tropas chegaram a Luanda em outubro (...)" (1990, 190).

Lembremos que esses instrutores cubanos, provenientes, certamente, de Brazzaville, onde já treinavam guerrilheiros de MPLA e serviam ao governo local, pertenciam a um programa de ajuda militar estendido a vários países africanos e do Terceiro Mundo, como referimos atrás.

Ainda a esta primeira fase pertence o pedido formal de Agostinho Neto, em maio de 1975, em Brazzaville, ao Comandante F. Bravo. Neto solicita armamento e questiona sobre a possibilidade de uma ajuda mais importante e específica. Em julho, o Comandante R. Arguelles ouve em Luanda o pedido de Neto de instrutores para criar quatro centros de treinamento militar. Nesse mesmo mês, Fidel aproveita a visita a Cuba do chefe militar português Otelo Saraiva de Carvalho e pede-lhe autorização para

corroboram isso, embora acrescentassem que os guerrilheiros do Movimento, que estavam estacionados em Conacri, também contribuíram para o fracasso da invasão lusa. No Congo-Brazzaville, foi igualmente o contingente militar cubano quem ajudou S. Nguesso a derrubar o presidente J. Opango, em 1979, retomando, assim, a linha progressista iniciada pelo falecido presidente M. Nguabi (PEREIRA: 1993, 18).

o desembarque dos três navios que chegam à costa angolana em outubro, carregando armamento pesado e, segundo Barber, entre mil e 1500 homens (1990, 190).

A chegada desses militares, já posterior à invasão sul-africana, é a que marca a 2ª fase da atuação cubana. Esses militares não pertencem às forças regulares, são ligados ao Ministério do Interior, à disposição de Fidel Castro.

A 3ª fase tem a marca da invasão sul-africana ocupando cidades do Sul e do Centro do país e sendo detida pelas tropas cubanas, com a ajuda do MPLA na batalha de Queve.

A quarta e última fase envolve o defrontamento de cerca de 12 mil cubanos, 8 mil guerrilheiros da FNLA misturados com dois batalhões com blindados do exército zaireense e forças da UNITA, apoiadas por cerca de três mil soldados regulares sul-africanos, com 50 blindados, além de cerca de 1200 mercenários portugueses, americanos, ingleses, etc. A acrescentar ao lado do governo angolano estão os apoios militares, pequenos porém determinados, da Guiné-Bissau, Moçambique, Argélia (que enviou os primeiros blindados recebidos pelo MPLA na época) (GRIMAUD: 1984, 321).

Esta última e mais decisiva fase da intervenção cubana em Angola, teve o seu momento mais dramático e simbólico na decisão tomada pelo Comitê Central do Partido Comunista Cubano, na sua reunião de 5 de novembro de 1975, de enviar um contingente de mais de 10 mil soldados que iriam não só possibilitar a vitória do MPLA, sobre uma gama variada de inimigos, que esteve em risco face o impacto da *blitzkrieg* sul-africana — como também socorrer as largas centenas de cubanos que já estavam no campo de batalha.

Esta fase foi também a mais difundida, sobretudo pela crônica oficiosa de Gabriel García Marquez, que trazia no título o nome do plano: "Operação Carlota"²⁸.

28 O nome da operação foi em homenagem a uma escrava, Carlota, que, em 1843, liderou uma rebelião em Matanzas e acabou assassinada.

Uma das mais importantes afirmações da reportagem é a de que "somente após a decisão [do Comitê Central] ter sido tomada é que a União Soviética foi informada"²⁹. Marquez nos adverte de que "Cuba está certa de que poderia contar com a solidariedade e apoio material da União Soviética e de outros países socialistas, embora também tivesse consciência das implicações que sua ação poderia acarretar para a política de coexistência pacífica e para a *détente* Internacional.

a) Nota sobre a africanidade cubana

Embora Cuba tenha cerca de metade de sua população negra (preta ou mestiça), o conhecimento dos expedicionários cubanos sobre África era, pelo menos no início, surpreendentemente distorcido para um país que havia feito uma revolução cultural com altas taxas de alfabetização e mobilização política. Ao mesmo tempo, a questão racial, como já observara nas minhas viagens aos cinco países africanos de língua portuguesa, onde conversava com cubanos, continuava um tabu. Essa observação se aprofundou um pouco mais numa visita que fiz ao Centro de Estudos de África y Medio Oriente, em Havana, em novembro de 1998.

Che Guevara (em *Pasajes de la guerra revolucionária (el Congo)*, Havana: s/d.), lembrava que, quando foi preciso recrutar um corpo de expedicionários negro, que o acompanharia ao Congo/Zaire notou que "pouquíssimos *dos nossos principais militares ou dos quadros intermediários* (grifo meu) eram negros. Depois de elogiar o desempenho corajoso que tiveram, ele acrescenta: "o certo é que nossos companheiros tinham uma base cultural muito precária e pouco preparo político" (p. 44).

29 Como referência à crônica de Garcia Marquez, usamos uma reportagem "Gabriel Garcia Marquez escreve sobre a intervenção de Cuba em Angola", publicada pelo semanário Opinião, de 21 de janeiro de 1977, tendo nela a indicação que foi transcrito do Washington Post (s/d). Infelizmente, os números das páginas foram cortados quando recortaram e arquivaram a publicação. Temos extratos dessa reportagem em outras publicações como DEUTSCHMANN: 1989, 41-60, e no dossiê "Cuba et L'Afrique" Problemes Politique e Sociaux, Paris: La documentation Française, nº 347, de 13 de outubro de 1978, 51 p., contendo vários textos sobre as relações Cuba-África, transcritos parcial ou totalmente, de outras publicações, além de uma cronologia de 1976 a 1978.

Em TAIBO et alli (1995, 38), encontramos uma curiosa descrição de um expedicionário no Congo (Zaire), negro, militar e epidemiologista, Rafael Zerquera ("Preto Fino", de codinome). Seu depoimento: "Minha idéia de África era a do evidente atraso do continente, dos regimes coloniais. Muitos macacos. Selva. Zebras, elefantes, manadas. Muitas cobras. Não vi tantos leões como esperava".

Garcia Marquez, na sua tão famosa crônica, relata: "A guerra de Angola foi uma guerra difícil, na qual teve de se levar em conta tanto as cobras como os mercenários, tanto os canibais como as balas de canhão".

Esses fatos nos levam a dar atenção, mesmo que comedida pela precariedade das fontes, a alguns números apontados por W. Ratliff sobre a posição dos negros na pirâmide social e política de Cuba. Diz ele: "Embora metade da população seja negra, só 15% dos negros ocupam posições importantes nas estruturas combinadas do poder em Cuba, em 1998. Dos 14 membros do Birô Político, só dois são negros, bem como somente 34 dos 146 membros do Comitê Central (1989, 141).

1.3.4 A África do Sul

1.3.4.1 O impacto da descolonização portuguesa na África Austral

A Revolução dos Cravos em Portugal, com a sua política de acelerada descolonização, apanhou Pretória completamente de surpresa e pôs em marcha acontecimentos que iriam mudar, em pouco tempo, a face da África Austral.

Em alguns meses, a situação política e de segurança na região foi subvertida e a perspectiva disso para o regime do *apartheid* começou a tornar-se assustadora. A percepção de que a estabilidade regional poderia ser mantida através dos interesses comuns e do fortalecimento militar dos regimes brancos foi desmantelada (BARBER: 1990, 175-76).

Isso forçou as capitais ocidentais a uma revisão política. Em Washington, o medo da influência soviética levou os americanos a se envolverem na região — de modo frustrante para Pretória, como veremos — enquanto Londres, teve que reconhecer a necessidade de tomar novas

iniciativas para resolver o problema da existência do regime de minoria branca na Rodésia (atual Zimbábue) que proclamara, em novembro de 1965, uma declaração unilateral de independência (UDI), da Inglaterra (que nenhum Estado reconheceu), o que havia estimulado a luta armada no território (ZORGBIBE: 1995, 260-63).

A marcha para a independência de Angola e Moçambique, com prenúncios de radicalismos e guerra civil, atraíu para a região um novo interesse. O regime sul-africano deveria, daí em diante, ser julgado, tanto pela maneira como ele procedesse com os seus vizinhos mais próximos, quanto pelas políticas internas que viesse a implantar (BARBER: 1990, 177).

A retirada de centenas de milhares de colonos de Angola e Moçambique, representaram uma fratura irremediável nos fundamentos básicos de uma ordem regional baseada na dominação racial e na convergência de interesses da comunidade branca de cinco países (África do Sul, Rodésia, Namíbia, Angola e Moçambique). A perda de dois elos dessa cadeia de aliança racial, política, econômica entre *africânderes*, rodesianos e colonos portugueses constituía-se no desabar do mito da legitimidade do seu poder no qual, até então, estivera ligado todo o destino da África Austral (SILVA: 1991, 22-23).

Quanto aos sul-africanos negros, tanto os que se encontram no país como os que lutavam a partir de exílio, espalhou-se entre eles uma percepção de que o sucesso das colônias portuguesas havia derivado do uso da luta armada num contexto continental e internacional que, até então, parecia favorável. Isso também afetou o estado de espírito de todo o *establishment* sul-africano.

1.3.4.2 As razões da invasão de Angola

Esta era a situação na África do Sul, quando o governo de Pretória começou a decidir o tipo de envolvimento que teria na guerra que já estourara em Angola. A sua decisão foi influenciada por vários fatores e demandas.

Após a referida invasão sul-africana à zona fronteiriça de Angola com a Namíbia, a pretexto da proteção às barragens do Cunene³⁰, Pretória recebeu o pedido de ajuda de J. Savimbi, líder da UNITA que, na época, era o movimento militarmente mais fraco. Ele foi contemplado, no início de outubro de 1975, com dois campos de instrução, armamento e 18 instrutores, além de ajuda militar direta face a uma disputa com o MPLA nas cercanias da cidade de Huambo (GELDENHUYS: 1984, 76). O dissidente do MPLA da "Revolta do Leste", D. Chipenda, também conseguiu apoio para o remanescente das suas forças, por parte de Pretória.

Uma demanda politicamente importante feita à África do Sul, e já referida no Capítulo I deste trabalho, foi a de vários chefes de Estado africanos que solicitaram, como alguns já o havia feito a Kissinger, medidas de contenção ao que consideravam um perigo de influência ou mesmo domínio soviético na região.

Nessa altura, o governo sul-africano já tinha a percepção da possibilidade de vitória do MPLA que, então, dominava 12 das 16 províncias do país, antes mesmo da chegada do grosso das tropas cubanas. Pretória tinha, pelo menos, três razões específicas para opor-se fortemente a uma vitória do Movimento de A. Neto. A primeira, era que um governo esquerdista em Angola constituiria uma forma ameaça à precária *détente* que Pretória construía com os pequenos Estados vizinhos de governo negro e os bantustões, a chamada "Convenção de Estados". Ao mesmo tempo, seria de esperar que o MPLA, como governo forte, fizesse pressão por maior militância na região contra o

30 O Projeto Cunene, que envolve as barragens de Calueque e Ruacanã, é um complexo hidroelétrico que previa a construção no rio Cunene (fronteira entre Angola e Namíbia), de 27 barragens e centrais elétricas. Constituiu, na ocasião, o maior investimento sul-africano em Angola, em torno de US\$ 200 milhões, e deveria fornecer água para o norte namibiano e energia para as minas sul-africanas na região (MAIA: 1977, 72).

apartheid, contra a ocupação ilegal sul-africana da Namíbia bem como contra o regime de minoria branca da Rodésia, todos fragilizados nos foros internacionais, especialmente nas Nações Unidas e no continente africano.

A segunda razão, prendia-se aos investimentos sul-africanos em Angola, não só nos diamantes, mas os aplicados no complexo hidroelétrico do rio Cunene, vital para a irrigação deste território e da Namíbia, como para o suprimento de energia elétrica, em que a África do Sul é carente.

Em terceiro lugar, e sobremaneira importante, o MPLA seria um regime hostil com uma extensa fronteira com a Namíbia, o que facilitaria o apoio global à SWAPO e ao ANC, contribuindo assim para um atrativo efeito de demonstração para os negros sul-africanos (EL-KHAWAS: 1978, 2-3).

Essas razões, por outro lado, constituíram também um bom motivo para que Washington partilhasse com Pretória o desejo de evitar, a qualquer custo, uma vitória do MPLA, movimento que já demonstrava na ocasião um propósito socializante e apresentava concretos laços militares com Cuba e União Soviética.

É neste clima que Pretória preparava um plano de invasão em Angola, depois da "ponta de lança" espetada na fronteira sul de Angola. Os sul-africanos ficaram encorajados porque, finalmente, percebendo a fragilidade e as ambigüidades da força aliada FNLA-Zaire, os norte-americanos haviam estendido o seu apoio material à UNITA.

O BOSS (Bureau of Security Service) sul-africano estava em estreito contato com a CIA, cujas *cover actions* se intensificavam bastante contra o MPLA, a partir de agosto de 1975. O equipamento militar e mercenários eram enviados via Zaire e, conforme Barber sugere, também via África do Sul (1990, 191). O mesmo Barber, junto com Geldenhuys (1984, 72), concluíram que essa crescente atividade anticomunista norte-americana foi percebida por Pretória como um sinal positivo para a África do Sul aumentar o seu envolvimento na guerra (1990, 192).

1.3.4.3 O fracasso da invasão; a ambigüidade americana

No entanto, a decisão de invadir teve discussão interna e só foi tomada em definitivo no início de outubro, após hesitações derivadas do receio de repercussão na África e nas Nações Unidas. A decisão final, após um plano de quatro fases elaborado pela SADF, veio do primeiro-ministro J. Voster e do seu ministro da defesa P.W. Botha (GELDENHUYS: 1984, 80).

A operação militar, já sumariamente descrita³¹, teve início em 14 de outubro (data usada pelos autores sul-africanos, que adoto) ou 23 de outubro, por vezes preferida por outros autores.

É claro que cubanos e soviéticos perceberam que, com a invasão sul-africana eles poderiam aumentar bastante o seu engajamento militar sem grande risco de uma reação internacional, muito especialmente da África.

No início de dezembro, já o MPLA sendo governo e tendo aumentado extraordinariamente o seu armamento e ajuda cubana, Voster teve que se defrontar com uma difícil decisão sobre a participação sul-africana

31 A invasão sul-africana a Angola, iniciada em outubro de 1975 e cognominada, no seu conjunto de Operação Savannah (Savana), é descrita de maneiras diferentes, como seria de esperar em assunto tão delicado e polêmico. Procuraremos ser sintéticos e citar fontes variadas, usando um pouco da memória dos testemunhos ouvidos.

Duas colunas, a Foxbat e a Zulu, atravessam a fronteira da Namíbia e adentram o território angolano. Uma delas vai pelo litoral e a outra, um pouco mais pelo interior. As duas totalizavam cerca de dois mil soldados da SADF — Forças de Defesa da África do Sul, tropas, portanto, regulares. Esse contingente é acompanhado de tropas da UNITA, da facção da FNLA, chefiada por D. Chipenda, por cerca de dois mil mercenários portugueses, britânicos, franceses, americanos, etc., tendo como gulas os chamados "flechas", ou "angolanos da mata", que haviam anteriormente lutado ao lado das tropas coloniais. Eram acompanhados por 50 blindados (LÉGUN: 1976, 28). As tropas do MPLA e os primeiros instrutores cubanos não tinham condições de se opor ao avanço sul-africano que, em sete dias, percorrendo 600 km, tomam as principais cidades do litoral sul: Namibe, Lobito, Benguela e Sumbe (BRIEUX: 1980, 54).

Em 15 de novembro, um novo contingente, de cerca de 1.500 sul-africanos, penetra em Angola, e um terceiro, totalizando entre dois a três mil soldados, começa a avançar pelo país, a partir de dezembro (KHAZANOV: 1986, 227).

As tropas sul-africanas foram detidas a menos de 300 km de Luanda, no rio Queve, graças ao apoio cubano e ao MPLA (WOLFERS: 1983, 20-25).

na guerra. A situação havia mudado drasticamente nos últimos meses. Embora as tropas sul-africanas estivessem a quase 200 km de Luanda, o seu avanço foi sustado, mesmo que a muito custo, pela aliança Cuba-MPLA³². O mais grave, porém, foi o fracasso da invasão FNLA-Zaire-mercenários, que deveriam ocupar Luanda pelo Norte. Eles bateram em retirada, apesar da assistência norte-americana e de alguma ajuda sul-africana. E isso ocorreu antes do "congelamento" da ajuda americana pela "Emenda Clark".

Há um desabafo assinalável de Geldenhuys, quando este reflete que "toda esta operação implicava em algum entendimento entre Pretória e Washington, em que este último participaria certamente enviando armamento, *se não mais* (grifo meu) no assalto a Luanda". Adiante ele acrescenta: "A África do Sul esperava que os Estados Unidos não só fornecessem armas à FNLA e à UNITA mas vendessem à África do Sul certo armamento sofisticado, indispensável para a ofensiva em Angola (...) vendo frustrada as suas esperanças de apoio americano, os sul-africanos ficaram profundamente desapontados (...)" (1984, 77-78).

Do ponto de vista político, foi igualmente danoso para Pretória a inexistência de sinais de maior apoio Ocidental ou africano. Pelo contrário: surgiram no continente cada vez mais posições favoráveis ao MPLA, especialmente a Nigéria, que mudou de lado e influenciou muitas outras chancelarias africanas. De repente, todo o cenário da invasão teve a figuração clara de um complô para "destruir um país africano irmão" (BARBER: 1990, 195).

Então, a 19 de dezembro veio o golpe decisivo, quando o Senado americano aprovou a Emenda Clark. As *cover actions* da CIA praticamente estancaram. Tudo isso causou um ressentimento e uma sensação de traição no seio do governo sul-africano. Pouco depois Voster faria um pronunciamento asseverando não mais confiar nos americanos. Pretória ainda resistiu por

32 Savimbi critica a estratégia logística sul-africana, lembrando que os sul-africanos utilizaram um contingente forte, com blindados, mas sem tanques nem aviação. Não usavam também os seus melhores canhões. Segundo ele, em 1975, eles poderiam ter resolvido o problema; se os Ocidentais quisessem, eles teriam tomado Luanda, mesmo com os cubanos (LOISEAU: 1987,

algum tempo, a pedido de Savimbi que confiava na votação da OUA em fevereiro de 1976. Esta fez soar o martelo reconhecendo o governo do MPLA. Pretória acelerou, então, a retirada.

Fica a dúvida sobre a dimensão do compromisso norte-americano em avaliar a invasão sul-africana. Em entrevista concedida ao *Newsweek*, de 4 de maio de 1976, o chanceler sul-africano "Pik" Botha, em resposta à pergunta se os Estados Unidos encorajara a intervenção armada sul-africana, respondeu com esquiva: "Se o senhor afirmar isso é por sua conta. Mas eu não posso chamá-lo de mentiroso".

Com a retirada sul-africana de Angola (voltará mais vezes, como veremos adiante), em 27 de março de 1976, a historiografia oficial do MPLA considerava terminada de "2ª Guerra de Libertação", aquela que foi travada contra tropas estrangeiras e "movimentos fantoches".

II A CRISE ANGOLANA E A MUDANÇA DE CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA ÁFRICA AUSTRAL

Como referimos brevemente no capítulo anterior, uma das importantes conseqüências da independência de Angola (bem como a de Moçambique), e da internacionalização da crise daí derivada, foi a mudança geopolítica posta em andamento na África Austral, sobretudo no seu pólo dominante, a África do Sul. Como sabemos, antes da queda do império português, a região era praticamente controlada pelo que então se designava de *o último bastião do poder branco* no continente africano³³.

Essa realidade começou a sofrer uma série de mudanças sucessivas, ao longo de quase vinte anos, que culminaram com o fim jurídico-político do *apartheid*, e as eleições "um homem, um voto" na África do Sul, em 1992. Essas mudanças ocorreram a partir do surgimento, a níveis nacionais, regional e global, de novas correções de forças e do fim da Guerra Fria. Antes de abordarmos algum deles e nos debruçarmos um pouco mais sobre os conflitos que precederam a nova realidade que a África Austral vive hoje, parece-nos indispensável traçar um perfil de região, considerada hoje por

33 Em 1969, o governo americano fez um estudo da região cujo resultado escrito foi o famoso "Memorandum nº 39" do Conselho de Segurança Nacional — N.S.S.M.39. Desde julho desse ano, Nixon esboçava o que pretendia ser a sua doutrina para o Terceiro Mundo. Ela implicava num desengajamento parcial das forças americanas nessa parte do mundo. Para isso, contava com a colaboração de regimes fiéis e capazes de apoiar a política americana, incluindo a responsabilidade de assegurar possíveis políticas de repressão, capazes de manter a estabilidade na região em causa. Alguns exemplos foram citados na ocasião: Brasil, Irã, Indonésia. Faltava examinar a situação na África Austral. Resumindo, dois problemas se apresentavam: a possível contradição entre os interesses americanos nos regimes de minoria branca e o apoio ao *apartheid* daí derivado, o que prejudicava os interesses do EUA com os demais países africanos; o segundo, a possibilidade de intensificação da violência por parte dos negros, as represálias pelo poder branco e o prejuízo dos interesses de Washington que, saliente-se, não eram considerados vitais na região, embora importantes. O memorando traçou cinco cenários e a opção escolhida foi a segunda. Em síntese, ela recomendava relações mais intensas com todos os regimes do continente, incluindo os de minoria branca; levar estes a maior moderação e estimular a cooperação em geral. Contudo, o que mais importa aqui sublinhar é que, na visão dos autores do Memorandum 39: "Os negros não podem ganhar os seus direitos políticos pela violência. Não haverá mudanças construtivas sem o acordo dos brancos". Essa política mostrou-se caduca pouco depois (COHEN: 1975, 20; 104).

muitos, como a mais importante, do ponto de vista econômico e geopolítico, de todo o continente.

2.1 África Austral: Região-Chave do Continente

Mais do que uma simples expressão geográfica, a África Austral apresenta, pela peculiaridade da sua história colonial, uma alta taxa de integração regional, em vários níveis, que não encontra paralelo em qualquer outra região do continente. É de acrescentar que fatores geográficos (geológicos, em especial), contribuíram, em grau relevante, para a configuração geopolítica da África Austral.

Ela possui, também, uma posição estratégica relacionada, entre outras coisas, com a rota do Cabo. Esta, perdeu muito valor com o fim da Guerra Fria, mas ainda é de considerar no âmbito do Atlântico Sul. Por essa rota, continuaram a passar dois terços do petróleo que, proveniente do Oriente Médio, abastece o Ocidente. Além do mais, a região tem um acervo de minerais, alguns deles ainda estratégicos e que são indispensáveis à Europa e Estados Unidos (PEREIRA: 1993, 1).

A região é uma península, cuja largura máxima é de 2.500 km e que, por várias características, forma uma entidade geográfica bem diferenciada do resto do continente (SILVA: 1991, 65). Ela está situada entre os oceanos Atlântico e Índico, cujas águas se misturam no sul da região.

A fachada atlântica lhe confere proximidade e potencialidade de cooperação com o Cone Sul da América Latina. A fachada do Índico a coloca em contato com importantes países asiáticos e com o Oriente Médio, que exercem influência nesta região e em quase toda a faixa costeira oriental do continente.

Compõem a África Austral onze países: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Desses países, seis não têm saída para o mar (Botsuana, Lesoto, Malavi, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue), o que constitui um fator a mais para a integração. A Tanzânia é também um país da África Oriental.

Contudo, por razões políticas e econômicas, ela se "australizou" e faz parte de todos os organismos integrativos da região.

A África Austral é a região do maior e mais antigo processo de implantação de colonos europeus, que se inicia na área da Cidade do Cabo, em 1652, através da Companhia Holandesa das Índias Orientais. É sede também da única colônia de povoamento criada antes da Revolução Industrial e da "corrida para a África", desencadeada a partir do final do século XIX.

Antes de uma sinopse histórica, é relevante alinhar alguns fenômenos que serviram de base para a especificidade da região. O dado mineral é aí importante, porque ocorreu na região o que se chama de "escândalo geológico", isto é, uma alta concentração de minerais importantes (SILVA: 1991, 68). A descoberta dessa riqueza mineral (2ª metade do século XIX), foi precedida pela existência de uma agricultura mediterrânea, que foi decisiva para a fixação dos colonos. Isto veio a ter, mais tarde, três consequências importantes. A primeira, foi a considerável aceleração do ritmo de povoamento europeu na região, iniciando-se, sobretudo, pela África do Sul e, em grau menor e posterior, pela Rodésia do Sul. A segunda, foi o nascimento de um nacionalismo branco (bem anterior à Guerra do Bôeres [1889-1902]), inédito na história da colonização do continente africano. Nacionalismo e supremacia racial branca eram a base da trilogia da conquista: dominação com povoamento, tomada de terra e ouro (SILVA: 1991, 69). A terceira consequência, foi o aporte rápido de capitais (britânicos, sobretudo), atraídos pelas excelentes oportunidades de lucros oferecidos pela exploração do ouro.

A exploração mineira, embora contando como epicentro, o ouro e os diamantes sul-africanos, não se limitava a este país. Assinale-se também na região: as minas de cobre do *Copperbelt* da Zâmbia, o carvão *Wankie*, da Rodésia do Sul (o cromo e o ouro são posteriores a esta época), as minas de cobre e de diamantes na Namíbia, sob controle sul-africano, a partir de 1915.

Outra marca da região é a integração forçada ou semi-forçada do trabalho migrante, especialmente para as minas do *hinterland*. Este trabalho migrante assegurava uma mão-de-obra a um preço bem inferior ao dos trabalhadores internos. Por outro lado, o trabalho migrante contribuiu para a

estruturação dos Estados menos ricos, necessitados da exportação de mão-de-obra, sobretudo para a África do Sul, para a obtenção de divisas. Moçambique foi um caso clássico, nesse aspecto.

Do ponto de vista mais estritamente histórico-político, a África Austral constitui, no continente, um sub-sistema do imperialismo britânico, primeiro protagonista da sua integração. Embora o sonho de Cecil Rhodes, de uma continuidade britânica ininterrupta do Cabo ao Cairo, não tenha se realizado, a Inglaterra foi se assenhorando, gradualmente, da região. Primeiro, apossou-se das colônias bôeres do Cabo e do Natal; em seguida, após a guerra com bôeres (atuais africânderes), de toda a União Sul-Africana. Agregou à Coroa Britânica a Rodésia do Sul, inicialmente praticamente ocupada por bôeres; depois, a Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e a Niassalândia (hoje Malavi). A Namíbia era uma colônia alemã (o Sudoeste Africano), que, após a derrota germânica da Primeira Grande Guerra, foi entregue, como mandato, à África do Sul, assim como ocorreu com a Tanganika (mais tarde Tanzânia), entregue à Inglaterra.

Quanto a Angola e Moçambique, estavam, como a sua metrópole, Portugal, sob forte dependência econômica inglesa, o que se tornou mais acentuado depois da Conferência de Berlim (1884-85). Os enclaves de Botsuana, Lesoto e Suazilândia haviam se tornado, devido a expansão bôer, o *mfecane* (avanzo) zulu e, mais tarde, também a colonização alemã na Namíbia, quase forçadamente, protetorados britânicos.

Numa linha de raciocínio um pouco simplista, poderíamos dizer que a África Austral teve uma integração "perversa", desenhada quase que, desde o início da sua formação, quando foram descobertos o ouro e os diamantes. Vamos relembrar o esquema, acrescentando um ou outro dado. Já falamos da riqueza mineral do *hinterland*, dos capitais, da mão-de-obra migrante; falta acrescentar que os pontos de escoamento desse *hinterland* — aí incluído o cobre da província zaireense de Shaba/Katanga — eram principalmente constituídos pelos portos de Lobito-Benguela (Angola), Maputo, Beira e, mais tarde, Nacala (Moçambique) que eram os terminais mais importantes (excluídos os da África do Sul) de uma complexa rede ferroviária, do Atlântico ao Índico, montada pelos britânicos.

Este era o esquema básico de integração econômica inicial. Ela se amplia após a Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, depois da vaga nacionalista africana dos anos 60 e 70. Essa ampliação foi feita, no plano político, pelo eixo do "poder branco": Pretória — Salisbury (Rodésia) — Lisboa. Na esfera econômica, os atores principais são as multinacionais, normalmente de origem sul-africana ou britânica, que atuam articuladamente em vários países da região, dominando cada uma, vários setores da produção e da comercialização.

O exemplo mais marcante é o da *holding* sul-africana, a Anglo-American Co., que tem como principal subsidiária a De Beers — a maior distribuidora mundial de diamantes. Essa *holding* atua em todos os países da região por intermédio de 16 minas de ouro, 17 de carvão, 5 de cobre, além de 31 companhias de financiamento (fontes agregadas em PEREIRA: 1993, 2-5).

Essa integração "perversa" passou a ser fortemente questionada em termos políticos e econômicos, após as independências de Angola e Moçambique. Esses dois países somaram os seus esforços aos da Tanzânia, Zâmbia e Botsuana para, no quadro da OUA, intensificar a ajuda aos movimentos de libertação do Zimbábue (ZANU/ZAPU) da Namíbia (SWAPO) e ao ANC — Congresso Nacional Africano, da África do Sul. Esse grupo passou a ser chamado de Países da Linha de Frente (*Front Line States*) e concatenou também as suas ações junto às Nações Unidas e potências ocidentais (Grupo de Contato). Com a independência do Zimbábue, em 1980, este país reforçou os Países da Linha de Frente na luta pela independência da Namíbia, o que viria ocorrer em 1990.

No campo econômico, os seis países da Linha de Frente, junto com os vizinhos Lesoto, Malavi e Suazilândia, criaram, em 1980, a SADCC — *Southern African Development Coordination Conference* — Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. O objetivo era diminuir a dependência econômica da África do Sul bem como, num quadro regional articulado, receber e integrar ações e investimentos, sendo estes na quase totalidade de origem internacional. O princípio básico foi o de que, cada país seria responsável por um setor econômico das ações dirigidas à região.

Exemplos: Angola ficou responsável pelo setor de Energia, e Moçambique por Transportes e Comunicações.

A SADCC, embora com realizações limitadas, tornou-se uma organização de boa credibilidade, obtendo, nos últimos dez anos da sua antiga formação, financiamentos internacionais da ordem de cinco bilhões de dólares.

O fraco intercâmbio comercial entre seus membros (menos de 10% do total da região, onde a economia sul-africana continuava hegemônica), o esperado advento de uma África do Sul democrática, bem como a necessidade de uma comunidade livre e aberta à circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas, com ênfase numa real integração regional, levou a substituição da SADCC, em 1992, pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral — SADC.

2.2 Unidade, Diversidade e Visão "Alargada" da África Austral

São muitos os fatores que tornam a África Austral notável do ponto de vista geopolítico, além da reserva de minérios e da singularidade da sua integração. Um desses fatores é o de possuir, para padrões africanos, um grau razoável de identidade étnico-cultural e, ao mesmo tempo, apresentar, nesse mesmo campo, uma diversidade inédita no continente.

Privilegiando primeiro os indicadores de unidade e operando freqüentemente com estimativas, podemos adiantar, do ponto de vista étnico que a região é, na sua grande maioria, de base lingüística banto. Na maior parte dos países que compõem sua região, duas ou três línguas africanas costumam abranger cerca de 70% da população.

Dos onze países da África Austral, nove têm o inglês como língua oficial. Os outros dois são de língua portuguesa, Angola e Moçambique, somando estes perto de 30 milhões de habitantes. Acrescente-se que na África do Sul há uma comunidade de 600 mil portugueses.

A religião cristã é predominante na região. Na África do Sul, com 43 milhões de habitantes, os cristãos constituem 75% da população, incluindo, aí, as igrejas negras independentes. Em Angola, mais da metade da população é cristã, predominando o catolicismo.

Atentando agora para o lado da diversidade étnica e no que ela tem de potencialmente enriquecedora, notamos que a África Austral possui um contingente de população de origem européia (brancos africanos e estrangeiros residentes), que ultrapassa os seis milhões de pessoas — só a África do Sul tem cerca de 5,5 milhões. Esse número de brancos é superior à soma de todas as demais regiões do continente. Já nos referimos aos asiáticos e, devido a idiosincrasia do processo histórico da região, devemos citar um grande número de mestiços em quase todos os países, especialmente na África do Sul, onde constituem aproximadamente 10% da população.

Outro fator importante na região, este de relevância econômica e social, é a existência de um contingente numeroso de mão-de-obra especializada, bem acima dos padrões africanos. Isto, malgrado o *apartheid* sul-africano e rodesiano e o obscurantismo do sistema colonial português. A razão está relacionada com o desenvolvimento da região como um todo a partir dos meados dos anos 60. Nela se destacam os pólos industriais da África do Sul, do qual o mais importante é o de Witswatersrand e, em menor escala, o de Harare, no Zimbábue e o *Copperbelt* zambiano.

O alto grau de urbanização da África Austral — quase 50% — está relacionado não só com o tradicional êxodo rural do continente, mas com a atração exercida pelos pólos industriais.

Uma África Austral alargada pela atração econômica que exerce sobre países de regiões vizinhas, comportaria não só o núcleo-base dos onze Estados, mais sete que se estenderiam do Atlântico (Zaire) até o Índico (Madagascar).

2.3 Conflitos e Negociações na Região (1975-1988)

É importante para esta pesquisa relacionar a crise angolana com os demais conflitos na região e acompanhar, a grosso modo, as mudanças ocorridas nesta, com destaque para o regime do *apartheid*, que teve a sua hegemonia militar contestada.

Entre o início da crise, em 1975, e os primeiros sinais de mudança interna na África do Sul, em 1989, podemos considerar como três as fases desse período crucial para a África Austral.

A primeira fase, de 1975 a 1980, implica na redefinição das políticas praticadas na região em função da internacionalização dos conflitos que aí se desenvolvem. A África do Sul é obrigada a reagir tanto à deterioração da situação doméstica (rebelião de Soweto, 1976; crescimento das greves e crise econômica — queda do preço do ouro), quanto ao agravamento da situação externa — pressões internacionais levando ao embargo de armas pela ONU, em 1979, e fragilização do governo de minoria branca na Rodésia.

O governo de Pretória passou a interpretar essas pressões e mudanças como sendo um assalto total (*total onslaught*), isto é, um complô comandado por Moscou e envolvendo todas as forças *anti-apartheid*. A resposta do governo sul-africano, sobretudo depois da subida ao poder, em 1978, de P.W. Botha, foi caracterizada como sendo uma *estratégica nacional total*, destinada a reforçar o poder interno e a retomar o controle da situação política na região. Toda a ação que pudesse afetar a segurança nacional deveria passar por uma articulação entre as políticas interna, externa e de defesa. Isso acarretou uma centralização maior do Estado e uma militarização do país.

Na esfera regional, houve o propósito de criar a CONSAS, uma constelação de Estados vizinhos e clientes com quem Pretória assinaria pactos de não-agressão e concederia favorecimentos econômicos. O plano falhou e a aliança ficou restrita aos três bantustões "independentes". A resposta dos Estados vizinhos traduziu-se em outras ações de apoio aos movimentos de libertação e no reforço ao grupo político dos Países da Linha de Frente, já anteriormente referido.

A segunda fase, de 1981 a 1983, é marcada pela maior polarização dos conflitos. A independência do Zimbábue, em 1980, com um governo hostil ao *apartheid*, constituiu um forte golpe para Pretória, que apostara aí num governo dócil. A criação da SADCC, que agregou todos os países independentes da região, constituiu-se num reforço político dos Países da Linha de Frente, tanto a nível africano, quanto internacional. Pretória responde a essa nova realidade com uma agressiva política de desestabilização dos países da região. Como exemplo disso, as suas forças armadas invadiram Angola, em 1981, na operação Protea e permaneceram por um bom tempo numa faixa territorial do Sul desse país.

Dessa política, popularmente chamada de "o porrete e a cenoura", faz parte a alternância de pressões, intervenções e vantagens econômicas.

A terceira fase, que se inicia em 1984 e vai até os Acordos de Nova Iorque, em 1988, começa com os acordos de Lusaca (fevereiro de 1984) e de Nkomati (março de 1984), respectivamente com Angola e Moçambique. Em ambos os acordos se pretendia o fim da desestabilização (e retirada das tropas sul-africanas em Angola), dos dois países por Pretória, em troca da retirada de apoio militar à SWAPO e ao ANC por parte das ex-colônias portuguesas.

Esses acordos não chegaram a funcionar satisfatoriamente, mas o rumo da diminuição de tensões é mantido, sobretudo, a partir do clima de *détente* desencadeado por Gorbatchev. A África do Sul reconhecia que a sua lógica militar se mostrara contrária aos seus interesses fundamentais. O crescente agravamento dos conflitos na África Austral — em que ela sempre participava ou apoiava materialmente — aprofundava o seu isolamento internacional, que já redundara em sanções mais sentidas, em especial a política de desinvestimento (retirada de capitais, sobretudo norte-americanos), bem como as despesas militares que pesavam forte na economia (SILVA: 1991, 25-31).

Ainda no campo estratégico-militar, a África do Sul foi surpreendida pela intervenção militar conjunta em que, pela primeira vez na região, tropas do Zimbábue, da Tanzânia e, até do Malavi, fizeram, a partir de 1986, em favor de Moçambique, para protegerem, sobretudo, o *corredor da Beira*

(ferrovia, porto e oleoduto), dos ataques dos rebeldes moçambicanos da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), armados por Pretória.

A batalha de Cuíto Canavale (1987-88), travada entre tropas angolanas e cubanas contra as sul-africanas e da UNITA, tornou-se o canto do cisne da hegemonia militar das Forças Armadas sul-africanas na África Austral, especialmente a força aérea. A partir daí, Pretória enveredou pelo campo de negociação, seguida por Luanda e por Havana, desembocando nos acordos de Nova York, de dezembro de 1988.

III A IMPORTÂNCIA DE ANGOLA NO CONTINENTE

3.1 Angola: Um Perfil Econômico — Do Final do Colonialismo ao Impacto da Crise

Com 1,2 milhões de km² de superfície e uma população atual que beira os 12 milhões de habitantes, Angola³⁴ foi, destacada, a mais rica colônia

34 ANGOLA: UM PERFIL

Situação: Embora pertencendo geopoliticamente à África Austral, Angola é um país de ligação entre esta região e a África Central, conforme acontecimentos recentes vieram lembrar. Aliás, é na sua fachada norte que se encontram, em maior abundância, as duas principais riquezas do país: petróleo e diamantes; do ponto de vista histórico, seu reino mais famoso, o Kongo, se estende por países da África Central, que dividem com Angola alguns povos (bacongos, quiocos, lundas — grafados aqui de modo coloquial). Angola tem fronteira, ao norte e noroeste, com o Congo/Zaire; a leste, com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e a oeste com o Oceano Atlântico. O distrito de Cabinda (o "Koweit Africano"), um enclave, é separado do país pelo estuário do rio Congo/Zaire e por territórios dos países Congo/Zaire e Congo (Brazzaville).

A superfície é de 1.246.700 km², as fronteiras terrestres somam 5.198 km. A população estimada (1996) é de 11.890.000 habitantes. A densidade populacional é de cerca de 22 hab./km². Contudo, grosso modo, 90% da população concentra-se na metade ocidental do país, sobretudo no litoral. A capital, Luanda, fundada em 1576, tem, devido aos deslocados de guerra, mais de três milhões de habitantes. Estimativas de 1983, indicam para algumas das principais cidades, as populações de: Huambo (203 mil); Benguela (115 mil); Lobito (150 mil); as populações de Lubango, 31 mil e Malange, 32, provêm do censo de 1970. Devido à guerra, mais da metade da população está freqüentemente nas cidades. São quatro os mais numerosos grupos étnicos (denominação informal): ovimbundos, 37%, kimbundos, 25%, kikongos, 13% quiocos, 9%. Mais de 60% das pessoas se expressam em português, fato inédito na parte continental (não insular) da África, para uma língua europeia. Esta já é a língua materna de perto de 10% da população, sobretudo na região de Luanda. A população mestiça é estimada em 2% do total, e a branca é de perto de 1%, considerando angolanos e europeus residentes. Os católicos são mais de 40% e os protestantes, cerca de 15% do total da população.

A estrutura física do país é dominada por um planalto que cobre 60% do território, com predominância na região central. As faixas costeiras são relativamente estreitas, e os principais rios, provenientes do planalto são o Cuanza, o Cunene, o Cubango e o Queve. As condições climáticas são bastante variáveis, com dois fatores importantes: a corrente fria de Benguela e a crescente altitude para o interior, onde o clima tem uma média de 19°C. Ao norte, duas estações: úmida e seca (maio a outubro) e quente e chuvosa (novembro a abril); semi-árido ao sul. A variedade de climas permite o cultivo simultâneo de produtos tropicais e de tipo mediterrânico (TRAORÉ: 1992, 12, e outras fontes variadas).

A economia do país, com estimativas de 1994, período final deste trabalho,

portuguesa. Os seus recursos naturais eram superiores ao do próprio Portugal. No entanto esses recursos só passaram a ser explorados em larga escala após 1961, como reação ao início da guerra de independência. Até essa época, o papel de Angola era o de estrito fornecedor de matérias primas necessárias às indústrias metropolitanas (têxteis, calçados, etc.), e de mercado cativo para a indústria portuguesa (NETO: 1991, 30).

Além disso, a política do Estado Novo, controlada por Salazar a partir de 1928, limitava a entrada de investimentos estrangeiros nas colônias, mantendo estas numa integração quase exclusiva com a metrópole. Perante a nova realidade da guerra colonial e, em consequência, da necessidade de apoio militar, político e econômico das potências da OCDE, o governo aprovou, em 1965, um generoso código de investimentos estrangeiros. Esses investimentos, que eram aproximadamente de US\$ 1,8 milhão em 1966, passaram para cerca de US\$ 370 milhões em 1973, representando 43% dos investimentos previstos pelo governo. Esses capitais provinham, basicamente, de: 40% da Inglaterra, 22% dos Estados Unidos e 15% da África do Sul (SÃO VICENTE: 1994a, 144 e NETO: 1991, 24).

Para avaliar a capacidade produtiva, já realizada, de Angola, é necessário recorrer aos níveis alcançados em 1973. A partir do final de 1974, se iniciaram os conflitos internos e o país foi envolvido numa guerra civil de 16 anos, até o Acordo de Paz de Bicesse, de 31 de maio de 1991, entre o governo do MPLA e os rebeldes da UNITA. Esta, derrotada no pleito de setembro de 1992, iniciou uma nova guerra, mais destrutiva que as anteriores, que só terminou com o Acordo de Lusaca, em 20 de novembro de 1994. No entanto, continuaram incidentes armados, cada vez mais amplos e freqüentes.

No que concerne à economia, a guerra de independência, ou melhor, a luta de libertação nacional (1961-1975) não provocou danos

apresentava um PIB de US\$ 7,5 bilhões, com US\$ 400 per capita e um crescimento médio anual, nos últimos anos, devido ao petróleo, de 9%. A inflação se aproximava dos mil por cento. A moeda nacional é o Kwanza reajustado, custando, então, o dólar KR 176 mil. As exportações de 1994, totalizam cerca de US\$ 3 bilhões, e as importações US\$ 1,63 bilhões. Principais fornecedores: Portugal, 53%; EUA, 9%; Espanha, 7%; principais compradores: EUA, 64%; Bélgica, 7,5%; China, 5% e Portugal, 4%. Dívida externa: próxima de onze bilhões de dólares.

substantivos à produção do país, pois ela foi travada principalmente em áreas sem maior importância econômica e jamais alcançou níveis de alta intensidade como nos dois conflitos armados que se seguiram. De qualquer modo, o país passou praticamente seus últimos 30 anos em guerra, fato sem precedentes em toda a África.

Devido à guerra, Angola sofreu, por ocasião da independência um êxodo maciço de perto de 340 mil colonos portugueses, esvaziando o país da maior parte da sua mão-de-obra especializada e semi-especializada.

Desta forma, podemos compreender porque, com exceção do petróleo, os níveis da produção angolana diminuíram tanto em comparação aqueles alcançados no início dos anos 70. Nessa época, o país era um bom exportador de produtos minerais e agrícolas além de ser praticamente auto-suficiente do ponto de vista alimentar. Não obstante, Angola continua sendo um dos dois países que conjuga o maior potencial agrícola, energético e mineral do continente africano, o outro, é o Congo/Zaire (TRAORÉ: 1992, 12).

Em 1973, o país era o 4º produtor mundial de diamantes, com uma produção superior a dois milhões de quilates. Explorado a partir de 1917, pela Diamang (consórcio entre o Estado e os investidores estrangeiros), ele passou a ser, até 1946, a principal fonte de divisas de colônia, sendo a partir daí substituído pelo café. Atualmente, está em curso uma recuperação da produção diamantífera que poderá guindá-la ao antigo *ranking* mundial. Nessa escalada, dois projetos têm capitais brasileiros — Luzamba e Catoca. No último conflito, a UNITA apoderou-se de grande parte da produção diamantífera, o que a possibilitou financiar as suas ações militares contra o governo.

Nesse mesmo início dos anos 70, Angola era o 4º maior exportador mundial de café. Com uma produção de cerca de 270 mil toneladas, o café ultrapassou os diamantes e vai liderar a produção de divisas para a colônia até 1973, quando o petróleo assume essa posição.

A produção cafeeira em Angola teve a sua primeira expansão durante a 2ª Guerra Mundial, mas o seu grande *boom* se dá a partir de 1950, com o início da Guerra da Coreia. Isso constituiu um grande incentivo para a imigração de colonos portugueses. Eles passaram a ocupar as férteis terras do

Norte, desalojando camponeses bacongos. Uma boa parte destes emigrou para o então Congo Belga, atual Congo-Zaire, o que vai ter conseqüências no nacionalismo angolano.

A respeito dessa nova vaga de colonos, é de sublinhar que, entre 1940 e 1960, a população branca de Angola passou de 44 mil para 174 mil (um crescimento de quase 400%), passando a constituir 3,6% de uma população total de 4,8 milhões de habitantes. Isto é, no espaço de 20 anos, Angola se tornou uma colônia de povoamento (NETO: 1991, 17).

Explorada desde os meados da década de 1960, a produção petrolífera de Angola atingia, em 1973, cerca de 140 mil barris diários. Hoje, já ultrapassa os 700 mil barris/dia. Nestes últimos anos, o petróleo vem sendo responsável por mais de 98% das divisas do país e constitui mais de 50% do PIB angolano, estimado em US\$ 8 bilhões (1994). Dois terços da produção são *off-shore* e provêm do enclave de Cabinda³⁵.

A principal empresa petrolífera atuando em Angola é a Gulf Oil Company, subsidiária da norte-americana Chevron; sua produção se inicia em pequeno escala nos meados dos anos 60, contudo, em 1973, ela já investira cerca de US\$ 200 milhões, pagava US\$ 61 milhões ao governo português pelos três milhões de toneladas produzidas, e extraía 130 mil barris diários.

Por ocasião da conflituosa independência, a Gulf Oil, pressionada pelo governo americano, suspendeu a extração de petróleo, em dezembro de 1975, bem como o pagamento de *royalties* ao governo do MPLA, recém instalado. Com a Emenda Clark e a vitória do MPLA, a Gulf Oil retomou a extração de petróleo e os pagamentos, incluindo os atrasados. As divisas produzidas por essa companhia se constituíram no apoio financeiro mais seguro do governo na difícil fase de reconstrução nacional. Assim sendo, e por mais irônico que pareça, as instalações da Cabinda Gulf Oil foram, desde então, e até 1990, permanentemente protegidas por tropas cubanas. A Gulf

35 Angola é, atualmente, o 8º fornecedor de petróleo dos Estados Unidos, que lhe compra 4% do seu total importado (África Hoje, Lisboa, 23 de julho de 1998).

Oil defendeu, em várias ocasiões, a normalização das relações de Washington com o governo de Luanda.

No final de 1978, o governo e a Gulf Oil chegaram a um acordo. A petrolífera estatal angolana, a SONANGOL, criada em 1976, adquiriu a participação majoritária da Gulf, ficando esta de pagar ao Estado angolano 16,67% do total dos lucros provenientes das vendas de petróleo e 65,75% sob forma de impostos sobre o lucro (FITUNI: 1985, 148-9).

Com a criação da SONANGOL, esta passou a assinar acordos com as demais petrolíferas, ficando com a maioria das ações das companhias formadas. Dois tipos básicos de acordo são estabelecidos: o *production sharing* e as *joint-ventures*.

Outras importantes companhias petrolíferas estabelecidas em Angola são: a francesa Elf-Aquitaine, a partir de 1980, a Texaco, norte-americana, desde 1969, a Total, francesa, e a brasileira Braspetro, subsidiária da Petrobrás.

Ainda no setor mineral, Angola era, no início dos anos 70, o 2º produtor africano de minério de ferro. A principal mina, Cassinga, no Sul, com percentual de hematite se aproximando de 65%, ficou paralisada desde a primeira invasão sul-africana. A Krupp, alemã, era associada do projeto e principal cliente. A queda acentuada do preço do minério desestimula uma breve retomada da produção (MCCORMIC: 1994, 34-35).

Em 1973, o petróleo, os diamantes e o minério de ferro representavam 99% do valor bruto da produção extrativa (NETO: 1991, 82). No entanto, Angola é rica em outros recursos minerais ainda inexplorados como manganês, cobre, ouro, urânio, etc. O quartzo e o mármore têm tido pequena exploração.

Angola possui uma das mais ricas zonas haliêuticas do hemisfério Sul, favorecida pela corrente fria de Benguela. Tem um potencial, a médio prazo, de um milhão de toneladas de pescado e derivados, tendo atingido já, no passado colonial, cerca de 600 mil toneladas (PEREIRA: 1992, 6).

O parque industrial angolano, no término do período colonial, embora modesto, era já expressivo na escala do continente, produzindo o

equivalente hoje a cerca de US\$ 600 milhões. Era formado por aproximadamente quatro mil empresas com perto de 200 mil empregados.

O notável nesse parque industrial é que ele praticamente só se formou a partir dos anos 60, mais precisamente depois da legislação "libertadora" de 1965, quando cresceu, a preços correntes, a uma média anual de 12,5% no período 1960-1974 (NETO: 1991, 9). É de salientar que até os meados dos anos 60, a criação de indústria em Angola foi limitada pelo receio da metrópole de que essa colônia se tornasse concorrente das Indústrias — criadas ou a criar — na metrópole, como era, sobretudo, o caso dos têxteis.

A indústria angolana, apesar do alto crescimento, mantinha-se praticamente restrita a setores incipientes: 60% do valor bruto industrial provinha de indústrias de alimentação, têxteis e bebidas.

O comércio externo angolano apresentava, em 1974, o seguinte quadro:

- *por produto*: petróleo, 55%; café, 23%; diamantes, 9%; ferro, 4%; algodão em rama, 3%; sisal, 2%;
- *por parceiro*: Estados Unidos (petróleo e café), Portugal, Inglaterra, Holanda, França e Alemanha.

A evolução da economia angolana desde a independência tem refletido de modo bem nítido a influência de dois vetores que, simultaneamente, a balizam e condicionam: a) Inserção num espaço geopolítico conturbado. No plano externo, tem como adversários principais a maior potência mundial, os Estados Unidos e, no quadro regional, o mais poderoso país do continente, a África do Sul. No plano interno defronta uma guerra civil contra a UNITA, um poder militar rebelde muito bem municiado e treinado. b) a dependência crescente do comportamento do setor petrolífero (PEREIRA: 1992, 24).

"O Estado angolano tem sido, desde a independência, o principal agente econômico do país e a sua principal atividade foi a político-militar, tendo as despesas militares escalado desde 25% do total do orçamento geral do Estado, em 1975, para 78% em 1993" (SÃO VICENTE: 1994b, 36). As alterações conjunturais no mercado internacional de petróleo e o volume de

produção deste, no país, tornam-se os elementos decisivos da economia angolana. O petróleo responde, atualmente, por 98,1% das exportações do país. Em 1994 essa receita foi de US\$ 2,82 bilhões. Em segundo lugar estão os diamantes que, em 1990, rendiam US\$ 243 milhões, com uma produção de 1,25 milhão de quilates. Com as ações militares da UNITA e o crescimento desmesurado do contrabando, a produção registrada pelo Estado, em 1994, foi de 176 mil quilates, no valor de US\$ 19,2 milhões. Por essa razão, as exportações de diamantes só representam, atualmente, 1,7% do total (INE: 1995, 3).

O comércio externo angolano apresentava, para o ano de 1988 ou 89 (os últimos números disponíveis, no momento), os seguintes números:

- *Países clientes:* Estados Unidos, 50,8%; Alemanha Federal, 10,6%; Brasil, 9,6%; Bélgica, 9%; Holanda, 6,1%; Espanha, 3,5% e URSS, 0,2% (grifo nosso).
- *Países fornecedores:* Portugal, 24,6%; França, 11%, Inglaterra, 3,5%; Espanha, 4,3%; Holanda, 4,4%; Alemanha Federal, 9,7%; Brasil, 7,1%; EUA, 2,6%; URSS, 0,3% (sem incluir, neste caso, material bélico).

3.2 O Império Português — A Especificidade de Angola; A Diversidade no Tempo e no Espaço

Não deixa de causar estranheza que Portugal, um "pequeno retângulo" ibérico de 92 mil km², haja conseguido, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ter exercido a soberania na África em mais de dois milhões de quilômetros quadrados. Aliás, junto com a Bélgica, Portugal foi o único pequeno país que participou do *scramble*, da corrida para a África (ENDERS: 1994, 69). Isso nos remonta há séculos atrás.

Portugal foi a primeira potência imperial mercantil europeia dos tempos modernos. De certo modo, podemos situar na conquista de Ceuta, cidade marroquina, em 1415, o início da expansão portuguesa. Seu término se deu em 1975. Esses 560 anos podem ser divididos em três grandes fases: o império asiático, o brasileiro e o africano, este vulgarmente denominado de

Terceiro Império, cujo estudo breve é necessário a este trabalho (TELO: 1994, 201).

Embora Portugal tenha sido a primeira potência europeia a chegar à África, ela não foi somente a derradeira a sair; ela foi; igualmente a última a ocupar efetivamente o interior do continente. E só o fez porque a isso foi levada pelos novos princípios surgidos da Conferência de Berlim (dezembro de 1884 a fevereiro de 1885). Até então, vigorava o princípio do direito histórico adquirido pela "descoberta" do território situado na faixa costeira do continente. A partir da Conferência, tornou-se obrigatória a ocupação do interior para "legitimar" a soberania e a exploração.

A possibilidade da conquista definitiva de Angola e Moçambique se deveu a circunstâncias internacionais e a outras específicas da África Austral. E nessa tarefa, foram tão importantes as armas manejadas pela diplomacia de Lisboa quanto as "guerras do sertão". Nestas, foi decisiva a tecnologia militar oriunda da 2ª Revolução Industrial, que os portugueses souberam importar e aplicar, apesar do país não ter completado, ainda, em vários setores, o domínio da 1ª Revolução (TELO: 1994, 193).

Quanto às circunstâncias internacionais, sobreleva a conhecida "aliança com dependência" que Portugal mantinha com a Inglaterra. Esta, tinha duas razões principais para apoiar os direitos de Portugal em Angola e Moçambique. A primeira, está relacionada com a necessidade de conter uma possível expansão alemã a partir do Sudoeste Africano (atual Namíbia), bem como ao nacionalismo boer entricheirado a partir da República do Transvaal.

A segunda, é que Londres acaba preferindo que os corredores de passagem do litoral para o *hinterland* (portos e ferrovias) fiquem em mãos portuguesas "pois assim estão sob seu controle indireto, e não é necessário ceder uma parte [de Angola ou Moçambique] a outras grandes potências" (TELO: 1994, 205).

Embora tenhamos dado o devido relevo ao valor da aliança anglo-lusa, à diplomacia de Lisboa e à tecnologia militar importada por Portugal, é relevante lembrar que a conquista do interior de Angola custou aos portugueses mais de 180 campanhas militares, considerando o período 1845-1920 (PÉLISSIER: 1987,90). No último decênio do século XX, 45% do

orçamento de Angola era gasto em operações militares que envolveram, no período atrás referido, cerca de 40 mil militares (ENDERS: 1994, 70).

Face a esta realidade, isto é, a tardia e belicosa ocupação de Angola — à qual deve-se acrescentar ter ocorrido numa contínua alternativa entre conflito e negociação — podemos dizer que "os cinco séculos de colonização" foram um mito cultivado pelo colonizador, para permanecer, e pelo colonizado/nacionalista para justificar a sua luta armada e as dificuldades resultantes dela, algumas de carácter altamente ideológico, como o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, posto a serviço do colonialismo português pelo governo de Lisboa.

A ocupação de Angola, antes da segunda metade do século XIX, não ultrapassava em muito uma estreita faixa costeira com os portos de exportação de escravos, sendo Luanda e Benguela os principais, e uma penetração ao longo e nas margens do rio Cuanza onde se ergueram fortes e presídios e se estabeleceram mercados ou feiras (FERREIRA: 1979, *passim*). Em 1844, havia em Angola 1845 brancos, pouco mais de cem eram mulheres e 87% delas estavam concentradas na capital. Em 1900, os colonos não ultrapassavam os nove mil (PÉLISSIER: 1987, 88).

Durante perto de três séculos, portugueses e luso-brasileiros empresariaram e dirigiram a gigantesca operação do tráfico escravo. Tiveram para isso a intermediação, quase diria, parceria, de alguns grupos sociais africanos. Segundo Boxer, além de "negros destribalizados" atuando no tráfico, formou-se uma "classe de mestiços, dos quais alguns atingiram importantes posições na milícia, no tráfico e na Igreja" (BOXER: 1963, 39/40; OLIVEIRA: 1981, 34).

Para o nosso trabalho, é importante identificar melhor esses negros destribalizados de que fala Boxer. Eles constituirão, a partir do tráfico, uma *sociedade crioula* que será marcante na posterior formação do moderno nacionalismo angolano, especialmente o MPLA. Foi Mário António F. de OLIVEIRA, a nosso ver, quem primeiro utilizou para esses grupos o conceito de *crioulos* e marcou a sua importância nas "ilhas crioulas" do litoral, com destaque para Luanda e Benguela, e para a já referida área do rio Cuanza (OLIVEIRA: 1974 e 1981, *passim*).

As sociedades crioulas formadas nessas "ilhas" englobavam um amplo leque de indivíduos: europeus nascidos em Angola, mestiços e africanos destribalizados que, graças ao contato estreito com o modo de viver português, iniciaram um processo de aculturação através do qual foi se consolidando uma cultura de síntese específica, a crioula.

Ao longo de mais de dois séculos de tráfico, parte dos crioulos constituiu-se numa elite que, em virtude dos seus níveis mais elevados de educação e riqueza, ocuparam uma posição privilegiada em relação à maioria da população africana. Eles eram chamados de "filhos da terra", ou do país, em contraposição aos indígenas, considerados "gentios". Adotavam a língua e os nomes portugueses, além do catolicismo, embora mantivessem boa parte dos valores e cultos tradicionais africanos.

Uma característica marcante da sociedade crioula era a adoção da propriedade privada, em vez da tradicional, de cunho comunitário. A transmissão se fazia de pai para filho, à moda europeia, e não de forma matrilinear, como estabelece a tradição kimbundo. Mantinham, deste modo, por herança, a propriedade concentrada e, ainda, ampliada pelos casamentos entre si dos filhos das "grandes famílias".

Os crioulos consolidaram e expandiram a sua influência através de relações de parentesco e clientela. A sua ação articulava-se a partir do litoral — Luanda, sobretudo — para o interior, "estabelecendo canais através dos quais circulavam o crédito, os produtos, a proteção e outros serviços (DIAS: 1984, 60-65)³⁶.

Com o fim do tráfico, a sociedade crioula vai perdendo gradualmente a sua substância política bem como grande parte dos postos que ocupava na administração colonial, sendo substituída por novos colonos. É nesta fase de decadência — onde o que resta é o capital intelectual, em

36 Pepetela tem, em *A Geração da Utopia*, uma elucidativa visão dessa elite crioula. "Para falar a verdade, o mal vem de muito atrás. Este país teve uma elite intelectual de causar inveja a qualquer país africano. Elite cidadina, transitando tranqüilamente da cultura europeia para a africana, acasalando-as com sucesso num processo que vinha de séculos (...)" (PEPETELA: 1992, 304-305).

contraste com as poucas letras da maioria dos colonos — que jornalistas e escritores crioulos vão se notabilizar por reivindicar para Angola progresso e autonomia. O liberalismo de Sá da Bandeira, estendido às colônias possibilitava isso. Uma primeira geração de escritores, que vai desde a década de 1860 até a virada do século, foi a responsável pela edição de perto de 50 títulos de periódicos (quase todos de vida efêmera), entre as quais, *A Civilização da África Portuguesa* (1866-1869), que pregava a abolição completa da escravatura e os interesses econômicos e administrativos de Angola (EVERDOSA: 1979, 26). Os intelectuais mais expressivos dessa geração foram José Fontes Pereira e Joaquim Cordeiro da Mata, este deixando um dicionário kimbundo-português e uma História de Angola. O mais duradouro e abrangente periódico dessa época foi o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiras* (1851-1900).

Uma nova geração surgiu na virada do século, tendo como figura de proa Pedro da Paixão Franco, que editou dois números de *Luz e Crença*, coletânea de ensaios. Ele é considerado o mais explícito representante do que veio a chamar-se de protonacionalismo angolano (PÉLISSIER: 1978 e HAMILTON: 1975), pelo modo como reivindicava a autonomia da colônia, um ideal que, manifestado assim na época, expressaria já um desejo de futura independência.

Desde o fim do tráfico escravo até a década de 1920, Angola passou por uma fase de transição do colonialismo mercantilista para o que podemos chamar de novo colonialismo, fruto da revolução industrial, e que retardou em implantar-se no império português. Ele só se consolida após a ascensão do Estado Novo, em 1928, que vai dar lugar à liderança de Salazar, a partir de 1932, quando assume a chefia do Conselho de Ministros, onde permanecerá até 1968.

Essa fase de transição corresponde, na economia, sobretudo, ao ciclo da borracha, primeiro produto tropical de expressão relativa na exportação da colônia. Ele era trazido do interior "profundo", das Lundas e do Moxico, por caravanas de ovimbundos que partiam do planalto central, na virada do século. O marfim e a cera foram dois outros produtos que, antes da borracha, marcaram a economia dessa fase.

Ao mesmo tempo, novos produtos agrícolas se consolidavam na colônia, a maior parte vinda do Brasil, como a mandioca, o milho, a batata e, mais tarde, o café. No campo político, a transição é marcada, sobretudo, pelas conseqüência das resoluções adotadas na Conferência de Berlim. Em lugar do tráfico e da instalação de feitorias no litoral, o que importava agora era a ocupação definitiva do território e sua reinserção na economia mundial através da exportação de produtos agrícolas, sobretudo tropicais e minerais.

Intensificam-se, então, as campanhas militares, já anteriormente referidas, e que vão estender-se até um pouco depois da segunda década do século XX. Com a chegada de novos colonos, a população branca que era de nove mil em 1900, atinge, em 1930, o número de 30 mil colonos, isto é, cresceu 3,4 vezes (DILLOWA: 1978, 20-22).

A inserção dos camponeses na economia monetária, se realiza através de algumas instituições básicas. A primeira delas, é o imposto indígena, *per capita*; um imposto de soberania que, até a 2ª Guerra Mundial, constituía a principal fonte de receita do orçamento colonial. Outra instituição, que obriga também o africano a inserir-se na economia colonial, é o trabalho forçado, usado desmedidamente no império português e, talvez a sua marca mais expressiva. Os africanos eram também induzidos a cultivar produtos agrícolas de exportação. Em alguns casos, como o algodão, o cultivo era forçado, com preços compulsórios, bem abaixo do padrão internacional. Esses preços asseguravam a sobrevivência da indústria têxtil portuguesa.

Até meados dos anos 1960, a importância de Angola para Portugal, do ponto de vista econômico, pode ser resumida em três fatos: o papel de socorro no balanço de pagamentos da metrópole; o mercado protegido para as indústrias portuguesas, especialmente vinho e têxteis, e a função de supridora de matérias primas. Estas duas últimas são funções típicas de qualquer situação colonial, mas a primeira reflete a fragilidade econômica da metrópole portuguesa (VOORTMAN: 1974, 35).

Há dois princípios básicos na configuração político-ideológica de Angola e do imperialismo português, em geral. O primeiro, é o *integracionismo*, segundo o qual não existem colônias, mas sim *províncias ultramarinas* que são partes integrantes do Estado português tal como

qualquer das províncias do Portugal metropolitano. Este princípio foi integrado na Constituição (Lei nº 2.048 de 11/06/55, revogando o Ato Colonial de 1930), nos artigos 134 e 135 (MOURÃO: 1991, 46/47; ANDERSON: 1966, 72/73). Pretendia-se deste modo evitar que a admissão de Portugal nas Nações Unidas, a ocorrer em dezembro de 1955, não acarretasse a obrigação, pelo governo de Lisboa, em informar à ONU sobre a administração das suas colônias e seu encaminhamento para a independência.

O segundo princípio é o *assimilacionismo*, que também encontramos na administração colonial francesa. Ele acarreta a divisão da população de Angola (igualmente a da Guiné e de Moçambique) em duas categorias: indígenas e assimilados. O regime do indigenato é antigo; sua última legislação é a do Decreto-Lei nº 39.666, e ele foi revogado, em consequência do início da guerra de independência, pelo Decreto-Lei nº 44.309 de 31/05/62.

São indígenas, segundo a lei, "as pessoas de raça negra, ou seus descendentes, (...) que ainda não têm a educação e os hábitos individuais e sociais necessários para a completa imposição da lei aplicável aos cidadãos portugueses". Os indígenas não têm o direito de propriedade fundiária, ficando limitados à posse consuetudinária das terras que tradicionalmente ocupam. O artigo 9 do Decreto restringe a liberdade de movimentos; os artigos 26 e 32 conduzem o indígena a ser obrigado a trabalhar na economia colonial por imposição administrativa ou fiscal.

O processo de assimilação permite aos indivíduos alcançar a cidadania, isto é, o estatuto de assimilado. Os critérios para isto são, resumidamente, os seguintes: falar corretamente o português; ter rendimento suficiente para seu sustento e da família; ter cumprido o serviço militar; ter pelo menos 18 anos de idade e, etapa mais subjetiva e difícil: ter bom caráter e possuir as qualidades necessárias para o exercício dos direitos de cidadão português.

O resultado dessa política de assimilação³⁷ pode ser avaliado em alguns números. O censo de 1950 indicava que, para 4.000.598 africanos, havia somente 30.089 assimilados. Um percentual de 0,74 que, em 1960, sobe para cerca de 1% da população. É de lembrar que, na década de 1950, um quarto da população branca era de baixa instrução³⁸, daí a necessidade de restringir, ainda mais, o acesso à condição de assimilado para evitar, *a priori*, a concorrência com o "pequeno branco". As possibilidades de ascensão profissional e social dos assimilados tornam-se mais limitadas em Angola nessa época do que no período imediatamente anterior.

3.3 As Mudanças Introduzidas pelo Poder Colonial como Resposta à Guerra de Independência

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a nível militar a repressão contra as rebeliões de fevereiro e março de 1961, foram introduzidas por Lisboa no segundo semestre desse ano, numerosas medidas legislativas que tiveram um relevante impacto na vida social e econômica de Angola.

O principal da parte econômica foi tratado no início deste capítulo. Com a nova lei do condicionamento industrial, através do Decreto-Lei nº 44.016, de 1965, foram criados atrativos bastante generosos para os investimentos estrangeiros, bem como para o arranque da incipiente indústria angolana (NETO: 1991, 74). Enfim, Angola começava a ultrapassar os limites do que Perry Anderson chamava de ultra-colonialismo e colonização reflexa e se aproximava de uma economia de tipo neocolonial.

37 Salazar, sobre a assimilação: "Uma lei reconhecendo a cidadania leva minutos a rascunhar e pode ser feita de imediato; um cidadão, como homem plenamente consciente e integrado numa sociedade politicamente civilizada leva séculos a alcançar" (appud MARCUM: 1979, 177).

38 Num comentário à nota acima, lembramos que os brancos eram automaticamente civilizados, portadores de cidadania, sem ter que passar por qualquer prova disso. No entanto, em 1950, 8,9% dos colonos eram analfabetos; 64,4% só tinham três anos ou quatro de estudo primário e 3,1% era portadores de diploma de ensino superior (appud RELA: 1992, 35).

Sobre essa reforma legislativa, o que importa sublinhar aqui são as conseqüências econômicas e jurídicas e os seus efeitos, sobretudo sócio-econômicos, que teve sobre a população africana de Angola.

Fernando Mourão assinala que "a partir dos meados de 1961, é tomada uma série de medidas que alteram profundamente o sistema colonial. O Decreto-Lei nº 44.309 revogou o Estatuto dos Indígenas e estabeleceu, pelo menos a nível teórico, a plena cidadania de todas as raças" (1992, 47). O imposto indígena, que já sofrera modificações anteriores, passou a chamar-se "taxa pessoal anual", aplicável indistintamente a todos os indivíduos.

Os primeiros efeitos visíveis dessa nova legislação derivaram da criação de maiores oportunidades de trabalho e estudo para os ex-indígenas. Estes, por exemplo, passaram a ter acesso direto às escolas do Estado que, em função do esforço de guerra, aumentaram aceleradamente. O acesso à propriedade privada da terra pelos ex-indígenas, embora tenha causado vários focos de atritos, deu novo fôlego à economia do médio e do pequeno camponês. De um modo geral, o crescimento acelerado da economia, com novas oportunidades para os "pequenos brancos" e para uma crescente camada urbana africana, contribuiu para um certo relaxamento nas relações raciais.

No geral, passou a haver uma fronteira mais permeável entre as sociedades rurais, mais periféricas, e a parte central do sistema colonial, do que resultou uma maior mobilidade vertical dos africanos nos empregos públicos e privados (HEIMER: 1980, 22-23). Um número bem menor de trabalhadores rurais passou a ser empregado dos colonos e essas modificações não foram percebidas em seu tempo nem pelos analistas e muito menos pelos movimentos nacionalistas que, do exílio ou das guerrilhas travadas nas zonas fronteiriças, não se aperceberam das mudanças, taxando-as simplesmente como "cosméticas". Isto terá conseqüências visíveis quando, após a queda do regime colonial, os movimentos de libertação, especialmente a camada dirigente do MPLA, entram nas cidades angolanas e não assimilam rapidamente as conseqüências políticas dessas mudanças, por mais "cosméticas" que porventura tenham sido.

O pensamento estratégico sobre este assunto está claramente expresso numa aula do Curso de Altos Comandos dada pelo general Kaúlza de Arriaga, que seria depois Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique, durante a guerra colonial.

Esclarece o general:

"Só seremos capazes de manter um domínio branco em Angola e Moçambique, que é um objetivo nacional, se o povoamento branco for em ritmo que acompanhe ou, pelo menos, ultrapasse ligeiramente a produção de negros evoluídos. Se acontece o contrário, se o povoamento for ultrapassado pela produção de negros evoluídos, então passar-se-ão fatalmente uma de duas coisas: ou instalamos o apartheid, o que será terrível para nós e no qual não agüentaremos, ou teremos governos negros" (appud BARRADAS: 1995, 153).

Aqui estão claros os limites de assimilação, a produção de "negros evoluídos". Tudo isso era mascarado na propaganda oficial pela ideologia do luso-tropicalismo³⁹. As guerras de independência levaram Lisboa a abolir o

39 Nesta nota, só nos interessa chamar a atenção para a aplicação que Gilberto Freyre fez do luso-tropicalismo às "províncias ultramarinas" africanas que visitou, a convite de Salazar, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952. Dessa visita resultaram dois livros, *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, ambos editados pela José Olympio, em 1953. São muito pouco divulgados no Brasil e quase nunca citados pelos estudiosos de Freyre. Ambos somam quase mil páginas. O primeiro é um diário de viagem e o segundo, uma análise do "mundo que o português criou", através da aplicação da "luso-tropicologia" às colônias portuguesas. Nesses livros, o africano é um coadjuvante chamado à cena para comprovar a ação de herói português no palco do "complexo luso-tropical", para Freyre, "uma obra de amorosa assimilação do exótico". Num capítulo da minha dissertação de mestrado, em 1991, fiz uma curta análise sobre como Freyre interpretou Cabo Verde, com a ajuda de autores, ligados à terra, que, até então, pensavam se identificar com ele. Para Manoel Ferreira, Cabo Verde é "o primeiro caldeirão de ensaio de miscigenação euro-africana (...) o mais extraordinário caso de aculturação nos trópicos, mesmo considerando o caso brasileiro". Entre as razões disso, escolho de Ferreira algumas afirmações: "terras desligadas do continente africano" (...) menor resistência das culturas negras (...) reduzidíssimo número de mulheres brancas". Jorge Dias dá mais achegas sobre as razões da criouldade cabo-verdiana: "(...) trabalhadores europeus e escravos trazidos da Costa da Guiné enfrentaram juntos problemas idênticos (...) obrigados a adaptar-se às novas

estatuto do indigenato e, com ele, a figura do assimilado. As mudanças que essa legislação pós-61 provocou já foram citadas, bem como suas principais conseqüências sócio-econômicas.

Finalizamos este item do capítulo dedicado às especificidades da colonização portuguesa — com foco em Angola — revelando alguns dos fatores desta colonização que mais marcaram o nacionalismo angolano.

Como *marcas* indelévels desse colonialismo, já apresentamos o uso excessivo, no tempo, e a intensidade predatória, do trabalho forçado, bem como a vigência do estatuto do indigenato a quase duas décadas posteriores ao resto da África, com o agravante do seu estrangulamento crescente. Sobre o trabalho forçado, há uma frase num relatório oficial elaborado pelo general Henrique Galvão em 1951, que sintetiza a situação: "Faz-se de tudo com o braço do preto, desde a tração de vagonetas, até a secagem dos pântanos" (*appud* BARRADAS: 1995, 145). Na avaliação de Perry Anderson (1966, 55), "o trabalho forçado nas colônias portuguesas é a mais extrema força de exploração existente em qualquer parte da África".

Procuramos ainda outros fatores que tiveram uma influência mais modeladora desse nacionalismo angolano. Antes, porém, citemos uma advertência de Isabel C. Henriques: "A Angola dos nossos dias é o resultado de uma história complexa, onde se combinam as *escolhas africanas* e as pressões européias (o grifo é meu — 1995, 11). Fruto dessas pressões e

formas de vida (...) a inexistência da Casa Grande (...)"'. Face a este arquipélago que poderia representar o santuário de aplicação do luso-tropicalismo, Freyre, analisa a Ilha de São Vicente, mestiçada como o Nordeste, e lamenta que como o "europeu puro (sic) está em tal minoria que é como se fosse um intruso. É pena que economicamente seja quase impossível avultar a presença européia nesta ilha para dar um novo ânimo — antes de ordem cultural que étnica — no sentido de maior atividade criadora de padrões determinantes europeus". A herança africana, segundo Freyre, produz no cabo-verdiano uma "incharacterização cultural (...). O remédio estaria num revigoração da presença européia (...) que animasse nas gerações mais novas, atitudes ainda mais européias (...)". Amílcar Cabral, tem um comentário curto que encerra bem esta minha nota longa: "(...) Gilberto Freyre confunde, talvez involuntariamente realidades ou necessidades biológicas e realidades sócio-econômicas (históricas) e assim, fez de nós todos, povos das províncias-colônias portuguesas, os bem-aventurados habitantes do paraíso luso-tropical". Esta nota está contida na dissertação Os estudos africanos no Brasil e as relações com a África, USP — Dep. de Sociologia (p. 51-64).

escolhas, existentes há séculos em Angola, é o modelo que pensamos ser único, ou muito *sui generis*, pelo menos, da empresa do tráfico, levando em conta não só essa especificidade mas também a intensidade e duração com que foi organizada.

Isso teve relação, a meu ver, por um lado, com as já sabidas fragilidades portuguesas, incluindo a demográfica e, por outro lado, com a inexistência, no território angolano, de formação estatais fortes e centralizadoras que monopolizassem, do lado africano, as negociações de tráfico com os europeus, como foi, por exemplo, o caso de Daomé.

Esses dois fatores redundaram no que, por falta de maior conhecimento, eu chamaria de parceria "pulverizada", mais afeita ao jogo de escolhas africanas e pressões européias, de que fala Henriques. Pulverizada na parte portuguesa, onde o negócio não era contido por um monopólio da Coroa e se espalhava pelas mãos de alguns milhares de comerciantes, embora o financiamento fosse bem mais concentrado. Quase o mesmo se pode dizer da parte africana, onde uma ampla escala de pequenos reinos, cheferias de regiões em padrões diversos, se responsabilizavam por sua parte no negócio.

Uma das conseqüências importantes dessa *parceria pulverizada* (ou descentralizada), foi o surgimento do que se chama de sociedade crioula, como já foi atrás referido, ou criouliidade, se quisermos dar ênfase ao fenômeno de síntese cultural e elo de ligação entre europeus a minoria branca.

O que queremos destacar aqui, porque é menos estudado — ou, pelo menos, explicitado — é a continuidade histórica e política dessa criouliidade que marca tão visivelmente a Angola de hoje, ocupando, no plano político e cultural, o centro do poder, associada ou misturada, é claro, com outras camadas sociais que foi incorporando no seu trajeto histórico e político.

Ela teve, como assinalamos, suas quedas de poder e competitividade, a última das quais durante o salazarismo, especialmente com a vinda maciça de brancos que consolidou em Angola uma colônia de povoamento. Contudo, seus representantes a fazem emergir de novo com o movimento nacionalista dos anos 50 e 60 e ela se torna a matriz mais

importante na formação e condução do MPLA, tanto na luta quanto na governação, sobretudo na sua primeira década (PEREIRA: 1998, 161-162).

Outro fator influente na formação e desenvolvimento do nacionalismo foi o fato de Angola estar ligada ao sistema de colônias de povoamento da África Austral, o "bastião branco do continente". Mais do que isso, pesaram as características fascistas assumidas pelo regime salazarista, ao qual não deve ser esquecida a sua lógica ultra-nacionalista, à velha moda lusitana.

Esses condicionamentos, entre outros, marcaram quase inexoravelmente, o destino do nacionalismo angolano: seu nascimento tardio e "ilhado" em relação ao continente (especialmente o MPLA), a inevitabilidade da luta armada (por razões domésticas, inerentes ao regime salazarista). E também pelo contexto internacional (da época), o divisionismo em três movimentos e, nas condições de polarização política do mundo naqueles anos, a entrada no jogo da Guerra Fria, para o bem e para o mal.

Voltemos às conseqüências mais imediatas e previsíveis do caráter totalitário e pretensamente integracionista do regime português sob a égide de Salazar (1928/32-1968). Este tipo de colonialismo, e na época em que é exercido, contrasta o suficiente com o exercido nas outras colônias africanas para merecer uma breve análise comparativa.

O colonialismo português banuiu da legalidade qualquer via institucional para o nacionalismo angolano (e das demais colônias). Lembremo-nos que a própria metrópole vivia sob a ditadura de partido único, inclusive tendo a imprensa e qualquer expressão de pensamento sob minuciosa censura.

Essa situação colonial vai transparecer como mais "específica" sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Até então, por exemplo, a diferença na formação política das elites africanas do império português não era tão gritantemente discrepante das demais colônias quanto passou a sê-lo no pós-guerra, embora o seu número, nessa época, fosse demasiado reduzido em relação à grande maioria dos outros territórios africanos.

A partir do pós-guerra as condições políticas mudaram na cena internacional, e as camadas urbanas africanas enveredaram em direção a autonomia e independência. As potências européias foram então, de um modo geral, levadas a enveredar pelo processo de descolonização, o que não ocorreu com Portugal, pelas razões implícitas do então ainda vigente ultracolonialismo, embasado pelo regime imperante em Lisboa.

Assim posto, o nacionalismo passou a contar em todo o continente (com severas restrições em países da África Austral) com vias institucionais. Estas, entre outras, eram as associações culturais, primeiro, depois os partidos políticos, os sindicatos (com a realização de greves, mesmo que reprimidas) e, em fase logo a seguir, eleições legislativas e executivas ao nível da colônia e da eventual federação (ou gerais, como a partir de 1946, na União Francesa), previstas no processo de autonomia crescente próprio da descolonização. Diga-se com ênfase que esse processo, mesmo quando conduzido pelos britânicos, foi moldado para colônias de exploração (Nigéria, Gana, etc.), e não para colônias de povoamento (Rodésia do Sul, por exemplo).

Por via do processo de descolonização, expandiu-se um clima intelectual e político de abertura e contatos com o exterior, especialmente entre países do mesmo império ou do próprio continente. As lideranças passaram a se conhecer melhor e a atuar em conjunto — o que aumentou exponencialmente o seu poder de reivindicação — através de uniões sindicais ou de partidos plurinacionais, como o *Rassemblement Démocratique Africain*, o "histórico" RDA de 1946, que englobava quase todas as colônias francesas subsaarianas.

Originário das colônias inglesas, foi criado o Movimento Pan-Africano da Liberdade para a África Central e Oriental, do qual sempre nos lembraremos pelo pioneirismo, espírito de luta e pela famosa sigla PAFMECA. Era o tempo da negritude, então retomada mais como estímulo à ação unitária e sentimento coletivo de pertença do que de "retorno às origens", este quase de necessidade exclusiva das elites educadas no exterior.

Era o tempo da nova postura do pan-africanismo, não mais somente o da solidariedade da diáspora com a Velha Mãe África, mas daquele

que se transformara em instrumento político de luta imediatamente independentista, lançada de pronto, após o memorável V Congresso Pan-Africano de Manchester, em 1945.

No próprio continente, institutos e faculdades ministravam a formação básica das elites africanas (freqüentemente completada no exterior), e possibilitavam uma frenética corrente de ativismo e solidariedade entre os da mesma geração, qualquer que fosse o país de origem. Instituições como o Fourah Bay College (Serra Leoa), William Ponty (Senegal), Makerere College (Uganda) e outras, como as ganesas e nigerianas, por exemplo, proporcionaram a criação de uma liderança dentro do próprio contexto africano.

Logo em seguida, esses intelectuais freqüentemente se lançavam na luta política pela independência e, através de partidos próprios, atuavam nos conselhos legislativos e executivos, depois transformados em parlamentos e governos de transição, a caminho da independência. Tudo isto impulsionado por uma intensa luta política interna, com greves e manifestações, não raramente redundando em algumas matanças produzidas pela repressão colonial quando o processo, na visão do colonizador, se apressava ou radicalizava demais.

No caso francês, a afunilada política associacionista propiciava que alguns homens chegassem a ser deputados na Assembléia Nacional, em Paris e, um ou outro, como Lamine Gueye, do Senegal, e Houphouet-Boigny, da Costa do Marfim, fossem ministros do governo francês.

A nota tônica desse fenômeno, próprio do binômio luta/negociação, específico da descolonização, é o fato dessas lideranças africanas emergentes terem sido treinadas no exercício da política, da administração da coisa pública, no seu próprio país, ou nas federações coloniais, como, por exemplo, a África Equatorial Francesa, ou numa colônia britânica da África Ocidental, ou ainda no centro do próprio império, convivendo e participando num leque de partidos que ia da "independência moderada" conservadora, ao comunismo, passando pelo liberalismo e socialismo.

Nada, absolutamente nada de semelhante, ocorreu nas colônias portuguesas. No pós-guerra, elas foram as únicas, em todo o continente, que

jamais tiveram uma via institucional legal para apresentar as propostas e reivindicações e expressar o seu nacionalismo. Até no país do *apartheid*, o ANC foi legal até o massacre de Sharpeville, em 1960.

A meu ver, esta é uma das principais razões que retardaram a criação dos movimentos nacionalistas no império português e isolaram, durante um bom tempo, as suas lideranças do resto do continente, criando um nacionalismo "ilhado", com a agravante de permanecer, devido a censura salazarista, debaixo de uma "cortina de silêncio". Na prática, foram obrigados a se organizar a partir do exílio.

Em Angola, o caso mais marcante é o dos bacongos trabalhando no então Congo Belga, especialmente na capital, Léopoldeville (atual Kinshasa). A UPA (União dos Povos de Angola) — criada em 1954, e que, em junção com o Partido Democrático Angolano — (PDA) forma, em 1962, a FNLA — nasce e se consolida a partir do exterior, desse movimentado ambiente político dos seus irmãos bacongos congolezes (do partido ABAKO), no seio do qual ela faz parte do seu aprendizado e lança a sua rebelião, em 15 de março de 1961.

Holden Roberto, que se tornaria o seu presidente, já havia estabelecido contatos nos Estados Unidos — com o governo americano e com as Nações Unidas. Antes, ele participara do até então mais amplo conclave do continente, a Conferência dos Povos Africanos, realizada em Acra (Gana), em dezembro de 1958. Lá, ele foi aconselhado por Fanon e Nkrumah e fez amizade com Lumumba, que ali também fazia sua estréla na vida política do continente. Esse apoio a Holden tem muito a ver com o fato da sua organização ser a única de Angola a estar presente na Conferência⁴⁰. Além do mais, Fanon, representante da Frente de Libertação Nacional da Argélia na Conferência, procurava a todo o custo fomentar o surgimento de uma

40 Foi nessa Conferência que Holden Roberto foi convidado a dar um caráter nacional ao seu movimento que, criado com o nome de União dos Povos do Norte de Angola — UPNA, passou para UPA, disfarçando assim o caráter étnico-regionalista de raiz bacongo. Lúcio Lara revelou-me, em Luanda (01/02/95), que ele e os seus companheiros não puderam estar presentes na Conferência porque os nomes clandestinos dos passaportes que possuíam não coincidiam com o das passagens emitidas. Amílcar Cabral ainda conseguiu chegar a Acra, mas com a Conferência já encerrada.

guerrilha na África, onde Argélia era a única, desde 1954, a enfrentar a França de armas na mão. Fanon considerava urgente que outra colônia de povoamento, além da Argélia, demonstrasse que, contra esse tipo de colonialismo era praticamente inevitável a luta armada⁴¹. Mais tarde, a FNLA terá um grupo de guerrilheiros treinados nas bases da FNL argelina, na Tunísia. Não muitos anos depois, a Argélia dará a sua preferência política ao MPLA.

Ao mesmo tempo em que a UPA se organizava em Léopoldville e começava a se ramificar, sobretudo pelo Norte do país, a situação em Luanda, nessa segunda metade da década de 1950, era marcada por um intenso fervilhar nacionalista clandestino, com a formação de vários pequenos grupos que a forte repressão local isolava e impedia uma ação mais concreta. A partir de março de 1959, a PIDE, polícia política do regime, inicia uma série de prisões (negros, mestiços e alguns brancos) que, em parte, dão lugar ao famoso "processo dos 50".

Enquanto isso, um exíguo elenco de futuros dirigentes do MPLA estava no exílio na Europa, e uma boa parte ainda estudando em Portugal. A crônica desse percurso, conhecida em vários trabalhos de especialistas, não cabe nesta tese, mais preocupada com um quadro explicativo de algumas questões específicas do nacionalismo angolano. No entanto, este ambiente de dificuldades e contingências não é muito conhecido, e portanto não suficientemente avaliado pelas novas gerações angolanas. Vale lembrá-lo nas palavras de Mário Andrade, primeiro presidente do MPLA.

Segundo ele, o primeiro esforço de unidade dos nacionalistas das colônias portuguesas foi esboçado em Paris, em 1957, estando presentes: Amílcar Cabral (Guiné-Bissau/Cabo Verde), Mário de Andrade e Viriato da Cruz (Angola), Guilherme do Espírito Santo (São Tomé e Príncipe) e Marcelino dos Santos (Moçambique). A continuação desse propósito se concretizaria depois,

41 Fanon prometeu treinamento a onze angolanos. Amílcar Cabral, de viagem profissional para Angola, procurou um contato indicado para essa mobilização. As prisões numerosas ("processo dos 50"), e a extrema repressão reinante, não permitiram a convocação dos angolanos. As fontes desse fato são variadas, mas Lúcio Lara confirmou-me esta versão.

em Lisboa, com outros participantes, liderados por Amílcar Cabral, dando lugar à criação do MAC (Movimento Anti-Colonialista).

Explica Mário de Andrade:

"As organizações nacionalistas de Guiné e de Angola estavam lá, enraizadas, mas precisavam de apoio exterior, porque a repressão era grande (...). Essas organizações estavam afogadas na repressão, ninguém falava nelas, portanto era preciso um organismo unitário como o MAC, depois a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colônias portuguesas) e, mais tarde, a CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas)" (ANDRADE: 1973, 23-24)⁴².

Desenha-se, finalmente, a expansão e o apoio ao nacionalismo "ilhado". Após a Conferência de Túnis, onde é criado o FRAIN, toma corpo, finalmente, o MPLA que, nessa ocasião, se apresenta como tal, em documento assinado com outros movimentos, pela primeira vez. Logo em seguida, se instala, em Conacri e, mais tarde, em Léopoldeville, como veremos em seguida. Com o FRAIN, o MPLA recebe uma espécie de "batismo internacional" na cena revolucionária africana. Passa a ter o apoio explícito de um grupo de países progressistas — o Grupo de Casablanca. É nessa cidade que é realizada, entre 18 e 20 de abril de 1961, a reunião que funda o CONCP. Em junho desse ano é organizada a fuga dos estudantes de Portugal, que vai fornecer dezenas de quadros importantes para o MPLA.

42 A Mário de Andrade devo muito do meu aprendizado sobre o nacionalismo nas colônias portuguesas e o seu relacionamento com a política africana. As nossas entrevistas não foram muito freqüentes, mas guardo algumas notas dos encontros em Bissau (ago. 76), Dakar (out. 76), Paris (nov. 83) e da curta visita, no intervalo de dois vôos internacionais, que fez ao CEAA, em 1984. Nas festividades do 70º aniversário de Senghor, em 1976, pude observar como era conhecido e estimado por famosos intelectuais, seus colegas de militância nos "anos de brasa", na década de 50. Aqui, meu preito de homenagem e gratidão à sua memória.

3.4 MPLA: Origens, Bases Sociais, Ideologia e Trajeto Político — Um Quadro Geral

Embora criado formalmente no exílio⁴³, o MPLA é o herdeiro natural de uma longa atividade política. Com predominância urbana — Luanda, sobretudo — mas com presença rural (área kimbundo, predominando), sendo este com fortes conotações religiosas sincréticas, o tocoísmo, "irmão" mais novo do kibanguismo, de formação zairense. Isto sem alienar a importância da atuação metodista, na formação de quadros, sobretudo. Também foram futuros dirigentes do MPLA muitos dos ativistas culturais que no pós-guerra criaram movimentos ("Vamos Descobrir Angola"), associações e editaram publicações cuja importância transcende a exiguidade de duração, motivada pela repressão colonial.

Essa referida longa atividade política que o MPLA "herda" e incorpora se inicia com reivindicações e protestos que, através da imprensa da segunda metade do século XIX, surgem em Angola, e que já foi abordada neste trabalho.

Nesse sentido, a "sociedade crioula" foi uma das importantes matrizes do MPLA, como o foi, também, do protonacionalismo angolano, em

43 A versão oficial angolana é a da fundação do MPLA em 10 de dezembro de 1956, embasada num manifesto de Viriato da Cruz, que conclama à formação de um vasto "Movimento popular de Libertação de Angola". Esta versão foi encampada durante longos anos pela historiografia de praticamente todos os acadêmicos e ainda está presente em documentos de organismos internacionais, anuários e demais estudos gerais ou setoriais sobre Angola. Teríamos alguns elementos testemunhais a acrescentar, mas não está nos objetivos deste trabalho, que se move em quadros analíticos amplos, entrar nessa discussão no momento. Aliás, não carece. Dois trabalhos se destacaram recentemente: o livro de Carlos Pacheco: MPLA — um nascimento polêmico, de 1997. No mesmo ano, Marcelo Bittencourt I. Pinto apresentava, na USP, a sua dissertação de mestrado *As linhas que formam o "Eme"* — um estudo sobre a criação do MPLA, no prelo em Lisboa, pela Ed. Vega. Obra serena, retamente documentada. Vale uma citação: "Todos esses depoimentos e mesmo os demais materiais encontrados (...) nos fazem acreditar que a sua criação realmente deva ser transferida de Luanda para o exterior, mais precisamente para Túnis, e do ano de 1956 para o ano de 1960" (p. 169). Um testemunho de Mário de Andrade a Michel Laban, em 14/04/86, ainda inédito, confirma o que é dito acima. A afirmação é de Joaquim Pinto de Andrade (PACHECO: 1997, 19).

geral⁴⁴. Ele carrega essa tradição de contestação urbana, com as suas características de síntese cultural euro-africana, visão nacional moderna, a a-racialidade, a transetnicidade e outras⁴⁵, que vêm, desde o século passado, se incorporando no MPLA.

No entanto, essa atuação de elementos da sociedade crioula tem um eclipse no período salazarista, mas logo retoma a contestação através de várias associações sediadas em Luanda, e secundariamente, em Lisboa e, a partir do pós-guerra, através de uma pulverizada atuação nacionalista que constitui a base interior ou doméstica, urbana, clandestina, que será a fornecedora de quadros para o MPLA, sobretudo através do processo de fuga para o exterior, Léopoldville primeiro, Brazzaville depois, sobretudo a partir do início da luta armada em 1961. É de se alertar que essa heterogênea sociedade crioula, ou comunidade de cultura crioula, não aderiu em grandes proporções à luta pela independência, mas tornou-se muito bem representada nela.

Se a criouliidade foi uma das matrizes importantes na formação e desenvolvimento do MPLA e ter contribuído pelo seu caráter, desde o início, de ser um único movimento de libertação de caráter e projeto nacionais, há outras fontes "matriciais" importantíssimas, como a etnia kimbundu, que se condensa na faixa territorial que vai de Luanda a Malange, nas zonas fronteiriças do rio Kwanza. Os quilbundos beneficiaram-se, em termos do binômio estudo-oportunidade de emprego no setor estatal pelo fato da sua vizinhança com a "sociedade central" colonial, cujo núcleo era Luanda,

44 "Protonacionalismo abrange o período histórico de emergência de um discurso de triplo caráter: fragmentário (no pensamento e na ação), descontínuo (na temporalidade), e ambivalente (no seu posicionamento face ao sistema colonial)" (ANDRADE: 1997, 77).

45 "Nestes últimos cem anos, Angola tem sido dividida entre africanos da cidade, que têm o português como língua materna, e os do interior, que falam línguas bantos e usam o português somente como língua de comunicação. Nestes últimos vinte e poucos anos, essas duas 'tradições' têm, grosso modo, feito a guerra entre si. Há longos anos atrás, as grandes famílias negras das cidades costeiras angolanas olhavam de cima para os indígenas e tinham orgulho do seu legado cultural europeu, de onde tiravam o nome e a filiação ao catolicismo. Tornaram-se conhecidos como os velhos crioulos". Esta é uma intervenção do historiador inglês, especialista em Angola, David Birmingham, num seminário. Encontra-se em HART: 1995, 91.

provedora de melhores condições de desenvolvimento econômico e de oportunidades. Historicamente, a área Kimbundo teve uma antiga presença portuguesa. Com o posterior desenvolvimento da luta armada em, basicamente, três frentes distantes entre si, permitiu que o MPLA agregasse, sobretudo no mundo rural, muitas outras etnias, como veremos.

Outro fator a citar é a religião. É indubitável que a consciência de um espírito nacionalista, que inclua, mas não se restrinja ao universo étnico, requer a formação de quadros capazes de reverter a situação colonial. A consciência nacionalista e a formação política e técnica são indispensáveis aos quadros de um movimento que almeje a independência e, mais ainda, num caso como o do MPLA, que aspira mudar a qualidade da sociedade que pensa vir a construir. Nessa empreitada, foi grande a influência, como já referido *en passant*, das missões cristãs, muito especialmente as protestantes. A primeira razão disso era a falência do Estado colonial em fornecer, pelo menos, uma base educacional mínima generalizada. Detenhamo-nos um pouco neste tópico.

Para começar, dois fatos. A Igreja Católica, apesar de acompanhar a colonização portuguesa e ter tido uma penetração importante entre bacongos e kimbundos nos séculos XVI e XVII, chegou ao século XIX com fraquíssima presença. A "segunda missionização" vai dar-se sobretudo a partir da Concordata com o Vaticano, em 1940, e com o Acordo Missionário, em 1941⁴⁶.

O Estado entrega, então, à Igreja, o ensino indígena e financia a instituição que, em troca, tem uma atuação "portugalizante". Daí, a influência menor que teve no nacionalismo.

O segundo fato, é que as Igrejas Protestantes antecederam, pela sua precoce presença, em muitas regiões, a administração colonial. Elas estabeleciam acordos com os chefes locais para se estabelecerem. Três das

46 Em 1941 havia somente sete mil estudantes católicos africanos em Angola (HENDERSON: 1990, 171).

principais Igrejas Protestantes, atuaram em áreas "partilhadas", em Angola, a partir da década de 1880.

Os Batistas, ingleses, entre o povo bacongo, os Metodistas, americanos, na área kimbundo, e os Congregacionistas, americanos e canadenses, na região centro-sul, com os ovimbundos. A ação protestante foi sempre mal vista pela administração colonial, que a tolerava devido aos princípios estabelecidos na Conferência de Berlim e à falta de recursos financeiros e humanos alternativos.

Dois exemplos: na repressão à rebelião de 1961, a maior parte dos pastores protestante bacongos foi assassinada e os pastores estrangeiros expulsos⁴⁷. Os principais líderes de Angola e Moçambique foram de formação protestante: Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, de Angola, e Eduardo Mondlane e Samora Machel, de Moçambique⁴⁸.

Como exemplo de marco na formação dos quadros protestantes em Angola, temos as missões-escolas do Quéssua, metodista, perto de Malange, e a do Dôndi, Congregacional, na Bela Vista, no Planalto Central, entre os ovimbundos. "A abertura dos cursos secundários no Quéssua e no Dôndi aumentou em muito o prestígio e o ralo de ação para outras regiões de Angola dessas duas instituições" (HENDERSON: 1990, 175).

Ainda sobre o papel das Igrejas Cristãs é importante levar em consideração que, pelo seu elevado número de fiéis, com destaque para os católicos, estes constituem ainda hoje a comunidade que abrange o maior

47 Durante a Luta de Libertação em Angola, o "baixo" clero católico africano, sobretudo, foi tomando posição anti-colonial. Logo no início dela, em 1961, onze padres foram enviados presos para Portugal, entre eles Joaquim Pinto de Andrade, irmão de Mário de Andrade, nomeado na altura Presidente Honorário do MPLA. O mais importante líder nos bastidores do levante de 4 de fevereiro de 1961 foi o Cônego Manoel das Neves.

48 Devo o essencial desta parte do trabalho, ao texto de uma conferência proferida pela historiadora angolana, Marla da Conceição Neto, intitulada "Cultura e Estado Nacional", proferida no III Seminário Nacional de História da África, organizada pelos estudantes de História de todo o país e realizada de 5 a 9 de julho de 1996, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

número de angolanos depois da Nação e à frente dos mais numerosos grupos étnicos (CLARENCE-SMITH: 1986, 1).

Outro pilar da formação do MPLA, no setor urbano angolano, com o natural destaque para Luanda, foram, como mencionado atrás, de passagem, as associações, os movimentos culturais e suas publicações, por mais efêmeras que freqüentemente tenham sido.

A segunda administração de Norton de Matos (1921-1924), havia interditado algumas associações sob a acusação de fomentar o separatismo, ou, pelo menos, a autonomia. A Liga Africana, criada em 1912, e o Grêmio Africano, de 1914, foram fechados em 1922.

A partir dos anos 30, já com Salazar, duas herdeiras dessas instituições foram autorizadas a funcionar. O objetivo era conseguir diretorias cooptáveis que ensejassem às autoridades uma aproximação e controle com as elites urbanas, em geral. Era um ensaio da política assimilacionista.

Isso resulta, em parte, e por não muito tempo. Em termos de condição racial/social, a Associação dos Naturais de Angola, herdeira do Grêmio Africano, era mais freqüentado por crioulos, especialmente mestiços incluindo alguns brancos ou de raiz crioula ou "crioulizados". Já na Liga Nacional Africana predominavam os de menos instrução e renda.

Todavia, a diferença que mais irá contar para o nacionalismo angolano — o MPLA, em especial — é a formação, no interior das duas instituições, de duas tendências: "uma, reformista, que concordava ser possível pleitear mudanças no sistema colonial, dentro da legalidade (...); outra, os partidários da posição radical, impulsionada pelos mais jovens, queriam que as associações abrissem as suas portas às massas indígenas (...)"⁴⁹. Mais tarde, a tendência reformista se afasta e o grupo jovem acaba enveredando, com mais chances de efetividade e escape da repressão, pela luta de base cultural.

49 PINTO (1996: 105-112). À Dissertação de Mestrado de Marcelo Bittencourt Pinto, deu os elementos desta parte do meu trabalho.

A aposta foi vitoriosa até porque era muito grande a distância cultural entre Luanda e os povos do interior que esses jovens desconheciam. O ensino colonial desprezava com o absoluto silêncio os valores e instituições sociais angolanas. Exemplo: na geografia e na história só se aprendia a realidade portuguesa, fossem os rios, cadeias de montanhas, ou os nomes dos "heróis desbravadores".

Nessa luta nasce, em 1948, o movimento político-cultural "Vamos Descobrir Angola", que três anos depois se amplia no "Movimento dos Novos Intelectuais" e edita, em 1951, a revista *Mensagem*, fechada pela censura no ano seguinte, quando saía o nº 2. É dessa época o êxito nos murreques ("favelas") e, em Luanda como um todo, do grupo musical N'Gola Ritmos. Em toda essa ação procurou-se ao mesmo tempo valorizar a cultura africana/angolana e mobilizar a consciência nacionalista.

O importante para o tema deste capítulo, é que se começa, desde os primeiros anos da década de 1950, a se estabelecer, mesmo que de modo não muito articulado, uma ligação entre essas associações e seus membros mais ativos. Essa movimentação clandestina explicitamente política, que se passa em Luanda e em outras cidades — tão cheias de siglas partidárias fragmentadas, quanto de vitalidade — vai sofrer um rude golpe, em 1959, com as prisões do referido "processo dos 50". O MPLA, quando organizado no exílio, em 1960, vai se beneficiar, apesar da repressão, da mobilização de grande parte desses pequenos partidos clandestinos que, com ele, vai se identificar. Parte dos seus membros vão estudar na metrópole, outros já são marinheiros, e ambos vão engrossar a outra pilastra da formação do MPLA — a do exterior⁵⁰.

50 John Marcum, talvez não tão sensível às limitações que a especificidade do salazarismo impõe ao nacionalismo angolano, mas se mantendo lúcido e não paternalista, tem um texto do qual destacamos: "(...) os grupos nacionalistas que sobreviveram sofriam de uma insegurança comum e partilhavam de algumas características. O nível das suas lideranças era fraco, proveniente de uma informada parcela da pequena elite educada. Contudo, esses grupos se encontravam politicamente inferiorizados pela perseguição policial, pelas restrições de viagens e pela penúria geral. Seu raio de ação, sua envergadura e visão política eram limitados. Eles permaneciam com mentalidade paroquial. Muitos deles eram incapazes de superar as fronteiras

Essa pilastra do exterior foi construída por jovens que estudavam nas universidades da metrópole, por intelectuais e outros trabalhadores que se haviam exilado majoritariamente na Europa mas, a partir do final dos anos 50, cresceu o número dos que procuravam os países africanos que já eram independentes, ou o caso especial do Congo Belga.

No pós-guerra, começa crescendo o diminuto grupo de estudantes que, por ausência de universidades nas colônias, eram enviados para Portugal, graças a bolsas de estudos concedidas pelas missões religiosas, a maior parte protestante, por alguns organismos oficiais, ou graças à renda familiar. A dificuldade de sobrevivência material e a necessidade de convívio em meio estranho levou à criação de "casas", sendo Angola a primeira.

O governo português encampou a idéia num propósito simultâneo de controle, assistência (moradia, cantinas, posto médico, etc.), e de tentativa de assimilacionismo. As casas são fundidas e, em outubro de 1944, é criada a Casa dos Estudantes do Império — CEI, em Lisboa e em Coimbra. Em 1959 é criada uma filial no Porto, uma das três cidades universitárias de Portugal da época⁵¹.

Uma seqüência de extratos de depoimentos parece-nos ser a forma, ao mesmo tempo, mais rica e sintética de avaliar a importância dessa instituição que, malgrado a vigilância da PIDE e as intervenções governamentais impondo "comissões administrativas", foi um grande celeiro inicial de quadros para o MPLA, bem como para o PAIGC, FRELIMO. Aliás, os fundadores desses três movimentos de libertação exerceram uma liderança política importante na CEI: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade e Eduardo Mondlane.

de um primarismo étnico (os bacongos, por exemplo), ou de relações de classe (a intelligentsia multirracial de Luanda, outro exemplo). A clandestinidade a que eram submetidos deixou a sua marca profunda. Dizimados por infiltrações policiais, corroídos pela insegurança e tensões da vida clandestina, estes se tornavam demasiado angustiados" (MARCUM: 1979, 179).

51 A expressão Império é significativa e elástica. O Prof. Dr. Fernando Mourão foi um dirigente, destacado em todas as crônicas e livros sobre a CEI, tanto no aspecto político quanto na atividade cultural e editorial. Eu mesmo, fui um dirigente secundário da "Casa" do Porto, que foi criada tardiamente, em 1959, e dois anos depois fechada pelas autoridades portuguesas.

Começemos por Marcelo B. Pinto, que realça o papel da CEI na socialização dos angolanos.

"(...) Muitos dos estudantes pertenciam ao mundo crioulo de Luanda e do interior próximo ao eixo entre esta cidade e Malange, enquanto outros eram provenientes de áreas menos afetadas pela criouldade. O interessante neste caso é que todos estariam sujeitos a sofrer no ambiente metropolitano um novo processo de socialização, voltado para a valorização dos aspectos culturais africanos e da conscientização política" (PINTO: 1996, 136)⁵².

Carlos Ervedosa, que junto com Costa Andrade Ndunduma e Fernando Mourão, foi dos principais editores das publicações da CEI, é peremptório:

"A Casa era uma associação de estudantes politicamente neutra por força estatutária, mas de esquerda por opção política dos seus dirigentes. Multirracial na sua composição e nos seus ideais de sociedade. Quem não a

52 Marcelo B. Pinto recolhe um depoimento meu que prefiro transcrever do que re-escrever, em razão da espontaneidade coloquial, embora com prejuízo para a língua portuguesa: "Esse terreno da socialização assume grande importância no relato de José Maria N. Pereira. O velho militante da delegação do Porto aproveita para tecer considerações envolvendo o problema racial, raramente destacado quando se fala no tema (...)". O papel principal da Casa era um papel um pouco semelhante ao da infância dos futuros militantes da geração dos anos 50 (...). Essa gente em Angola convivia ainda juntos, o colonialismo moderno (...), que iria separar as pessoas brancas das mestiças e das pretas, esse colonialismo ainda não havia chegado (...). Havia uma convivência racial e uma partilha de valores culturais, éticos, estéticos muito grande (...) o que identifica mais o mestiço, o branco e o preto é a nostalgia do tempo da infância, em que brincavam juntos (...). A Casa, por outros mecanismos, permitia a sobrevivência dessa convivência [que já desaparecera, desde os anos 40, em Angola]. Ali, nós tínhamos de volta pretos, mestiços e brancos dividindo mesas, dividindo conversas, dividindo namoradas, dividindo divisões, oposições ideológicas. Então, a Casa foi muito importante, na medida em que criou um caldo de cultura, de convivência, de engajamento ideológico de pretos, mestiços e brancos no geral (...). De certa forma agregou, facilitou uma certa homogeneidade na consciência nacional, não digo independente de ser branco, mestiço ou preto, mas apesar de serem, com o fato de se ser mestiço, preto e branco, ela homogeneizou (...), antes da formação, a socialização (...)" (PINTO: 1996, 139).

aceitasse desse modo, ou não passava a porta, ali no 23 da Duque d'Ávila ou ia-se embora de vez (...). Por outro lado, um ataque violento à CEI, como a sua extinção, viria revelar uma coisa que o Governo tinha necessidade de ocultar. Que os filhos dos colonos e os filhos dos colonizados, ou seja, universitários brancos, negros e mestiços tinham chegado a uma conclusão: era preciso mudar e essa mudança necessária passava pela independência dos seus territórios de origem (...)" (ERVEDOSA: 1990, 137-139).

Lúcio Lara, um "histórico" do MPLA, fundador e mais antigo militante, também foi dirigente da CEI e testemunha:

"Os membros da Casa mantiveram sempre uma posição anti-fascista (...). Nos seus relatórios, a PIDE considerava a CEI como um 'alfobre de elementos anti-situacionistas e anti-portugueses'. Nas faculdades de Lisboa e de Coimbra alinhavam as suas posições políticas pelas da oposição portuguesa. A CEI, em Lisboa, teve uma intensa atividade editorial que se traduziu na publicação de poetas, na edição de antologias, debates e palestras (...). Alguns dos estudantes sentiam necessidade de debates, em grupo relativamente restrito, os problemas que preocupavam as suas populações no momento e, por isso, criaram, em 1951, um Centro de Estudos Africanos que, aos domingos, a pretexto de um funji [prato típico angolano] debatiam esses problemas" (LARA: 1997, 15-16).

Fechamos com Alfredo Margarido, um dos mais citados analistas da CEI:

"A CEI era mais do que uma simples associação de estudantes africanos, mesmo quando estes ainda não o sabiam (...). O mais importante não residia na criação do gueto, embora esta função fosse deveras significativa: o que mais interessava era provar a autonomia africana. A

instituição era hegemônica, tendo conseguido a proeza de transformar o "império" em movimento independente e anti-colonial (...). A situação fora completamente revista em Lisboa: a CEI não acreditava nas boas intenções do colonialismo, denunciava com alguma veemência — às vezes um pouco infantil — os colonialistas e encaminhava-se para o único objetivo possível: a independência. Creio que uma das suas tarefas pedagógicas foi a de retirar aos futuros dirigentes políticos os cueiros luso-tropicalistas que ainda entravavam a marcha de muitos" (MARGARIDO: 1995, 155-156).

Com o desencadear das lutas de libertação em Angola (1961), na Guiné-Bissau (1963) e em Moçambique (1964), bem como a "fuga dos cem"⁵³ estudantes de Portugal, radicalizou-se o ambiente político em Portugal. A CEI foi fechada pelas autoridades em 1965. Finalmente, foram criados, em 1963, os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique.

A "pilastra" do exterior da formação do MPLA envolve não muito mais do que duas dezenas de intelectuais, entre os mais ativos, que, espalhados pela Europa e por alguns países africanos, com obstinada atuação,

53 A chamada "fuga dos cem" (um dos organizadores assegurou-me serem "para cima de 120"), correspondeu a um desejo dos estudantes em sair da vigilância quase insustentável em Portugal, após os levantes em Angola do início de 1961 e, de qualquer modo, contribuir para a luta. O apoio inicial da operação veio dos protestantes americanos, favoráveis à UPA e, em tese, deveria destinar-se aos angolanos. Acabaram se juntando estudantes de outras colônias — como o presidente Chissano, de Moçambique, e o ex-primeiro ministro de Cabo Verde, Pedro Pires. Foram formados dois grupos que saíram de Portugal no início de julho de 1961, atravessando a fronteira com a Espanha com documentação falsa. O segundo grupo acabou sendo detido na Espanha e inicia-se uma batalha diplomática. Salazar exige de Franco o retorno do grupo. A embaixada americana interveio e prevalece a "política africana" de Kennedy. Os fugitivos seguem para Paris, onde são recebidos pela CIMADE, organização anti-colonialista francesa que já havia ajudado a FLN argelina. Agora sob pressão francesa, os estudantes favoráveis ao MPLA são levados para Gana e daí, distribuídos para o prosseguimento dos estudos, para treino militar ou para a organização do MPLA. Dessa fuga e das que lhe seguiram participaram quadros de alto quilate para o MPLA: Iko Carreira, Gentil Viana, João Vieira Lopes, Manoel Santos Lima, Eduardo dos Santos, Pepeteia, para citar os mais próximos da minha memória.

articulavam, desde o final dos anos 50, uma atuação política no exterior que desse ressonância e apoio à luta travada no interior de Angola. É dessa atuação que vai se originar o MAC, em 1957, tanto em Paris quanto em Lisboa, depois e, em 1960, já em Túnis, o FRAIN.

Sobre a ação desses intelectuais, transcrevendo mais de 160 cartas que trocaram entre si e com políticos de outros países africanos e órgãos internacionais, Lúcio Lara escreveu e editou, em 1997, o livro *Um amplo movimento ... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações*, volume 1, que vai de 1959 até 1961. É uma obra ricamente analítica e ilustrativa da ação desses militantes executada a partir do exterior, para dar vida ao MPLA. Além das cartas e dos 40 anexos de preciosos documentos e quase três dezenas de comunicados, relatórios e documentos similares, colecionados por Lúcio e Ruth Lara durante estes últimos 40 anos. É uma grande fonte para a renovação da bibliografia sobre o MPLA e a Angola contemporânea.

3.4.1 MPLA: da criação à independência

A historiografia oficial apresenta atualmente uma versão abrangente para a criação do MPLA. No livro editado pelo Partido na comemoração dos seus 40 anos (1956-1996) lê-se:

"A utilização da designação MPLA foi um processo que decorreu entre aquela transcendente data de 10 de dezembro de 1956 e o ano de 1960, quando uma delegação de nacionalistas das colônias portuguesas participa da 2ª Conferência Pan-Africana de Túnis, entre 25 e 30 de janeiro de 1960. A institucionalização do MPLA como organização política formal, com estatutos e programas editados, com os símbolos do movimento e direção constituída, situa-se em julho de 1960, em Conacri" (MPLA-PT: 1996, 12).

Assinalada a recente versão oficial do MPLA, esboçemos um quadro do que se passou a partir da Tunísia. A Conferência de Túnis foi a estréia pan-africana, embora discreta, do MPLA. Estréia tardia de um nacionalismo ilhado,

como já referimos. Não deixou de ser frutuosa. A delegação (parte angolana: Lúcio Lara, Viriato da Cruz e Hugo de Menezes), apresenta-se como representante do MAC.

Em conversa com militantes amigos, como F. Fanon e Félix Moumié⁵⁴, presidente da União dos Povos dos Camarões, a liderança do MAC é convencida de que deveria apresentar-se como uma frente política mais propositiva e, mais ainda, com partidos nacionais específicos — como era o caso do PAIGC de Amílcar Cabral, e da UPA de Holden Roberto, também presente. Eles frisaram que a organização de movimentos ou partidos era exigência do movimento pan-africanista para obter apoio político e financeiro. Por esses motivos, o MAC se transforma, no penúltimo dia da conferência, em FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colônias portuguesas), e o MPLA é criado *ad hoc* e formalizado mais tarde, em Conacri. Ambas as instituições assinam um documento de unidade que inclui até a assinatura de Holden Roberto, pela UPA, embora isso não venha a ter posteriores conseqüências práticas.

Outra conseqüência importante para o MPLA foi o convite do presidente da Guiné, Sekou Touré, para que o FRAIN e o MPLA se instalassem em Conacri. Pela primeira vez, o movimento iria instalar um birô — com o status provisório de sede — em solo africano. Inicialmente, a direção seria composta por Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara; mais tarde foi formalizada com Mário de Andrade, como presidente, vindo de Paris, onde secretariava a famosa revista *Présence Africaine*.

Embora a solidariedade guineense não fosse no grau esperado, Conacri era a capital de um governo considerado revolucionário, com influência africana e no mundo socialista. Dali partiu, em julho de 1960, uma delegação do MPLA/FRAIN para a China. Dessa viagem de um mês resultavam os primeiros fundos para a luta, embora o caráter do regime guineense e a ida a Pequim contribuíssem para acentuar as acusações de "comunista" ao MPLA.

54 Presidente do UPC — União dos Povos dos Camarões, que lutara contra o colonialismo francês e continua, após a independência, em 1º de janeiro de 1960, a luta armada contra o Governo Aydjo que a UPC considerou neocolonialista.

O grande feito diplomático dessa fase do MPLA em Conacri foi à criação da CONCP, já atrás referida, isto é, à realização da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, em Casablanca, de 18 a 20 de abril de 1961, sob a égide do rei do Marrocos, Hassan II. Dela participaram dez movimentos nacionalistas das colônias portuguesas, incluindo Goa. Esse evento, além do seu caráter unitário importante, colocou o MPLA, desconhecido há um ano, no campo de aliança do Grupo de Casablanca, aguerridamente pan-africanista, em oposição ao "moderado" Grupo de Monróvia. Aliás, o MPLA esteve presente à reunião de 1961 desse grupo, em Monróvia, capital da Libéria.

A principal preocupação do MPLA, a nível político, era o de promover a unidade em Angola, de modo a levar Holden Roberto a aceitar formar com ele uma frente nacional. A UPA estava instalada no Congo/Zaire, vizinho de Angola, tendo a etnia bacongo ocupando os dois lados da fronteira; tinha acesso direto a mais de 100 mil bacongos angolanos que, antes do desencadear da luta, já eram imigrantes e exilados no ex-Congo Belga. Com a repressão às rebeliões de 1961, esse número passou para mais de 300 mil.

Outra preocupação era com a unidade com os outros movimentos das colônias portuguesas, na época incipientes, de modo a proporcionar a todos uma melhor visibilidade na cena africana internacional e somar esforços para angariar fundos e trocar experiências. Nesse esforço internacional, Amílcar Cabral e Mário de Andrade tiveram lugar de destaque. Um outro fator para reforçar a unidade, este mais específico do MPLA, era o de defender-se dos ataques da UPA e de uma visão distorcida da *intelligentsia* africana desconhecedora da realidade do colonialismo português e da África Austral. O MPLA era acusado de ser somente um partido de intelectuais mestiços, urbanos, desvinculados das massas, enquanto a UPA seria o partido dos camponeses. Acrescia a acusação de "comunistas". Voltaremos ao assunto.

A situação muda de qualidade com o desencadear das revoltas em Angola. Rompe-se a "cortina do silêncio" sobre o império português.

Washington se movimenta, e o pan-africanismo leva o assunto às Nações Unidas⁵⁵.

A independência do Congo/Zaire em 30 de junho de 1960, com um governo chefiado por Lumumba, embora tendo como presidente da República seu adversário da ABRAKO, Kasavubu, abriu uma possibilidade ao MPLA de se instalar na vizinhança de Angola e ter uma retaguarda para as suas ações militares e políticas. Um grupo de seus militantes, já vivendo na capital, Léopoldville, iniciou a tentativa de abertura de um birô, mas a transferência da direção do movimento só vai ocorrer em setembro de 1961, depois do assassinato de Lumumba, portanto num clima político desfavorável à implantação do MPLA⁵⁶.

Esta implantação só se concretiza, em termos oficiais, através de uma organização humanitária ligada ao MPLA: o CVAAR (Corpo de Voluntários Angolanos de Auxílio dos Refugiados), formada por quase uma dezena de médicos, dirigida por Américo Boavida. A atuação do CVAAR, possuindo mais médicos africanos que toda a Léopoldville, teve seu mérito reconhecido ao cuidar da saúde que perto de 200 mil refugiados angolanos, escapados da repressão de 1961. Ao mesmo tempo, ela dá cobertura legal ao MPLA.

A principal preocupação do MPLA nesse período, além de consolidar a sua posição legal e política no país hospedeiro, era a de preparação da luta armada em Angola. Manuel dos Santos Lima, oficial miliciano desertor do exército português, foi o encarregado de formar o que viria a chamar-se de EPLA (Exército Popular de Libertação de Angola). A preparação foi feita nos

55 Uma facção da oposição portuguesa, liderada por Henrique Galvão, seqüestra o navio de passageiros português Santa Maria, em janeiro de 1961. Após várias peripécias, chegou a pensar-se que Galvão se dirigiria para Angola. A imprensa internacional correu para Luanda, enquanto o navio se dirigiu, afinal, para o Brasil. Os repórteres, contudo, puderam narrar, em parte, a repressão brutal ao "4 de fevereiro". Foi essa repressão que levou o "caso angolano" à ONU. A revolta da UPA, de 15 de março, coincide com a discussão sobre Angola nas Nações Unidas.

56 Já em outubro desse ano, o MPLA enviou um grupo de guerrilheiros para uma ação em Angola. Eles foram "massacrados pelos esbirros de Holden" na fronteira (NETO: 1978, 14). Esta atuação, possivelmente improvisada, é anterior à formação do EPLA (Exército Popular de Libertação de Angola) (Cf. CHALIAND: 1966, 78).

campos de treinamento da FLN argelina (ainda em guerra de independência), no Marrocos. Foi treinado um grupo de trezentos guerrilheiros, operacionáveis a partir de 1962. Teve uma atuação inicial em Cabinda, extremamente dificultada por falta de armamento, hostilidade da FNLA e, inclusive, perseguição das tropas do Congo-Brazaville, sob governo, então, hostil ao MPLA⁵⁷.

É neste ambiente de hostilidade que o MPLA atravessa o ano de 1962. Em julho desse ano, Agostinho Neto foge de Lisboa para Marrocos⁵⁸ e, antes de dirigir-se a Léopoldville, faz uma visita a vários "círculos anticolonialistas". Sobre essa viagem comenta Iko Carreira, futuro ministro da Defesa do governo Neto no pós-independência:

"Durante o périplo, Neto percebeu que era tomado por um 'intruso' na luta de libertação de Angola; tudo já tinha sido cozinhado pelos americanos e que, portanto, só lhe restava e só poderia fazer a luta se estivesse de acordo em fazê-lo com base nos princípios marxistas-leninistas e ainda teria que ter uma ORGANIZAÇÃO (sic) que lhe desse essa garantia" (CARREIRA: 1996, 46-47).

Voltaremos adiante a esta questão das alianças que constituirá sempre um obstáculo e uma pertinaz preocupação do MPLA. Focalizemos agora a nossa atenção em um dos importantes momentos de inflexão e, ao mesmo tempo, de institucionalização do MPLA, quando Agostinho Neto assume a presidência do movimento em ruptura com o até então secretário-geral Viriato da Cruz.

57 Entrevista concedida por Manuel S. Lima a Fernando J.A. Guimarães, na revista *Camões quarterly*, vol. 5, nºs 1 e 2, 1993/94, 18-19 (Nova York, Universidade de Columbia).

58 A fuga de Neto se dá a partir da sua situação, não de preso, mas com residência controlada. As versões divergem, mas todas concordam com a atuação no episódio do Partido Comunista Português e que a fuga envolveu o alto dirigente do PAIGC, Vasco Cabral. Tive uma entrevista com Vasco Cabral, em Brasília, em 28 de outubro de 1994. Em síntese: Neto fugiu numa fuga preparada pelo Partido Comunista para Vasco Cabral. O esquema que havia sido montado para Neto foi abandonado por falta de segurança.

Esse momento ocorreu durante a denominada Conferência Nacional, uma reunião de 70 quadros que não pôde contar com representantes atuando no interior de Angola. Ela teve lugar em Léopoldeville, de 1º a 3 de dezembro de 1962. A dissidência, transparecida logo depois da vinda de Neto do exterior, traduziu-se, em síntese, na posição de Viriato em que se constituísse um Comitê Diretor com vincada dominância negra, a fim de se estabelecer "laços mais estreitos com a massa"⁵⁹.

Não se pode esquecer, entretanto, a acusação do FNLA, com certo eco em alguns meios africanos, de que o MPLA era um partido dirigido por intelectuais urbanos, assimilados e ... mestiços. Há que acrescentar o conflito de personalidades entre os dois líderes e suas diferentes visões de Angola. Pensamos que isto contou mais do que o reflexo do conflito sino-soviético: Viriato seria pró-Pequim, onde aliás viria a falecer, em 1977, e Neto, Mário de Andrade, Lúcio Lara e Iko Carreira mais próximos pragmaticamente de Moscou⁶⁰.

59 Em entrevista ao mensário Portugal Livre, em março de 1961, editado em São Paulo, Viriato da Cruz defende: "O racismo das massas é o elemento mais dinâmico do nacionalismo africano. Não fomos nós que o clamamos (...). Rejeitar esse elemento como fator de luta seria politicamente errado (...). Nestas condições, qualquer atitude dos dirigentes que lhes possa parecer uma transigência ou traição, só poderia comprometer a nossa posição e prejudicar o elan do movimento". Agostinho Neto tem posição diversa, que sempre predominou no MPLA: "(...) eu rejeito toda e qualquer idéia que deseje transformar a luta de libertação nacional em Angola em luta racial. Eu direi que, em Angola, a luta também assume o aspecto racial, pois que (...) a exploração do negro faz-se. Mas ela é fundamentalmente uma luta contra o sistema colonial e o seu aliado principal, o imperialismo". Duas páginas atrás, ele explicava: "(...). A nossa sociedade, desde há séculos, contém dentro de si elementos brancos, chegados como ocupantes, conquistadores, mas que tiveram tempo de se enraizar (...) por gerações e gerações sobre o nosso território. Essa população branca domina os centros urbanos, provocando o fenómeno da mestiçagem, que torna a nossa sociedade interligada nos seus componentes raciais" (NETO: 1978, 95 e 93). Sobre Viriato, ler seu texto mais famoso em CRUZ: 1964, p. 5.

60 Para Manuel Lima, Viriato era "um animal político", um líder acima de Neto e Andrade. Ele no entanto enfatiza a figura carismática de Neto, em quem "tínhamos investido muito". A frase parece-me exagerada. Neto tinha obtido sua fama, internamente, como médico negro nacionalista, extremamente popular. A fama internacional, o tal "investimento", havia sido mais da esquerda européia, que traduzira seus poemas, fizera petições, com a assinatura de nomes famosos, pela sua soltura, a Anistia Internacional o havia escolhido como "preso político do ano" de 1957, do que do próprio MPLA. Para Iko Carreira, amigo pessoal, "eu fui mediano entre

A Conferência, na qual a chapa de Neto saiu vencedora, com a conseqüente marginalização de Viriato, discutiu a reestruturação do Movimento, o "imobilismo da guerra", chegando um grupo de jovens a propor que os principais dirigentes deveriam estar fisicamente à frente da luta armada. A direção anterior foi criticada por ter priorizado a ação de propaganda nas instâncias internacionais, com o custo que isso representava, em detrimento da ação no interior do país. O documento final incorporou o novo Programa de Ação, as novas estruturas de organização e o novo Comitê Diretor⁶¹ (REIS: 1994, 4-5).

O ano de 1963 ficará marcado na história do MPLA por uma das piores crises de sua existência⁶². Basil Davidson, historiador britânico que sempre acompanhou de perto a vida do Movimento, foi taxativo: "O MPLA fraturou-se, dividiu-se, reduzindo-se a uma nulidade (...). O MPLA deixou de contar (...). Nessa data, não eram mais que um punhado de exilados perseguidos pela polícia congoleza [zairense]" (DAVIDSON: 1974, 301 e West Africa, de 14 de fevereiro de 1963). Além da dissidência de Viriato e seus seguidores, outros acontecimentos agravaram, de muito, essa situação.

A UPA, que se transformara em FNLA, em março de 1962, proclamará, em abril seguinte, o Governo Revolucionário Angolano no exílio

Neto e o Viriato, mas não consegui nada. O Viriato era muito impulsivo". Contudo, Iko não deixa de reconhecer que Neto era obstinado. Chegava a perseguir com certa virulência todo aquele que se interpusesse nos seus planos (...). Dirigir Angola, sendo obrigado a ouvir um Comitê Central e um Bureau Político, sempre que fosse necessário assim, não era coisa do gosto de Neto" (CARREIRA: 1996, 34 e 31). Contudo, ambos, reconhecem que, visto a posteriori Neto foi a melhor solução.

61 O Comitê Diretor passou a ser constituído por: Agostinho Neto, presidente; Matias Miguéis, 1º Vice-Presidente; Rev. Domingos da Silva, 2º Vice-Presidente; Manuel Santos Lima, Departamento de Guerra; Mário de Andrade, Departamento de Relações Exteriores; Lúcio Lara, Departamento de Organização e Quadros; Aníbal de Melo, Departamento de Informação; Deolinda Rodrigues, Departamento de Assuntos Sociais; Desidério Graça, Departamento de Economia e Finanças; Henrique "Iko" Carreira, Departamento de Segurança (MPLA: 1996, 22-23).

62 Possivelmente, esse dramático ano só será superado em gravidade em 1977, quando da tentativa de golpe do Nito Alves. Também tremendamente desestruturadores serão os anos de 1969 e 1974, pelas crises e dissidências de que falaremos adiante.

(GRAE), por influência do governo de Leopoldville e com a aquiescência de Ben Bella, líder da revolução argelina que disputava com o Congo/Zaire a liderança no apoio ao nacionalismo angolano e ombreava com N'Krumah na chefia efetiva do pan-africanismo no continente.

Agostinho Neto intenta uma manobra para neutralizar o êxito da FNLA. Com a sua fiel aliada, a União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNITA), criada em 1960, entre os exilados de Leopoldville, ele obtém o apoio de pequenos partidos bacongos, de passado obscuro — O Nguisa — ia Kongo — NGUISAKO — e o Mouvement des Interêts de l'Angola — MDIA — e funda, em julho desse ano, a Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA). Entretanto, dias antes, Viriato da Cruz é expulso do MPLA e cria uma dissidência do Movimento.

No dia 13 desse mês, chega a Leopoldville uma delegação da OUA com a missão de unificar o nacionalismo angolano ou, na impossibilidade disso, recomendar à Organização qual dos movimentos deveria ser reconhecido como legítimo representante da luta do povo angolano pela independência.

Neto recusa-se a falar em nome do MPLA, exigindo fazê-lo como representante da recém-criada FDLA, que a delegação da OUA não reconhece. No entanto, esta ouve o dissidente Viriato da Cruz⁶³. A FNLA acabou sendo a recomendada para o reconhecimento e o apoio militar e político. No ano seguinte, a OUA reconhece também o GRAE, no que foi apoiada por mais de 30 países africanos (KHAZANOV: 1986, 144).

O MPLA, apesar de acossado, tentou levar a cabo uma guerrilha em Cabinda, sem êxito, como já referido. Restou ao Movimento enviar militantes para treinamento militar na União Soviética, na Tchecoslováquia, Iugoslávia e em alguns países africanos.

63 Viriato acabou aderindo à FNLA com a promessa de autonomia relativa para o seu grupo. Esta estratégia "entrista" só deu resultado enquanto considerada conveniente por Holden Roberto e pelo americanos, que viam em Viriato um "cavalo de Tróia" dos comunistas do MPLA.

Uma reviravolta política na vizinha República do Congo (fronteira com Cabinda), acabou oferecendo uma solução para a desesperada situação do MPLA em Leopoldville. Em 15 de agosto, uma greve paralisa a capital do Congo e leva à deposição do presidente Fulbert Youlou. Ele é substituído por Massemba Debat, simpatizante do MPLA, que convida os dirigentes e militantes do MPLA a se instalar em Brazzaville. Isso vai ocorrer em novembro desse ano, quando após ameaças e invasões da sede, o MPLA é expulso do Congo/Zaire, então governado por Cyrille Adoula, sob a influência de Mobuto, na época chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do país.

Iko Carreira, na época, chefe da Segurança do MPLA, lembrou que a primeira dificuldade do Movimento, ao se instalar em Brazzaville, foi a falta de dirigentes eleitos, "pois grande parte deles tinha abandonado a Organização por considerarem a não existência de condições de luta" (CARREIRA: 1996, 91).

O ano de 1964 marcou o início da reconstrução do MPLA, embora a partir de bases precárias. De 3 a 10 de janeiro, realizou-se a Conferência de Quadros, ou militantes ativos, com cerca de 50 participantes que, no dizer de A. Neto, tomaram "decisões que influíram em toda a vida de Organização até os nossos dias" (NETO: 1978, 15) (grifo no original).

Nessa conferência, a direção do Movimento foi severamente criticada, e auto-criticou-se, por ter avaliado mal a situação no Congo/Zaire, ter falhado na ação política e militar e ter "exibido complexo de superioridade" através dos comandantes militares, além da já mencionada questão das prioridades de despesas de propaganda em viagens ao exterior (DAVIDSON: 1974, 306)⁶⁴.

No campo diplomático, também a situação do MPLA começa a melhorar. A OUA resolve rever em 1964, a situação do nacionalismo angolano, movida menos pelo início da guerrilha do MPLA em Cabinda do que pela ineficácia da FNLA/GRAE e pela denúncia de Jonas Savimbi, até então ministro

64 Para Davidson, a Conferência, na realidade, constitui-se na verdadeiro Congresso de fundação do MPLA.

das Relações Exteriores do GRAE, contra Holden Roberto, acusado por ele de tribalista, autoritário e controlado pelos americanos. Essa acusação, foi feita em plena Assembléia da OUA, no Cairo, em julho de 1964. No entanto, só no ano seguinte o MPLA é reconhecido pela OUA e credenciado junto ao seu Comitê de Libertação para receber ajuda militar e oportuno apoio político no continente (CARREIRA: 1996, 118).

A atividade guerrilheira em Cabinda, retomada em 1964, teve dificuldade em se expandir devido ao pouco apoio da população local (bayumbos) que, até então, tinha sofrido pouca repressão colonial. Contudo, reconhecidamente, Cabinda constituiu-se num ótimo campo de treino militar, formação política e defrontamento da diversidade étnica. Ela foi um "excepcional laboratório de quadros" (NETO: 1978, 15). Em dezembro de 1965, chegavam a Brazzaville os primeiros instrutores cubanos, que passaram também a treinar os guerrilheiros do MPLA⁶⁵.

A independência da Zâmbia (ex-Rodésia do Norte), em outubro de 1964, vai possibilitar uma nova área de guerrilha para o MPLA, embora fracamente povoada e de quase nula atividade econômica moderna. Assim, com a autorização do presidente zambiano, K. Kaunda, foi aberta a Frente Leste, ou 3ª Região, que se tornaria a mais importante zona de guerrilha do MPLA e onde o Movimento ampliou a sua participação camponesa e composição étnica⁶⁶.

Cabinda, continuou ativada e possibilitava o recebimento de armamento, pelo vizinho porto congolês de Pointe Noire, proveniente da União

65 Os cubanos treinaram as primeiras colunas do MPLA encarregadas de socorrer e abastecer a 1ª Região Político-Militar do Movimento (a 2ª, era Cabinda), situada nas florestas dos Dembos, a cerca de 150 km de Luanda, onde guerrilheiros se haviam entricheirado desde a repressão colonial, após os levantes de 1961. A primeira coluna, que levava o nome de Cienfuegos, herói da revolução cubana, teve êxito. A segunda, denominada Camy, fracassou. Parte dela foi aprisionada por tropas da FNLA, que assassinaram importantes dirigentes do MPLA (CARREIRA: 1966, 84).

66 "A revolução atingiu aqueles setores mais tradicionais da massa camponesa, adormecida por séculos de uma ordem natural. Aquela camada de camponeses pobres, isolados, os mais difíceis de organizar e dirigir, pela sua dispersão, pelo analfabetismo, pela desconfiança, de tudo e de todos. Regiões e povos que, em alguns casos, o português nunca atingira" (JICA: 1979, 73).

Soviética, da Iugoslávia e da Tchecoslováquia (TALI: 1987, 44). A Frente Leste, onde a primeira ação armada foi realizada em março de 1966, apresentava uma enorme dificuldade logística: todo o apoio material, sobretudo militar, chegava pelo porto de Dar-es-Salaam (Tanzânia), distante mais de três mil km da Frente⁶⁷.

Apesar disso, houve sucesso na implantação da nova Frente, o que levou o presidente do MPLA, a apelar para que todos os militantes disponíveis viessem para o interior do país (abandonando as "facilidades do exílio") para onde também viria a direção do Movimento. A palavra de ordem, eufórica, era a de "generalização da luta armada em todo o país (KHAZANOV: 1986, 176).

Os anos de 1966, 1967 e parte de 1968 foram de sucesso militar, provocando contudo uma bem estruturada contra-ofensiva portuguesa, com destaque para os helicópteros. Na área diplomática também houve sucesso. A OUA retirou o seu apoio à FNLA, em 1968, "pela sua inépcia" e ela só foi novamente reconhecida em 1970 (TALI: 1987, 48).

No entanto, além da distância entre as Frentes e as dificuldades logísticas, surgem outros problemas, identificados pelo comandante Jika, tais como:

"(...) a instabilidade característica das populações fronteiriças (...) a desmobilização e deserção dos guerrilheiros (...) colocam as forças em situação defensiva, limitando-se a reagir às esporádicas ofensivas e ataques inimigos (...). Contudo, nos primeiros meses de

67 Para a implantação de quadros na Frente Leste, Neto "conseguiu que a OUA alugasse um avião e, em quatro vôos, um grande grupo, sobretudo oriundo do Catete [terra de Neto] partiu de Brazzaville para Dar-es-Salaam e daí (...) para a fronteira da Zâmbia com Angola. Realmente, entre os camponeses do Leste de Angola, este grupo, com muito de civilização europeia, constituía um grande reforço (...) Este grupo manteve uma grande coesão entre si e a sua permanência tornou-se contra-producente (...)" (CAREIRA: 1966, 101). Eles serão chamados de "cambucóios", os do Norte, da cidade. Falaremos deles, adiante.

1970, a Organização conseguiu encontrar energias (...)"
(JIKA: 1979, 67-69)⁶⁸.

Em face da situação descrita, de outros problemas institucionais, da ofensiva portuguesa articulada com a UNITA no Leste, novas crises surgem no horizonte do MPLA. Mabeko Tali faz uma análise global dessas crises, da qual apresentamos um extrato:

"Essas crises intervêm a intervalos regulares desde há 25 anos, isto é, o início da luta armada, no ritmo médio de uma crise longa a cada dez anos (1962-63); (1972-74); (1982-83) com o grande abalo intermediário (e terrivelmente dramático) de 1976-77, que desembocou na tentativa de golpe (...) de 1977. E se deixarmos de lado o caráter um pouco arbitrário das datas, notaremos, olhando mais de perto, que cada crise nova surge das cinzas ainda quentes da precedente, de modo que não será exagerado dizer que o MPLA permaneceu longo tempo um "eterno adolescente" (TALI: 1987, 73)⁶⁹.

Após o início da década de 1970, o MPLA será de novo, marcado por uma crise, a mais prolongada de todas até aqui, e que pôs em risco o destino do Movimento, porque parte dessa crise ocorreu depois da Revolução

68 Jika é o nome de guerra de Gilberto Teixeira da Silva (1943-1975), autor do único livro que conheço de reflexão político-militar sobre a guerrilha do MPLA: Reflexões sobre a luta de libertação nacional. Quando foi morto, em Cabinda, era membro do Comitê Central e Comissário Político do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas. Tive oportunidade de entrevistá-lo, em Luanda, na segunda quinzena de dezembro de 1974.

69 O próprio Presidente do MPLA, Agostinho Neto, comenta isso. "Todos estes passos da história do MPLA foram marcados por manifestações de fraccionismo (...) os fraccionistas não se coibiram nunca ao contacto e ao entendimento com o inimigo. A ação vitoriosa da direção do Movimento foi o freio seguro para evitar a fragmentação" (NETO: 1978, 19). Jean Ziegler, que acompanhou de perto o MPLA, realça nele "a multiplicidade de tendências, o gosto marcante pela auto-crítica, a vontade de resolver as coisas pelo debate — e, portanto também de mascarar-las — os múltiplos conflitos estruturais (...) desde os primeiros tempos da sua existência, permanecem como as principais características da Organização até 1975 (...). No seio do MPLA a prova da verdade se manifestava pela violência, pela exclusão do contestatário. O argumento da autoridade substituíu o da verdade" (ZIEGLER: 1983, 249, 255 e 263).

dos Cravos em Portugal (1974), quando estava em jogo o papel do MPLA na independência de Angola que, então, se aproximava.

A crise começou na Frente Leste e se desdobrou numa segunda, em Brazzaville. Os problemas dessa Frente foram mais mascarados do que resolvidos através do Movimento de Reajustamento, acomodado pela direção do MPLA, em 1972, quando se inicia a dissidência, conhecida como Revolta do Leste, liderada por Daniel Chipenda. Ele não era o chefe militar da Frente, como é comum ser citado, mas seu responsável político, que no entanto ganha o apoio de importantes chefes militares.

A parte subterrânea da crise parece-nos ter origem no comportamento dos "cambucóios", como eram chamados pela gente local os "do Norte", especialmente os cidadãos, "os de Luanda", com as características atrás referidas de superioridade intelectual que eram traduzidas no cotidiano por inúmeros benefícios na luta, por pequenos que pudessem parecer.

Essa parte subterrânea emergiu em acusações racistas (mulatos) e étnico-regionais, segundo os quais a Direção favorecia os "cambucóios" sem promover os locais, além de críticas à condução da luta. Chipenda é expulso, encontra refúgio no Governo zambiano, e o Movimento o acusa, em agosto de 1973, de tramar o assassinato de Neto (SOREMEKUM: 1983, 83 e 87 e TALI: 1987, 74-75)⁷⁰.

A segunda face da crise, denominada de Revolta Ativa, tem outra origem e diversa composição social e ideológica, além de um discurso crítico mais elaborado do que no Leste.

A Revolta "dos intelectuais" tem como dirigentes mais destacados, Mário Pinto de Andrade, primeiro presidente do MPLA, e seu irmão, o então padre Joaquim Pinto de Andrade, que fora presidente de honra do Movimento. Gentil Viana, outro dirigente "histórico", foi um articulador importante, sobretudo no apoio obtido junto ao governo aliado de Brazzaville.

70 Nessa época, os soviéticos chegam a ver em Chipenda um possível substituto de Neto, devido ao apoio que ele tinha dos países vizinhos, de um forte contingente militar e da permanente desconfiança que tinham da autonomia de Neto. Moscou retira o apoio militar ao

A Revolta Ativa vem a público através de um manifesto, lançado em 11 de maio de 1974, assinado por 19 militantes, com inúmeras adesões posteriores. A dissidência é composta essencialmente, em seu núcleo de origem, por quadros destacados, ligados desde cedo à história do MPLA mas, muitos dos quais estavam já afastados da luta, especialmente da guerrilha, alguns mesmo vivendo em países africanos afastados de Angola ou na Europa. Estas circunstâncias tiravam-lhes a possibilidade de ampliar, de imediato, no quadro dos militantes ativos, um apoio suficiente.

A acusação básica do documento é a de autoritarismo e secretismo (controle das informações, tanto do exterior quanto mesmo do interior do país) de Agostinho Neto, que qualificam de praticar um "presidencialismo absoluto".

Propõem a realização imediata de um congresso do Movimento, que já vinha sendo adiado desde 1971. O MPLA ficou cindido em três facções, cada uma pretendendo a legitimidade da Direção. Os presidentes dos países mais apoiantes do Movimento tiveram uma predominância invulgar na crise, especialmente os dos vizinhos Congo-Brazzaville e Zâmbia, este indicado para sediar o Congresso, que se iniciou em Lusaca, em 8 de agosto de 1974, sob a pressão política explícita do presidente K. Kaunda⁷¹. O congresso foi um fracasso. Houve desdobramentos em Brazzaville no sentido de restaurar a unidade, mas sem êxito duradouro.

A resposta da Direção de Neto foi a organização, no Ludaje (Moxico), portanto, no interior de Angola, da Conferência Inter-Regional, entre 12 e 20 de setembro de 1974. No dizer de Neto, ela "foi, na realidade, a

MPLA até outubro de 1974. Na época, a China estava apoiando a FNLA, conforme referimos.

71 A repartição das delegações foi a seguinte: 165 delegados para a ala presidencialista, outros 165 para a Revolta do Leste e 70 para a Revolta Ativa. Estiveram presentes representantes do exterior e uma marcante presença de militantes da clandestinidade, os recém-saídos das prisões coloniais e guerrilheiras dos Dembos. Este apoio foi fundamental para Neto. Este, contudo, com a sua delegação e a da Revolta Ativa, abandonaram o Congresso. Outro apoio importante para a ala presidencialista foi a criação, dias antes, da Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) que constituirão um forte elemento de dissuasão. No dizer de Iko, Neto sentindo-se reforçado "iria aparecer no Congresso, devido ao seu espírito inflexível, sem

encruzilhada da história angolana. Ali, tivemos que decidir pela vitória ou pela morte". Com o apoio do "interior" (com destaque para os militantes, entre os quais Nito Alves, e de Lopo do Nascimento, além dos ex-presos políticos), Neto legitimou seu poder. Foram eleitos novos Comitê Central e Birô Político.

O apoio da esquerda do Movimento das Forças Armadas — MFA — portuguesas foi, na altura, muito importante e o cessar-fogo com Portugal foi assinado, no Moxico, em outubro de 1974.

No mês seguinte, chegava a Luanda a primeira delegação oficial do MPLA, chefiada por Lúcio Lara⁷². Em 4 de fevereiro de 1975 desembarcava em Luanda, com uma recepção triunfal, Agostinho Neto que, indubitavelmente se tornara, nacionalmente, uma figura mitológica da luta pela independência.

A crise interna do MPLA foi ultrapassada pela disputa, primeiro política, e, pouco mais adiante, militar entre os três movimentos de libertação. Em meados de 1975, a crise já se internacionalizara, estágio em que, em qualidade e graus diferenciados, ela permanece até hoje.

3.4.1.2 MPLA: Política externa — ditada, mais pela necessidade do que pela liberdade⁷³

Antes de nos debruçarmos sobre o jogo de alianças que o Movimento pôde fazer e as ações de política externa que executou durante a luta de libertação, convém nos determos um pouco sobre alguns constrangimentos históricos e estruturais que Angola, como um todo, e o MPLA, em particular, tiveram que defrontar.

Immanuel Wallerstein, cientista político norte-americano e analista dos problemas da África Austral, chama a atenção para o fato de que:

nenhuma proposta de unidade (CARREIRA: 1996, 134).

72 Fiz minha primeira entrevista formal com a Delegação, em 8 de dezembro de 1974, tendo sido recebido por Hermínio Escórcio, secretário de A. Neto e, posteriormente, por Jika.

73 Este título foi inspirado por Brieux, autor de Angola An III, que tem uma longa parte dedicada à política externa dos três primeiros anos de Angola Independente. Não consegui confirmar a informação de que Brieux é pseudônimo de um diplomata francês.

"Angola se situava numa posição contrastante: ligada, ao mesmo tempo, à pobreza de Portugal e à riqueza mineral da África Austral, à qual ela ainda acrescenta, a partir dos anos 60, o petróleo. Essas duas componentes vão influir decisivamente no nacionalismo angolano" (WALLERSTEIN: 1986, 86-87).

Antes dessa afirmação, ele chamava atenção para o "caráter ditatorial, de tipo fascista" do governo português que constituiria também um gargalo difícil de ultrapassar para a formação e desenvolvimento autônomo do nacionalismo nas suas colônias.

Outro constrangimento de difícil superação para o MPLA derivou do reascender da Guerra Fria, no início dos anos 60, com o esboço de disputa americano-soviética no pós-independência do Congo/Zaire, a construção do "muro de Berlim" e a crise dos mísseis, em Cuba. Foi nesse contexto que os Estados Unidos resolveram apoiar a FNLA, de Holden Roberto, concunhado de Mobutu que, na época, já era o homem-forte do seu país.

Essa opção, como sabemos, resultou no impedimento do MPLA em usar o Congo/Zaire, com ativa e extensa fronteira com Angola, como base de apoio, que ficou monopólio da FNLA, sob supervisão americana. Tal fato foi extremamente negativo para o MPLA, sobretudo nos primeiros cinco anos de luta armada. Provocou, inclusive, ao Movimento, a perda, em anos decisivos, do apoio de importantes países africanos e, até, da OUA.

Agostinho Neto lutou constantemente contra esse isolamento (inicial, sobretudo) e fez dessa luta a primeira linha-mestra da política externa do MPLA. Ele queria transformar o Movimento na "melhor organização de libertação do povo angolano" e torná-lo reconhecido como tal pela OUA, especialmente pelo seu Comitê de Libertação, que canalizava o apoio militar aos movimentos de libertação. Dizia-se que Neto tinha inapetência pela diplomacia — talvez pela experiência amarga que tivera com os países ocidentais aliados de Portugal. Para ele, uma atividade diplomática só valia se trouxesse vantagem prática no terreno da luta.

Para avaliarmos a cumplicidade⁷⁴ do Ocidente, em especial os países da OTAN, é de valia citar um pronunciamento, feito em 1963, pelo general Lamnitzer, comandante-em-chefe das forças armadas da OTAN:

"Os soldados portugueses [na África] defendem um território, matérias primas e bases não somente indispensáveis para a Europa, mas para o conjunto ocidental" (BARRADAS: 1995, 164)⁷⁵.

Analisando, de um modo geral, a estratégia dos movimentos de libertação africanos, John Marcum sintetiza: "era uma combinação entre os efeitos de uma guerra não convencional e a pressão diplomática internacional que tivesse como desfecho a derrocada do colonialismo". Focando o caso das colônias portuguesas, ele avalia que "subestimou-se a capacidade de resistência militar ferreamente mobilizada por Salazar, bem como o apoio das potências ocidentais a Lisboa (...)" (MARCUM: 1979, 182-183).

Do ponto de vista militar, Portugal possuía, em 1972, 218 mil homens em armas, dos quais 130 mil estavam atuando na guerra colonial, na África. Do lado econômico, Lisboa contou, especialmente depois da maior abertura econômica das colônias, em 1965, ao capital estrangeiro, com o investimento, a garantia de empréstimos e a venda de armamentos das potências ocidentais. Face a esta realidade, Marcum, em artigo anterior, já concluía que "os nacionalistas [angolanos] superestimaram o impacto dos fatores externos na sua luta" (MARCUM: 1978, 9). Penso que o autor se refere à pressão das Nações Unidas e à insuficiência do apoio socialista.

74 Uso o termo cumplicidade porque, contrariamente ao que rezava o Tratado, a OTAN fez vista grossa à utilização de material bélico dessa Organização, por Portugal, na guerra colonial, inclusive o napalm.

75 A Alemanha Federal possuía, através da OTAN, uma base militar em Beja (Portugal). Segundo o órgão oficial alemão de Defesa, Wehr and Wirstes hartf, ela é mais importante que o país possui no estrangeiro. O exército alemão também dispunha, a partir de 1964, de facilidades de treinamento em campos e aeródromos disponíveis em metade do território português, incluindo uma base de mísseis na província da Estremadura. Em Angola, o ferro de Kassinga, com mais de 65% de teor de hematite, era entregue aos interesses da empresa alemã Krupp (MPLA: s/d, 37-38).

Num tom de desabafo memorialista, temperado por um realismo adquirido em mais de 15 anos como chefe militar do MPLA e do Governo de Luanda, Iko Carreira, companheiro próximo de Neto, reconhece:

"A quase totalidade das organizações nacionalistas já se encontrava comprometida ideologicamente. Os seus apoios estavam fora do país. A Guerra Fria batia o seu pleno. Automaticamente, viam-se as organizações e os homens ligados a um ou outro dos blocos existentes: o bloco 'oriental' ou socialista, com a URSS na cabeça, e o bloco 'ocidental' ou capitalista, liderado pelos EUA. (...) De nada valiam os esforços para tentar transformar em independência [de posição política] (grifo meu), a valiosa contribuição de países como a Suécia, a Noruega, Argélia, os Comitês de Apoio da Holanda, Bélgica, Inglaterra e mesmo dos Estados Unidos, que eram bastante céticos em relação à União Soviética (...). Aos olhos do inimigo, o MPLA seria sempre comunista. E nessa época, o comunismo era o mal pior, destinado a ser abatido" (CARREIRA: 1996, 70-72)⁷⁶.

Paulo Teixeira Jorge, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros em Angola, de 1979 a 1984, corrobora o tipo de ligação entre o MPLA os países comunistas, "de onde vinha o grosso da ajuda para desenvolver a luta armada". Ele explica que "(...) na altura, todo e qualquer país ocidental estava ligado a Portugal (...). Então nós fomos buscar ajuda onde nos foi possível". E, logicamente, acrescenta ele, esses países responderam afirmativamente porque "a sua própria filosofia era tendente a ajudar os movimentos de libertação nacional"⁷⁷.

76 No mesmo livro, p. 165, Carreira afirma: "Essa do MPLA ser comunista era [na época] uma grande história! O MPLA nunca foi comunista, embora essa fosse a tendência de alguns dirigentes da Organização".

77 Entrevista ao suplemento "Sábado" do Jornal de Angola, de 10 de fevereiro de 1996, pp. VI e VII. Paulo Jorge é dirigente do MPLA desde quase o início da luta, sempre ligado às relações

Mesmo no cenário africano, teve bastante dificuldades em estabelecer alianças com os países chamados de "moderados", muito dependentes da Europa, especialmente da França. Eram considerados, pelos "progressistas" da época como regimes neocoloniais. Na sua própria vizinhança, tinha não só a hostilidade particular do Congo/Zaire, mas sobretudo, do "bastião branco" da África Austral, liderado pela África do Sul, formando a aliança Pretória-Salisbury (Rodésia) — Lisboa, que afetava os pequenos países enclaves e a Namíbia sob ocupação sul-africana.

A Zâmbia, embora fosse um país de apoio para as ações do MPLA na Frente Leste, tinha no seu presidente K. Kaunda, um aliado não isento de ambigüidades. O cobre da Zâmbia era escoado pela ferrovia portuguesa, Caminho de Ferro de Benguela, o que fragilizava a sua posição face a Lisboa. Resta o também vizinho Congo-Brazzaville, cuja aliança, com todas as peripécias, foi mutuamente satisfatória, apesar do apoio que setores congolezes davam à FLEC, o movimento independentista de Cabinda. Convenhamos que, nos contextos da África Austral e da Central, não era um quadro de alianças favorável ao MPLA.

A área privilegiada da aliança do MPLA, até por identificação histórica, lingüística e, em grande parte, ideológica, era com os movimentos de libertação que compunham a já referida CONCP (Conferências das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas), englobando, além do MPLA, o PAIGC, a FRELIMO e o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe — CLSTP — mais tarde transformando em movimento.

Em janeiro de 1969, uma conferência organizada em Cartum (Sudão), pela Organizada de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (AAPSO), de influência do campo socialista, reafirma o seu apoio à CONCP e aproxima, de modo mais orgânico, os movimentos desta organização com os dos demais países da África Austral: o Congresso Nacional Africano (ANC), a Organização do Povo do Sudeste Africano — Namíbia (SWAPO), além da União do Povo

exteriores. Tive com ele várias entrevistas, em Luanda, quando era ministro, sobretudo na década de 80. A última foi em 8 de fevereiro de 1995, e versou sobre a fragilidade da política africana atual do governo de Angola. Tratarei disso adiante.

Africano de Zimbábue (ZAPU) que, como a ZANU, lutava contra o regime de minoria branca da Rodésia, pela independência do que seria, em 1980, o Zimbábue.

Essa conferência proporcionou o início de uma solidariedade um pouco mais estruturada entre os movimentos de libertação da África Austral, o que está na raiz da futura criação dos Países da Linha de Frente⁷⁸.

O MPLA já mantinha ligação com AAPSO desde a histórica Conferência da Tricontinental, realizada em Havana, em janeiro de 1966, patrocinada pela recém-criada Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL). Foi essa conferência que proporcionou a subida de patamar das relações do MPLA com Cuba, já existentes mesmo antes da viagem de Che Guevarra a Brazzaville, em janeiro de 1965.

Outra relação sempre privilegiada do MPLA foi com a oposição anticolonialistas portuguesa. Ela se estreitou na Argélia, a partir de 1964, através do birô aí mantido pela Frente Patriótica [Portuguesa] de Libertação Nacional (FPLN), embora o interlocutor preferencial fosse o Partido Comunista Português. Essa colaboração era mais visível na área da propaganda contra a guerra colonial e na acolhida que a CONCP dava aos soldados portugueses que desertavam dessa guerra.

Sobre essas relações, e seu prolongamento no período de transição para a independência de Angola (1974-1975), vale referir um depoimento recente de Melo Antunes que, quando major, foi um dos mentores do Movimento das Forças Armadas (MFA) que derrubou o regime de Marcelo Caetano e foi um dos principais responsáveis pela condução direta do processo de descolonização do império português.

"A maioria esmagadora dos nacionalistas angolanos formou-se aqui. Eram nossos companheiros. Dezenas

78 Participaram da conferência cerca de 200 delegados de 50 países (China, excluída) e nela se constituiu um Comitê de Mobilização de Ajuda aos seis movimentos de libertação, com sede no Cairo.

*deles. Todo o pensamento anticolonial português é também tributário desses grupos. É daqui que vem a afinidade com MPLA. Aquela gente era nossa amiga. E era também no MPLA que se concentrava, de longe, a maioria dos quadros de que Angola precisaria. Isso para se perceber por que tínhamos de ser mais exigentes com eles. Aliás, eles queixavam-se disso. Embora estivéssemos de coração com eles, eles tinham a obrigação de não nos colocar em má posição. Nunca tiveram*⁷⁹.

Iko Carreira relembra que Melo Antunes e Rosa Coutinho deram apoio fundamental ao MPLA que "aqui e ali, foi precisando da ajuda desses dois portugueses, que jamais a negaram". Antes, ele já havia afirmado que os "portugueses de Angola gostariam de ver à frente dos destinos do país, alguém com cultura portuguesa, e todos ou quase todos os seus companheiros de direção do MPLA provinham de famílias conhecidas" (CARREIRA: 1996, 165 e 33).

79 Ernesto Melo Antunes integrou, como Ministro sem Pasta, o II Governo de Transição, depois da Revolução dos Cravos, instalado após a demissão do general Spínola, em julho de 1974, e chefiado por Vasco Gonçalves que, com Antunes, constituíam a ala esquerda desse governo. Melo Antunes passou parte da sua infância em Angola e aí também participou da guerra colonial. Ele defende que a descolonização portuguesa não foi apenas a "possível", mas sim "aquela" que devia ser feita (...). Um erro que confessa: não ter feito preceder a data da independência à condição da formação de um exército único". E faz uma afirmação ousada: "No Alvor fizemos uma cedência ao voluntarismo dos movimentos. Todos estavam ansiosos da independência, mas para ajustarem contas entre si (grifo meu). Entrevista a Miguel Portas, na revista mensal lisboeta Vida Mundial, nº 11, dezembro de 1998, pp. 38-50. Em conversa informal com Antunes, no Rio, em 1994, julguei perceber que o MPLA "cobrava" e "expunha ao público" a preferência que lhe dava essa ala do MFA.

3.4.1.3 O MPLA e o estatuto dos movimentos de libertação nas Nações Unidas

Os movimentos de libertação nacional, pela mobilização armada do seu povo, pela participação deste nos processos de decisão e na administração de partes do território nacional — as chamadas regiões libertadas — pelas alianças que estabelecem com outros Estados em níveis de ações práticas, embora não de jure, constituem os representantes de um Estado em embrião e detêm, pelo menos na prática, certos atributos de soberania antes mesmo da realização do seu objetivo maior: a conquista da independência, até então negada pela metrópole, via comercial, do que derivou a opção única da luta armada.

Esse conteúdo parcial de soberania de fato foi durante muito tempo desconsiderado pelo Direito Internacional. A partir dos anos de 1960, a situação muda e a África, a partir do início dos anos 70, foi responsável em grande parte, pelo impulso dessa mudança. Ela ocorreu, sobretudo, nas diversas instâncias das Nações Unidas, sob rogo e pressão da OUA.

Em 1970, o Comitê de Descolonização da ONU decide que "a participação dos movimentos de libertação nas conferências, seminários e reuniões regionais, se fará através de consulta à OUA". Em 1971, esta obtém, da XXVI Assembléia Geral da ONU, o reconhecimento de que somente os movimentos de libertação reconhecidos por ela sejam admitidos na ONU. É a partir daí que vários movimentos de libertação passaram a se beneficiar de um vantajoso estatuto que os faz participar de várias das organizações da ONU. O MPLA passou, em momentos diferentes, a participar, com a respectiva exclusão de Portugal, de organismos tais como a UNESCO, a OMS e a OIT.

Até o início de 1970, os movimentos de libertação nacional eram considerados, e ouvidos, na condição de peticionários, no quadro da administração dos territórios não autônomos. A resolução 2621 (XXV) de 12 de outubro de 1970 da ONU convida os movimentos a participar dos debates concernentes aos seus países, realizados nas suas organizações especializadas.

A grande mudança ocorre em 14 de novembro de 1972, quando a Assembléia Geral da ONU reconhece, pela primeira vez, os movimentos não

como simples representantes do seu povo, mas como os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos dos seus territórios (o grifo é meu, e a maior parte dos dados estão em JOUVE: 1992, 135-139). A ONU reconhece o estatuto de observador (nos trabalhos das comissões da Assembléia Geral e dos órgãos subsidiários) a 18 movimentos de libertação: 17 deles africanos, juntamente com a OLP.

Mais tarde, é o próprio Conselho de Segurança da ONU que acolhe a presença e o direito de intervenção dos movimentos de libertação, mas não lhes confere o estatuto de observadores. Isso será mudado, em 1976, mas ultrapassa o período deste capítulo. Nesse ano, Angola já será República Popular e membro efetivo da ONU.

As conseqüências dessas atitudes da ONU para o MPLA e os outros dois movimentos angolanos, bem como para o governo de Lisboa, embora com bastante peso não foram decisivas para o desfecho do colonialismo português. O MPLA aumentou, no campo ocidental, a ajuda humanitária, sobretudo dos países escandinavos e dos grupos de apoio espalhados pela Europa, além de muito maior mobilidade política e diplomática.

Quanto a Lisboa, teve perdas mais políticas que econômicas, mas o isolamento internacional cresceu, sobretudo, quando, em novembro de 1972, a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução (cinco votos contra: EUA, Inglaterra, França e África do Sul) que apelava a todos os Estados membros que auxiliassem os movimentos de libertação das colônias portuguesas (ANTUNES: 1995, vol. I, 64).

IV O GOVERNO NETO: A DEFESA DA SOBERANIA E A QUESTÃO DO PARADOXO

4.1 Introdução

Em conversa com Roberto de Almeida⁸⁰, veterano dirigente do primeiro escalão do MPLA e atual presidente da Assembleia Nacional de Angola, pedi-lhe, de início, que sintetizasse numa frase a política externa angolana. Ele respondeu, mais ou menos, nestes termos: que nos primeiros quinze anos de independência, a preocupação maior era a defesa da soberania com a consolidação da independência e que, nos últimos quatro anos, era procurar esclarecer aos seus parceiros ocidentais que Angola, desde as mudanças constitucionais do início dos anos 90, não era mais governada por "um regime comunista". O que importa reter aqui dessa conversa é o alto custo humano, militar, econômico e político pago por Angola pelas conseqüências do seu processo de independência — e consolidação desta — ter-se realizado em quase permanente contexto de crise, traduzido por invasões e intervenções estrangeiras, além de uma pertinaz guerra civil com os rebeldes da UNITA, durante tantos anos, como vimos no primeiro capítulo.

Entre as razões desse estado crônico de crise está, como já o afirmamos, o envolvimento de Angola na Guerra Fria pelo apoio que recebeu do campo socialista e a hostilidade permanente dos Estados Unidos. Ambos, hostilidade e apoio têm raiz no início da luta armada contra o colonialismo português, em 1961, por razões já explicadas.

Acresce ainda que para um país colonizado do modo como o foi Angola — com falta de capitais autóctones e escassez de quadros, dentro do contexto africano da época — tornou-se extremamente grave para o país, quase paralisando a economia, o êxodo de 340 mil portugueses, entre os quais cerca de duas centenas de milhares de quadros especializados e semi-especializados além de industriais metropolitanos, alguns já enraizados no país. Esse êxodo não foi motivado por uma política determinada pelo MPLA,

⁸⁰ A conversa realizou-se durante o mês de abril de 1994, quando Roberto de Almeida aproveitou umas férias para realizar uma pesquisa no CEAA, da qual colaborei. Aproveito para agradecer o que me ensinou, não só no Rio de Janeiro, como em visitas que fiz a Luanda.

mas sim pelo caráter extremamente conflituoso e bélico, já no período final de transição para a independência.

Esta situação acima descrita foi mais um fator a contribuir para que a alternativa socialista de Estado se apresentasse como a mais viável, face às circunstâncias de Angola. A oposição da grande maioria dos países do Ocidente ao MPLA, iniciada desde o desencadear da guerra de independência, teve duas motivações básicas: o apoio do Ocidente a Portugal, aliado da OTAN e parceiro generoso nos negócios em Angola, e a opção inicial americana pela FNLA, rival irreconciliável do MPLA. Estes fatos, e alguns outros, transformaram o campo socialista na única opção viável para levar adiante a luta de independência. Esta, pelo caráter do regime português, só tinha a alternativa da via armada.

Além do mais, os países socialistas, sob a liderança da União Soviética e a disponibilidade de Cuba, eram vistos, de modo geral, pela maioria dos pan-africanistas, como não portadores de um passado colonizador. Pelo contrário: além de um forte discurso e posições anticolonialistas, eles se prestaram a fornecer apoio logístico e militar a vários movimentos de libertação africanos.

O seu modelo de Estado, de economia planificada e partido único, parecia atender às necessidades, então tidas como irretorquíveis, de um Estado forte a quem caberia preceder, na maioria dos países africanos, à formação de uma nova *Nação* que unificasse (ou, na prática, se sobrepujasse) às várias "nações étnicas" que compunham, em geral, os países africanos.

Dada a experiência com aspectos traumatizantes da colonização européia, alguns dirigentes africanos chegaram a considerar o colonialismo como sinônimo do capitalismo. Pensamos, contudo, que na maioria dos casos, o objetivo maior desses dirigentes era realizar o binômio nacionalismo-desenvolvimento. Mais do que uma opção claramente ideológica, predominava a convicção de que o socialismo, dadas as condições africanas (ausência de burguesia e predominância no campo das sociedades comunitárias) e o êxito "desenvolvimentista" de países atrasados como a China e a Rússia, era um meio mais rápido de atingir as metas da independência, da modernização e do

desenvolvimento. Somente mais tarde, a evolução desse processo foi gradualmente mudando essas percepções desses dirigentes.

O atual presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, em entrevista ao semanário lisboeta *Expresso*, de 18 de julho de 1992, afirmou:

"Aqui, o socialismo foi uma intenção, talvez não tenha passado do papel. O Estado nacionalizou uma série de empresas em 1976/78 porque elas estavam abandonadas. Não tinha alternativa. (...). Mesmo que se tivesse enveredado pelo capitalismo, não havia classe empresarial naquela altura, não havia capitalistas angolanos (...).

Perguntado se alguma vez o presidente Santos havia acreditado num modelo marxista-leninista para Angola, ele respondeu:

"Muitos angolanos acreditaram nesse modelo como alternativa ao modelo capitalista e colonial (...) e o ideal socialista era o da liberdade e da justiça social. Não tendo havido qualquer experiência que demonstrasse que esse modelo não era melhor do que o herdado [do colonialismo], optou-se naturalmente pelo desconhecido (...). Só mais tarde, e por causa das dificuldades do sistema (...) é que se procuraram novas alternativas. Agora, estamos em busca de novos caminhos".

Em entrevista ao autor, em Luanda, em janeiro de 1995, o já referido dirigente Roberto de Almeida estimou que dos 65 mil militantes do MPLA, quando da adoção pelo movimento do marxismo-leninismo, em 1977, somente cerca de cinco mil seriam marxistas [110 mil era o número estimado antes do Congresso; depois houve gradativas reduções (WOLFERS: 1983, 169)].

Voltando à entrevista do presidente Santos, o jornalista Benjamim Formigo solicitou a confirmação de uma frase de Santos. "Está a dizer que esse sistema nunca existiu em Angola e o que houve foram boas intenções?" Ao que o presidente respondeu:

"Penso que sim, que foi um sistema de boas intenções. Não havia aqui condições para a edificação do socialismo (...). Basta ver como se desenvolveu a economia subterrânea, o mercado paralelo, etc. Houve uma espécie de resistência. Nalgumas áreas, e por causa da tradição, manteve-se a propriedade privada (...). Pode-se mesmo dizer que em toda a área rural manteve-se a idéia da pequena propriedade".

Perguntado se, numa análise retrospectiva, a conclusão não seria a de que esse modelo estava condenado à partida, o presidente reconheceu:

"Penso que estava condenado ao fracasso. Mas não era essa a conclusão a que se tinha chegado naquela altura, em que se pensava que o socialismo era uma alternativa ao capitalismo".

O presidente prosseguiu sua justificativa acrescentando que "à partida, sem uma classe operária desenvolvida, portanto, sem industrialização em escala suficiente, não havia condições objetivas para que o socialismo vingasse".

Incorporando as declarações do presidente Santos, devemos também considerar que, no caso angolano, um fator mais premente — a conquista e a consolidação da independência em situação quase ímpar no continente — tornou a opção socialista a marca quase inescapável do Estado e, em consequência, a da sua política externa. Como adverte Raymond Aron:

"em política externa, os principais interesses de que o Estado é responsável são os que implicam a sobrevivência da nação, mas logo em seguida, vem a satisfação e a proteção dos seus interesses econômicos" (ARON: 1980, 399).

No entanto, em Angola, enquanto o governo do MPLA procurava atender as suas necessidades de defesa da soberania e da segurança da nação com a ajuda político-militar dos seus aliados socialistas, com destaque para a União Soviética e Cuba, o grosso das suas demandas econômicas era atendida

pele campo capitalista, em especial os Estados Unidos, seu principal investidor, parceiro comercial e fornecedor de tecnologia, tudo tendo como base o petróleo.

A política externa de Luanda viveu essa dicotomia — à qual chamamos de *paradoxo angolano* — durante muitos anos, embora a partir dos meados dos anos 80 começassem a surgir mudanças cada vez mais nítidas neste quadro primeiro, na área econômica e, só quase meia dúzia de anos depois, no campo político, como veremos no desenvolvimento deste trabalho.

Notaremos também que haverá uma certa *décalage* entre as mudanças na política interna, incluindo as de caráter econômico, e a correspondente transformação na política externa. Esse defasamento parecerá freqüentemente maior se o examinarmos dando relevância indevida ao *discurso explícito* dessa política para o público externo, em detrimento da observação atenta da prática política interna e das novas relações econômicas concretas de Angola a nível internacional e doméstico. Estas mudanças nunca produzem a mesma intensidade de "ruído" do discurso pronunciado nas arenas internacionais ou nos comunicados partidários.

Adiantemos que as mudanças que fomos percebendo na política externa angolana não se efetivaram somente pela crescente hegemonia do eixo econômico sobre o eixo político de alianças e ligações. Essas mudanças sofreram marcantes influências políticas intimamente relacionadas com duas ordens de fatores: os de nível internacional — global e regional — e os de caráter doméstico.

É sobre estes fatores domésticos que incidirá a nossa maior preocupação, não por considerá-los obrigatoriamente os de maior relevância, mas porque talvez a sua identificação e esmiuçamento venham a ser a parte mais original da nossa pesquisa. Eles são os fatores menos perseguidos pela bibliografia atual sobre Angola, naturalmente pela evidência gritante de outros fatores externos, como a Guerra Fria e a crise do preço do petróleo, que tanto afetou Angola.

Como fator global temos a queda do Muro de Berlim, que simbolizou o fim da Guerra Fria e a drástica diminuição da capacidade da União Soviética. No plano regional da África Austral, teve influência decisiva a

perda de hegemonia militar, sobretudo a aérea, por parte da África do Sul, após a batalha de Cuito Canavale (1987-88), o que levou este país a enveredar pela via das negociações que desembocaram nos Acordos de Nova York, de dezembro de 1988. Quanto aos fatores domésticos, eles serão abordados no decorrer da parte final da tese.

4.2 Política Externa: Algumas Questões Metodológicas

O exercício de uma política externa no cenário internacional é *strictu sensu* uma prerrogativa dos Estados. Assim, a política externa de Angola passa a existir como tal a partir da formação do novo Estado, da aquisição da soberania, isto é, a partir da independência do país, em 11 de novembro de 1975.

No entanto, é de levar em consideração que as forças políticas que vêm a constituir um novo Estado — e nos referimos aqui sobretudo ao caso africano — já imprimiram, no seu projeto de fundação desse Estado, formulações de política externa que no entender dessas forças, exprimem aspirações nacionais. Mais ainda: muitas dessas formulações podem ter sido aplicadas já durante a luta travada para a conquista da independência.

Como vimos, no caso de Angola, as forças políticas que lutaram pela independência não se unificaram num só projeto. Pelo contrário, elas se constituíram em três movimentos de libertação rivais. Após lutarem contra o inimigo comum — o colonialismo português — e entre si, saiu vencedor o MPLA que assumiu sozinho o controle do Estado quando da independência.

Essa introdução ajuda-nos a explicar o motivo pelo qual o estudo da política externa de Angola deve ser precedido de um preâmbulo que analise as formulações e práticas na área internacional realizadas pelo MPLA enquanto movimento de libertação — desde a sua criação, em 1960, até a independência. Nelas estão as bases da futura política externa do Estado angolano, pelo menos no período mais imediato à independência. Ao mesmo tempo, devemos também dar atenção às relações internacionais dos outros movimentos de libertação: a FNLA e a UNITA. A atuação internacional deles, antes e depois da independência — aqui já como movimentos rebeldes — tem

bastante a ver com o contexto de crise em que viveu a sociedade angolana e, em consequência, a formulação e a prática da sua política externa.

Acrescente-se, aliás, que as Nações Unidas, por resolução de sua Assembléia Geral de 14 de novembro de 1972, passou a considerar os movimentos de libertação reconhecidos por ela não apenas como simples "representantes dos seus povos", mas como "representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos desses territórios" (JOUVE: 1992, 138). Consolidou-se assim a legitimidade deles como atores internacionais.

O contexto de crise quase permanente em que Angola esteve envolvida, tanto interna quanto externamente, deve ser encarado como uma variável importante na formulação e na avaliação do fenômeno *mudança* que a sua política externa sofreu. O contexto de crise consolidou posições, enrijeceu o comportamento internacional angolano ou, pelo contrário, se constituiu em acelerador de mudanças? Ou as duas coisas, de acordo com o período e a situação considerados?

De passagem, há que registrar que tanto o contexto de crise quanto o processo acelerado de mudanças têm constituído um quadro vigente hoje em toda a África Austral. A relevar, o contexto de mudança na África do Sul com o desmantelamento do *apartheid* após um período de extrema agressividade do regime de Pretória. Na Namíbia, a mudança traduz-se na independência, e em Moçambique num processo algo semelhante ao de Angola.

Neste país, nosso foco de atenção, é importante levar em conta, no que se relaciona com o contexto de crise, a extraordinária concentração de recursos financeiros, militares e diplomáticos que o governo de Luanda teve que utilizar em função da crise. Basta referir, entre outros indicadores, que o Orçamento Geral do Estado destinou, nestes últimos anos, cerca de 50% dos seus recursos para despesas com a defesa.

Tratada a questão do contexto de crise, o passo seguinte é o da problematização da política externa⁸¹.

81 As duas principais escolas modernas de relações internacionais são comumente reconhecidas

como a Idealista e a realista. A primeira, que tem raiz filosófica em Kant, dá ênfase à evolução do direito internacional e ao estabelecimento de mecanismos de conciliação de Interesses e de decisão.

Para os realistas, a política externa é intrinsecamente uma política de poder (ARON, Guerre et Paix, 1962). Também para Hans Morgenthau, pioneiro norte-americano dessa corrente (Politics among Nations, 1948), a política internacional, como toda a política, é uma política de poder. Este autor tem como princípio básico a crença de que a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que têm as suas raízes na natureza humana. O principal critério do realismo em política Internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder.

Para Morgenthau, o poder é "a capacidade de cada Estado de influenciar ou obrigar os demais a agirem de determinada maneira ou a deixarem de fazê-lo" (apud SARDENBERG: 1982, 49). Em Aron a conceituação é quase a mesma: "Poder, na cena internacional, é a capacidade de uma unidade política impor sua vontade às outras unidades" (ARON: 1979, 117).

Na corrente realista, o que distingue a política internacional da política interna dos Estados é que estes têm, no âmbito doméstico, o monopólio do uso legítimo da força. No campo internacional, contudo, os Estados são todos soberanos e nenhuma autoridade supranacional pode impor-lhes obediência direta. Eles são livres para recorrer à força em defesa dos seus interesses nacionais.

Para Aron, os negócios entre Estados se processam por meio da diplomacia e da estratégia (conduta diplomático-estratégica) que são os métodos clássicos e complementares subordinados à política externa, tal como definida pelo mais alto nível de Estado. Essas relações são paradigmaticamente encarnadas pelo diplomata e pelo soldado. Estes "vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra". Tais relações, acrescenta Aron, se distinguem de todas as outras relações sociais; são um traço distintivo da política internacional pois "se desenrolam à sombra da guerra (...), são relações entre Estados que implicam essencialmente na guerra e na paz" (ARON: 1979, 43).

A escola realista tem suas raízes em Maquiavel e Hobbes, sobretudo neste último, na sua teoria do "estado da natureza", que nos levaria a considerar a cena Internacional como sendo predominantemente marcada pela anarquia.

A escola realista tem sofrido reparos que contribuem para atualizá-la num mundo que não mais corresponde ao do pós-guerra. Uma primeira crítica incidiria na negligência dos realistas quanto ao papel de outros atores, que não o Estado, na cena internacional. Entre eles estariam organizações intergovernamentais, transnacionais e diversos movimentos políticos que atuam à escala regional ou mundial sem estar sob o controle direto dos governos (SENARCLENS: 1992, 36).

Outro tipo de crítica visa a concepção de poder, segundo os realistas. Nesta corrente, o poder parece só ser visto como atributo do Estado, sendo praticamente ignorado enquanto relação característica da vida internacional. Por outras palavras, o poder seria um atributo usado a seu arbítrio pelo Estado, desvalorizando-se nessa análise o contexto em que esse arbítrio se exerce. Este modo de encarar a questão do poder na cena internacional é típico

Um dos primeiros problemas a defrontar na questão da política externa angolana é a identificação do seu principal *locus* de elaboração e de decisão. Em termos gerais seria o Executivo, no seio do qual teria preeminência o chefe de Estado ou de Governo e o órgão especializado, o Ministério das Relações Exteriores. No caso angolano não ocorre assim, pelo menos em tese e na prática dos primeiros dez anos após a independência.

Ocorre em Luanda que o movimento de libertação que assumiu o controle do poder — o MPLA — tornou-se um partido único e, dois anos depois, adotou o marxismo-leninismo como doutrina sua e do Estado, transformando-se em MPLA-PT (Partido do Trabalho).

Segundo a doutrina marxista-leninista, o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado está localizado no partido. Isto significa, pelo menos em teoria, que é o partido quem comanda o Estado e, em consequência, elabora e decide sobre política externa. "O MPLA, partido de classe operária, é a força dirigente da República Popular de Angola e é quem define as diretrizes e orientações para todos os segmentos da vida da Nação" (MPLA-PT: 1981, 112).

O órgão máximo do partido é o Congresso, que elege o organismo executor, o Comitê Central. Este, por sua vez, escolhe um executivo mais direto, o Birô Político, bem com diversas comissões de acompanhamento e

do período inicial da Guerra Fria, quando os Estados Unidos tinham o monopólio nuclear e a total hegemonia econômica.

Ocorre igualmente que o poder não é a única consideração presente nas relações internacionais. As relações de poder se chocam hoje com uma crescente institucionalização da cena internacional em torno do conceito de igualdade soberana dos Estados. Contudo, embora seja irrealista imaginar que o poder é hoje dominante tal como outrora na cena internacional, seria ingenuidade considerar que a igualdade soberana dos Estados (direito à integridade; não intervenção, etc.), constitua barreira suficiente para o exercício livre e desimpedido do poder no plano internacional (SARDENBERG: 1982, 49-54).

Marin Wight reconhece a luta pelo poder como conceito-chave em relações internacionais e a "anarquia" como decorrente disso. Mas adverte que a anarquia não significa desordem completa. Nas relações internacionais, segundo ele, "há tanto cooperação quanto conflito. Existe um sistema diplomático e o direito internacional que complicam e modificam a política de poder" (WIGHT: 1985, 83-85).

controle. É, pois, no interior desse Partido-Estado, dessa máquina totalizante que tentaremos identificar, em primeira instância, o eixo da decisão da política externa angolana e acompanhar a sua mudança. Devemos ter, contudo, em consideração que o mecanismo real de decisão nacional não esteve de modo uniforme e contínuo, no seio do Bírro Político ou do Comitê Central. A sofisticação da economia angolana, e a ascensão ao poder presidencial, em 1979, como veremos adiante, de José Eduardo dos Santos, entre tantos outros fatores ponderáveis, nos indica outros centros importantes de decisão política, no que concerne à política externa. Há que se ter em conta que, com o desenrolar do processo político em Angola, verificou-se uma tendência, especialmente na área econômica, dos órgãos dos Estados sobrelevarem as instâncias partidárias.

Outro problema importante no estudo da política externa de um país é a identificação dos interesses nacionais, suas motivações e graus de importância. Devemos verificar as mudanças ao longo do tempo estudado, isto é, quais desses interesses nacionais permaneceram, quais os que mudaram, bem como a evolução das motivações que os determinaram. Acrescente-se que também devem ser identificadas as forças políticas e causas que, no decorrer do período referido, foram responsáveis pelas mudanças político-econômicas do país, acarretando possíveis transformações no exercício da política externa de Angola. Há vários tipos de interesses nacionais. Poderíamos chamar de interesses vitais aqueles em defesa dos quais um Estado estaria disposto a ir à guerra (WIGHT: 1985, 77).

O primeiro deles, como vimos acima, seria o da sobrevivência, isto é, a manutenção da soberania. Podemos considerar alguns outros desses interesses vitais: a defesa da integridade territorial; a preservação, contra ingerência externa, de um sistema de crenças, valores, costumes e tradição. Ainda poderíamos acrescentar um interesse nacional que eventualmente seria considerado vital: a defesa, contra imposição exterior, de um sistema político e econômico assumido nacionalmente (WENDZEL: 1977, 62)⁸².

82 Vários tipos de interesses nacionais devem ser considerados. Alguns mais permanentes, outros mais conjunturais; há aqueles de ordem política (aquisição de território, por exemplo),

A noção de interesse nacional pode ser considerada ambígua porque ela é objeto de concepções que variam de acordo com as circunstâncias históricas, com a natureza dos regimes e das elites dirigentes (SENARCLENS: 1992, 22). Contudo, ela nos parece indispensável no estudo da política externa e na análise do jogo de poder entre os Estados. Acreditamos, porém, que a sua formulação nunca é um cálculo fundado numa racionalidade pura, mas sim que inclui juízos de valor que são a expressão da ideologia dominante do país numa determinada fase histórica e, em consequência, representam aspirações de classes e grupos sociais (MERLE: 1984, 156).

Para a conceituação de política externa retornamos a Raymond Aron: "A política externa é uma política de poder e equilíbrio de forças. A primeira expressão significa que os Estados não admitem árbitro, tribunal ou leis superiores à sua vontade; em consequência, devem sua existência e segurança a si próprios e aos seus aliados" (ARON: 1979, 147).

Em termos mais descritivos, podemos definir a política externa como a projeção no cenário internacional dos impulsos que dominam a política interna. Convém, contudo, atentar para o fato de haver uma interação entre os aspectos domésticos e os externos, exercendo estes últimos uma significativa influência sobre os primeiros (MERLE: 1984, 149).

De qualquer modo, a política externa é sempre concebida em função de duas realidades heterogêneas, com problemáticas e ritmos distintos: a realidade doméstica de cada Estado e a realidade internacional. A diferença fundamental é que a primeira, interna, é transformável por esforços do governo, enquanto a segunda se apresenta fundamentalmente de um já dado, embora não se possa considerar esta situação como uma forma compartimentada e estática (SARDENBERG: 1981, 63).

outros de ordem econômica (que dizem respeito ao desenvolvimento) e, ainda, os de ordem ideológica. Podemos ainda dividir certos interesses nacionais em dois tipos, os desejáveis e os operacionais. Os primeiros, embora constem num projeto de Estado, não podem ser realizados por limitações de caráter doméstico ou internacional. Quando tal ocorre, esses interesses se mantêm no nível de aspiração; contudo poderão se tornar operacionais quando as condições se proporcionarem. Já os interesses operacionais são aqueles que, realisticamente escolhidos, estão dentro da capacidade de implementação do Estado (OGWU: 1986, 8).

Em outras palavras, podemos dizer que o essencial de uma política externa é o resultado de um esforço de uma sociedade nacional para controlar o mais possível o seu ambiente externo — a cena internacional — maximizando as oportunidades favoráveis e minimizando as desfavoráveis, isto é, os constrangimentos (ZORGBIBE: 1988, 433).

Podemos considerar que o Estado tem dois objetivos básicos: um defensivo e outro ofensivo. O primeiro, seria a manutenção da soberania; o segundo, ofensivo, seria a realização dos seus interesses (MARTINS: 1993, 117).

Outro lado a considerar em política externa, sobretudo nos Estados emergentes e carentes de certos recursos, como é o caso de Angola, é que raros são os países que podem satisfazer, através da sua atuação internacional, a totalidade das suas aspirações internas. Raros também são aqueles que se encontram em posição de tão extrema dependência que não possam encontrar alianças apropriadas ou um jogo de barganha de poder (MERLE: 1984, 163).

Além das características e condicionamentos citados, é de ter em conta que uma política externa é sempre competitiva e comparativa. O seu processo de decisão, do qual participam muitos fatores não racionais, é feito sem que os atores que nele interferem possam reunir todos os conhecimentos necessários para se ter a certeza dos fatos. Por isso se considera que a formulação de uma política externa é bastante fundamentada em percepções e probabilidades. Como afirma Raymond Aron "... deixaria de ser razoável se corresse riscos; é razoável na medida em que calcula este risco" (ARON: 1979, 47).

Além disso, a política externa é conduzida por uma ação de tipo diplomático-estratégico. O caráter específico dessa conduta é o risco de guerra, bem como o da competição com adversários numa situação de constante rivalidade na qual cada parte se reserva o direito de recorrer à *última ratio*, à violência (ARON: 1979, 32).

A ênfase no aspecto competitivo da política externa e na possibilidade de defrontamento militar está relacionada com o contexto de crise que marca o caso angolano.

Retomando a questão do processo decisório na política externa, há que repisar sobre alguns fatores, mormente quando nos referimos a um contexto de crise, como é o caso de Angola. O primeiro fator envolve o conjunto de informações e percepções de que se alimentam os formuladores; o segundo, diz respeito a alguns constrangimentos presentes na estrutura do poder do país em questão.

Quanto ao primeiro fator, temos de levar em conta que os *decision makers* assimilam as informações de acordo com um quadro conceitual mais ou menos elaborado que regula as suas percepções de mundo. No caso angolano, o marxismo de caráter leninista exerceu bastante esse papel, mesmo quando o formulador de política externa não tinha essa doutrina como uma convicção pessoal. Ela constituía de qualquer modo o quadro de referência mais disponível que lhe era oferecido ou imposto.

Desta forma, não é difícil compreender porque esses *decision makers* tendem a negligenciar todo o elemento de informação que contradiga o seu sistema teórico ou o de valores, bem como a imagem que eles fazem dos seus adversários. Há uma frase de Henry Kissinger que, embora parecendo uma *boutade*, sintetiza bem a questão. "Para o revolucionário, a realidade externa é aquele mundo pelo qual eles estão lutando para criar e não o mundo contra o qual eles estão lutando" (KISSINGER: 1969, 17) (grifo meu).

Quanto ao segundo aspecto, o que se verifica é que todo o processo decisório em política externa é afetado pelo tipo de estrutura burocrática do país, pelo modo de funcionamento dos seus organismos e, o que é de sublinhar no exemplo angolano, pela competição política entre grupos rivais, reflexo da luta doméstica da qual esses *decision makers* são representantes (SENARCLENS: 1992, 46). Temos de considerar igualmente outro campo de luta: o dos organismos afetos à política externa que disputam entre si. A nossa experiência de Luanda nos permite apontar a interferência de decisões (bem como o mascaramento ou ocultação de informações) entre o partido único (MPLA), o Ministério das Relações Exteriores e as estatais dos setores básicos da economia, como é o caso da SONANGOL, com os seus

interesses petrolíferos específicos, nem sempre coincidentes com as demais instâncias decisórias.

Em política externa tenhamos sempre que considerar o binômio continuidade e mudança⁸³.

No caso de Angola, o processo de mudança na sua política externa foi gradual sem deixar de ser profundo. Esse processo de mudança correspondeu, basicamente, a três tipos de impulsos. O primeiro deles a considerar, teria a sua origem em demandas do setor econômico, tanto a nível interno desse setor quanto a nível externo. Por outras palavras: Angola não poderia manter por muito tempo uma política externa de aliança estrita com o campo socialista quando este não podia dar resposta aos seus problemas da economia enquanto esta se atrelava cada vez mais — tanto no setor interno da produção, quanto no externo do investimento e do comércio — ao campo capitalista.

Um segundo tipo de impulsos, proveio, quanto a nós, de pressões internas motivadas por questões domésticas, políticas e econômicas, derivadas do esgotamento do regime, agravado pela guerra. Essas pressões internas demandavam uma abertura do regime e negociações de paz. O contexto de crise — sobretudo a guerra civil com a UNITA — influenciou, nos parece, tanto a eficácia de ação dessas demandas quanto o ritmo da resposta governamental a elas. É comum uma situação de guerra ser justificativa para um enrijamento do governo face a demandas internas. Parece-nos contudo, que esse enrijamento tem limites de prazo face à continuidade dessas demandas.

83 Normalmente, as mudanças radicais em política externa, isto é, aquelas que se traduzem por uma troca do sistema de alianças internacionais, são precedidas por transformações internas de caráter revolucionário ou que impliquem uma mudança significativa de regime político e econômico-social. São muitos os exemplos, sobretudo no Terceiro Mundo. Poderíamos citar desde a China (1949) até a Nicarágua (1982). Devemos acrescentar, sobretudo nos tempos atuais, que o esgotamento de um processo revolucionário também se traduz por uma mudança correspondente na política externa. Ainda há casos, como a China que, sob o regime maoísta, conheceu três fases relativamente distintas na sua política externa.

Um terceiro tipo de impulsos está ligado a mudanças ocorridas no cenário internacional e também no regional, isto é, da África Austral, e também está conectado com a questão econômica de Angola.

Retomando a análise do fenômeno da mudança na política externa de Angola que, segundo nós, teria tido como motivação três tipos de impulsos, é hora de fazermos uma breve referência à questão econômica do país, inserindo-a no quadro internacional, e considerar o modo dessa inserção como um dos mais decisivos impulsos para o referido fenômeno da mudança.

Uma das marcas desse nosso final de século é a importância ainda maior que as questões econômicas ganharam no cenário internacional, em contraste com as questões ligadas à segurança militar. É uma consequência, talvez ainda não estabilizada, do fim da Guerra Fria. O certo, é que se assiste hoje a uma simbiose cada vez mais entranhada entre política e economia — embora essa relação *de per se* não seja novidade. A marca diferencial seria o fato das relações econômicas se apresentarem atualmente como uma alternativa preferida à dominação político-estratégica dominante anteriormente (SATO: 1993, 3, 13 e 16). O caso em estudo, Angola, parece-nos estar na charneira dessas duas épocas.

A economia angolana já foi brevemente referida na introdução deste texto. Vamos aqui destacar nela somente dois setores que, apesar do contexto de crise, tiveram um crescimento expressivo. São eles o petróleo e os diamantes; a eles podemos juntar em breve, o da pesca, que já está iniciando um desempenho promissor, como no final do tempo colonial.

Somente o petróleo é atualmente responsável por cerca de 50% do PIB e mais de 95% das receitas em divisas do país. Assim sendo, podemos considerar que ele traça o mapa dos parceiros econômicos de Angola. Alguns dos países desse mapa são produtores (associados à estatal SONANGOL e por vezes uns com os outros) e ao mesmo tempo importadores desse produto. Cerca de 2/3 do petróleo angolano são extraídos pela Cabinda Gulf Oil, subsidiária da norte-americana Chevron, igualmente a maior investidora no país. Os Estados Unidos participavam, em 1989, em cerca de 70% das exportações angolanas e eram o seu quarto fornecedor, depois de Portugal, França e Brasil. É de notar que, neste ano, nenhum país socialista fez parte

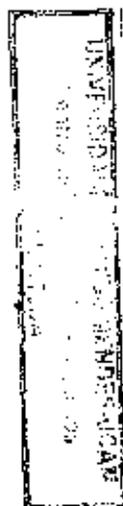
dos dez maiores parceiros comerciais de Angola (o armamento soviético não é aí computado).

Embora não disponhamos, neste exato momento, de dados estatísticos posteriores e sistematizados, podemos adiantar, por leituras de fontes dispersas, que aumentou o fluxo de investimento e comércio por parte dos Estados Unidos, tendo a Espanha e Portugal melhorado o seu percentual. A França e a Itália, através da Elf Aquitaine, Total e Agip estão crescentemente presentes na exploração petrolífera. A Espanha, com entrada recente mas muito expressiva como fornecedora, deverá em breve ser um grande parceiro na indústria pesqueira. África do Sul e Bélgica são parceiros tradicionais fortes no setor diamantífero, no qual aflora o Brasil, também presente no petróleo e em serviços.

Deste mapa de parceira pode-se inferir o peso que as motivações econômicas tiveram no processo de mudança da política externa angolana, que ia se traduzindo no deslocamento de alianças políticas do Leste para o Oeste, numa nova postura e inserção no xadrez político internacional, além das transformações internas verificadas pelas medidas da liberalização política e econômica doméstica. A continuação da guerra com a UNITA, fornida de armas americanas, fez com que Luanda continuasse, ainda depois de 1989, a adquirir armamento soviético, mas a ligação político-militar esmaeceu, retirando-se inclusive os conselheiros militares soviéticos.

Convém anotar de passagem, alguns fatos que acompanharam, no quadro das mudanças, as novas posturas da política angolana. Em 1985, como referimos, o governo de Luanda adere ao Acordo de Lomé e, após introduzir, através do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro — SEF, de 1987, medidas de abertura ao capital estrangeiro, valorização da iniciativa privada através do estabelecimento de uma economia de mercado, o país teve aceita a sua adesão ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial.

Quanto às mudanças internas na economia, citemos uma passagem de um documento interno: "A procura da paz e da liberalização do quadro político e econômico de Angola têm marchado em paralelo nos últimos anos. Desde o lançamento do SEF, em 1987, até as profundas medidas de abertura no mercado registradas em 1991, preconizadas pelo Programa de



Ação do Governo (PAG), a economia angolana iniciou um caminho Irreversível para a modernização (...) são aspectos que vêm confirmar a existência de um *novo ambiente* (grifo no original) para a economia angolana" (REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA: 1993, 3).

4.3 As Bases da Política Externa Angolana

A primeira formulação de política externa do MPLA está contida, em termos breves e no item "3 — Unidade Africana", do Programa Maior do Movimento, datada de julho de 1960, e elaborado em Conacri (LARA: 1998, 509). Já nessa época fazia menção à "solidariedade aos povos africanos que lutam pela sua independência completa contra o colonialismo e o imperialismo (...) (grifo meu)⁸⁴.

Durante a luta, várias afirmações foram feitas — além, claro, das ações praticadas — sobre a política externa do MPLA. Contudo, o primeiro pronunciamento sobre o assunto, feito no ato simbólico da aquisição de soberania, o foi pela boca do presidente Agostinho Neto na proclamação da independência, na madrugada do 11 de novembro de 1975.

No entanto, a formulação mais elaborada, e mais divulgada, das bases da política externa do governo de Luanda foi proposta na 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA, realizada de 23 a 29 de outubro de 1976, em Luanda, e que seria oficializada, como programa partidário, no 1º Congresso do MPLA-PT, em dezembro de 1977 (MPLA: s/d, 52-53).

Para melhor comodidade de leitura integral, imediata, remeto o conteúdo total das resoluções à nota de pé-de-página já como foram

84 A menção na época da solidariedade aos povos africanos que lutavam contra o imperialismo está ligada, no meu entendimento, às relações especiais que o MPLA mantinha com partidos que, mesmo após a independência do seu país, empunhavam armas contra regimes neocolonialistas, como era o caso da União dos Povos dos Camarões, cujo dirigente, Félix Moumié, era muito próximo à liderança do MPLA. E, claro, à aliança que as potências capitalistas prestaram a Portugal. Entrevista com Lúcio Lara, em Luanda, em 1º de fevereiro de 1995.

aprovadas no referido Congresso e destaque aqui alguns dos pontos para comentários⁸⁵.

85 "Da profunda análise feita pelo Comitê Central do MPLA, na sua III Reunião Plenária, sobre a problemática da política exterior, resultou a resolução sobre os princípios diretores das relações exteriores, os quais se encontram claramente condensados nos seguintes pontos:

Estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base do respeito mútuo pela soberania nacional e pela integridade territorial, não agressão e não ingerência nas questões internas, igualdade e reciprocidade de vantagens, e coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes;

Respeito pelos princípios das Cartas da ONU e da OUA;

Salvaguarda da independência política e da opção socialista;

Política de não-alinhamento em relação aos blocos militares constituídos no mundo, baseando a nossa ação, no meio do Movimento dos Países Não-Alinhados, no reforço da orientação anticolonialista e anti-imperialista pela paz, liberdade e independência dos povos e pelo progresso social;

Rejeição de todos os compromissos internacionais firmados em nome de Angola pelo governo colonial português ou sua revogação à luz da legislação vigente na RPA [República Popular de Angola];

Interdição de bases militares estrangeiras no solo nacional;

Proteção dos angolanos no estrangeiro e dos seus respectivos interesses;

Reforço dos laços de amizade e colaboração com a comunidade socialista e com as comunidades anti-imperialistas de todos os continentes;

Diversificação da cooperação econômica e técnico-científica;

Apoio à criação de uma nova ordem econômica internacional que elimine a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países capitalistas desenvolvidos;

Manutenção do espírito tradicional de unidade e luta contra o imperialismo e o neocolonialismo entre as ex-colônias portuguesas e reforço dos laços de amizade, solidariedade militantes e de cooperação multiforme entre os respectivos Estados;

Solidariedade militante para com os povos oprimidos e para com os movimentos de libertação nacional e apoio à luta armada conduzida pelos mesmos povos para a conquista dos seus direitos;

Solidariedade para com a luta dos trabalhadores de todo o mundo na base do internacionalismo proletário;

Apoio à ação conduzida pelos países socialistas e pelas forças democráticas e progressistas no plano internacional para a efetivação do desenvolvimento e do desarmamento mundial, e eliminação de focos de tensão que o imperialismo criou ou pretende criar nos diferentes continentes para impedir o progresso e luta de libertação dos povos;

Relações de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola" (NETO: 1978, 57-59).

O primeiro ponto a comentar é que grande parte das proposições da política externa angolana estão presentes em documentos semelhantes de muitos países africanos, em especial aqueles que conquistaram a sua independência pela via armada ou que, por razões várias, adotaram, depois dela, regimes socializantes, não necessariamente marxistas-leninistas. Vale lembrar o contexto de polarização mundial, que afetou à África, durante a década de 1970. Apesar disso, o governo do MPLA jamais permitiu a instalação de uma base militar soviética em seu território.

Outro ponto: alguns dos objetivos estão conformes a Carta das Nações Unidas e outros, como o propósito de eliminar o colonialismo e a "dedicação sem reservas à causa da emancipação total dos territórios africanos não ainda independentes" é um dos princípios do artigo 3 da Carta da OUA (BOUTROS-GHALI: 1969, 141).

Tudo parece apontar para uma radicalização do regime e as causas disso não nos parecem esgotar-se na razão do apoio socialista durante a luta de libertação nacional e no imediato do pós-independência. Há fatores domésticos, além dos externos, que nos ajudam a compreender a opção pelo marxismo e a transformação de um Movimento frentista por um rígido partido leninista que, no dizer de Agostinho Neto, faz o país, a partir de então, entrar "na etapa da Ditadura Democrática Revolucionária contra a reação interna e externa, criando condições para a instauração da ditadura do proletariado na etapa da construção do socialismo" (NETO: 1978, 27). Na política externa — refiro-me já ao período do pós-Congresso, com a criação do MPLA — Partido do Trabalho — Neto não se limita à solidariedade militante aos movimentos de libertação, na África e alhures, mas vai até ao internacionalismo proletário (grifo meu) como um dos princípios da política externa angolana. Pode-se criticar a nossa análise por parecer esta muito presa ao nível do discurso, da retórica. Contudo, acreditamos que essa radicalização está ligada, melhor dizendo, quer responder a demandas de forças internas que pretendem contestar, "à esquerda", a liderança do MPLA. Pensemos, por exemplo, no papel do Poder Popular que pretendeu — até ser enquadrado — ultrapassar as "fronteiras" do MPLA. Da mesma forma, pequenos mas ativos grupos, descontentes com a leniência revolucionária do MPLA-PT, como a Organização

Comunista de Angola (OCA) e os Comitês Hoji ya Henda e Amilcar Cabral contestaram a sua liderança. E, mais do que tudo, a "facção Nito Alves", que tentaria o golpe em 1977, na base de um populismo "pretista" colado a um discurso "revolucionário" com forte matiz racial e propondo alinhamento mais estreito com a União Soviética. A resposta do MPLA-PT, além da repressão violenta à tentativa de golpe — cujas manobras iniciais se revestiram também de assassinatos e crueldade — foi a de assumir o monopólio da posição marxista-leninista, criando o PARTIDO sob a égide da União Soviética. Esta, ao legitimar o novo partido leninista funcionaria — perdoem-me a expressão — como fornecedora e garantidora da franchise marxista-leninista, condição necessária e suficiente para atestar o seu caráter revolucionário e fidelidade à matriz. Ninguém mais poderia, a não ser o Partido, se arvorar em paradigma da revolução socialista em Angola.

Zaki Laïdi analisa esse fenômeno, onde o pró-sovietismo (ou a posição contrária) é o resultado de um conflito interno à máquina burocrática partidária e, nesse sentido, um instrumento da luta pelo poder (LAÏDI: 1984, 62-64).

Uma declaração de Lúcio Lara pode servir de ponte entre os fatores domésticos e os internacionais que influenciaram a radicalização do MPLA no quase imediato pós-Independência de Angola.

Lara declara que a guinada marxista-leninista do MPLA foi

"fruto da 2ª guerra de libertação (1975-76) que foi uma grande lição para o nosso povo, fazendo crescer a consciência da classe trabalhadora sobre a exploração e opressão do imperialismo. Isso ficou muito claramente entendido. Até então, o objetivo da nossa luta tinha sido o combate ao colonialismo; quanto ao imperialismo, tinha sido algo que o Movimento e seus líderes falavam, mas o nosso povo não estava muito bem informado disso"

(Entrevista ao diário de Maputo, Notícias, em 11 de novembro de 1980)⁸⁶.

Já foram referidos vários fatores externos que contribuíram para a guinada marxista do regime de Luanda e, em conseqüência, da sua política externa. Assinalemos alguns outros, estes com mais imediatas repercussões econômicas.

Como foi dito, com o êxodo em massa dos colonos, incluindo, portanto, a grande maioria dos técnicos e mão-de-obra semi-especializada, o Estado angolano apelou para a cooperação técnica socialista, com relevo para os cubanos.

O "efeito de demonstração" da ajuda cubana — e de outros países socialista, embora em bem menor número e grau — não só na vitória militar do MPLA, mas na responsabilização imediata da condução e administração da economia, impressionou os angolanos quanto à possibilidade do sistema socialista se apresentar como alternativa ao capitalismo colonial que eles queriam descartar.

Fola Soremekun (1984, 40), nota que a enxurrada de nacionalizações, especialmente as ocorridas entre maio e junho de 1976, além das relacionadas com o êxodo referido, têm a ver com uma virada nas relações de Angola com a União Soviética, a partir da visita a Moscou, em maio de 1976, do primeiro-ministro angolano Lopo do Nascimento.

Nessa viagem foi preparado um Tratado de Amizade e Cooperação, bastante abrangente e com validade por 20 anos, e que concedia a Angola a condição de "nação mais favorecida"⁸⁷. Em visita a Moscou, em outubro desse

86 Ainda no âmbito dos fatores internos explicativos da radicalização do MPLA e dos interesses nele envolvidos, vale a pena ler, para termos uma visão contrastante, Dia Kasembe, angolana refugiada em Paris: "De fato, a ideologia 'marxista-leninista', revista e corrigida pelo MPLA, 'partido de vanguarda', era menos perigosa para os assimilados e pequena-burguesia crioula do que o africanismo tribalista da FNLA, ou do que o africanismo racista e 'maolizante', tipo facção Khmer Rouge da UNITA. Paradoxalmente, era, pelo menos, não tão 'estrangeiro'. Por essa razão, mestiços e assimilados entrarão em massa no Partido-Estado, depois de 1975 (DIA KASSEMBE: 1995, 105).

87 Cuba, aliada soviética desde o início dos anos 60, só em fevereiro de 1976 havia assinado

ano, Neto e o primeiro-ministro Brezhnev assinaram formalmente o Tratado. Ele contém cláusulas de caráter militar, econômico (com destaque para a pesca), comerciais e técnico-científicas, além das culturais e das previsões de consultas prévias em determinados assuntos (LAÍDI: 1986, 124; SOREMEKUN: 1984, 40 e SOMERVILLE: 1986, 51)⁸⁸.

Pouco antes, agosto de 1976, o governo de Luanda estabelecera um Tratado com Cuba do qual resultou, entre outros efeitos, a vinda para Angola de cerca de 2.500 técnicos civis cubanos, que se juntaram aos perto de 20 mil soldados já atuando no país. Outros tratados com o bloco socialista já tinham sido assinados, como a Iugoslávia, em fevereiro de 1976, outros se seguiram, em 1977, como a República Democrática Alemã, a Hungria, a Polônia (FITUNI: 1985, 234).

É por essa época que o comércio com o bloco socialista tem um progresso que será irrepetível, em termos não militares. De 1% do total do comércio angolano em 1974, ele passa para 25% em 1977 (FITUNI: 1985, 234). Jamais voltará a atingir esse percentual.

4.4 As Bases da Economia Estatizada Angolana e os Primeiros Efeitos do Paradoxo

A Lei Constitucional da República Popular de Angola, promulgada quando da sua independência ainda não explicita formalmente a opção socialista. Isso só ocorrerá quando da primeira revisão constitucional, de 7 de janeiro de 1978, que registrará a adoção do marxismo-leninismo decidida pelo I Congresso do MPLA-PT, realizado nos primeiros dez dias de dezembro de 1977.

com a União Soviética um tratado desse tipo e com essa duração (LAÍDI: 1986, 124).

⁸⁸ Somerville relata que, durante a visita (na qual recebeu o Prêmio Lenin da Paz), Agostinho Neto, em entrevista à televisão soviética, elogiou mais a assistência cubana a Angola do que a soviética (SOMERVILLE: 1986, 175). Quanto ao Tratado, a forma de pagamento exigida por Moscou foi uma mistura de mercadorias e moeda forte, por parte de Luanda, sem, no entanto, aceitar pagamentos em kwanzas (moeda angolana) (HENRIKSEN, *op. cit.*, 67).

Na sua formulação inicial, ela objetivava, no Artigo 1º, entre outros propósitos, "a libertação dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo". Aspirava construir um país "livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem". No Artigo 2º, o MPLA é designado como legítimo representantes do povo angolano e cabe a ele "a direção política, econômica e social da Nação" (FORTUNATO: 1976, 23-24)⁸⁹.

Quanto aos órgãos do Estado, o artigo 35º estabelece que "enquanto não se verificar a total libertação do território nacional e não estiverem preenchidas as condições para a instituição de uma Assembléia do Povo, o órgão supremo do poder do Estado é o Conselho da Revolução". Este é constituído pelos membros do Birô Político, do Estado Maior das Forças Armadas, de membros do governo designados pelo MPLA, pelos comissários provinciais [governadores] e pelos chefes das Frentes Militares; é presidido pelo presidente da República.

O Artigo 38º enumera as funções do Conselho, das quais destacamos, para efeito neste trabalho, a de exercer a função legislativa — que poderá delegar ao governo — e a de definir e orientar a política interna e externa do país (grifo meu), bem como a de declarar a guerra e fazer a paz (FORTUNATO: 1976, 35-36).

Retornando às bases da economia, a situação caótica desta no imediato pós-independência, leva à promulgação da Lei 3/76, de 3 de março de 1976, que, em nome da "política econômica de resistência" autoriza a "nacionalizações e confiscos de empresas e outros bens". Já foi mencionado que a lei não atingiu as multinacionais.

Com a adoção do marxismo como doutrina oficial do Estado e do Partido, na referida revisão constitucional de 1978, o Artigo 9º, que recomendava anteriormente "promover a instauração de relações justas em todos os setores da produção, impulsionando o setor público e fomentando as formas cooperativas", recebeu a seguinte formulação:

89 O livro de Fortunato é uma compilação de todos os importantes documentos da independência, com caráter oficioso.

"A base do desenvolvimento econômico e social é a propriedade socialista, consubstanciada na propriedade estatal que permitam o constante alargamento e consolidação das relações de produção socialista" (os grifos são de GUERRA: 1994, nota 174, p. 133).

O Artigo 8º, revisado, proclama que o Estado orienta e planifica a economia nacional, e a nova redação do 32º decreta o "centralismo democrático", entendido por Guerra (p. 96), como "expressão jus-econômica de direção central". O princípio da coexistência de setores prevê: o público, o cooperativo e o privado. Este último recebe redobrada restrição; resta coexistente, porém estritamente residual e cingido à iniciativa de investimentos estrangeiros que carregem transferência de tecnologia, ou às empresas privadas nacionais em caráter excepcional (GUERRA: 1994, 96). A estatização acabou atingindo o setor agrícola cooperativo; em abril de 1976 foi extinta a Comissão de Apoio e Dinamização de Cooperativas (RELA: 1992, 51).

José Zenha Rela, economista português que permaneceu em Angola até 1987 como professor e consultor do governo, adverte-nos que, antes do êxodo dos colonos, "já havia uma generalizada descapitalização das empresas (...) com fuga de todo o tipo de recursos para o exterior". Com a eclosão das guerras de Intervenção, o êxodo se generalizou. Ele então explica que:

"(...) o Estado decidiu chamar a si essas milhares de empresas semi ou totalmente paralisadas, desde unidades de grande dimensão até micro-empresas, desde ramos estratégicos até o simples comércio de retalho, sem quaisquer critérios e objetivos pré-definidos (...). E, desta forma, como quase tudo foi abandonado, o Estado ficou proprietário de quase tudo (...) não só não soube ou não quis, libertar-se a tempo de tudo o que entendesse não ter interesse, como facilitou um clima em que ser privado era, praticamente, sinônimo de 'sabotador da economia'" (RELA: 1992, 50-51).

Dessa estatização resultaram centralismos macrocéfalos, com empresas (Unidades Econômicas Estatais — UEE) se confundindo com os próprios setores de atividades, pois havia casos em que uma única UEE absorvera todas, ou quase todas, as empresas privadas existentes antes da independência.

O modo como foi implantado o sistema de direção centralizada da economia — desmantelando órgãos descentralizadores, setoriais ou regionais — criou uma monstruosa máquina burocrática (para o qual não havia quadros preparados) e uma parafernália de pareceres, despachos, etc., "amarrando os centros de produção à imperatividade dessas decisões" (RELA: 1992, 52-54).

Em suma, adotou-se um modelo de decisão demasiadamente centralizada, sem pessoal e sem meios, que decidia objetivos de política econômica completamente desligadas dos outros agentes econômicos, especialmente o mercado (FERREIRA: 1993/94, 135).

Entre 1976 e 1980, o Estado completou a nacionalização dos bancos, seguros, comércio externo e interno, transportes públicos, de carga, educação, saúde e, no setor produtivo, cerca de seis mil plantações e fazendas abandonadas pelos portugueses, assim como as suas empresas industriais. Nos setores vitais do petróleo e dos diamantes, o Estado adquiriu uma participação majoritária.

As medidas de estatização (ou nacionalização, como é o termo usado), não atingiram algumas das cinquenta maiores empresas industriais, isto é, aquelas que pertenciam a capitais não-portugueses, provenientes da Alemanha Federal, Inglaterra, África do Sul e Bélgica (BHAGAVAN: 1986, 38)⁹⁰.

90 O processo de nacionalizações (estatização, na terminologia brasileira), atingiu, até 1980, os seguintes percentuais, segundo os setores:

Petróleo	51%	Construção (em geral)	100%
Diamantes	61%	Sabão	55%
Açúcar	100%	Papel e polpa	100%
Cimento	5%	Containers de metal	98%
Margarina	76%	Fósforos	67%
Cerveja	85%	Madeira compensada	100%
Construção Naval	100%	Bicicletas e afins	100%

Em termos econômicos globais, o objetivo do governo era o de retomar, tão cedo quanto possível, os níveis de produção de 1973 (último ano "normal" da economia e seu ápice de crescimento, antes dos conflitos). As circunstâncias atrás apontadas ajudam-nos a compreender porque não houve sequer uma aproximação razoável desses níveis, exceto no setor petrolífero, que viria, em breve, a ultrapassá-los.

Somos levados a crer que o conjunto exposto de dificuldades foi exacerbado pelo jacobinismo resultantes do radicalismo político reinante após a tentativa de golpe de maio de 1977 e que influenciou o I Congresso de dezembro desse ano. O governo parecia pensar mais no controle da economia do que no fomento da produção.

Rela, na sua análise da tentativa de golpe, sublinha "a solução de continuidade que o golpe criou. (...) De repente todo pára; o mais importante é que se instala um clima de generalizada suspeição que esgota capacidades". E conclui adiante: "Pode ter sido o fim do estado de graça do poder em relação à mobilização popular (...)" (RELA: 1992, 53).

A nova lei de investimentos estrangeiros, de 1979, facilitou o ingresso de capitais, especialmente para o setor petrolífero (que havia recebido uma legislação específica em 1978) e majoritariamente sob a forma de empresas mistas (MEYNS: 1984, 128).

Parece-nos agora o momento de uma abordagem exploratória de um dos aspectos do *paradoxo angolano*. Embora a polaridade central do paradoxo seja a contradição entre uma economia crescentemente dependente do Ocidente em contraste com a adoção de um modelo de Partido-Estado marxista⁹¹, podemos dizer que há aspectos menos centrais desse paradoxo que vale a pena mencionar.

Um desses aspectos é a construção (forçada pelas circunstâncias e movida por uma aguda luta política, não só intra-partidária, mas com outros

(SOREMEKUN: 1984, 57).

91 É de notar que além desse modelo marxista estar grudado a uma aliança militar com a União Soviética, há um complexificador a mais que é a presença cubana em Angola, vista de modo

setores da sociedade angolana) de uma economia espartilhada por uma estatização, absurdamente abrangente e ultra-centralizada, que é obrigada a conviver com um forte "enclave" capitalista que domina os dois principais pólos da produção angolana. Não queremos dizer que a coexistência desse contraste não possa ter sido, por um bom tempo, relativamente pacífica.

O que agrava o paradoxo e será motivo de tensão crescente, é a incapacidade do setor estatal de responder — por razões várias, com o destaque devido para a permanência da guerra — às necessidades básicas do país. Por outras palavras, ele não produz o suficiente, tanto na agricultura⁹² quanto na indústria não-mineral, de modo a aparelhar o Estado a fortalecer a sua posição junto ao referido setor privado internacional, o que o tornava cada vez mais refém das divisas e de outros *outputs* (tecnologia, comércio, etc.), que esse setor acarretava para Angola. Além do mais, o "bloqueio" americano (algumas vezes traduzido em veto na ONU), afastava Angola, bem como a sua posição de Estado, de uma melhor inserção na economia e nas instituições internacionais de crédito.

Tentemos esboçar um outro caminho de raciocínio. Angola poderia contornar, ou resolver o paradoxo, procurando no campo socialista os investimentos, os mercados e a tecnologia que até então somente o Ocidente lhe proporcionava. Na aparência, isso parecia possível. Afinal, os soviéticos são fortes na produção de petróleo e diamantes. Contudo, como esboçamos no primeiro capítulo, os soviéticos não possuem tecnologia suficiente para o

especificamente hostil pelos Estados Unidos.

92 Uma nota elucidativa sobre o setor agrícola. Apesar de contar com cerca de 80% da população, ele foi o menos beneficiado em termos de investimento. O Partido desestimulou as cooperativas. Testemunho de um cooperante brasileiro: "A opção cooperativa inicial foi angolana, mas depois, os assessores [búlgaros] a trocaram pelas fazendas estatais (...). Para eles, as cooperativas agrícolas eram suspeitas na medida em que mantêm o processo de comercialização nas mãos dos camponeses (...) que passam a ter não somente força econômica, como política" (SARAPU: 1988, 71). O argumento do Partido ao atribuir prioridade ao setor estatal era o de que ele oferecia melhores possibilidades para uma rápida introdução de técnicas modernas de produção. Resultado: apesar de ter recebido perto de 90% dos investimentos para a agricultura, o setor estatal só forneceu, em 1979, 12% dos bens alimentares e apenas 15% das matérias primas para a indústria (MEYNS: 1984, 129-130; GUNN: 1987, 187).

petróleo em *off-shore* e não têm capacidade de mercado internacional para os diamantes.

Afinal, o que vamos assistir é: a não complementaridade das duas economias, a não adesão de Angola como membro pleno do CAME-COMECON e a baixa crescente do fluxo comercial (não militar) entre Angola e o bloco socialista. Isso derivou, em grande parte, da ineficiência ou inadequação do parque industrial e da tecnologia socialista para socorrer uma Angola que, mesmo de modo incipiente, porém com crescimento dinâmico, teve o seu arranque industrial de "porte leve", no final do período colonial, marcado pelas patentes ocidentais e pelos fluxos comerciais umbilicalmente ligados à Europa e aos Estados Unidos.

Quadro A — Distribuição Regional das Importações e Exportações de Angola (%)

	1973	1978	1979	1980	1981
<u>Importações</u>					
Comecon	—	16,9	15,7	16,9	10,8
América Latina	1,0	5,5	9,8	10,8	12,2
África	8,8	1,1	3,0	2,2	—
América do Norte	9,8	3,6	5,6	7,1	—
Europa Ocidental	70,2	61,7	56,4	51,6	77,0
Outros	10,2	10,2	9,5	11,4	—
<u>Exportações</u>					
Comecon	0,1	5,4	6,9	6,3	2,3
América Latina	1,1	8,0	35,1	28,9	25,2
África	5,7	10,2	3,4	4,1	—
América do Norte	38,5	49,7	21,4	31,8	—
Europa Ocidental	43,7	23,6	28,5	22,2	72,5
Outros	10,9	3,1	4,7	6,7	—

Fontes: Banco Nacional de Angola, 1982; apud MEYNS, 1984, 140.

Brieux nos dá uma elucidativa explicação da posição soviética face às relações econômicas com Angola, narrando parte de uma conversa que teve com um embaixador soviético numa capital africana⁹³.

Não resistimos em adiantar, neste capítulo, as conclusões de Ennes Ferreira (19997-94, 135), quando afirma que durante a I República (1975-1992), vai-se assistir ao mesmo tempo, a implantação dessa referida política econômica e a sua "briga" com contradições internas e internacionais.

O MPLA-PT sempre teve consciência dessa dependência tecnológica do Ocidente. Nas suas decisões em Congressos e na própria legislação se preocuparam em deixar espaço — que se foi alargando com o tempo — para as multinacionais, como nos exemplos mais antigos do petróleo e dos diamantes.

O seu erro, tornado mais evidente no período pós-Neto, foi pensar que os resultados insatisfatórios provenientes dessa situação tiveram como quase única fonte as hostilidades militares da UNITA e da África do Sul, e que isso acabaria em breve (GUNN: 1987, 189).

Ainda no primeiro governo da República começaram a verificar-se os primeiros insucessos na cooperação com os soviéticos — além dos não poucos constrangimentos políticos. Uma enumeração breve: pagamento do armamento em cash; a URSS comprava de Angola café por um preço bem inferior pelo qual revendia; a pesca assumia cada vez mais um caráter predatório (método de sucção), além de provocar escassez no abastecimento,

93 Eis a fala do embaixador: "Francamente, o mercado angolano não nos interessa. Toda a nossa produção industrial é vendida com três a cinco anos de antecedência (...) tanto para países do COMECON quanto para os capitalistas. Nossas fábricas trabalham a 100%. Fornecer a um novo cliente é prejudicar um antigo. Bem que gostaríamos de fazer algum sacrifício para ajudar Angola. Solidariedade proletária. Mas não pudemos ir muito longe sem desorganizar as nossas correntes comerciais. E, além disso, vender para lá produtos industriais implica em adaptá-los às necessidades deles. E, francamente, estamos um pouco decepcionados com a ineficácia deles. Trocam de opinião a cada quinze dias. Não chegam a se decidir. Nós não compreendemos os seus procedimentos comerciais. Os ocidentais estão habituados a vender para eles (...) herança dos portugueses. Nós não queremos tomar o lugar deles" (BRIEUX: 1980, 339).

de má qualidade, do mercado interno. Só em 1981, os acordos de pesca foram revisados em melhores condições.

Os alemães orientais (RDA) não foram capazes de recuperar mais de 45 das 140 pontes que haviam prometido reconstruir e que, destruídas pela guerra, eram indispensáveis para o abastecimento do país e para a circulação das tropas. Os países do Leste Europeu tinham dificuldades quase insuperáveis para consertar máquinas ou repor peças devido a dificuldades tecnológicas e defesa das patentes ocidentais (SOREMEKUN: 1984, 44-49; GUNN: 1987, 186-187).

Já a partir de 1978, Angola começa a buscar assistência técnica no Ocidente, especialmente na área automotora, e os aviões de passageiros começam a ser vendidos sobretudo pela Boeing.

4.5 A Tentativa de Neto de Abertura para o Ocidente

A partir de 1978, o presidente Agostinho Neto ensaiou, com certo sucesso, uma abertura para o Ocidente⁹⁴. A sua morte, em 10 de setembro do ano seguinte, em Moscou, não foi a única razão para o atraso, e até transitórios recuos, dessa política de abertura. A política "globalista", típica da Guerra Fria, dos Estados Unidos, sobretudo a partir da invasão soviética no Afeganistão, o belicismo renovado dos sul-africanos, reforçando a dependência angolana político-militar do Leste, são algumas das outras razões a ponderar.

Uma série encadeada de eventos, intra e extra-fronteiras angolanas, tanto nos aspectos políticos quanto nos econômicos, ajudam-nos a compreender as razões e avaliar, de certa forma, os resultados dessa abertura para o Ocidente.

94 Essa tentativa foi largamente comentada pela imprensa internacional, ainda sob o impacto das invasões de Shaba, em 1977 e 1978. Analistas da política angolana esmiuçaram essa abertura, como Brioux, Somerville, Gunn, Ogunbadejo e Fola Sorimekou. Devo a Fola, em suas visitas ao CEAA na época, um bom aprendizado sobre a percepção nigeriana, e africana, em geral, da política angolana face ao continente africano.

Na vertente da política interna, a abertura contribuiu para diminuir, tanto quanto possível, os impactos negativos resultantes da repressão governamental à tentativa de golpe de 27 de maio de 1977, liderado por Nito Alves. Exemplo disso foi a dissolução da DISA (Polícia Política do Regime), cuja tarefa de segurança passou para o Ministério do Interior.

No final de 1978, Neto promoveu uma reforma ampla no governo, onde além de demitir sete ministros, eliminou o cargo de primeiro-ministro, assumindo assim uma fatia de poder direto bem maior (BRIEUX: 1980, 30 e OGUNBADEJO: 1981, 255-257).

Do ponto de vista da política externa africana de Angola, as invasões, em 1977 e 1978, da província zairense de Shaba, por tropas de refugiados catangueses a partir de uma região fronteiriça, não foi "pagante" para o regime de Luanda, mesmo que não tivesse sido provada nenhuma interferência direta angolana. Como resposta dos círculos pró-ocidentais, nasceu a idéia da criação de uma força africana de intervenção.

Neto considerou esse propósito como uma espada de Dâmocles sobre Angola. Ao ter que defrontar, ao mesmo tempo, a hostilidade norte-americana e as invasões intermitentes das tropas sul-africanas no Sul do país, o presidente angolano decidiu "neutralizar" a frente Norte e, em visita de pronta decisão a Kinshasa, em 29 de julho de 1978, fez acordos múltiplos com Mobuto⁹⁵.

Ainda na vertente africana, Neto levou a SWAPO a colaborar com o Grupo de Contato (países ocidentais que, por recomendação da ONU, negociavam com a África do Sul a evolução da Namíbia para a independência). Neto apresentou um plano concreto: a criação de uma faixa desmilitarizada na zona da fronteira angolana-namibiana. A expectativa de Luanda nessa desmilitarização (que não chegou a efetuar-se) era a de incluir Angola na

95 Os resultados dos acordos com o Zaire podem ser extraídos do "discurso de Cabinda", que Neto pronunciou em 15 de setembro de 1978. Teve uma parte dedicada à política de abertura interna, chamada de Nova Revolução. Quanto aos referidos acordos, destacamos: libertação dos presos políticos da FLEC e FNLA, desativadas, por sua vez, no Zaire; regresso dos emigrantes e exilados no Zaire, (BRIEUX: 1980, 302); (não encontramos este discurso nas antologias que

internacionalização definitiva do "caso Namíbia" e, com isso, eliminar a ocupação sul-africana do extremo-sul do país (BRIEUX: 1980, 325).

No que concerne à política externa fora do continente, foi muito expressivo o "encontro de Bissau", a 22-24 de julho, entre Neto e o presidente português Ramalho Eanes. Foram iniciados os entendimentos sobre os contenciosos com a ex-metrópole e assinado o primeiro acordo de cooperação entre os dois países.

Houve um início de aproximação com os Estados Unidos. O representante-adjunto norte-americano, junto às Nações Unidas, Mc Henry, visitou Luanda, seguido pelo senador Mc Govern, e depois, pelo próprio secretário de Estado adjunto para a África, Richard Moose. Até com a África do Sul houve um gesto positivo: a troca de prisioneiros de guerra.

No entanto, a abertura mais frutífera foi com a Comunidade Européia. Ela começou com a visita a Luanda, em 7 de julho, do Comissário para o Desenvolvimento da CEE, Claude Cheysson, que explicou as vantagens da adesão de Angola aos Acordos de Lomé-CEE-ACP que, no entanto, só ocorrerá quase sete anos depois. A Bélgica envia a Angola, em setembro, o seu ministro das Relações Exteriores, Henri Simonet, que foi também portador de uma mensagem de aproximação com a Alemanha Federal. Em meados de outubro de 1978, uma delegação da Comunidade Econômica Européia inicia conversações em Luanda (SOREMEKUN: 1984, 47; BRIEUX: 1980, 323-325; COLLELO: 1989, 191; OGUNBADEJO: 1981, 259-261).

Brieux comenta estes fatos numa síntese bastante esclarecedora:

"Em não muitas semanas, uma situação bloqueada é entreaberta com a normalização da situação com o Zaire⁹⁶ e Portugal, com a abertura para a CEE e Japão. (...) Neto fecha o ano aceitando abrir uma embaixada em Paris e a França substitui, em Luanda um encarregado de Negócios

possuímos de pronunciamentos de Neto).

96 O próprio autor nos informa que os soviéticos souberam da visita de Neto ao Zaire "pelos jornais". Em conversa informal em Luanda, ouvi o comentário de que Neto só havia

por um embaixador. Shaba II havia marcado o momento de crispação. Três meses depois, é a crispação generalizada" (BRIEUX: 1980, 325).

O ano de 1978 não passou sem que também um cortejo de ilustres visitantes do Leste Europeu viesse até Luanda e proliferassem acordos de cooperação com os países desse bloco. Em agosto de 1978, Angola foi admitida como observadora do CAME-COMECON (Conselho de Ajuda Mútua Econômica) (FITUNI: 1985, 324).

Como última ponte da abertura de Neto, não só para o Ocidente mas também para os rebeldes da UNITA, deve-se registrar que, sigilosamente, desde fevereiro de 1978, oficiais angolanos e sul-africanos tiveram encontros de sondagem em Cabo Verde, na presença de diplomatas americanos. Esses encontros serão, pouco depois, interrompidos e somente retomados em 1982, no mesmo país (CARDOSO: 1986, 48-49).

Segundo o economista angolano Carlos São Vicente, se, naquela altura, o MPLA tivesse expulsado a SWAPO e o ANC das bases de treinamento que esses dois movimentos tinham em Angola "a guerra teria acabado". Esta frase pressupõe que haveria um acordo com os sul-africanos e uma retirada do apoio que estes davam à UNITA. Independentemente do acerto deste vaticínio, o que é de registro — e ambos os autores acima relatam isto — é que Neto havia aceitado, por sugestão direta de L. Senghor, presidente do Senegal, encontrar-se, em Dakar, em setembro de 1979, com J. Savimbi.

Para São Vicente: "A estratégia de Neto era integrada e precisava do Ocidente e da paz para tirar a economia do abismo e desativar a guerrilha [da UNITA]. O desencanto de Neto com o modelo soviético era visível" (SÃO VICENTE: 1994a, 50-51). Em 10 de setembro de 1979, o presidente Neto morria num hospital em Moscou. A reorientação estratégica ficou suspensa.

Observando a política externa angolana durante o primeiro governo da República, predomina na sua postura geral, sobretudo ao nível do discurso oficial, uma tendência marcadamente de esquerda, com laivos de um

"convencido" os seus assessores do seu acerto em visitar o Zaire nas vésperas de fazê-lo.

voluntarismo jacobino, que era então hegemônica no MPLA-PT. Contudo, analisando o comportamento do governo angolano em casos concretos e revelando, adequadamente, as árduas circunstâncias que cercavam e cerceavam esse governo, verificamos que os objetivos centrais perseguidos por Luanda eram de caráter prioritário: a preservação da soberania e segurança nacionais, a manutenção da unidade e a procura de uma forma alternativa de desenvolvimento (SOREMEKUN: 1984, 54).

Quanto ao "discurso jacobino" dessa política, Brieux tece considerações que nos ajudam, se quisermos fazer um trabalho judicioso. Segundo ele:

"(...) o dogma adquire a sua própria autonomia e se alimenta a si mesmo, sem relação com os fatos. É um discurso que resulta numa atitude de não se acreditar, no íntimo, no que se diz em público, e de não exteriorizar aquilo em que de fato se acredita" (BRIEUX: 1980, 396).

Numa síntese, podemos, no entanto, dizer que ideologia e pragmatismo coexistiram neste período, cada qual exercendo a sua "função" no todo da política externa angolana.

Numa crítica à política de Luanda, Soremekun questiona alguns pontos que considera fruto da inexperiência e do voluntarismo da equipe dirigente do MPLA-PT. Ele interroga, por exemplo, se Angola poderia defrontar, nas condições a que estava submetida interna e externamente, a uma mudança para um regime que adotasse o marxismo como ideologia oficial. E indaga ainda: "Angola deveria pôr em risco a sua soberania para possibilitar a independência da Namíbia?"⁹⁷

Soremekun também atribui esse "voluntarismo" angolano como consequência das lutas internas no seio do partido, bem como ao desconhecimento, ou percepção errada, dos limites que os seus aliados socialistas estabeleciam no que concerne à profundidade e rapidez das

97 São Vicente (1994b, 14), afirma que "a independência da Namíbia foi feita em território angolano".

mudanças políticas na região. É preciso não esquecer que a disputa EUA x URSS na África Austral era limitada pela necessidade de preservar, em patamares aceitáveis por ambos, que a política de détente, estabelecida entre eles, não poderia permitir uma guerra frontal com a África do Sul.

Essas considerações de Soremekun nos remete à uma questão de política externa de um país no que se relaciona à escolha e formulação dos seus objetivos. Além destes deverem o seu traçado ao que a liderança considera como interesses nacionais, eles devem ser exequíveis, isto é, estarem consoantes com a capacidade do poder nacional e levarem, portanto, em consideração a força e a qualidade dos constrangimentos que o país sofre" (OGWU: 1986, 8-9).

Outra crítica de Soremekun, compartilhada por outro nigeriano, Ojunbadejo, é o descaso angolano com a sua política para a África. Esta é uma questão que vai se agudizar com o decorrer do tempo, ficando mais patente diante dos êxitos, nesse terreno, que Jonas Savimbi foi obtendo nesse terreno, sobretudo a partir dos meados dos anos 80. Isso é independente dos triunfos que, pelo contexto africano e internacional, ele passou a deter naquela época⁹⁸.

98 Compartilho dessa crítica de Soremekun, com quem conversei desde 1976 (ele foi professor visitante do CEAA), e tiver pelo menos parcial concordância na crítica, em várias entrevistas feitas com o ex-ministro das Relações Exteriores, Paulo Jorge, e outros funcionários graduados do MIREX, em Luanda.

V. GOVERNO J.E. DOS SANTOS (1979-1985): A AGUDIZAÇÃO DO PARADOXO

5.1 O MPLA-PT e a Indicação de J.E. dos Santos

Embora a morte do presidente Agostinho Neto, aos 56 anos, em Moscou⁹⁹, em 10 de dezembro de 1979, tenha surpreendido o MPLA-PT e a sociedade angolana em geral, o Partido reagiu com rapidez na escolha do seu sucessor. O Comitê Central, com os seus 45 titulares, escolheu José Eduardo dos Santos como Presidente do MPLA-PT, em 20 de setembro e, no dia seguinte, de acordo com a Lei Constitucional, o presidente do Partido prestava, por esta condição, juramento como presidente da República e Comandante-em-Chefe das FAPLA (Forças Armadas Populares de Angola). Em 9 de novembro de 1980, seria eleito também presidente do recém-criado órgão máximo do poder do Estado, a Assembléia do Povo. Logo três dias depois do comovente enterro de Neto, em Luanda, J.E. dos Santos assumia o legado do seu antecessor. O legado recente de Neto não abrangia somente a abertura econômica para o Ocidente e os acordos e tentativas de conciliação com os vizinhos do Norte (Zaire) e do Sul (Namíbia sob ocupação da África do Sul). Esse legado incluía também, um movimento inicial de reconciliação interna, eu envolveu membros dirigentes da FNLA, militantes da Revolta Ativa e alguns outros. Esses gestos deram maior visibilidade a um Neto mais conciliador do que aquele que, como árbitro decisivo, defrontava os conflitos internos do "velho" movimento.

Esses conflitos entre tendências internas, de forma alguma acabaram com a transformação do movimento frentista, nacionalista, em partido. Era intenção de Neto conduzir o MPLA-PT para um maior equilíbrio étnico-regional, ideológico e social no seio dos órgãos representativos do Partido. Além das clivagens citadas, às quais deve-se incluir o fator racial, acrescenta-se mais uma: a tensão entre civis e militares que, além de outras causas, pode ser expressa na frase: "os que fizeram a guerra e os que não a fizeram". Note-se que entre os 45 membros eleitos para o Comitê Central no

⁹⁹ O Atestado de Óbito soviético indicava câncer no pâncreas e problemas suaves no fígado.

Congresso de 1977, 27 eram militares (*Africa Confidential*, Londres, 3 de outubro de 1979, p. 2).

Quanto à mudança de "origem social" havia sido estabelecida, no referido Congresso, uma "reserva" de 15 lugares no Comitê Central — que de 45 membros passaria para 60 — a ser preenchida no próximo Congresso, por trabalhadores e camponeses. A idéia, corrente na época, era a de dar, por essa via, maior participação aos ovimbundos, etnia majoritária no país mas que era subrepresentada nos órgãos maiores do Partido, como também a algumas outras etnias minoritárias.

Essas mudanças, que se acentuarão, em parte, a seguir ao I Congresso Extraordinário de 1980, irão alterar a imagem, difusa mas persistente, de que o MPLA-PT e os postos de relevo no Estado eram dominados por mestiços, além de algumas dezenas de brancos. Essa crítica, usada como instrumento político, pretendia desconsiderar a falta de quadros do pós-independência, que era resultante do colonialismo português, onde brancos e certos mestiços tinham muito mais chance de formação profissional. Essa situação colonial, acrescida de fenômenos políticos típicos de Angola, acabaram ensejando aos mestiços e brancos uma participação desproporcional nos órgãos decisórios¹⁰⁰.

Seria um erro grosseiro pensar que os dirigentes angolanos do Partido e do Estado tenham a sua interação marcada principalmente em termos de raça ou etnia. A linha ideológica pode ser tão ou mais importante do que a pertença racial ou étnica. Além dela, existe a forte intervenção de uma série de outros fatores que Marcelo Bittencourt Pinto chamou de "vínculos parciais de solidariedade", que envolvem, entre outros, religião, herança familiar e suas alianças, convivência prolongada durante a luta, micro-regionalismos, além de outros fatores de identidade como pertença à mesma

100 Com a remodelação feita no Biro Político em dezembro de 1978, por decisão do Comitê Central, aquele órgão ficou com um naipe étnico-regional e racial mais variado. Assim: três kimbundos (Neto, J.E. dos Santos, Xietu); três mestiços (Lara, Iko Carreira e Ndalú); três bacongós (Luvualu, Lukoki e Ludi); e dois cabindas (Pedalé e Kimba).

geração, "classe de idade", numa má tradução do francês, mas necessária para explicitar nas sociedades rurais¹⁰¹).

Esta introdução, algo impressionista sobre as clivagens, as linhas de aliança e de antagonismo no seio do MPLA, tem como objetivo principal ajudar a compreender o peso do fator político doméstico no desenvolvimento do *paradoxo angolano* e no tipo de resolução/superação que este paradoxo virá a ter. Aqui tratamos do MPLA numa conjuntura específica, a do início do governo de José Eduardo dos Santos. Outras conjunturas serão analisadas, nos momentos de mudança mais significativa, mesmo que de modo igualmente breve. Haverá também que analisar outras contradições da sociedade em geral, e da principal oposição armada, a UNITA, já que a FLEC, de Cabinda, mantém-se periférica durante quase todo o período a analisar.

Concluimos esta introdução com algumas observações, que fomos colhendo ao longo da pesquisa e através da escassa bibliografia específica, sobre as razões que levaram à escolha do nome de José Eduardo dos Santos como presidente da República.

Pela idiosincrasia da sociedade angolana e das características do MPLA, a escolha deveria, naquelas circunstâncias — numa futura já poderá ser diferente — incidir num político kimbundo, etnia "histórica" do Partido. Também deveria ser afastada a possibilidade de recair num mestiço, mesmo que este fosse superior na hierarquia interna do MPLA e possuísse um passado histórico de maior peso — caso de Lúcio Lara, para citar um só exemplo¹⁰².

José Eduardo dos Santos, de 37 anos, apresentava a vantagem inicial da preferência quase explícita de Neto nos últimos tempos de sua vida. Ela implicava na continuidade da política geral angolana e era um sinal de estabilidade do regime, esta, mais visível ainda pela rapidez da indicação. Era

101 Cf. PINTO: 1996, 39-44. A dissertação de Pinto está no prelo, em Lisboa, com o nome do autor reduzido e o título modificado. Cf. Marcelo Bittencourt. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Veja, 1999.

102 Ouvi de mais de uma fonte, em Luanda, que foi o próprio Lúcio Lara, nº 2 na hierarquia partidária, que tomou a iniciativa de indicar o nome de José Eduardo dos Santos, num momento em que um esperado consenso corria o risco de desfazer-se.

tido como um homem "moderado" do aparelho partidário e seu resumo biográfico está na próxima nota de pé-de-página. J.E. dos Santos havia apoiado a política de Neto de abertura para o Ocidente com a conseqüente participação de capitais internacionais. Ele foi ativo na elaboração do novo Código de Investimentos Estrangeiros e nas negociações com as empresas "petrolíferas" americanas. De qualquer modo, haveria tempo para ser testado até o Congresso seguinte, previsto para dezembro de 1980¹⁰³.

5.2 As Crises

Como temos referido, Angola viveu, desde o seu conflituoso acesso à independência, uma longa série de crises traumáticas. A época estudada neste capítulo (1979-1985) marca o início de uma complexificação crescente dessas crises, que assumem, simultaneamente, aspectos de ordem militar, econômica, social e política, que procuraremos, por facilidade de exposição, tratar aqui um pouco separadamente.

Esses aspectos exprimem-se sob uma tensão dialética entre dinâmicas internas e externas, ou seja, através de fatores de ordem doméstica, regional (África Austral, sobretudo), ou global. É nossa convicção que o novo tipo de agressão militar que durante este período Angola sofreu por parte da África do Sul e a guerra civil intensificada pela UNITA — financiada através de *cover actions* pelos Estados Unidos — agiram como potentes catalisadores e elevaram a gravidade dessas crises e patamares

103 José Eduardo dos Santos nasceu em Luanda, em 28 de agosto de 1942. Ainda estudante secundarista militou nos grupos clandestinos da periferia de Luanda e, em novembro de 1961, saiu clandestinamente do país. Foi vice-presidente da Juventude do MPLA e seu representante inicial em Brazzaville. Após uma transitória experiência guerrilheira, seguiu em 1963 para a União Soviética, onde se formou em Engenharia de Petróleo, em 1969. Logo depois ingressou numa escola militar soviética, onde fez um curso de Telecomunicações, que o habilitou a operar em vários postos da guerrilha, entre 1970 e 1974. Neste ano, voltou a ser o representante do MPLA em Brazzaville e foi eleito para o Comitê Central e para o Birô Político do Movimento, sob recomendação de Agostinho Neto. Nomeado coordenador do Departamento de Relações Exteriores do MPLA até a independência, tornou-se então ministro das Relações Exteriores. Foi, posteriormente, vice-primeiro ministro e, na remodelação ministerial de 1978, passou a ministro do Plano.

impensáveis fora do contexto de uma intervenção direta da Guerra Fria na África.

No entanto, é também nossa convicção que a evolução das forças sociais e políticas internas, traduzida em contradições e embates, constituíram um fator preponderante, sobretudo se a analisarmos na sua perspectiva histórica, por vezes mesmo em termos de longa duração (época até anterior à ocupação colonial).

Revelar adequadamente as dinâmicas internas na influência que tiveram no desenvolvimento e na resolução do que chamamos de *paradoxo angolano* é uma preocupação central da nossa pesquisa. É nossa hipótese que os fatores internos foram mais complexos e mais decisivos do que boa parte da bibliografia sobre Angola tende a indicar. Prevaleceram, durante as décadas de 60 e 70, e ainda em grande parte na de 80, as análises acadêmicas, especialmente as da vertente anglo-saxônica, que ressaltavam a Guerra Fria, através da influência e ação das grandes potências, como fator principal da gênese e permanência da guerra civil em Angola (Davidson, Minter e outros). Nessas análises, os fatores domésticos são freqüentemente secundarizados e relegados a questões étnicas e raciais ou a reducionismos ideológicos. Entre os autores que, por outro lado, mais contribuíram para aguçar a minha atenção sobre as dinâmicas internas, por vezes de longo fôlego histórico, estão: Gillian Gunn (1987), Meyns (1984), Pierre Beaudet (1992) e, com destaque, alguns autores angolanos como Conceição Neto (1991, 1992, 1997), São Vicente, apesar de alguns problemas (1994a, 1994b, 1995), João Melo (1994), a equipe de economistas do SEF (José Cerqueira e Mario Nelson Maximino), M. Ennes Ferreira (1991 e 1995), Christine Messiant (1989, 1992, 1994), bem como a leitura crítica de documentos oficiais, quer os vários planos econômicos, quer os próprios relatórios dos Congressos, além das publicações não acadêmicas que relatavam a luta política interna, inclusive no selo do MPLA-PT e do governo, além, claro de esclarecedores depoimentos dos intelectuais e dirigentes que entrevistei.

O rumo do governo seguido por José Eduardo dos Santos vai fazer-se sentir sobretudo a partir da realização do 1º Congresso Extraordinário do

MPLA-PT, realizado em Luanda, em dezembro de 1980. No campo da política externa, a ênfase foi dada ao apoio à independência da Namíbia, a ponto de J.E. dos Santos ter destacado que "a quase totalidade da responsabilidade do apoio logístico e material multiforme" concedido à SWAPO nessa luta foi fornecido por Angola (MPLA-PT: 1980, 63).

Tal atitude ajuda a entender o aguçamento do conflito entre Angola e África do Sul e às inúmeras invasões e ocupações por tropas regulares deste país realizaram em território angolano¹⁰⁴.

Retomando o relatório apresentado por J.E. dos Santos ao referido Congresso, o presidente reconhece que, quanto à condução da economia, "subsistem problemas graves porque a introdução diária dos princípios e métodos da planificação centralizada realizou-se com dificuldades e erros". Ele explica, em seguida:

"Sendo a maior parte dos bens de circulação mercantil provenientes não do processo produtivo interno, mas sim fruto das importações (...) o volume de salários pagos à população foi superior à sua contrapartida em produção (...). Esta escassez de bens de consumo provocou como consequência o funcionamento, em larga escala, da especulação com preços várias vezes superiores aos preços oficiais praticados. É importante realçar que o mercado da especulação levou à insuficiência real do salário, embora ele seja superior à produção respectiva (...) e conduziu a transferência de importante massa

104 Segundo Gerald Bender, o "ultra-confiante MPLA (...) cometeu falha grave na previsão da natureza e da magnitude da resposta sul-africana à sua decisão de permitir à SWAPO estabelecer em solo angolano campos de treino militar e bases de apoio logístico (...). A resposta foi as invasões e ocupações sul-africanas a partir de 1979 e, sobretudo, depois de agosto de 1981" (Africa Confidential, nº 8, maio de 1986, p. 1). Nessa mesma linha de raciocínio, o comandante Germano, elemento de ligação entre Angola e a SWAPO, comentou que foi grave para os sul-africanos o fornecimento de artilharia fornecido pelos soviéticos à SWAPO e instalada na fronteira da Namíbia. Germano era favorável ao fornecimento de material militar próprio para guerra de guerrilha e não um equipamento bélico tão pesado e "provocador" (Entrevista no Rio de Janeiro em setembro de 1987 e detalhada posteriormente).

monetária entre os grupos da população, isto é, dos trabalhadores para os especuladores" (MPLA-PT: 1981, 72-74)¹⁰⁵.

Analisando, em termos globais, a economia angolana pós-79, verificamos que as suas diretrizes começam a defrontar mais claramente o que designamos por *paradoxo angolano*. Rita Byrnes identifica igualmente no país essa ambivalência existente entre "um comprometimento com o marxismo-leninismo e a sua dependência dos investimentos e comércio com o Ocidente". Segundo ela, os objetivos de mais longo alcance da política de Luanda é resolver essa dupla dependência. Para isso, há necessidade de paz no âmbito doméstico (UNITA) e regional (África do Sul) além da normalização das relações com os Estados Unidos. Angola é o único país no continente com quem Washington não tem relações diplomáticas. Nessa direção, o governo do MPLA-PT procura diversificar as suas relações econômicas aproximando-se, cada vez em termos mais concretos, do Ocidente (HART-BYRNES: 1989, 191)¹⁰⁶.

No entanto, a agressividade militar sul-africana, o recrudescimento da ação guerrilheira dos rebeldes da UNITA bem como a atitude frontalmente hostil do governo Reagan, fazem com que, pelo menos durante grande parte da década de 1980, o governo de Luanda tenha crescente necessidade do apoio militar soviético e cubano.

105 Vale a observação de GUNN (1987, 188): "Sucedendo a Neto, Santos foi levado [no caso da agricultura, como exemplo], a priorizar a economia familiar pois defrontou-se com o fato da política marxista aplicada não ter produzido os resultados desejados". Uma nota curiosa que vem confirmar o desconhecimento das mudanças econômicas de Angola pós 1965 pelos dirigentes do MPLA, no exílio há cerca de duas décadas. Diz J.E. dos Santos no relatório: "Como resultado dos êxitos obtidos nas relações do MPLA-PT com os partidos amigos da Europa capitalista, entre os quais podemos destacar o Partido Comunista Português, têm-se minimizado algumas das lacunas que se verificaram no conhecimento correto da situação e das realidades do nosso país (MPLA-PT: 1981, 60).

106 Rita Byrnes é uma das autoras do livro *Angola: a country study*, editado por Thomas Collelo, em 1989, dentro de uma coleção de estudos de países organizada pela Divisão Federal de Pesquisas da Biblioteca do Congresso. São handbooks muito utilizados por policy-makers e políticos, em geral. Na bibliografia final, as referências devem ser procuradas a partir do nome de COLLELO, 1989.

Entretanto, no interior dos órgãos decisórios do Partido, os radicais — de tendência marxista ou adeptos do modelo argelino — predominantemente identificados como mestiços, vão paulatinamente cedendo espaço aos chamados moderados e aos tecnocratas, fortemente favoráveis a uma maior abertura com o Ocidente, bem como aos nacionalistas-populistas, mais abertos a negociar com a UNITA, como o chamado grupo do Catete; quem também ganha crescente espaço são os militares. Tudo isso é “costurado” pelo presidente Santos e seus aliados. As mudanças acima referidas serão mais evidentes a partir da crise múltipla que se inicia no biênio 1981-82.

Retomando a análise da economia, podemos dizer que, a partir de 1978, ela apresentava, por um lado, sinais de recuperação, sobretudo nos setores de ponta, como o petróleo, os diamantes e a pesca; mas nos demais, ela apresentava sintomas de estrangulamento. É claro que a situação de guerra teve uma boa cota de responsabilidade nisso.

Particularmente grave estava sendo a crise da agricultura. Essencialmente por dois fatores: crescente instabilidade militar e conseqüente dificuldade de circulação de pessoas e bens; redução na importação de matérias-primas para a indústria nacional, privando os camponeses de produtos essenciais, bem como a penúria de divisas que permitisse recorrer à importação satisfatória que suprisse os déficits da produção interna.

Esta situação não encontrou soluções adequadas nas “Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Econômico-Social: período 1981-1985”, na realidade, o primeiro plano quinquenal de desenvolvimento de Angola, aprovado no 1º Congresso Extraordinário de 1980. Com viés bastante estatizante e centralizador, é considerado por muitos como inadequado à realidade angolana¹⁰⁷.

107 Anotações de duas entrevistas com Mário Nelson Maximino, que havia sido recentemente vice-ministro do Plano, em Luanda, em novembro de 1983. Dele são grande parte das informações das quais extraí alguns comentários posteriores, de minha responsabilidade. Sou grato a ele pelo tempo e pela paciência que me dedicou.

A situação se agravou com a crise inesperada de 1981-82, com predominância dos aspectos político-militares, além das razões econômicas. Antes desta crise, já houvera a queda de produção de diamantes e uma estagnação nas exportações de petróleo. Contudo, esse percalço havia sido parcialmente compensado pela alta conjuntural dos preços mundiais de commodities, especialmente o petróleo.

No entanto, em 1981, o preço do café caiu em 50%, o mercado do petróleo inicia uma queda, bem como as receitas dos diamantes. Tal conjunção simultânea de fatores disparou uma crise no comércio externo angolano. As reservas de divisas do governo caíram em dois terços entre 1980 e 1982 (GUNN: 1987, 189 e HODGES: 1997, 8).

O MPLA-PT reagiu à crise — inclusive à militar, que ocorreu em paralelo — e concedeu, a partir de dezembro de 1982, poderes especiais ao presidente Santos para reagir globalmente à situação. A medida mais imediata foi restringir as importações. Além disso, elas deixaram de ser pagas à vista (ou a curto prazo), e passaram a ser usadas as condições de crédito propostas pelos parceiros comerciais de Angola. O serviço da dívida subiu, entretanto, de 9% em 1980, para 17% em 1983, um índice na época ainda tolerável.

Para defrontar o acúmulo de problemas (dos quais estamos, neste momento, nos restringindo quase somente aos econômicos), foi decidido, em 1983, introduzir uma série de planos de emergência que, embora não oficialmente disponíveis, ficaram conhecidos como uma “nova orientação da política econômica” (segundo Maximino).

Eles tinham como objetivos básicos dar prioridade à defesa nacional (face às invasões das tropas sul-africanas e seu apoio militar e logístico à UNITA) e prover o mercado de bens alimentícios e outros essenciais. Parte desses bens destinava-se a fomentar o setor familiar da agricultura, dada a falência, já referida, do setor estatal.

Pois bem, parte da superação parcial da crise veio do socorro do petróleo. Por outras palavras: começaram a surgir os efeitos da confiança que as companhias petrolíferas haviam depositado no governo do MPLA-PT. Os investimentos das “petroleiras” como a Gulf, Texaco e Elf Aquitaine, começaram a render. A produção de petróleo cresceu de 130 mil barris/dia

(média dos anos 1979-82) para 179 mil, em 1985 — e subiria para 231 mil em 1986 (*The Economist Intelligence Unit — Country Profile — Angola, São Tomé & Príncipe: 1987-88*, p. 20).

**Quadro B — Alteração no Preço e na Produção de Petróleo
(1980 = 100)**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Preço (US\$)	100	110	86	87	86	81	45
Produção (mil b/d)	100	95	96	132	151	171	208

Fonte: UNDP (1989) *appud* FERREIRA: 1991, 52.

Mas Angola não estava fora de perigo. Como veremos adiante, o fator militar agravou-se, inclusive internamente. A UNITA espalhou minas nas melhores terras; os agricultores praticamente paralisaram o cultivo e refugiaram-se nas cidades e nas matas. Aqui sobreveio a fome e a UNITA fez o seu aliciamento, sobretudo no Planalto Central. Nas cidades, o corte nas importações e a falta de abastecimento a partir do campo fez irromper a candonga, o mercado paralelo.

Além da reforma ministerial no final de 1982, no ano seguinte houve um endurecimento do quadro político para fazer face à dupla deterioração, militar e econômica. Foi criado o Conselho de Defesa e Segurança (CDS), que redundou em uma maior concentração de poder em J.E. dos Santos (inclusive para ele aprofundar as negociações com a África do Sul). O presidente passou a ter responsabilidade direta num amplo leque de setores da política e da economia. Ele chegou, por exemplo, a assumir diretamente a pasta das Relações Exteriores, após a demissão de Paulo Teixeira Jorge, em setembro de 1984.

O CDS praticamente desbancou o Conselho de Ministros. Foram criados Conselhos Militares Regionais (CMR), que se instalaram nas áreas mais afetadas pela guerra. Estes passaram a ter, nas suas respectivas regiões, a responsabilidade direta por decisões de ordem econômica, além das demais atinentes às suas funções. Esses CMR se reportavam diretamente ao CDS,

passando praticamente por cima dos governos provinciais e de grande parte das demais estruturas institucionais centrais.

Toda esta remodelação redundou, naturalmente, num crescente papel político e econômico dos militares e num fortalecimento da posição de J.E. dos Santos, diminuindo o poder do Comitê Central e do Birô Político do Partido. O presidente aproveitou este excedente de poder para retomar um programa de reformas, que implicava numa maior abertura da economia, que havia sido anteriormente emperrado quer por setores ortodoxos do Partido, quer por outros grupos que seriam economicamente prejudicados por elas

A ocasião escolhida para deslanchar essas reformas foi a realização da 1ª Conferência Nacional do MPLA-PT, realizada em janeiro de 1985, com o propósito de preparar o 2º Congresso Ordinário do Partido, marcado para dezembro desse ano.

Logo no discurso de abertura, o presidente Santos enfatizou a necessidade de concretizar medidas que, embora anteriormente deliberadas, não haviam tido implantação satisfatória. Algumas delas: suprir os camponeses, alcançar maior eficiência no trabalho e na produção e, o que nos parece relevante e inédito, começar a valorizar, na fixação dos preços, mais o lado do mercado do que o descompromisso burocrático e irrealista do planejamento centralizado (GUNN: 1987, 189-191)¹⁰⁸.

A candonga nos mercados paralelos passou a ser tolerada, até porque o governo se rendeu à evidência de que ela se tornara, por vias travessas, a única fonte de abastecimento para a maior parte dos produtos de consumo. Além do mais, tornara-se impossível exercer sobre ela uma repressão eficaz. Acrescente-se que "o próprio Jornal de Angola assinalava que 60% dos produtos vendidos na candonga provinham de circuitos oficiais, ou seja, eram desviados dos armazéns do Estado" (GONÇALVES: 1991, 60).

108 "A economia tem sido gerida por decisões administrativas baseadas em políticas econômicas inadequadas. O mercado não tem assumido um papel significativo. Os preços têm-se mantido em níveis artificialmente baixos porque a taxa de câmbio tem estado fortemente sobrevalorizada (com uma subvenção escandalosa e injusta) (...). Nos diferentes níveis da administração e das empresas públicas constata-se graves problemas de disciplina e

Nas áreas dos investimentos estrangeiros, graças a um código bastante liberal, no contexto da época, promulgado em junho de 1979¹⁰⁹, além da atração pela indústria petrolífera, afluem para outros setores, capitais de vários países ocidentais. A preferência nessas investimentos é a de formação de *joint-ventures* onde o Estado, na grande maioria dos casos, continuava detendo a maioria das ações. A França, além do petróleo, investe na Indústria têxtil, o Japão na metalurgia, a Inglaterra no setor automotivo, além dos Estados Unidos, que têm uma dúzila de empresas atuando em diversos setores (BHAGAVAN: 1980, 21 e MEYNS: 1984, 144).

Sobre a questão dos investimentos, Gunn recolheu uma esclarecedora informação de um alto funcionário angolano: "Os países socialistas nos oferecem créditos em melhores condições, mas o seu volume é limitado. O Ocidente os concede em termos mais duros, mas podem fazê-lo no montante que precisarmos" (GUNN: 1987, 191). De passagem, notar que o maior investimento soviético em Angola é a construção, em parceria com a Construtora Norberto Odebrecht, brasileira, da hidrelétrica de Capanda, no rio Cuanza, perto de Malange. O pagamento pelos serviços brasileiros é em sistema de *barter*, com o equivalente de 20 mil barris diários de petróleo. A hidrelétrica, o maior projeto angolano em andamento, prevê uma potência de 520 MW (as turbinas são soviéticas), mas a obra foi bastante atrasada pela guerra. O projeto foi assinado em novembro de 1984.

Na área do comércio externo, o paradoxo desde cedo se inclina para uma solução ocidental. Os fluxos aumentam cada vez mais com o mundo

produtividade"(SÃO VICENTE: 1995, 12) (grifo meu).

109 A Lei nº 10/79, que regimenta os investimentos estrangeiros, interdita a sua aplicação a vários setores na área da defesa, das finanças, comércio externo, comunicações em geral, serviços públicos, etc. Ela assegura, contudo: a garantia de não estatização por um prazo de 10 a 15 anos; indenização adequada; transferência de até 25% dos lucros dos capitais investidos e acesso ao crédito angolano. Isenta ou reduz impostos e direitos alfandegários na importação e exportação durante os primeiros anos de produção e autoriza a transferência de meios de pagamentos das dívidas dos créditos concedidos no estrangeiro (extraído do Anexo III de PEREIRA: 1985, 38).

capitalista e diminuem com o bloco socialista, sobretudo se não for levado em conta as importações de material bélico. As exportações angolanas para os países socialistas representavam, em 1979, 6,9% e em 1985, somente 2,9% do total do país. As importações provenientes do bloco socialista equivaliam, em 1979, a 15,7% das compras angolanas e, em 1985, desciam para 10,8%, cifras que ainda baixarão mais no decorrer dos anos seguintes.

Do lado ocidental, os Estados Unidos assumem, a partir de 1981, a condição de principal parceiro angolano, absorvendo 67% das exportações angolanas, enquanto o conjunto da Europa Ocidental alcança 27% das mesmas. O que se verifica é que, depois de uma expansão inicial do comércio angolano com o Leste, as relações com o Ocidente, que foram altas desde o tempo colonial, continuam a consolidar-se. O petróleo, naturalmente, é a ponta de lança nesse comércio. Por vezes, a subida é de valores ainda modestos, cerca de US\$ 80 milhões como ocorria com a França, que, no entanto, triplicou entre 1978 e 1980 (*Marchés Tropicaux* de 21 de maio de 1981).

Como já abordado, Angola, não obtendo no CAME-COMECON um estatuto semelhante ao de Cuba ou Vietnã — não passou de observador — preferiu dirigir o seu interesse para a Convenção de Lomé (Acordo CEE-ACP), participando nas negociações de "Lomé III" e vindo à integrar-se na Convenção em 1985, para grande irritação do campo socialista, pois essa adesão tinha a cláusula política, aceita por Luanda, do reconhecimento de Berlim como pertencente à República Federal Alemã.

Quadro C — Repartição Geográfica do Comércio Externo de Angola

(Anos relacionados; em percentagem)

	Exportações					Importações				
	1979	1980	1981	1982	1985	1979	1980	1981	1982	1985
Europa Ocidental	28,5	22,2	27,0	43,0	34,3	56,4	51,6	60,0	62,0	52,7
Países Socialistas	6,9	6,3	3,0	2,0	2,9	15,7	16,9	8,0	7,0	10,8
América do Norte	21,4	31,8	67,0	54,0	49,1	5,6	7,1	22,0	22,0	2,7
América Latina	35,1	28,9	—	—	—	9,8	10,8	—	—	12,1
África	3,4	4,1	2,0	1,0	1,2	3,0	2,2	3,0	2,0	2,9
Não Especificados	4,7	6,7	2,0	6,0	—	9,5	11,4	7,0	9,0	19,0

Fontes: Angola: Informações Estatísticas 1979-80; BAGHAVAN (1986) e FERREIRA (1991).

5.2.1 A crise militar. As relações com os Estados Unidos e a África do Sul — o apoio deles à UNITA

Em novembro de 1980, o republicano Ronald Reagan é eleito presidente da República dos Estados Unidos e escolhe Alexandre Haig como seu secretário de Estado e o subsecretário para Assuntos Africanos será Chester Crocker¹¹⁰. Por sua iniciativa, serão tomadas duas posições políticas que afetarão bastante Angola.

A primeira, que alguns pensam ter origem na África do Sul, é a do *linkage*, formulada em 1982, que ligava obrigatoriamente a implementação da Resolução 435/78 da ONU (retirada sul-africana da Namíbia e independência do território) à prévia retirada dos cubanos de Angola. Essa exigência, logo abraçada por Pretória, não teve sequer o apoio unânime dos países ocidentais

110 Africanista doutorado em Relações Internacionais, Crocker ocupará o cargo de 1981 a 1987, o mais longo tempo na história do Departamento de Estado. Atualmente é professor de Diplomacia na Georgetown University. Foi, anteriormente, diretor do Centro de Estudos Africanos desta Universidade.

do Grupo de Contato (CARDOSO: 1986, 56-57). A segunda, fruto da mesma estratégia — que resultava, na prática, na reaproximação dos Estados Unidos com o regime do *apartheid*, é a do *constructive engagement*.

Essas duas posições integram a “doutrina Reagan” de defrontar Moscou no Terceiro Mundo, através do apoio militar, legal ou encoberto, a movimentos guerrilheiros que se opõem a regimes aliados da União Soviética. Abrange desde os *contra* da Nicarágua aos rebeldes do Afeganistão, passando pela UNITA, que chegou a ser entre eles o mais favorecido em apoio militar entre todos (ver, mais adiante, depoimento do senador Ted Kennedy). Desta forma, Savimbi é apresentado à opinião pública americana como “o maior lutador africano pela liberdade” (SÃO VICENTE: 1994a, 52-53 e HART: 1994, 36)¹¹¹.

A iniciativa da retomada de um diálogo amplo e construtivo com os Estados Unidos veio de J.E. dos Santos quando, em dezembro de 1981, anunciou o desejo de discutir bilateralmente “todos os problemas de interesse comum que estivessem contidos num quadro de perspectivas de normalização entre os dois países” (CROCKER: 1992, 138)¹¹².

Washington confessou surpresa por essa disposição de Luanda. Crocker acredita que ela surgiu, em parte, em função do êxito político e de publicidade que Savimbi recolhera na sua recente visita a Washington, onde fora recebido pelo secretário de Estado A. Haig. A reação americana foi a de marcar um encontro com o ministro das Relações Exteriores de Angola, em

111 O congressista K. Phillips, líder de um caucus conservador, teve a originalidade de declarar que se Savimbi fosse cidadão americano ele seria o candidato do seu partido à presidência americana (HART: 1994, 36).

112 O presidente Santos, em entrevista à revista *Afrique-Asie* (21 de novembro de 1983), comenta as duas referidas posições americanas. “Recorde-se que em Genebra, em 1981, a África do Sul tinha aceitado discutir com a SWAPO (...) Nessa época, Pretória nunca levantou a questão da presença dos voluntários cubanos em Angola (...) A vitória eleitoral de Reagan inaugurou uma nova política africana que, infelizmente, val no sentido desejado pela África do Sul. Os movimentos de libertação [ANC, SWAPO] tornaram-se assim movimentos terroristas (...) Essa política [engajamento construtivo] encorajou Pretória a atacar não só o nosso país como também o Lesoto, Moçambique, a Zâmbia, o Zimbábue e mesmo a Seychelles” (SANTOS: 1985, 162 e 164).

Paris. Em janeiro de 1982, Paulo Jorge e Chester Crocker se encontraram. A rodada de encontros somou 12 horas. Observemos brevemente a versão de Crocker.

Para ele, a questão da ocupação da Namíbia pela África do Sul — um dos temas básicos dos encontros — não deveria ser tratada como questão legal, como propunha P. Jorge, baseado na ONU. Era sim, afirmava Crocker “basicamente um problema de segurança e deveríamos estar procurando uma solução prática para ele. Se falhássemos, o regime angolano se defrontaria em seguida com uma autêntica ameaça no sul do seu território”. Para o subsecretário de Estado, “a única maneira de restringir a ação militar sul-africana seria num contexto de um processo regional de paz com credibilidade (...). Nem a SWAPO, nem o MPLA, nem os cubanos e nem uma resolução das Nações Unidas poderia tirar as Forças Armadas sul-africanas da Namíbia sem um acordo regional” (CROCKER: 1992, 140-141).

Para Crocker, Paulo Jorge não parecia levar em consideração que o seu governo “com todos os símbolos da soberania, não exercia a autoridade governamental na maior parte do país. Ele pensava ainda em termos de luta anti-colonial, em que, para ganhar politicamente, bastava ocupar uma pequena parte do território” (CROCKER: 1992, 141).

Foi marcado um novo encontro em Paris, entre os dois dirigentes, para março seguinte. Apesar do impasse do primeiro encontro, Crocker tinha em mente, no segundo:

“ter a oportunidade de testar o consenso interno do MPLA na matéria e a margem de manobra que teriam face aos cubanos e soviéticos. Para mostrar o nosso otimismo nas negociações, estendemos o crédito do Export-Import Bank para o desenvolvimento da pesquisa de petróleo em Angola, onde as empresas americanas desempenhavam um papel-chave” (CROCKER: 1992, 141-143)¹¹³.

113 Cotejemos agora uma outra visão de Crocker sobre esta matéria. Ele declarou ao Premier sul-africano, P.W. Botha, em abril de 1981, que, no que respeitava à África, a prioridade

Esta parte das declarações de Crocker, sobre a simultaneidade entre antagonismo político e harmonia no financiamento de negócios nas relações EUA x Angola, reflete mais um aspecto do *paradoxo angolano*. Pouco depois, assistiríamos ao esforço de congressistas americanos em ajudar a UNITA, através da derrubada da Emenda Clark, enquanto empresários americanos discutiam com os responsáveis, em Luanda, das vantagens da cooperação econômica dos Estados Unidos com Angola. O próprio presidente Santos, numa viagem em 1985, a Nova York, para os festejos de aniversário da ONU, visita empresários e banqueiros americanos procurando um empréstimo de US\$ 350 milhões para cobrir a parte angolana na expansão do campo petrolífero Takula, em sociedade com a Chevron, que havia comprado a Gulf em 1984 (GUNN: 1987, 191). Seria o caso, talvez, de designar estes acontecimentos de "paradoxo americano", não fosse a prática de paradoxos uma política em Washington e em muitas outras paragens também¹¹⁴.

5.2.1.1 A situação na África do Sul; conflitos & negociações com Angola; a intermediação americana

A esperada "nova política" que seria implantada por Pretória, a partir da substituição na chefia do governo, de J. Vorster por P.W. Botha, em 1978, não deu os resultados desejados; nem mesmo a reforma constitucional de 1983, que daria o direito de voto a mestiços e indianos para a eleição de parlamentos separados, deu legitimidade mínima necessária ao regime.

americana era a de travar o expansionismo soviético. A Namíbia já não era encarada como uma questão de independência, da responsabilidade da ONU, mas sim um problema de estratégia anti-soviética. Angola era um satélite soviético. A África do Sul, nesse contexto, era um amigo privilegiado na região. No mês seguinte, o ministro das Relações Exteriores da África do Sul, "Pik" Botha, era recebido em Washington, de modo caloroso, por Alexander Haig, secretário de Estado (CARDOSO: 1986, 54).

114 Uma lista disponível no MIREX enumera algumas das grandes empresas americanas presentes por essa época em Angola. Além dos bancos Morgan, Equator, City, Bankers Trust e das "petroleiras" já conhecidas, podemos citar: Abbot, Beech, Boeing, Caterpillar, G.E., G.M., MCD. Douglas, etc.

As rebeliões de Soweto, em 1976, tinham deixado um salto muito negativo para o governo. O ambiente internacional, com a exceção inicial da administração Reagan, tornava-se cada vez mais desfavorável a Pretória, como expusemos no primeiro capítulo. As campanhas militares contra Angola e as intervenções armadas contra países vizinhos provocaram uma escalada de agressão politicamente desfavorável para o governo Botha¹¹⁵. H. Oppenheimer, o mais poderoso empresário sul-africano, advertia que "o tempo passa e, a menos que se produzam mudanças substanciais nos meados dos anos 80, a África do Sul poderá vir a enfrentar uma revolução violenta" (*Globe and Mail*, Toronto, 4 de fevereiro de 1981). Ele parecia prever que as reformas de 1983 não foram apenas tímidas; foram contraproducentes. Elas foram uma das principais causas do desencadeamento de uma luta ampla e continuada como jamais ocorrera antes¹¹⁶.

É nesse contexto que a África do Sul negocia com Angola e Moçambique os referidos acordos de 1984. É nesse ano que P.W. Botha assume a presidência da República. Voltando um pouco atrás, acrescenta-se que, no âmbito regional, foi dado um forte golpe na hegemonia de Pretória,

115 As Invasões sul-africanas em Angola. Em maio de 1978, a África do Sul invadiu o território angolano (operação Reinder) e, além do ataque às bases da SWAPO ela produziu o "massacre de Cassinga", o mais devastador de toda a guerra (mais de mil refugiados mortos). Em agosto de 1980, o exército sul-africano iniciou uma ocupação, que duraria mais de três anos, em 50 mil km² do Cunene, província fronteiriça da Namíbia, o que contribuiu para a infiltração da UNITA no Sul do país. A escalada militar de Pretória continuou em 1981 (operação Protea), quando dez mil soldados sul-africanos chegaram até Lubango, destruindo instalações angolanas de radar e mísseis. O fortalecimento da UNITA levou as tropas angolanas a atacar Cangamba, em poder dos rebeldes. A batalha foi marcada por dois fatos principais. O primeiro, a passagem da UNITA da ação guerrilheira para operações mais convencionais (com 35 mil homens que se estendem por quase toda a metade menos populosa do país). O segundo fato, foi a intervenção direta das tropas sul-africanas em socorro dos rebeldes, o que inviabilizou a vitória governamental. Essa batalha, acelerou também a corrida armamentista em Angola, com o governo obtendo armamento mais sofisticado em Moscou (e maior grau de dependência da União Soviética), e a vinda de mais cinco mil cubanos para Angola. A invasão seguinte (operação Askari) já se constituiu em relativo fracasso para os sul-africanos (SÃO VICENTE: 1994a, 52-53).

116 Essa luta foi intensificada com a formação da Frente Democrática Unida (UDF), em 1984, agregando perto de 700 organizações, onde as Igrejas Protestantes tiveram papel de destaque. O bispo Desmond Tutu ganhou nesse ano o Prêmio Nobel da Paz. A partir de então intensificaram-se as sanções econômicas e a campanha do desinvestimento.

quando, em 1980, a vitória da Frente Patriótica no Zimbábue, eliminando o regime de minoria branca, deu o golpe de misericórdia na tentativa de formação da Constelação de Estados, um esquema de cooptação de Botha com os pequenos vizinhos independentes e os bantustãos. Mais ainda: a eleição no Zimbábue de "um homem, um voto", não redundou nem no caos, nem no "banho de sangue" que a ultra-direita previa (CARDOSO: 1986, 50). O que ocorreu nesse ano foi o reforço da luta regional anti-apartheid através do reforço dos Países da Linha de Frente e a criação da SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral).

Feita esta breve introdução sobre o contexto político da África do Sul e da região austral, retomamos o percurso das negociações entre Angola, África do Sul e os Estados Unidos. Já fizemos menção aos dois primeiros encontros entre Chester Crocker e Paulo, Jorge em Paris. Por essa mesma época, angolanos e sul-africanos se encontraram na ilha do Sal (Cabo Verde), sem resultados satisfatórios. Novo encontro é marcado para o final de fevereiro de 1984 (quando já se presumia a inoperância do Protocolo de Lusaca, uma semana antes). Embora não realizado formalmente, houve um fato relevante: o presidente angolano Santos, com o acréscimo de poder interno obtido, "assumiu publicamente a disposição de negociar com a África do Sul" (CARDOSO: 1986, 66). Crocker comenta em seu livro *High Noon*: "Em questão de semanas, entre o fim de 1983 e o início de 1984, criamos uma janela para a nossa diplomacia, revertendo o anterior ciclo de escaladas" (CROCKER: 1992, 183).

Como podemos deduzir pelo acima afirmado, as negociações sobre os problemas concernentes a Angola e a África do Sul, e a região austral como um todo, passaram a ser intermediadas pelos Estados Unidos. É nesse esquema que se realiza a última das reuniões em Cabo Verde, em março de 1985. A delegação é chefiada pelo ministro do Interior, Alexandre Rodrigues "Kito", o novo interlocutor angolano para este tipo de negociações (e não mais o titular das Relações Exteriores), e a americana, pelo próprio Chester Crocker. O objetivo era o de analisar o novo "pacote" de propostas que a África do Sul e Angola apresentaram a Crocker.

Em suma: os angolanos concordavam com a Resolução 435/78 da ONU sendo implementada a partir da retirada imediata das tropas sul-africanas do território angolano e concomitantemente procederiam a um recuo das tropas cubanas da zona fronteiriça da Namíbia, com o seu deslocamento para o centro do país primeiro e, posteriormente, com a sua retirada progressiva, mas não total, do território angolano. A proposta sul-africana apresentava o *diktat* irrealista da retirada, em menos de três meses, de todo o contingente cubano.

Em julho de 1985, o congresso americano revoga a Emenda Clark, que havia até então impedido uma ajuda legal à UNITA. A partir daí, através da *covert aid*, o presidente americano nem precisava da aprovação do congresso para levar a efeito qualquer programa executado através da CIA. Com a retomada por Washington de fornecimento militar à UNITA, Luanda interrompeu as negociações com os Estados Unidos. Isso não impede que o presidente Santos visite Nova York para o aniversário das Nações Unidas e tenha inúmeros contatos com empresários norte-americanos.

5.2.1.2 O 2º Congresso (1985): manutenção das palavras-chaves, ambigüidade no discurso e mudanças na prática

A pauta das reformas econômicas a serem adotadas no 2º Congresso Ordinário do MPLA-PT, realizado em Luanda no início de dezembro de 1985, já havia sido sugerida na referida Conferência Nacional de janeiro desse ano. Foi aí que, pela primeira vez, dirigentes interessados em mudanças econômicas mais profundas expressaram-nas em público, com o apoio do presidente Santos. Nessa reunião foi anunciada uma reforma econômica que, pela primeira vez, proclamava a necessidade de adaptação às leis do mercado (MELO: 1993, 4).

O 2º Congresso irá sancionar essa nova postura, traduzida em estratégia de governo, para garantir os meios financeiros indispensáveis à sobrevivência do aparelho do Estado e dos crescentes custos militares. A tônica do Congresso anterior ainda fora a de tentar harmonizar defesa e desenvolvimento. Agora, não. A palavra de ordem é o reconhecimento de que "a política econômica tem de ser reajustada, condicionando-a aos superiores

interesses da Defesa". Assim entendido, sancionou-se que o setor econômico, no próximo quinquênio, ficará completamente subordinado à questão militar (FERREIRA: 1993/94, 139, cf. com MPLA-PT: 1985, 4-6).

Outra prioridade evidente e relacionada à primeira, é a necessidade de priorizar a abertura econômica para o Ocidente e dinamizar as exportações. De passagem, assinale-se que, nesse ano, Angola havia sido admitida como o 66º Membro da Convenção de Lomé III (Acordo CEE-ACP), apesar da resistência política do Leste Europeu.

No relatório do Comitê Central ao Congresso, denominado como o da "Continuidade e Mudança", não faltaram, evidentemente, os slogans da "continuidade", tais como a defesa da "ditadura democrática revolucionária, germen da ditadura do proletariado", a luta de classes como instrumento da eliminação da influência "pequeno-burguesa", bem como a defesa da planificação. Sobre esta, há uma frase de Hodges, cuja ironia serve de indispensável advertência: "O planejamento centralizado em Angola é mais notável pela sua centralização do que pelo seu planejamento (HODGES: 1987, 48).

Para a política doméstica, a influência do Congresso foi inegável. José Eduardo dos Santos consolidou o excedente de poder que vinha acumulando, através da eleição bastante favorável a ele, do novo Comitê Central que, por sua vez, escolhe o novo Birô Político.

"Assistir-se-á mesmo ao afastamento ou despromoção de personalidades de primeiro plano (...), na eliminação política dos 'argelinos', uma expressão que servia para designar sobretudo elementos mestiços, cuja importância à cabeça do MPLA tinha sido até então capital; Lúcio Lara, Iko Carreira, Paulo Jorge serão três exemplos (...)"
(GONÇALVES: 1991, 75).

A importância dos militares continua em ascensão: representam 25% dos 552 delegados presentes no Congresso e irão constituir um terço do novo Comitê Central¹¹⁷.

117 Quanto à questão da despromoção dos socialistas ortodoxos, ela está na linha de continuidade das punições impostas a 32 importantes dirigentes do MPLA-PT pelo presidente Santos, em 1983, através dos "órgãos competentes". Entre os despromovidos ou afastados no Congresso, não predominaram obrigatoriamente os eventuais pró-soviéticos ou pró-cubanos. A marca divisória, embora passe pela linha racial, ela é mais nitidamente vinculada para aqueles que se opõem a mudanças no projeto socialista e a uma maior abertura para o Ocidente e às conseqüentes negociações daí advindas. Há figuras, como Mendes de Carvalho e Lopo do Nascimento cuja despromoção está mais imediatamente ligada à luta interna pelo poder. Mendes de Carvalho, chefe de fila do "grupo Catete" (terra do falecido presidente Neto) era então favorável a uma negociação com a UNITA, além de ser uma figura carismática e irreverente. Em suma: José Eduardo dos Santos está se livrando definitivamente da sombra histórica de Neto e consolidando uma autoridade autônoma, com alianças domésticas (e outras) que vão mudando com o tempo e as circunstâncias.

VI. A SOLUÇÃO DO PARADOXO: ECONOMIA DE MERCADO E MULTIPARTIDARISMO

6.1 As Reformas Econômicas

Ennes Ferreira distingue dois períodos básicos em termos de discurso econômico de Angola. O primeiro, cobre o período do início da independência, até 1987. Já apontamos as suas características e algumas das suas conseqüências. O segundo, tem como marco inicial o lançamento, em 1987, do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), a ser implementado no ano seguinte. Ele lembra que, "com a queda brusca dos preços do petróleo, em 1986 (de 27 para 13 dólares o barril), a economia angolana é sacudida por um forte abanão" (FERREIRA: 1993/94, 136-139)¹¹⁸.

Contudo, o SEF não foi só o resultado de um fator externo aleatório que persegue uma economia como a de Angola, tão dependente do petróleo. Ele foi uma significativa indicação da vontade, do governo e de amplos setores da sociedade de mudar os rumos da economia angolana. Quanto a nós, ele constituiu uma inflexão decisiva, no que respeita à solução no âmbito econômico, do *paradoxo angolano*. Isso porque ele se revelou uma opção inicialmente periclitante mas irreversível, pela economia de mercado, ou, para usar a expressão oficial, "uma economia social de mercado", enquadrada no que se chamou na época de "socialismo democrático".

Para expor as razões pelas quais pensamos que o SEF não foi um mero resultado de um fenômeno econômico externo, mas também de vários fatores de ordem interna, melhor será ler, ainda que em trechos muito entrecortados, o discurso com o qual o presidente José Eduardo dos Santos introduz a apresentação do SEF, transcrito do documento que o tornou público¹¹⁹.

118 Para São Vicente, a abertura econômica foi gradualmente alterada, de modo quase silencioso e, talvez mais do que a guerra, pelas condições internas de Angola. Para ele, o "abanão" de 1985 criava um clima de instabilidade generalizada que contribuiu decisivamente para a implantação dessas reformas (SÃO VICENTE: 1994b, 24).

119 Programa de Saneamento Econômico e Financeiro. Luanda: Gráfica Popular, 1987, 93 p.

O presidente começa advertindo que, desde 1986 até o final de 1987, das resoluções emanadas do Congresso do MPLA-PT de 1985, só uma, das seis principais, foi cumprida: "a prioridade absoluta às necessidades de defesa do país". Ele explica, em seguida, as dificuldades de ordem econômica, que são importantes para termos uma idéia global da situação do país naquela época. Alguns exemplos: em 1986, o montante destinado à importação de bens de foi cortado em 50% do valor em relação ao ano anterior; o nível de importações de bens intermediários baixou em dois terços, o que levou à paralisação de várias empresas; aumentou o déficit do Orçamento Geral do Estado, apesar da redução significativa das despesas orçamentadas.

Em seguida, ele faz críticas, advertências e aponta novos rumos:

"Nesta conjuntura provocada por fatores externos, a esfera econômica e social do Partido e do Estado prestaram mais atenção às medidas de emergência e de austeridade para superá-la do que à necessidade de reestruturação do economia e da reformulação do seu sistema de direção e gestão. Passou-se assim mais de um ano e meio desde a realização do 2º Congresso. Neste período de tempo, tornou-se ainda mais clara e convincente a idéia de que é um erro grave continuarmos com paliativos ou com medidas parcelares que não resolvem os problemas de fundo (...). Se a guerra (...) é um elemento determinante para a caracterização dessa crise, temos que admitir, com coragem e espírito de auto-crítica, que há outros fatores que podemos eliminar para melhorar significativamente a situação (...). Seria utópico esperar pelo fim da guerra para corrigir ou atenuar distorções e dificuldades já detectadas no sistema de direção e gestão da economia. (...) Ninguém deve intimidar-se pensando que agora se sentará no banco dos réus (...). No banco dos réus ficarão aqueles que não compreenderem que estamos numa fase nova, aqueles que, em vez de assimilarem as idéias inovadoras e os

novos métodos de direção e trabalho, teimarem em trabalhar como no passado (grifos meus).

Mais adiante, o presidente adverte que os planos têm que se ater à capacidade real de financiamento. E acrescenta que é imperioso permitir investimentos "sem os impedimentos presentes na atual legislação". Ele propugna "o diálogo anônimo, entre produtores e consumidores, através da procura e oferta no mercado" (SEF: 1978, 6-16).

Além de mudanças de postura política e econômica no país que o SEF pressupunha como necessárias e viáveis, ele destinava-se, mais de imediato, a corrigir os desequilíbrios internos e externos, a reestruturar o sistema econômico e a relançar a economia através de medidas básicas, relacionadas com controle do orçamento, ajustamento do câmbio, liberação dos preços e um conjunto de reformas no setor público e no quadro jurídico, visando alargar o setor privado, doméstico e internacional (FERNANDES & COELHO: 1995, 19).

Na prática, o SEF destinava-se a servir como "carta de intenções" que seria apresentada ao FMI e ao Banco Mundial, aos quais, contudo, Angola só teria a sua adesão efetivada em 1989¹²⁰.

Como reforça Ennes Ferreira, essa "'carta de intenções' marca o início 'tímido' de um novo posicionamento, interno e internacional, econômico e político de Angola". Mas, logo em seguida, ele esclarece que os adiamentos sucessivos de medidas básicas contidas no SEF "refletia bem a resistência à mudança não só no seio do Partido e do governo, mas igualmente de grupos que seriam prejudicados economicamente com algumas dessas medidas¹²¹.

120 Angola foi aceita como 152º membro dessas instituições em 18 de julho, com 136 votos a favor e um único contra: o dos EUA (MCCORMICK: 1992, 71).

121 Peter Meyns já identificara, em época anterior à promulgação do SEF, dois tipos de grupos sociais contrários às reformas econômicas. De um lado, a resistência dos "ideológicos ortodoxos", que defendem a todo o custo, o setor estatal; do outro, aqueles chamados, à moda brasileira, de "fisiológicos", que ascenderam, rapidamente, por formação profissional no aparelho estatal (a chamada "pequena burguesia"), que lhes concede privilégios que não pretendem perder. O acesso ao câmbio oficial sobrevalorizado é um exemplo (MEYNS: 1984, 158).

De qualquer modo, o SEF "enterrou" de vez o mito do plano à moda soviética, concebido como um conjunto de normas rígidas, com irrealismo quantitativo, onde a produção deveria ser "encaixada" sem nenhum respeito pelo consumidor nem consulta ao mercado.

Pierre Beaudet, na sua análise ao SEF considera-o uma boa estratégia que ele descreve metaforicamente como "jogar água fora da bacia mas preservando o bebê". Isto é, não deixando que a economia ficasse totalmente à mercê da "lei invisível do mercado", mantendo o Estado uma capacidade de direção sobre o conjunto da economia através de medidas macro-reguladoras.

Mas logo Beaudet também identificou as oposições ao plano que provocaram o seu estrangulamento e levaram o governo a abandoná-lo, criando para o biênio 1989-90, o Programa de Recuperação Económica (PRE). Quanto ainda ao SEF, o primeiro obstáculo que o havia impedido de decolar foi a questão do sistema de preços.

Na verdade, o então sistema de preço duplo (mercado oficial e mercado paralelo), era muito lucrativo para uma parte minoritária da população, mas com uma força política substantiva. Por outras palavras: aqueles que tinham acesso, por meios burocráticos e outros, ao dólar de taxa oficial, ou seja, na época, na absurda conversão de 1 US\$ = 30 KZ. Acrescente-se o acesso, pelas mesmas vias e razões, às mercadorias importadas pagas pelo preço oficial acima citado.

Em suma, o governo não desvalorizou o Kwanza, medida indispensável para a remonetarização da economia e estabilidade do mercado. "A taxa supervalorizada do Kwanza continuou permitindo aos detentores de divisas de realizar lucros fabulosos" (BEAUDET: 1992, 81-85)¹²².

Abandonando o SEF e não tendo o PRE defrontado as questões elementares, o MPLA-PT lançou mais um plano, em meados de 1990: o

122 A revista canadense *Afrique*, de outono de 1991, vol. 7, n. 4, num pequeno dossiê sobre Angola, traz um artigo "La Banque Mondiale contre Angola", onde Beaudet detalha o que foi resumido no texto acima.

Programa de Ação Governamental (PAG), quando o país já era membro do FMI e preparava-se para apresentar a esta instituição um programa de ajustamento estrutural.

Entre as medidas propostas pelo PAG estavam a redução do estoque monetário e do déficit orçamental, o reescalonamento da dívida externa e a inescapável desvalorização do Kwanza. Esta, foi mais uma vez adiada. O governo limitou-se a trocar a moeda nacional com a criação do Novo Kwanza. A desvalorização da moeda só veio a efetivar-se em março de 1991, nas vésperas do acordo de paz com a UNITA, portanto num novo contexto político consolidado no III Congresso do MPLA-PT de dezembro de 1990, bem como num clima de certa forma pré-eleitoral. "A primeira desvalorização, a de março, foi de 100%, seguida de duas outras neste mesmo ano: novembro e dezembro, de 50% e 100% respectivamente. Nos primeiros meses de 1992, nova desvalorização de cerca de 200% (FERREIRA: 1993/94, 142). A taxa de câmbio demorou, assim, 14 anos para mudar.

Aquí ficaram assinalados alguns dos principais problemas que a economia angolana defrontou no seu percurso desde a fase de rígida planificação centralizadora até a tortuosa introdução ao sistema de mercado. Foi a resolução, em termos de economia capitalista, do que temos chamado de *paradoxo angolano*.

Essa resolução/superação necessitou de mudanças no campo jurídico, levadas a cabo através de medidas legislativas, inclusive emendas constitucionais, que foram sendo implementadas sobretudo a partir de 1990. Elas visavam enquadrar as alterações macro e micro-econômicas no novo modelo adotado, de modo a reconhecer e estimular, perante as leis, o papel crescente dos agentes econômicos privados.

Nesse sentido, foram elaboradas novas leis na área econômica sobre a liberalização dos preços e salários, redimensionamento empresarial etc. O Código de Investimentos Estrangeiros (Lei 13/88), sofreu alterações e

resoluções complementares¹²³, bem como foi criado um Gabinete do Investimento Estrangeiro (Decreto 6/89).

Em termos de institucionalização internacional da economia angolana, que se iniciou em 1985, com a adesão ao Acordo de Lomé III — Convenção CEE-ACP, ela teve o seu momento maior com a filiação, em 1989, ao FMI e ao Banco Mundial. De assinalar também as adesões efetuadas nesse percurso a organismos regionais africanos, como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Zona de Trocas Preferenciais (PTA), além, o que foi relevante, da participação na fundação, primeiro da SADCC, em 1980, e, em 1992, da sucessora desta, a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) (RIBAS: 1995, 292-293).

Sobre o trajeto e o timing dessas mudanças econômicas, o presidente J.E. dos Santos lembra que elas estavam dentro de um contexto político e econômico que vem desde a década de 1980 e quase se traduzia, de modo geral, numa contestação ao sistema econômico de tipo soviético. Ele faz referência a fenômenos semelhantes ocorridos na Argélia e na Hungria¹²⁴, por exemplo. Assinala o presidente:

"O MPLA-PT fez parte desse movimento de contestação, de reforma, de procurar novas vias para resolver os problemas econômicos, porque o sistema de gestão da economia socialista não era capaz de dar resposta aos numerosos problemas com que se defrontava a sociedade [angolana]. O afundamento do sistema socialista não foi uma grande surpresa para nós e não nos afetou

123 Entre as alterações e regulamentações, temos em mãos: Decreto 1/90, que introduz mudanças no Código de Investimentos Estrangeiros; a Resolução 6/90, dedicada às áreas consideradas prioritárias para os investimentos estrangeiros, e a Resolução 2/90, que cria a Comissão de Avaliação de Propostas de Investimentos Estrangeiros.

124 "Nos momentos mais recentes das mudanças econômicas [final dos anos 80], os assessores húngaros passaram a ser cada vez mais ouvidos do que os cubanos" (GONÇALVES: 1991, 75).

*profundamente. Nós já havíamos nos engajado em todo um processo de reajustamento do nosso sistema*¹²⁵.

6.2 Os Processos de Negociação dos Conflitos Externos e Internos (1986-1991)

Tratamos aqui de modo conciso, dos processos de negociação de dois tipos de conflitos que, embora bastante entrelaçados, se distinguem pela natureza do seu âmbito e atores envolvidos. O primeiro tipo, é de caráter predominantemente externo, envolvendo as agressões e ocupações militares sul-africanas em solo angolano e a intervenção solicitada do contingente militar cubano em ajuda às tropas regulares do governo de Luanda, ao abrigo do artigo nº 51 da Carta das Nações Unidas.

Imbrincado nesse conflito externo — e dependente dele em grande medida — há um outro, de âmbito doméstico, que acabou tomando aspectos de guerra civil. Ele envolve os rebeldes da UNITA, apoiado logística e militarmente pela África do Sul; a partir de abril de 1986, os rebeldes, antes apoiados em *cover actions*, passaram a sê-lo oficialmente pelos Estados Unidos, em caráter múltiplo, na sua luta contra as forças armadas angolanas e seus apoios.

O conflito externo, que contará a mediação americana, terá o seu fecho nos Acordos de Nova Iorque, em dezembro de 1988, após etapas de negociações, em patamares diferenciados, alternados com grandes defrontamentos militares travados no interior de Angola. O conflito doméstico, entre o governo de Luanda e a UNITA, e respectivos apoios externos, terá a intermediação de uma *troika*, formada pelos Estados Unidos, Rússia e Portugal, e o seu desfecho será o Acordo de Bicesse (Portugal), em maio de 1991.

125 Entrevista concedida pelo presidente Santos a Amadou Traoré, na revista *Le Courier* (da CEE-ACP), nº 132, de março-abril de 1992, pp. 17-19. Para ZAZITCH (1988, 105), as razões parecem mais simples: "Se o regime marxista angolano modificou a sua linha de conduta foi sobretudo sob o efeito convergente de um fator político externo, soviético, e de um fator interno, angolano".

Posto isto, retomemos o fio inicial das negociações entre Luanda e Pretória, intermediadas pelos Estados Unidos sob a liderança do seu subsecretário de Estado para Assuntos Africanos, Chester Crocker. O início delas, ocorrido em Paris, em 1982, e seu prosseguimento até 1984, foi abordado no capítulo anterior.

Essas negociações tiveram um hiato nos primeiros três trimestres de 1985, provocado por dois atos hostis ao governo de Luanda. Um deles, da parte americana, com a revogação da Emenda Clark; o outro, do lado sul-africano, foi a tentativa de sabotagem das instalações petrolíferas de Malungo, em Cabinda, em maio desse ano, por um comando militar sul-africano cujo chefe foi feito prisioneiro pelas tropas angolanas.

A revogação da Emenda Clark, no contexto da "doutrina Reagan"¹²⁶ colocou de novo Angola mais diretamente no confronto Leste-Oeste e elegeu a UNITA como "campeã da liberdade africana" e passou a atribuir a ela, oficialmente, um substancial apoio político, financeiro e militar. Na prática, dada as ligações íntimas da UNITA com os sul-africanos, isso vai traduzir-se, se não num apoio direto americano ao regime do apartheid, pelo menos em atos de grande complacência face a ele.

A visita de José Eduardo dos Santos a Nova Iorque, em outubro de 1985, por ocasião do 40º aniversário das Nações Unidas, não trouxe só dividendos econômicos nos encontros que teve com empresários norte-americanos; permitiu também um entendimento direto do C. Crocker e descongelou a situação entre os dois países.

126 Declaração Oficial da Política do Governo dos EUA — A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos: "(...) Para os conflitos regionais, por exemplo, elaboramos uma política de ajuda aos insurretos anticomunistas em sua luta para dar autodeterminação, independência e direitos humanos a seus países. Esta doutrina refletiu-se pela primeira vez em nossa decisão de assistir ao povo do Afeganistão em sua luta contra a invasão e ocupação soviéticos (...). Nossos atuais esforços em Angola, em apoio aos combatentes da liberdade, constituem a mais recente extensão dessa política (...)". Relatório do Presidente Reagan ao Congresso Americano, em 20 de janeiro de 1988. Transcrito de "Ponto de vista de Washington", publicação da Embaixada dos EUA em Brasília, janeiro de 1988, p. 6.

Embora no decorrer de 1986 não tivesse havido progresso nas negociações, ocorreu, entretanto, que a questão Angola x África do Sul, no contexto da África Austral, entrou na agenda de conversações que, durante esse ano, americanos e soviéticos mantiveram. Vale referir o encontro do secretário do Estado norte-americano, Shultz, com o ministro soviético das Relações Exteriores, Sheverdnadze, em Washington, e a "Cimeira" Gorbatchev e Reagan, em Moscou¹²⁷.

Em abril de 1987, são retomadas as negociações entre Luanda e Washington, em Brazzaville, sob os auspícios do chefe do Estado congolês, S. Nguesso, na ocasião presidente da OUA. Chefiam as delegações, o ministro do Interior angolano, A. Kito e C. Crocker, pelos Estados Unidos. As partes decidem retomar as negociações sem questões prévias definidas. Os Estados Unidos assumem o papel de mediador entre a África do Sul e Angola (CORRE: 1989, 54).

As negociações se intensificam em 1988. Logo em janeiro, tem lugar em Luanda uma rodada de apresentação de propostas a Crocker para que este as submeta à apreciação sul-africana. Pela primeira vez, os cubanos participam deste tipo de negociações, embora ainda integrados na delegação angolana. Iniciam-se, assim, o que se pode chamar de "conversas de aproximação" (*proximity talks*, no original), onde o intermediário — Crocker — através de conversações com os dois lados, vai colaborando para a

127 Por essa época já eram visíveis as pressões soviéticas sobre angolanos e cubanos no sentido das negociações com a África do Sul, diante do impasse militar existente no terreno e o grande apoio que a UNITA passaria a ter com a revogação da Emenda Clark e a nova doutrina de Reagan. A partir de 1987, as pressões soviéticas aumentaram bastante e passam a estar cada vez mais relacionadas com a situação doméstica da URSS. A primeira prioridade de Gorbatchev passa a ser, cada vez mais, a reestruturação econômica do seu país. Acresce que, embora como cliente de material bélico, Angola, depois da queda brutal do preço do petróleo, passasse a acumular uma dívida substantiva com Moscou. Analistas ocidentais (segundo VAN SHOOR: 1998, 1986), estimavam que o montante de subsídio anual soviético a Cuba andava por volta dos cinco bilhões de dólares e a assistência militar a Angola atingira, depois do recrudescimento da guerra, o valor anual de um bilhão de dólares. Afirmção semelhante, sobretudo no que concerne à dívida angolana, devido à crescente sofisticação do material bélico fornecido, pode ser encontrada em The Economist Intelligence Unit — Angola — country profile, 1994-95, p. 7. Cf. também SÃO VICENTE: 1994a, p. 62.

aproximação de posições (VAN-DÚNEM, na p. 21 do prefácio em PATRÍCIO: 1997)¹²⁸.

Uma visita de Crocker a Luanda, em julho de 1987, foi considerada por ele como uma “perda de tempo” pois os angolanos continuavam a recusar o princípio de *linkage* imposto por Washington e Pretória e declarado ilegal pelas Nações Unidas. No entanto, no início de agosto seguinte, Angola e Cuba declararam estar dispostos a suavizar a sua posição, concordando com uma retirada gradual, mas não total, das tropas cubanas de Angola. Ao mesmo tempo, Luanda submete a Washington uma proposta de acordo global sobre a paz na África Austral.

Entretanto, assiste-se a uma escalada militar a partir dos meados de 1987. As FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) lançam a maior ofensiva feita durante os doze anos de luta contra a UNITA. O ataque sobre Cangombe no Norte falha, devido ao apoio intensivo das tropas sul-africanas à UNITA. As FAPLA retiram-se, em outubro desse ano, para a base de Cuíto-Canavale, no rio Lomba, na província do Cuando-Cubango, onde foram cercadas pela UNITA e exército sul-africano. Em março de 1988, já havia no terreno, mais de 30 mil soldados, dos quais 9 mil sul-africanos, cerca de 200 tanques e blindados de cada lado, contando as tropas governamentais com um regimento com mísseis e um eficiente sistema de radar.

Pretória reconheceu pela primeira vez oficialmente a sua participação em defesa da UNITA e o presidente da África Sul, Peter Botha, visitou, com vários ministros, o campo de batalha. Com esse gesto, Pretória pretendeu se afirmar na cena internacional e nas vésperas da Cimeira Reagan — Gorbatchev, como potência regional.

Os sul-africanos e a UNITA não foram capazes, durante os cinco meses de cerco, com mais de 20 combates diretos, de tomar a base. Os MIG

128 A agenda dessa rodada de negociações, em Luanda, tinha grosso modo, os seguintes pontos: a questão do apoio à UNITA; as tropas sul-africanas em território angolano; a implementação da Resolução 435 para a Namíbia; garantia de integridade territorial e segurança em Angola, com base para uma solução política; questões relacionadas com a retirada do contingente cubano de Angola (VAN-DUNEM, 21).

23 tinham a supremacia aérea do sul de Angola a tal ponto que, na fase final da luta, avançaram em direção à fronteira e bombardearam instalações militares sul-africanas na Namíbia. As forças armadas de Pretória não podiam interceptar os MIG por não terem mísseis de tão alta altitude e os aviões de combate escasseavam. Eram efeitos resultantes do boicote internacional de armas ao regime do apartheid, mesmo que tal boicote não fosse suficientemente respeitado (FAPLA: ± 1989, p. 123-134; SÃO VICENTE: 1994a, 65; ver também os sul-africanos BARBER & BARDET: 1990, 340-342).

Em Pretória, os militares começaram a ceder aos diplomatas. O governo reconheceu os limites do seu poder e as negociações passaram a prevalecer sobre os confrontos militares. Em Luanda, ainda a "vitória" de Cuíto-Canavale não se consagrara e já os angolanos, em conversações com Crocker, no final de janeiro de 1988, aceitaram a retirada total dos cubanos do país obedecendo a um escalonamento de três anos e após a aplicação da Resolução 435. Pouco depois, Pretória teve uma abertura sem precedente com a União Soviética, propondo "um governo neutro, com MPLA e UNITA", em Angola. Luanda desconsidera.

Em março de 1989, Crocker teve um encontro, em Genebra, com o ministro sul-africano de Relações Exteriores. R. Pik Botha — o primeiro desde a aplicação de sanções contra a África do Sul pelo Congresso norte-americano, em 1986. Pik Botha afirmou que o seu governo tinha "interesse em chegar a um entendimento", embora ache insuficientes as últimas propostas de Luanda. Crocker ainda tem um encontro com os soviéticos, no final de abril. Ficam então maduras as condições para um patamar mais elevado de negociações (CORRE: 1989, 58).

Deste modo, pela primeira vez frente a frente, Angola, Cuba e África do Sul entabularam negociações sob a mediação americana; isso ocorreu na chamada "reunião quadripartida" de Londres, em maio de 1988. Aliás, era também o primeiro encontro oficial entre Luanda e Pretória desde maio de 1985. O assunto básico foi a questão do escalonamento da retirada cubana de Angola e suas implicações. Uma segunda reunião desse tipo foi realizada no Cairo, em junho desse ano, e a terceira em Nova Iorque, em

julho, onde se chegou a elaborar um documento geral de 14 pontos, sem detalhar, no entanto, um calendário para a retirada cubana.

Um novo patamar será atingido na reunião quadripartida de Genebra, no início de agosto de 1988. Um avanço importante: um acordo de cessar-fogo assumido e anunciado pela África do Sul, Angola e Cuba. Ele previa a retirada imediata das tropas sul-africanas do Sul de Angola (os restantes três mil) e a promessa de aplicação da Resolução 435 a partir de novembro desse ano, sem que se tivesse estabelecido um calendário definitivo para a retirada cubana, que ficou para ser feito posteriormente. Na prática, isso representou o fim da política de *linkage*. Foram elaborados dois documentos: o "Protocolo de Genebra" e um projeto do "Acordo Tripartido" entre Angola, Cuba e África do Sul.

As negociações retornam à África, numa laboriosa série de reuniões em Brazzaville, cujo protocolo, assinado em 12 de dezembro de 1988, fixou as datas para os Acordos "Bilateral" (Angola-Cuba) e "Trilateral" (Angola-Cuba e África do Sul), em 22 de dezembro de 1988 e, para o início da implementação da Resolução 435, em 1º de abril de 1989. Aliás, a reunião começara em clima tenso devido ao reforço de cerca de 10 mil soldados cubanos chegados para a defesa de Cuíto-Canavale.

A reunião acima referida era a sétima que se realizava em Brazzaville. Haverá uma oitava "quadripartida" em Nova Iorque, em outubro, e uma nona, em Genebra, em novembro, até a última, em Nova Iorque de novo, que encerra as negociações. "Sem vencedor nem vencido, a paz é assinada em 22 de dezembro de 1988", como assinala CORRE, no seu dossiê publicado pela *Afrique Contemporaine*, n. 150, fevereiro de 1989.

O essencial dos Acordos — o Tripartido e o Bilateral — envolvendo Angola, Cuba e a África do Sul, inclui: a) o início acima mencionado da aplicação da Resolução 435/78, sobre a independência da Namíbia, com eleições previstas para sete meses depois; b) a nomeação de uma Comissão Mista para dirimir possíveis divergências na aplicação dos Acordos; c) os Estados Unidos e a União Soviética são convidados a participar nessa comissão

na qualidade de observadores; d) a retirada total das tropas cubanas até 1 de julho de 1991¹²⁹. Esses documentos e suas implicações jurídicas e financeiras foram objeto da Resolução 626 do Conselho de Segurança da ONU que criou uma missão especial para Angola: a UNAVEM (CORRE: 1989, 58-60; VAN-DÚNEM, *in*: PATRÍCIO: 1997, 25-26 e SÃO VICENTE: 1994a, 66-68).

Como fecho desta exposição sobre o processo de negociação entre Angola/Cuba e África do Sul, mediado pelos Estados Unidos, e que tivera o seu início mais de seis anos atrás, vale referir uma reflexão de José Patrício, atualmente embaixador de Angola em Lisboa¹³⁰, mas que participou, como enviado especial do presidente Santos, em período importante do curso dessas negociações:

“Depois das batalhas de Mavinga, Cuíto-Canavale e Calueque, em 1987 e 1988, Angola, Cuba e África do Sul chegaram à mesma conclusão: todas as partes observaram os limites do que poderia ser conquistado no campo de batalha; todas as partes constataram os custos e os perigos que significariam a continuidade da guerra. Paradoxalmente, cada parte pôde também clamar por um canto de vitória pelos estragos provocados no inimigo” (PATRÍCIO: 1997, 30)¹³¹.

129 Assinaram os Acordos de Nova Iorque os ministros das Relações Exteriores dos três países. Por Angola: Afonso Van-Dúnem Mbinda; por Cuba, Isidoro Malmiera, e pela África do Sul, Roelof Pik Botha. O contingente cubano terminou a sua retirada mais de um mês antes do prazo previsto: 25 de maio de 1991.

130 José Patrício foi embaixador de Angola na Organização dos Estados Americanos, com sede em Washington quando, em dezembro de 1991, Angola tornou-se membro observador da OEA. Em dezembro de 1993, ele se tornaria o primeiro embaixador angolano em Washington após o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

131 Muitos observadores consideram que a batalha de Cuíto-Canavale se constituiu numa virada da história da África Subsaariana, e não só da África Austral. Alguns acrescentam que ela se não marcou o fim da Guerra Fria no continente, pelo menos tornou-se o fecho militar do primeiro conflito regional em que os Estados Unidos e a União Soviética se articularam para ajudar a resolvê-lo pela via negocial. Do ponto de vista militar, pela sofisticação do material bélico e homens envolvidos, além do tempo de duração, ela pôde ser considerada “a maior batalha na África desde a Segunda Guerra Mundial” (BREYTENBACH: 1997, 54).

Em suma: as realidades política e estratégica da África Austral foram influenciadas por vários fatores. O primeiro deles, pode ser a exaustão da guerra e, como frisou Patrício, a compreensão de que não haveria vencedor do ponto de vista militar. Também foi importante o “novo pensamento soviético”, anterior ao final da Guerra Fria, que indicava claramente que os soviéticos não tinham recursos para sustentar, em níveis necessários, a ajuda a Angola. Para os sul-africanos realistas, desaparecia o “perigo vermelho” que sustentara, até como pretexto, a política belicista de Pretória na região. Também surgia o fim da hegemonia militar da África do Sul na região, especialmente a aérea, como ficou provado em Cuíto-Canavale e Calueque. Além disso, as mortes de soldados brancos, em número ainda reduzido mas politicamente muito problemático para o governo de Pretória face à sua própria opinião pública (BEAUDET: 1992, 26-28)¹³².

Encerrado o conflito externo, restava continuar perseguindo a paz, dado o impasse da guerra, e negociar com a UNITA. Este conflito, todavia, estava longe de limitar-se ao âmbito doméstico. Cada lado mantinha os seus aliados externos, embora estes tivessem mudado de peso ou de prioridade. O governo de Luanda, por exemplo, não contava praticamente mais com o contingente cubano e a União Soviética, que seria dissolvida em dezembro de 1991, estava se desengajando dos conflitos regionais do Terceiro Mundo. Mas o governo poderia ainda contar com a “diplomacia do petróleo”.

Do lado da UNITA, pelo contrário, o sistema de aliança mudou do eixo principal, com vantagens para os rebeldes. Os Acordos de Nova Iorque tiveram como uma das suas importantes conseqüência a troca do domínio sul-africano sobre a UNITA pelo dos Estados Unidos, livrando um pouco Savimbi, e os próprios americanos, do constrangimento maior que resulta de uma aliança com o *apartheid* feita por um movimento político-militar africano. “A UNITA passa para a dependência aberta dos Estados Unidos, que se tornam

132 O Los Angeles Times, de 16 de setembro de 1988, assinalava que, já em meados de 1986, a assistência sul-africana à UNITA era já estimada em perto de um bilhão de dólares/ano.

o seu principal apoio militar, diplomático e financeiro" (PATRÍCIO: 1997, 61 e CORREIA, 1996, 51).

Os rebeldes deslocam o principal da sua ação para o Norte e passam a receber o apoio americano através do Zaire¹³³. Já referimos que um dos primeiros compromissos externos de Bush, ao assumir a presidência americana, em janeiro de 1989, havia sido uma carta a Savimbi assegurando-lhe a continuidade do apoio global americano. Em maio desse ano, Herman Cohen, o sucessor de Crocker como subsecretário do Estado norte-americano para a África, afirmou que "não haverá mudança na política dos Estados Unidos quanto ao apoio à UNITA e na recusa ao reconhecimento diplomático do governo do MPLA até que ambas as partes alcancem um acordo político". Essa declaração foi feita na Comissão de Relações Exteriores do Senado (MIREX, extrato de imprensa).

Isso não impede, porém, que apareçam as primeiras fumaças do cachimbo da paz. Durante as festividades da independência da Namíbia, em 21 de março de 1990, o presidente J.E. dos Santos encontra-se com o secretário de Estado norte-americano, J. Baker, e apresenta-lhe uma proposta de negociações diretas com a UNITA, dentro de um quadro geral que incluía um cessar-fogo, rearranjos políticos internos e a realização de eleições gerais multipartidárias. Em novembro desse ano, Baker e o seu homólogo soviético, Shevardnaze, concordaram na necessidade de "estarem ativamente mais envolvidos na resolução do conflito angolano".

Essa conversa teve lugar quando, depois do fracasso das negociações em Gbadolite (ver adiante)¹³⁴, as negociações entre o governo de

133 O New York Times de 1 de fevereiro de 1987 já revelava que a CIA começara a utilizar a base aérea de Kamina, perto da fronteira do Zaire com Angola, para o abastecimento dos rebeldes de Savimbi. Isso foi uma das conseqüências da revogação da Emenda Clark e da "doutrina Reagan".

134 Para ilustrar um pouco este clima doméstico da questão angolana em alguns meios políticos e empresariais americanos (appud PATRÍCIO: 1997, 151) o texto de uma charge do Washington Post de 8/2/86: "Ronald Reagan quer dar apoio ao guerrilheiro [Savimbi] treinado pelos chineses, financiado pelos sul-africanos para atacar instalações petrolíferas americanas, guardadas por tropas cubanas a pedido do governo marxista angolano. E a Casa Branca quer o

Luanda e a UNITA já haviam sido iniciadas em Portugal — e naquele momento passavam por um impasse.

Pedimos licença para abandonarmos no momento o calendário das negociações Luanda x UNITA e continuarmos a examinar, em termos gerais, a política americana para Angola, que acabou se tornando um item não desprezível na agenda da política doméstica americana.

Uma declaração do senador Edward Kennedy pode ajudar na análise que estamos no momento esboçando. Eis alguns trechos dessa declaração feita no Senado norte-americano, em 15 de junho de 1990:

"No momento em que as nações marcam o fim da Guerra Fria e a solução pacífica de conflitos de longa data, da Namíbia à Nicarágua, uma frente dessa Guerra Fria permanece ativa por ser alimentada por uma continuada ajuda dos Estados Unidos. Trata-se do conflito em Angola (...). Sem suas justificativas na Guerra Fria, nossa política — que na melhor das hipóteses foi sempre dúbia — tornou-se impossível de ser defendida.

A política para Angola continua presa no passado e cativa de um pequeno grupo de promotores da UNITA e escondida atrás das portas fechadas da Comunidade de Inteligência. A Administração e o Congresso compartilham a culpa por essa política, mas já chegou a hora de todos nós encararmos sob uma nova perspectiva a crise naquele país abalado pela guerra (...).

Desde que começamos a fornecer ajuda militar em 1975, a nossa política tem sido de apoio à luta armada da UNITA contra o governo marxista de Angola que, por sua vez, era apoiado pela União Soviética e por 50 mil soldados

apoio do povo americano". Podemos dizer que esta charge simboliza o que chamamos de "paradoxo americano".

cubanos. Quando a nossa ajuda militar foi suspensa, de 1976 a 1986, o governo sul-africano manteve a UNITA bem financiada e bem suprida (...).

Agora, dois terços das tropas cubanas já deixaram Angola e o restante tem a sua partida marcada (...). A ameaça de expansão soviética na região não mais merece credibilidade, se é que alguma vez foi digna de crédito. Mesmo assim, um total estimado em US\$ 50 milhões anuais em ajuda militar sigilosa dos Estados Unidos continua a fluir sem cessar para a UNITA. E há informações de que a Administração está procurando aumentar essa ajuda no presente ano fiscal. Já é hora de se pedir à Administração que pare com essa política indefensável (...).

Muitas nações do mundo não têm formas democráticas de governo, mas só em Angola é que estamos financiando uma guerra civil para forçar mudanças da parte de um regime no poder (...).

O que é preciso é atacar as causas básicas dos problemas da região (...). Mesmo assim, despejamos mais dólares dos que pagam impostos, na guerra civil de Angola do que na ajuda ao desenvolvimento a qualquer nação da África Subsaariana (...).

Num dos maiores absurdos da história moderna, os interesses norte-americanos na área dos negócios continuam a funcionar em Angola. Agora, este país é o nosso terceiro maior parceiro comercial africano e as tropas de Angola continuam defendendo os interesses petrolíferos dos Estados Unidos contra ataques da UNITA. Já é hora do Congresso e da Administração Bush mudarem de rumo quanto a Angola. A maneira de começar a fazê-lo é acabar com a nossa ajuda militar à UNITA (...). Em vez de promover uma solução negociada,

o apoio militar dos Estados Unidos fortalece os elementos da linha dura nos quadros do governo de Luanda. (...) A Guerra Fria acabou em outras partes. Por que não em Angola?" (grifos meus)¹³⁵.

Retornando à explanação sobre os propósitos de negociação entre o governo do MPLA e a UNITA, visando pôr fim à guerra civil angolana que, na ocasião, já durava quase 14 anos, nossa atenção volta-se para o que ficou registrado como a "Cimeira de Gbadolite". Ela foi uma tentativa de resolver um conflito armado num país africano, com fortes conotações regionais, através de uma mediação genuinamente africana, envolvendo a experiência e o interesse de um número expressivo de chefes de Estado.

A iniciativa foi do presidente Mobutu, do Zaire, que atuou como intermediário do conflito através de entendimentos que teve com o governo de José Eduardo dos Santos, incluindo o próprio e J. Savimbi, chefe máximo da UNITA. Nada ficou oficialmente escrito referente ao processo de negociações. Estas decorreram praticamente em separado, com Mobutu mercadejando compromissos e soluções. Segundo J. Patrício, Mobutu deu a entender à UNITA que Luanda aceitava os seus termos de cessar-fogo, da formação de um governo de unidade nacional e da realização de eleições. Ao governo angolano, o presidente zaireense asseverou que a UNITA concorda com um processo de integração no Estado e que seu líder aceitara um exílio voluntário, por tempo ainda a determinar (PATRÍCIO: 1997, 40-41).

A Cimeira teve lugar na cidade natal de Mobutu, norte do Zaire, e realizou-se em 22 de junho de 1989, na presença de 18 chefes de Estado e de governo africanos. J.E. dos Santos e Savimbi chegaram a apertar as mãos na cerimônia de encerramento. No dia seguinte, Savimbi desmentia ter aceitado o exílio voluntário e demais propostas feitas por Mobutu. O cessar-fogo não chegou a funcionar.

135 Uma fotocópia do documento original ("from the office of Senator Edward M. Kennedy of Massachusetts") está disponível no meu arquivo pessoal. Possui quatro páginas. O recorte dos

As negociações entre o governo de Luanda e a UNITA só serão retomadas quase um ano depois, em abril de 1990, em Évora, sob a mediação portuguesa. Elas irão desembocar nos Acordos de Bicesse, após um longo processo de negociações diretas entre as partes. Os Estados Unidos e a União Soviética juntam-se às negociações como observadores, a partir de setembro, formando com Portugal o que ficou conhecido como a *troika*.

Esses três países, contudo, não assinarão os Acordos porque, embora a guerra civil em Angola tenha tido implicações e dimensões internacionais, tratava-se, do ponto de vista jurídico, de um conflito interno de um país.

A iniciativa das negociações partiu tanto de um lado quanto de outro. Da UNITA, através de contatos em Washington, no início de 1990; do governo de Angola, por ocasião da independência da Namíbia, quando o presidente J.E. dos Santos se encontra, em Windhoek com o subsecretário de Estado para Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, Durão Barroso.

O presidente angolano apresenta uma proposta de diálogo com a UNITA em bases bem diferentes daquelas que vinha colocando, inclusive em Gbadolite, isto é, sem a concepção básica da integração da UNITA e do "exílio dourado" de Savimbi. Santos solicita a mediação portuguesa (BARROSO: 1991, 12). As conversações se iniciam muito discretamente.

Os Acordos apresentam, desde o seu encaminhamento, certas características próprias que vão se refletir no que ocorreu durante o previsto período de transição até as eleições e na retomada da guerra, no final de outubro de 1992. A primeira delas, é que a sua base de sustentação (na elaboração e posterior implantação), vai depender essencialmente da "boa fé" entre as partes contratantes e pouco da ação do mediador e dos observadores e, até mesmo, da atuação da missão especial da ONU, a UNAVEM II.

Ao mesmo tempo, os Acordos apresentam um minucioso detalhamento, talvez fruto do caráter bastante gradual dos entendimentos. À medida em que estes avançavam, as suas conclusões iam sendo passadas

para o projeto dos Acordos, sem que tal minucioso se traduzisse depois em cumprimento e eficácia do que ia sendo acordado e passado para o papel, como veremos adiante (BARROSO: 1991, 6).

Em termos gerais, os Acordos de Paz de Bicesse estabeleciam um cessar-fogo e agendavam um processo político de reconciliação nacional. Esse processo implicava num período de transição que deveria vigorar até à realização de eleições multipartidárias para a Assembléia Nacional e para a presidência da República, num prazo então estimado entre 15 e 18 meses.

A UNITA reconhecia o Estado angolano vigente, embora tivesse se recusado a participar do governo durante o período de transição. Possivelmente por temer um desgaste político derivado da crise pela qual, país e governo, passavam na época. Também se negou a participar com os demais partidos da oposição na elaboração da legislação eleitoral.

Foram criados alguns organismos encarregados da execução dos pontos do Acordo, com participação paritária do governo e da UNITA, o que conferia um protagonismo quase exclusivo das duas forças, chamadas por alguns de "partidos armados", em contraste com as restantes agremiações políticas e demais organizações da sociedade civil, na verdade ainda embrionária.

Esses organismos eram: a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF) e a Comissão Conjunta para a Formação das Novas Forças Armadas — as Forças Armadas Angolanas formadas a partir das FAPLA e das FALA (UNITA). Nestes Acordos, as Nações Unidas tinham somente um papel de fiscalização; eram chefiadas por um representante do secretário-geral da ONU e, a partir das estruturas da UNAVEM, foi constituída a UNAVEM II¹³⁶ "à qual foram atribuídas missões de observação e de fiscalização que vieram a se revelar manifestamente insuficientes" (CORREIA: 1996, 53-54)¹³⁷.

136 A UNAVEM I foi a missão da ONU enviada para Angola para monitorar a retirada do contingente militar cubano.

137 Uma das vozes discordantes da culpabilidade exclusiva imputada às Nações Unidas pela má

Os Acordos de Bicesse foram assinados em 31 de maio de 1991 pelo presidente da República de Angola, J.E. dos Santos e pelo presidente da UNITA, J. Savimbi, na presença dos representantes da *troika* e do secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar.

Como riscos graves, logo percebidos, para a eficácia dos Acordos estavam o desarmamento irregularmente incompleto da UNITA bem como a não passagem para o controle do Estado de importantes áreas do território que permaneceram sob o controle da UNITA. Ainda segundo Pezarat Correia, "aceitou-se um limite rígido e demasiadamente curto para o período de transição". A componente política, subalternizou a militar (CORREIA: 1996, 57). As antigas FAPLA haviam sido desmobilizadas e as novas Forças Armadas Angolanas não contavam, até às eleições, com mais de 6% dos efetivos previstos (SIMONET: 1997, 274).

6.3 As Reformas Políticas

No início dos anos 90, Angola vivia uma situação marcada por uma tripla transição: a da guerra para a paz¹³⁸ (após os Acordos de Bicesse); de um regime autoritário, de partido único leninista (MPLA-PT) para um sistema pluripartidário enquadrado num "Estado democrático de direito" (como passa a

"condução" do processo de transição e pela falência na sustentação da paz após as eleições foi a de Pezarat Correia, general reformado do exército português, elemento destacado no Movimento das Forças Armadas, que derrubou o regime de M. Caetano, e delegado nos Acordos de Alvor. Segundo ele, foi ao governo de Angola "que coube a maior responsabilidade por a UNAVEM ter ficado por este frágil papel, pois invocou razões de soberania para negar qualquer presença armada mais significativa [da UNAVEM], presença esta que a UNITA propunha" (CORREIA: 1996, 54).

Margareth Anstee, representante do secretário da ONU em Angola durante o processo eleitoral, também afirma que foi o governo de Luanda quem se opôs a uma ONU fortalecida em Angola (in BRAVO: 1996, 86).

138 "Angola foi feita na guerra" é uma expressão usada quando se quer recordar que os seus últimos cinco séculos foram vividos em guerras: as relacionadas com o tráfico escravo e lutas contra os reinos; as guerras de ocupação e de resistência que ocorreram no século XIX e adentraram as primeiras décadas do século XX; a guerra contra o colonialismo; a guerra motivada pela internacionalização do conflito, com as invasões zairenses, sul-africana e de

definir a Constituição revisada, no seu artigo 2); de uma economia fortemente centralizada e submetida rigidamente a um planeamento de tipo soviético para uma economia de mercado¹³⁹.

Em algumas das entrevistas citadas nesta tese, concedidas pelo presidente J.E. dos Santos no início dos anos 90, ele revela que, desde os meados dos anos 80, o MPLA-PT já planejava mudanças substanciais no regime, advertindo, porém, que as reformas seriam iniciadas na área econômica e só depois, num ritmo que seria também influenciado pela evolução da guerra (e, naturalmente, pelo jogo interno das forças políticas), viriam as reformas de caráter predominantemente político. Neste item da tese trataremos delas.

No dizer de Raul Araújo, jurista angolano (*appud* MELO: 1993, 7-10), essas reformas constituíram, pelo processo com que foram instituídas, “uma ruptura constitucional não-revolucionária”. Elas foram implantadas através de revisões constitucionais e de leis aprovadas por um parlamento monopartidário, sob o controle do mesmo partido — MPLA-PT — que havia implantado um regime marxista-leninista em 1977. Vale lembrar também que a revisão constitucional de 1992 (que estabeleceu o semi-presidencialismo, aboliu a pena de morte e retirou a expressão “Popular” do nome da República), antes de ser aprovada pelo mesmo parlamento monopartidário, teve um reforço de legitimação por ter sido discutida com todos os partidos então já registrados (a UNITA não quis participar dessa discussão) e só foi submetida à votação após ter obtido o consenso de todos eles. Araújo registra o fato como sendo um “processo de transação constitucional”.

mercenários, e uma guerra civil que chega aos dias atuais.

139 O processo de privatização em Angola, iniciado em 1991, está ainda em implementação. Embora nos setores-chaves da economia predomine, desde o pós-independência, a economia mista, de associação com o Estado (petróleo, diamantes, pesca), até o período final da nossa tese o setor estatal ainda controla mais de 70% dos negócios, em termos de valor, e emprega perto de 70% dos trabalhadores. Foram criadas alguns poucos milhares de empresas privadas (cerca de 1.300, em 1993 e um pouco mais de 600, em 1994), a maior parte de pequeno e médio porte, predominando a atividade comercial. Quanto às privatizações, que abrangeram também empresas de médio e grande porte, elas ocorreram em número aproximado de mil unidades (FERREIRA: 1994-95, 190).

O marco inicial das reformas econômicas pode ser identificado na Conferência Nacional do MPLA-PT, em fevereiro de 1985, quando importantes setores do Partido manifestaram-se abertamente por uma reforma econômica de cunho liberalizante que aliviasse o espartilho da centralização e planificação asfixiantes. Essa reforma seria desencadeada pelo programa do SEF de 1987/88, com as dificuldades e imperfeições já atrás apontadas.

Já na área política, esse marco inicial pode ser localizado quando da realização do 1º Festival de Cultura, em 1988, onde um bom número de intelectuais defendeu publicamente o multipartidarismo. Dois anos depois seria criada a Associação Cívica Angolana (ACA), com papel pioneiro no fortalecimento da sociedade civil. Há que acrescentar, neste mesmo sentido, o papel das Igrejas, católica e protestantes (em fevereiro de 1989, os bispos católicos já haviam publicado uma mensagem pastoral: "o sentir mais comum e profundo do povo angolano é hoje o anseio de reconciliação e de paz").

As reformas políticas foram sendo pautadas pela cúpula do Partido, referendadas pelos seus congressos e depois encaminhadas ao poder legislativo. Assim, a passagem do "mono" para o pluripartidarismo foi recomendada, em junho de 1990, numa reunião do Comitê Central e aprovada pelo 3º Congresso Ordinário do MPLA-PT, em dezembro desse ano. O mesmo Congresso decidiu pelo abandono do marxismo-leninismo como doutrina do Partido e do Estado e o MPLA-PT, em dezembro desse ano passou a adotar o "socialismo democrático", solicitou a sua adesão à Internacional Socialista, e optou por uma "economia social de mercado" (*EXPRESSO*, semanário lisboeta, de 8 de dezembro de 1990 e *MARCHÉS TROPICAUX*, Paris, 14 de dezembro de 1990). Nesse Congresso, o Comitê Central foi renovado em mais de metade dos seus membros, indicando uma nova correlação de forças.

Em abril de 1991 realizou-se o II Congresso Extraordinário do Partido, tendo como lema "Tempos novos em Angola". Nele foram aprovados os novos programa e estatutos do Partido. Numa "abertura para o Norte", Bacongo, foram eleitos para o Comitê Central, entre outros, dois antigos e altos dirigentes da FNLA: Johnny Pinnock e Paulo Tuba (*O JORNAL*, semanário lisboeta, 3 de maio de 1991). Além da integração dessas "novas sensibilidades políticas", o Congresso duplicou o número de mulheres eleitas para o Comitê

Central (passou para 16), e este teve o seu número alargado para 130 membros (34 deles eleitos por escrutínio secreto dos 463 delegados). A tônica do Congresso foi a preparação para o pluripartidarismo (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, Lisboa, 29 de abril de 1991).

No seu 3º Congresso Extraordinário, realizado em maio de 1992, o MPLA retomou o seu antigo nome, abandonando a designação adicional de PT — Partido do Trabalho, que marcara, em 1977, a sua adesão ao marxismo-leninismo. Paralelamente, o Partido havia estimulado a criação do Grupo de Reflexão, encarregado de promover um amplo movimento de reunificação da "grande família do MPLA".

Sendo o Congresso realizado em ano de eleições gerais, J.E. dos Santos exortou os mais de 600 delegados à imediata "mobilização dos militantes em todas as frentes" (*PÚBLICO*, Lisboa, 8 de maio de 1992). Embora não logrando a sua entrada no Comitê Central como aspirava, um grupo se destacou no Congresso, o dos "jovens turcos", que havia se notabilizado na luta pelas reformas e pelo rejuvenescimento das fileiras do Partido. No entanto, o Comitê Central, alargado de 130 para 192 membros, passou a incluir antigos e destacados militantes que haviam se afastado do MPLA-PT ou dele sido demitidos (*EXPRESSO*, Lisboa, 9 de maio de 1992).

Uma adicional revisão constitucional, feita em agosto de 1992, sancionou a eliminação do termo "Popular" no nome do país e mudou, também, a designação do parlamento: passou de Assembléia do Povo para Assembléia Nacional.

Angola se prepara para as eleições, vivendo um clima de distensão e liberalização política. A Lei de Imprensa, de 1991, havia permitido, pela primeira vez, desde a independência, a existência de uma imprensa privada, o que contribuiu para um certo fortalecimento da sociedade civil e uma gradual expansão da democracia¹⁴⁰.

140 O deputado do MPLA, João Melo, expressa uma opinião que merece, pelo menos, registro para uma compreensão global dos fatores endógenos das mudanças políticas no país. "É justo reconhecer que, objetivamente, a luta armada da UNITA foi o fator mais importante que apressou essas mudanças (...) foi, no passado, o elemento mais poderoso que contribuiu para a

VII. AS ELEIÇÕES DE 1992, O RETORNO À GUERRA E OS ACORDOS DE LUSACA (1994)

7.1 Introdução

O período que medeia a assinatura dos Acordos de Bicesse, em maio de 1991, e o retorno à guerra, na segunda metade de outubro de 1992, correspondeu a uma época de paz, com a curta duração de 17 meses, que Angola não vivia desde o início da luta de libertação em 1961, isto é, há mais de 30 anos.

É de sublinhar que os Acordos de Bicesse alcançaram a pacificação; não chegaram a possibilitar a democratização, embora tenham consagrado o pluripartidarismo e o processo eleitoral. Dois dos seus objetivos básicos não foram concluídos: a retomada pela administração central de parcelas significativas dos territórios ocupados pela UNITA, e a formação real, e não só simbólica, do exército único — as Forças Armadas Angolanas (FAA), formadas a partir das FAPLA e das FALA, o exército da UNITA, este não chegando a uma desmobilização minimamente satisfatória. O economista São Vicente radicaliza a sua análise afirmando que o referido período foi na verdade, o de uma "paz armada" e que fizeram-se eleições para haver uma democracia forçada num contexto ainda de Guerra Fria, sem ter havido um período de transição mais prolongado, que passasse obrigatoriamente pela desmobilização efetiva da UNITA (SÃO VICENTE: 1995, 30-34).

Apesar dessas sérias limitações, houve uma resposta surpreendente da população nesse período. Alguns indicadores: incremento do comércio, especialmente o das feiras-mercados e das pequenas lojas, reabertas ou criadas. Apesar das restrições, houve um grande aumento da circulação das populações pelo país. Iniciou-se a desminagem, reconstruíram-se estradas e pontes destruídas pela guerra.

abertura democrática em Angola, mas é hoje o seu grande travão". No entanto, ele não deixa de sublinhar que a UNITA não contém, em sua atuação, nenhuma importante dominante democrática (MELO: 1993, 29).

Na área política, deu-se inicialmente uma explosão de pequenos partidos, criados à volta de personalidades locais. Foram registrados 25, a quase totalidade com pouca credibilidade, sem projetos alternativos nem liderança articulada¹⁴¹. Em outubro de 1991, 12 desses partidos criaram o Conselho Nacional de Oposição (CNO), cujo objetivo básico era a de uma coordenação política, tendo em vista o poderio político e financeiro que os dois principais contendores, o MPLA e a UNITA, detinham. Em novembro de 1991, o presidente J.E. dos Santos anunciou a realização das eleições gerais para setembro do ano seguinte; a campanha eleitoral seria iniciada no final de agosto de 1992.

Em fevereiro desse ano, deu-se a dissidência, com bastante repercussão, de dois dos fundadores da UNITA, Costa Fernandes e N'Zau Puna, que denunciaram o assassinato de colegas seus na direção da UNITA. A denúncia teve grande impacto internacional, especialmente nos Estados Unidos. Entretanto, o tom de agressividade assumido pelos dois principais protagonistas na luta política levou o episcopado angolano a lançar uma mensagem pastoral, em março de 1992, que apelava aos dois partidos para "eliminarem da sua linguagem todo o teor de agressividade e provocação" (*appud* MARQUES: 1993, 11-12). Aliás, apontava-se que a Igreja Católica tinha em mente uma "terceira força" presente na disputa eleitoral. Tal não chegou a vingar. A visita do Papa João Paulo II à Angola, em junho de 1992, fortaleceu a Igreja Católica mas o presidente Santos e o MPLA não deixaram de ganhar dividendos políticos dessa visita.

Um fato circunstancialmente ligado a essa visita foi a criação, para melhor zelar pela segurança do Papa, de um corpo especial de Polícia Anti-Motim, que ficaria popularmente conhecido como "ninjas" e que seria depois motivo de controvérsia, especialmente por parte da UNITA, que considerava essa polícia especial como uma extensão militar do MPLA, por absorver

141 Segundo Fernando Pacheco, dirigente do ADRA, a mais importante ONG angolana: "Após os Acordos de Bicesse houve uma descompressão política (...). Os cidadãos sentiram que voltavam a ter um espaço para as suas iniciativas e para isso contribuiu também uma evolução, mesmo que tímida, do mercado" (PACHECO: 1994, 3-4).

militares e agentes de segurança seus, desmobilizados nos termos dos Acordos de Bicesse.

Em setembro de 1992, com a campanha eleitoral acesa, J.E. dos Santos e J. Savimbi tiveram um encontro em Luanda, com o propósito de desanuviar a tensão política reinante. Os dois líderes pronunciaram-se a favor da criação de um governo de unidade nacional no caso de um deles vencer o pleito. A UNITA dará posteriormente uma outra versão: tal governo não teria, caso ela vencesse, a participação do MPLA. Este encontro parece-nos ter resultado da pressão dos membros da *troika*, que se deslocaram a Luanda para observar a implementação dos Acordos¹⁴².

7.2 As Eleições

Em 29 de agosto de 1992 iniciou-se a campanha eleitoral para as eleições presidenciais e legislativas. Dos 25 partidos registrados, 21 deles apresentaram-se para as eleições parlamentares e onze dirigentes partidários disputaram a presidência da República. Quatro dos chamados partidos emergentes formaram a coligação Angola Democrática (AD). Todos defendiam um Estado de direito e a economia de mercado.

O Conselho Nacional Eleitoral revelou, depois da realização de um recenseamento, que 4,8 milhões de eleitores haviam se registrado, isto é, 92% da população com capacidade de voto (estimada em 5,3 milhões). As Nações Unidas estiveram presentes no processo através de uma missão especial, a UNAVEM II, com responsabilidade muito limitada, composta apenas por 350 observadores militares desarmados e 126 policiais desarmados, espalhados por 68 postos em todo o país. A britânica Margaret Anstee, chefe da missão, foi nomeada representante do secretário geral da ONU em Angola, onde já se encontrava desde fevereiro de 1992.

142 Representavam a *troika*: pelos Estados Unidos, o sub-secretário de Estado para a África, H. Cohen; pela Federação Russa, o ministro G. Karasin, e por Portugal o secretário para cooperação, Durão Barroso.

Anstee confessou que, "ao contrário das nossas previsões, o processo eleitoral [diferentemente da campanha] desenvolveu-se num ambiente pacífico". Sobre o sistema escolhido, Anstee analisa:

"Temos igualmente que lembrar que muita coisa estava em jogo. Quem perdesse as eleições perderia virtualmente tudo, dado que elas eram baseadas no conceito winner-takes-all. Embora este princípio tivesse sido importado das democracias ocidentais, ele teve um impacto muito diferente num país que ainda não tinha se livrado suficientemente de um regime de planejamento central, de uma economia controlado pelo Estado, onde o setor privado [nacional] era virtualmente inexistente. O Estado era o prêmio (grifo nosso) e quem perdesse era deixado de fora a todos os níveis, não só da administração como da economia" (ANSTEE: 1996, 90)¹⁴³.

O fato do processo eleitoral ter decorrido de modo tão pacífico e com a participação maciça dos eleitores (92% deles votaram), está também relacionada com a forte convicção de vitória sentida por cada um dos dois principais oponentes e com a legitimidade internacional que isso traria. Em Washington, por exemplo, a grande maioria dos analistas do governo americano não tinha qualquer dúvida sobre uma vitória fácil de Savimbi¹⁴⁴. Possivelmente, não se levou em conta que o fato do governo ser mal visto não significava que a oposição fosse popular. Mas vamos aos resultados e, depois, a uma breve análise dos fatos.

Nas eleições presidenciais, J. Savimbi obteve 40,07% dos votos, perdendo para J.E. dos Santos que alcançou 49,57%; por falta de 0,43% dos votos mais um (maioria absoluta), o candidato do MPLA deveria disputar, com

143 O modelo de divisão proporcional do poder, que veio a vigorar na África do Sul, foi sugerido em Bicesse, de modo a reforçar a reconciliação nacional, mas não vingou como proposta.

144 Um diplomata americano confessou a Gerald Bender que "finalmente convenceu Savimbi de que ele assustava as pessoas nos comícios". Provavelmente convenceu tarde demais (appud PATRÍCIO: 1997, 113).

o principal oponente, um segundo turno das eleições presidenciais. Isso não chegou a ocorrer devido ao retorno da guerra civil¹⁴⁵. Nas eleições legislativas de um total previsto de 220 deputados, 130 viriam de uma lista nacional e 90 dos círculos provinciais; cinco por cada uma das 18 províncias. O MPLA ganhou 53,74% dos votos, ficando com 129 assentos no parlamento; a UNITA teve 70 mandatos obtidos com 34,10% dos votos. Os pequenos partidos preencheram o restante das cadeiras. A abstenção foi de 8,85% (em Cabinda chegou a 38,31%) e os votos nulos e brancos totalizaram 10,46% (Documento do CNE).

Como ocorre normalmente nos países do chamado Terceiro Mundo, os primeiros resultados são apurados na capital e em zonas de mais rápido acesso. Não seria de surpreender que esses resultados favorecessem, numa proporção desmesurada, o MPLA, pois, além de possíveis manobras, eles foram contabilizados na sua área de maior influência. A UNITA desconheceu esse fator e, desde logo, fez pronunciamentos de "fraude generalizada" misturados com ameaças de revanche militar. A UNAVEM procedeu a investigações com a participação dos partidos que concluíram pela inexistência de fraude generalizada. A declaração de Anstee, após a promulgação oficial dos resultados, esclarecia ter havido irregularidades de várias partes, basicamente por inexperiência, mas que não afetavam de forma alguma o resultado final das eleições, que ela declarou terem sido "de uma maneira geral, livres e justas", o que foi acompanhada pelos 800 observadores Internacionais.

Antes de tratar do recomeço da guerra e das posteriores conversações de paz (cinco entre seis angolanos nunca viveram numa Angola sem guerra), esboçaremos alguns comentários sobre as eleições. É comum dizer-se que o "MPLA não ganhou as eleições mas sim a UNITA é que as perdeu". É uma afirmação que precisa ser qualificada. Vejamos, primeiro, as posturas básicas dos dois principais partidos. Por sua própria formação e trajetória política, o MPLA compreendeu desde cedo a importância de três

145 O terceiro colocado, Alberto Neto, teve somente 2,16% e Holden Roberto, líder histórico da FNLA menos ainda: 2,11% (Documento do CNE).

elementos fundamentais: a) a exaustão que a guerra provocara e o conseqüente desejo de paz de quase toda a população; b) o voto decisivo da população urbana, "a etnia mais poderosa [e numerosa] do momento" (QUEIROZ: s/d, 58), já que a guerra levava cerca de 60% da população a viver nas principais cidades; c) a importância dos meios de comunicação, sobretudo a televisão, bem como o marketing político de feição populista (em ambos, bem assessorado por especialistas brasileiros). O MPLA utilizou exaustivamente a televisão enquanto Savimbi considerava-a irrelevante porque o importante era "levantar as populações rurais" (AGUALUSA: 1993, 78).

Além do mais, a UNITA não soube, não pôde e, após a retomada da guerra nem mais o era desejável, passar de movimento guerrilheiro a partido político. Para ela, a vitória como partido político em termos eleitorais adviria de duas premissas consideradas irrefutáveis. A primeira assentava na suficiência dos votos dos ovimbundos, etnia majoritária com cerca de 37% do total da população e forte diáspora em quase todo o território. Ela carrega uma frustração histórica provocada por uma ainda mais sofrida dominação a partir do "colonialismo moderno tardio", a partir dos anos 30, face à "sociedade central" luandense. A "certeza" que Savimbi transmitia, era a de que "agora seria a sua vez", provocada por uma compreensão mecânica de rotatividade democrática que seria obrigatória, automática, e que colocaria os ovimbundos no poder.

A segunda premissa é a de ordem qualitativa, isto é, os ovimbundos, ao contrário dos crioulos, seriam genuinamente africanos bantos. Deixemos Savimbi falar:

"Ninguém está a dizer que os crioulos não deveriam ter a sua própria cultura, que os crioulos não deveriam viver da forma como vivem. Tudo o que estamos a dizer é que nós não somos crioulos. Tudo o que queremos dizer é que nós pertencemos à origem banto e somos africanos. Nós não podemos abdicar e não podemos fazer concessões em defesa desses valores" (grifos meus; PEREIRA: 1998,158).

Além dessas premissas embutidas não só na estratégia como no comportamento cotidiano da UNITA, sobressai por demais o caráter militarista e o espírito revanchista que definitivamente assustou um eleitorado que, achando o governo do MPLA desastroso e corrupto, procurava uma outra opção (que também não se situava na fragilidade dos "partidos emergentes").

A UNITA confundiu força militar com apoio popular. Savimbi discursava fardado exibindo uma pistola no coldre. Ela era a "imagem do guerrilheiro étnico, liderando um exército de 'Khmers negros', preparados para eliminar os que viviam na capital, enquanto eles sofriam no mato" (QUEIROZ: s/d, 59).

As premissas e o comportamento não deixaram porém de valer a Savimbi a vitória em quatro das 18 províncias do país: Bié (76,9%), Huambo (73,4%), Cuando Cubango (71,54% e Benguela (55,58%), onde perdeu na capital. Podemos lembrar o fator coerção, marcado em territórios sob o controle militar da UNITA. O exemplo mais expressivo seria o do Cuando Cubango.

7.3 Conflitos & Negociações

Quando os resultados foram oficialmente divulgados, em 17 de outubro, a UNITA usou o verbo para insultar a representante Anstee de se ter vendido ao MPLA por "mercúrio e diamantes" e acionou as armas para estender o seu controle militar por 70 municípios e 150 comunas, e ocupar posições-chave em oito províncias. A escalada da violência subiu vertiginosamente nos dois últimos dias de outubro, quando da tentativa da UNITA de atacar o aeroporto da capital. O governo compensou a inferioridade militar recorrendo à mesma manobra que o salvara, em Luanda, em 1975: entregou armas à população além de contar com veteranos e militares desmobilizados. Como adverte Pezarat Correia "a defesa popular é de difícil controle e por isso mesmo cruel e vingativa. O ódio contra a UNITA era devido

à arrogância e violência verbal¹⁴⁶ dos seus dirigentes e aos constantes incidentes armados (...) tornou-se irreprimível" (CORREIA: 1996, 39).

O balanço sangrento é de mais de mil mortos em poucos dias. Entre eles, o vice-presidente da UNITA, Jeremias Chitunda e Salupeto Pena, representante da UNITA na CCPM, e sobrinho de Savimbi. Outro alto dirigente, Abel Chivukuvuku é ferido em estado grave e hospitalizado em Luanda. O governo mantém sob custódia alguns dos mais destacados dirigentes da UNITA que estavam na altura na capital angolana. No interior do país, a guerra se generaliza, estendendo-se o domínio territorial da UNITA e o êxodo das populações para as cidades.

Segundo testemunha Anstee, foi nessas circunstâncias de conflito generalizado que "as Nações Unidas foram empurradas para o centro do palco e o meu papel, nos meses seguintes, foi o de mediadora, tentando Inverter o aparentemente inexorável processo de passagem para o conflito (...)" (ANSTEE: 1996, 91).

Faço um parêntese para refletir sobre uma experiência: as disputas mais acirradas pelo poder no interior dos países africanos não são resolvidas através de processos políticos competitivos que não sejam os conflitos armados. A fragilidade do Estado marcada pela ausência de mecanismos e de instituições que regulem esses conflitos, é uma constante em quase toda a África de hoje. Em vez de resolvidos através de mecanismos eleitorais ou de disputa sob a interferência das instituições, esses conflitos descambam para o terreno militar ou, no mínimo, para o golpe de estado.

Retomando Anstee, no seu novo papel de mediadora, assinalamos que ela tentou implantar um canal de negociação entre governo e UNITA no Namibe, já no final de novembro, mas a tomada pelos rebeldes de Uíge e Negage, dois pontos estratégicos, inviabilizou qualquer negociação e fortaleceu a linha dura militar do MPLA. Também fracassaram as tentativas de Anstee para levar a cabo as negociações de Adis Abeba, em janeiro de 1993.

146 "Depois de dezesseis anos de luta, o povo angolano não nos dá a sua confiança? Então, voltamos à guerra", declarou na televisão o general Ben-Ben, sobrinho de Savimbi e comandante do seu exército (appud CORREIA: 1996, 39).

Aí os rebeldes alegaram falta de segurança. Anstee, cujo pedido de demissão havia sido feito há meses por Savimbi, continuou a sua tarefa e conseguiu levar as negociações para Abidjan (Costa do Marfim), resignando então ao seu posto, em maio de 1993. Nessa altura, a guerra, de modo direto ou indireto, chegara a produzir, por quase dois meses, perto de mil mortos por dia.

Em Abidjan, já com o secretário geral da ONU, o egípcio Boutros Ghali, nomeando outro representante, o jurista do Mali Alione Beye, em junho de 1993, as negociações chegaram a um protocolo de entendimento de 38 parágrafos. O espírito de mediação era levar o governo a fazer concessões políticas e a UNITA a ceder no campo militar. Havia também a preocupação de que a UNITA, na reconciliação nacional que se almejava, tivesse participação em todos os níveis da governação — central, provincial e local. Isso, no entanto, só seria válido após o cessar fogo e a retirada dos rebeldes das regiões ocupadas depois das eleições.

Entretanto, a ONU fora levada a assumir uma postura ativa. Entre 30 de outubro de 1992 e 15 de setembro de 1993 o seu Conselho de Segurança adotou sete resoluções que condenaram o belicismo da UNITA. A última delas, a de nº 864, impõe, sob liderança de Washington, sanções aos rebeldes, como o embargo de venda de petróleo e armas. (Nessa altura, as finanças da UNITA já eram largamente abastecidas pelo contrabando de diamantes, de cujas zonas ela tinha a maior parte do controle).

Outra ação da ONU foi a de alargar as funções da UNAVEM II à supervisão e arbitragem no terreno, e reforçá-la, pela primeira vez, com soldados armados (isto é, capacetes azuis, e não apenas boinas azuis). Entretanto, as negociações já haviam sido transferidas para Lusaca (Zâmbia).

Um fato a levar em consideração no desenrolar dos acontecimentos foi a vitória democrata dos Estados Unidos, assumindo Bill Clinton a presidência americana no início de 1993. Em maio desse ano, a imprensa internacional anunciou que algumas empresas americanas tinham expressado, junto ao presidente Clinton, a sua preocupação pelas notícias segundo as quais a França estaria se preparando para vender armas ao governo de Luanda, em troca de novas concessões petrolíferas à Elf Aquitaine. Ainda segundo essa imprensa, as empresas americanas teriam afirmado que sem o

reconhecimento do governo de Luanda pelos Estados Unidos, seria quase impossível vencer a concorrência europeia (*appud* Jornal de Angola de 16 de maio de 1993).

Em carta ao presidente J.E. dos Santos, de 18 de maio de 1993, Warren Christopher, secretário de Estado norte-americano, anunciou para o dia seguinte o reconhecimento americano de Angola. (Fotocópia do original disponível no arquivo do autor). Em junho seguinte chega a Luanda Goerge Moose, subsecretário de Estado para África, formaliza o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países e garante que os Estados Unidos não permitirão que a UNITA derrube o governo do MPLA. Em 29 desse mês, Washington põe fim ao embargo à Angola de venda de armas de tipo defensivo (seção 126.14[A] do Itar).

As conversações de Lusaca se arrastam ao peso de vários pretextos. As sanções da ONU contra a UNITA são um elemento, embora não decisivo, para a virada de Savimbi em direção ao fecho das negociações. Ele sentiu que as suas tropas, espalhadas por quase todo o país, estavam em situação de "sobreextensão estratégica", o que significa, simplificada, estar além das suas possibilidades em efetivos, poder de fogo e, sobretudo, logística. Mais importante: as FAA recebiam um treinamento intensivo, com a ajuda de Portugal e outros países amigos, e o grosso material de guerra adquirido dava-lhe a possibilidade de reversão da situação militar. Esta se dá com a tomada do "coração" da UNITA, a região Andulo-Bailundo, quase ao mesmo tempo em que um representante da UNITA assinava, em 29 de novembro de 1994, com o ministro das Relações Exteriores de Angola, os Acordos de Lusaca, que haviam sido previamente motivo de conversações diretas entre o presidente Santos e Savimbi. Ainda não é o fim dos conflitos. O país está de novo adlado.

CONCLUSÃO

"(...) a história dos angolanos ser agora muito melhor compreendida e avaliada, do que era antes, nas suas dimensões tradicionais de rivalidade e medo entre os povos do planalto, notavelmente o Ovimbundo, e os da orla atlântica e arredores, particularmente o Kimbundu e a sociedade crioula com contatos de longa duração com a Europa e especialmente com Portugal".

Basil Davidson¹⁴⁷.

A partir dos anos 90, sobretudo, operou-se uma revisão bibliográfica sobre Angola, com destaque para autores angolanos ou estrangeiros que também participaram, de perto, dos acontecimentos enfocados neste trabalho. Essa bibliografia, algumas vezes beneficiando-se da abertura de arquivos portugueses, dá um relevo inovador aos fatores domésticos, incluindo os de ordem histórica e antropológica, influentes nos conflitos e no desenrolar dos processos político e econômico que Angola viveu no período abordado neste texto. Essa bibliografia foi decisiva para a análise que fizemos nesta tese acerca da literatura sobre Angola ligada ao nosso tema.

Embora a resolução do paradoxo angolano tenha tido, como elementos fundamentais de opção, fatores de ordem interna, o seu processo de decisão foi, em grande parte, articulado com o exterior. Por esta razão, este processo é objeto da política externa angolana e como tal é trabalhado. Isto vale tanto para a integração de Angola na economia de mercado quanto no que se refere à esfera política como, por exemplo, o abandono da aliança militar com o bloco socialista e com as mudanças operadas na substância e no formato de modelo do Estado e do Partido.

147 No prefácio que escreveu para o livro Angola — A transição para a paz, reconciliação e

Para compreender Angola é necessário abandonar a expressão mitológica dos "500 anos de colonização" e perceber que essa "colonização portuguesa" foi sempre diversa segundo o espaço e o tempo, isto é, diferente, por exemplo, entre Moçambique e Cabo Verde ou entre uma Angola da segunda metade do século XIX e uma "outra" Angola do pós-Segunda Guerra Mundial. Em suma, é necessário abandonar os resíduos de uma visão "essencialista" do colonialismo português.

O nacionalismo angolano (como o das demais colônias portuguesas) é submetido durante mais de 40 anos num período decisivo para a África, a um sistema colonial, implantado por Salazar, que é marcado por uma ditadura vigente na própria metrópole. Isso foi praticamente inexistente em qualquer outra potência europeia e acarretou conseqüências indeléveis como, por exemplo, um nacionalismo tardio e "ilhado" no contexto do continente africano. Mais: as colônias portuguesas foram as únicas na África que jamais tiveram, no período colonial canais institucionais — como partidos políticos — que veiculassem os anseios nacionalistas e propiciassem uma prática da política e da administração pública. Provocou um nacionalismo quase totalmente de exílio ou de zona fronteiriça, não possibilitando às suas elites um acompanhamento indispensável das mudanças substantivas que, entretanto, ocorriam no seu país.

Embora a independência de Angola, conquistada em contexto de crise internacionalizada, tenha marcado, em 1975, a entrada da África como campo de ação direta da Guerra Fria, é importante destacar que a crise angolana tem as suas origens na divisão do seu nacionalismo. Embora essa divisão tenha sofrido influências de um outro momento da Guerra Fria, no início dos anos 60, essa crise só pode ser satisfatoriamente analisada numa perspectiva histórica da sociedade angolana e da sua relação diferenciada

segundo o tempo (desde a penetração mercantil até o colonialismo "moderno" dos anos 30) e o fator étnico-regional (desenvolvimento regional desigual).

A opção socialista do governo de Angola liderado pelo MPLA foi determinada por uma série de fatores, de importância diferenciada e origem diversa que, no entanto, foram se acumulando desde a criação do MPLA até a sua transformação em partido leninista, no Congresso de 1977, com a designação de MPLA — Partido do Trabalho.

Seguindo, o mais possível, a ordem cronológica, eis alguns desses fatores que consideramos mais influentes.

A elite que esteve na raiz da criação e consolidação do MPLA formou-se inicialmente em Portugal, onde pelo menos, começou os estudos universitários, ou ficou restrita a Luanda, mas sob influências semelhantes, embora de grau menor. A ditadura portuguesa, extremamente restritiva do ponto de vista político, impedia a propagação até mesmo de um pensamento liberal ou social-democrata.

À elite africana restava a atuação em organizações estudantis e anti-fascistas, influenciadas pelo Partido Comunista Português (PCP). Este, embora pequeno, era bem organizado na clandestinidade e hegemonizava essas organizações. Desde meados dos anos 50, o PCP adere ao princípio da independência das colônias, o que o aproxima ainda mais dessas elites, tornando-se, na prática, o seu maior aliado e uma escola de quadros.

O MPLA mais tarde vai usufruir do apoio do PCP não só na aproximação com a esquerda dos países capitalistas da Europa, como junto a Moscou e bloco socialista, a única opção no que concerne à possibilidade de apoio global para uma inevitável luta armada contra o colonialismo português.

A grande maioria dos países do Ocidente (com relativa exceção dos países escandinavos) irá opor-se ao MPLA por duas razões básicas: o apoio a Portugal, aliado da OTAN e parceiro generoso nos negócios em Angola, bem como a opção inicial americana pela FNLA, rival histórica do MPLA.

Esse "isolamento" em relação ao Ocidente (atenuado pelo apoio da esquerda e dos países escandinavos), tem reflexos na África, onde os países

"moderados" ("Grupo de Monróvia"), mais ligados às ex-metrópoles (sobretudo, a França), também hostilizam o MPLA, que obtém, entretanto, o apoio dos pan-africanistas ("Grupo de Casablanca"), e se une, via CONCP, aos demais movimentos de libertação "progressistas" das outras colônias portuguesas.

A opção socialista, mais que um ato ideológico, era um meio mais rápido, pensava-se, de atingir as metas da independência, da modernização e do desenvolvimento. Predominava a convicção de que, dadas as condições africanas (ausência de burguesia e predominância no campo das sociedades comunitárias), e o êxito "desenvolvimentista" rápido dos países atrasados como a Rússia e a China, o modelo socialista apresentava vantagens. O seu tipo de Estado forte e economia planificada parecia atender, na época, à necessidade de formação de uma nova Nação que unificasse as várias nações "étnicas" que constituíam a realidade africana.

Um fator conjuntural que teve importância de primeiro plano para a adoção, sobretudo na área econômica, do modelo socialista, foi o caráter traumatizante e radical da curta transição para a independência que redundou num êxodo maciço de cerca de 340 mil colonos que, nas características peculiares de Angola constituíam a grande maioria da mão-de-obra especializada, bem como alguns milhares de empresários e grandes proprietários. Perante esta situação, o Estado recém-formado teve que tornar-se proprietário desses bens, mesmo os de pequena dimensão. E, depois, não soube livrar-se deles, até bem tarde. O êxodo, é de salientar, não se deveu a uma postura ideológica do MPLA mas sim às circunstâncias da guerra civil/internacionalizada que se instalou em Angola meses antes da independência.

A adoção do marxismo-leninismo em 1977, embora não possa ser analisada sem levar em conta o contexto de Guerra Fria instalado em Angola, está na realidade mais ligada a fatores de ordem interna, de luta pelo poder entre grupos no interior do MPLA, radicalizados pela guerra.

Contestada pelo populismo com tonalidade racial de Nito Alves, que alardeava uma postura mais à esquerda, a direção do MPLA alinhada com Neto tratou de assumir o "monopólio" (ou a *franchise*) da legitimidade marxista-leninista sob a égide da União Soviética.

O paradoxo angolano se constrói com mais nitidez através da crescente expansão do setor avançado da economia angolana — petróleo e diamantes, especialmente — que usufrui de alto investimento, tecnologia e mercado das multinacionais, associadas ao Estado angolano. Essa economia contrasta não só com o modelo marxista-leninista adotado pelo Estado e partido-único como sobretudo pela aliança militar estreita com o bloco socialista, muito particularmente a União Soviética e Cuba. Este último país é um elemento aguçador do paradoxo por duas razões básicas: ele tem em território angolano um contingente militar cujo volume de tropa é inédito no continente (nenhuma potência estrangeira possui aí um outro da mesma dimensão), e representa para os Estados Unidos um país adversário que é alvo de um alto grau de hostilidade que, pela sua idiossincrasia, ultrapassa as dimensões da política e da economia.

O paradoxo angolano é submetido a tensão crescente pela incapacidade do setor estatal em responder às necessidades básicas do país, tanto na agricultura quanto na produção não-mineral (petróleo e diamantes), fragilizando o Estado, que fica cada vez mais refém da sua relação com o setor privado internacional. Esses problemas, embora bastante agravados pela guerra, têm a sua raiz no espartilho asfixiante de uma economia desmesuradamente centralizada e afastada das necessidades e dimensões do mercado. Isto num país que, além do mais, é muito carente de recursos humanos qualificados. Estreitando o quadro, há o fato do Leste socialista não oferecer, por razões várias, alternativas minimamente viáveis ao Ocidente, seja no setor de capitais, seja no de tecnologia, seja até na área de comércio exterior, onde o Leste tem a sua participação cada vez mais diminuída. Cresce contudo o papel do Leste e de Cuba no que respeita a ajuda militar contra a ação dos rebeldes da UNITA, cada vez mais municada pela África do Sul e, depois de 1986, oficialmente pelos Estados Unidos, principalmente.

O governo do MPLA-PT teve consciência desde cedo do agravamento do paradoxo e de que para desmontá-lo, isto é, resolvê-lo, teria que se aproximar, com urgência, para a esfera econômica do Ocidente. Essa

aproximação, tentada já no governo de Agostinho Neto, esbarrou nas dificuldades originadas pelo binômio "Guerra-Fria — Defesa da Soberania", vincado pela hostilidade, inclusive militar, da África do Sul, e pela agressividade política americana — Angola era o único Estado africano cujo governo não era reconhecido por Washington.

O esforço de abertura do MPLA-PT prosseguiu, embora lentamente, como se pode verificar a partir dos anos 80, nas suas decisões em Congressos, na própria legislação revista e, no campo internacional, com a adesão de Angola, em 1985, à Convenção de Lomé. Há a preocupação gradual em abrir espaço, que se vai alargando com o tempo, para o setor privado multinacional. No entanto, sublinhe-se, essa abertura sofreu delongas devidas à ilusão de que a guerra era quase a única responsável pelo mau desempenho do modelo econômico (e suas conseqüências políticas) e de que essa situação seria revertida em favor do governo em relativamente pouco tempo. Tal não ocorreu.

As mudanças econômicas começam a ser implementadas a partir da Segunda metade da década de 1980, altamente estimulada pela queda do preço do petróleo e pelo aumento da dívida externa, ao mesmo tempo em que a guerra comia parcelas crescentes do Orçamento Geral do Estado. Em entrevistas posteriores a essa época, o presidente José Eduardo dos Santos revelava que tais mudanças faziam parte de uma estratégia prévia do Governo do MPLA que antecedia a crise da queda de preço do petróleo. O Partido reconhecia a inoperância do modelo soviético e das limitações da URSS (Angola não passara de membro observador do COMECON) e decidira iniciar as reformas pela área econômica. As mudanças políticas viriam depois, condicionadas pela situação de guerra, considerada o eixo da crise angolana.

Um parêntese para sintetizar uma conclusão sobre o caráter dessa crise. Ela assume uma complexificação crescente que se manifesta, simultaneamente, em aspectos de ordem militar, econômica, social e política.

Estes aspectos exprimem-se sob uma tensão dialética entre dinâmicas internas e externas, ou seja, através de fatores de ordem doméstica, regional (África Austral, sobretudo), ou global. É nossa convicção que a agressão militar que Angola sofre da África do Sul e a guerra civil intensificada pela UNITA agiram como potentes catalizadores e elevaram a gravidade dessa crise a patamares impensáveis fora do contexto de uma intervenção direta da Guerra Fria em Angola e na África Austral.

No entanto, é também nossa convicção que a evolução das forças sociais e políticas internas, traduzidas em contradições e embates, constituíram um fator preponderante na origem da crise, na qual foi gerado o paradoxo angolano, bem como na solução deste em favor da economia de mercado e da procura pela democracia através da adoção do pluripartidarismo. As raízes profundas da crise angolana e os seus fatores domésticos ficam mais evidentes se as analisarmos na sua perspectiva histórica, por vezes mesmo em termos de longa duração (época anterior à ocupação colonial), bem como em termos de uma ação colonial com alto grau de desenvolvimento étnico-regional desigual.

O marco inicial das mudanças económicas foi o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF). Ele não foi simplesmente uma resposta emergencial e um problema externo — a queda dos preços do petróleo — ou as dificuldades internas, como a guerra. Ele foi, apesar dos seus tropeços e limitações, uma significativa indicação da vontade de amplos setores da sociedade e do governo de mudar os rumos da economia angolana.

Quanto a nós, o SEF constituiu uma inflexão decisiva no que respeita à solução, no campo económico e com consequências políticas a médio e longo prazo para o paradoxo angolano. Ele revelou uma opção, que se tornaria irreversível, apesar dos percalços, pela economia social de mercado, enquadrada no que se chamou de socialismo democrático, uma proximidade, à escala das possibilidades africanas, da social-democracia europeia.

Ao pretender ser uma "carta de intenções" junto ao FMI, o SEF marcou também o início de um novo posicionamento internacional de Angola,

a caminho da institucionalização da sua economia na esfera das organizações internacionais ocidentais.

Saliente-se, contudo, que o SEF não se constituiu numa solução/resolução do paradoxo angolano em termos de economia de mercado. Mas foi, sem dúvida, a marca da sua opção.

A nível interno, ele enterrou de vez a opção pelo planeamento e centralização "à moda soviética". Seguiram-se ao SEF outros programas contendo medidas de carácter económico com o sentido de introduzir uma economia mais aberta, na direcção do mercado, atenta aos agentes económicos privados e aos consumidores, sem deixar de normatizar esse mercado e ainda carregando o peso de grande parte das empresas que permanecem no setor estatal.

A solução do paradoxo pelo lado económico foi-se consolidando em termos jurídicos através de medidas legislativas, muitas delas tomadas ao abrigo de revisões constitucionais que foram levadas a cabo sobretudo a partir de 1990. Essas medidas visavam enquadrar as alterações macro e micro-económicas no novo modelo adotado de modo a reconhecer e estimular, através das leis, o papel crescente dos agentes económicos privados. O Código de Investimentos Estrangeiros, com sucessivas remodelações, foi o que mais avançou no sentido da abertura da economia angolana.

Numa suma conclusiva, podemos enfatizar o carácter interno na decisão da opção pela economia de mercado, usando as palavras do presidente Santos quando ele lembra que essas mudanças foram propósitos articulados por uma "frente" de países socialistas opostos ao modelo soviético (Hungria, Argélia e outros), de que Angola participou porque, como disse o presidente "o sistema de gestão da economia socialista não era capaz de dar resposta" aos problemas da sociedade angolana. Finalizamos com outro fator doméstico que contribuiu para atrasar a marcha das reformas económicas. Esse fator foi a resistência simultânea, por motivos diversos, de dois grupos sociais, em sentido largo do termo. Os ortodoxos, em defesa intransigente do modelo estatizante, e um outro grupo, os "fisiológicos" para quem as mudanças, sobretudo os que lucrariam com a sobrevalorização artificial do

câmbio, prejudicavam grandemente os lucros que auferiam com a situação então vigente.

As reformas políticas que vão levar à superação do paradoxo angolano no sentido de conduzir a sociedade angolana para o campo democrático, vão ocorrer principalmente a partir dos anos 90. Essas reformas têm um cunho interno — embora reflitam indubitavelmente as mudanças operadas externamente, tanto do ponto de vista militar (Acordos de Nova Iorque de 1988), quanto do ponto de vista político (a desagregação da União Soviética, etc.) — que é necessário ressaltar. Elas tiveram o caráter de uma ruptura constitucional que foi produzida a partir de leis aprovadas por um parlamento monopartidário, sob o controle do mesmo partido (MPLA-PT), que havia implantado um regime marxita-leninista em 1977. Tal atitude só foi possível pela adesão a novas posições do ainda Partido único, motivados por pressão da sociedade e, inclusive, da própria guerra civil provocada pela UNITA que, embora sendo um movimento militar não comprometido com a democracia, produziu, indiretamente, um efeito democratizante.

Essa marcha para o início da democracia, através da implantação do pluripartidarismo e da realização de eleições gerais, consideradas pela ONU como “livres e justas”, teve um longo processo cujo marco inicial se deu em 1988/89 (Festival da Cultura e fundação da Associação Cívica de Angola) e foi alimentada por uma embrionária sociedade civil na qual teve papel destacado as Igrejas Cristãs, sobretudo a Católica.

Por fim, concluímos que a Guerra Fria foi um interveniente decisivo na crise angolana. Não deve ser considerada como o principal fator explicativo da crise angolana, da sua origem, mas sem ela a crise jamais teria alcançado um patamar tão elevado, sobretudo em termos militares e na destruição que tais termos alcançaram. O prolongamento da crise, esse é sem dúvida derivado sobremaneira da Guerra Fria. O senador E. Kennedy é taxativo a respeito, como vimos atrás. Após lembrar que os efeitos da Guerra Fria desapareceram em inúmeros países em conflito armado, ele denuncia que, em

Angola, "uma frente dessa Guerra Fria permanece ativa por ser alimentada pelos Estados Unidos".

Ponderemos, todavia, que o final da Guerra Fria teve um papel substantivo para o abaixamento de nível da crise angolana, especialmente nos seus fatores externos. Vejamos: o seu final, em termos globais, ao término dos anos 80, contribuiu, um pouco inesperadamente, para o recuo militar da África do Sul, na sua agressão ao território angolano e, em consequência, como resultado "complementar" para o desmonte do apartheid. Muitos comentaristas asseveram que a batalha de Cuito-Canavale foi o marco do fim da Guerra Fria no conjunto da África Austral, embora ela permanecesse ainda por alguns anos "quente" em Angola por ação da ajuda americana à UNITA, como afirmamos atrás. Alguns fatores que procuram justificar essa conclusão: a) a exaustão da guerra e a compreensão da África do Sul e de Angola de que não haveria um vencedor do ponto de vista militar; b) a implementação do "novo pensamento soviético" que indicava a indisponibilidade da URSS de continuar ajudando Angola; c) como consequência disso, e da retirada cubana, desaparecia, para os sul-africanos, realistas, o "perigo vermelho" que sustentara, até como pretexto, a política belicista de Pretória na região.

Além da influência desses fatores, concluímos também que a Guerra Fria interferiu durante bastante tempo, com intensidades variáveis, na resolução do paradoxo angolano em direção às mudanças, especialmente na área política, atrasando as reformas necessárias, quer pela questão militar, que envolvia inclusive questões de soberania, quer por alimentar, na luta política interna angolana, os "duros" do regime, tanto por razões ideológicas quanto por comportamento militarista, na ilusão de "ganhar a guerra" ou, na prática fisiológica de alguns de ganhar com ela, isto é, ter lucros com a importação de armamentos e, mais tarde, diamantes, por exemplo.

Uma última e curta conclusão: a crise angolana teve a característica de fazer do país um importante campo de batalha para a independência da Namíbia e para o desmonte do apartheid. Isso se deve a ajuda militar dada ao ANC e, muito mais decisivo, o apoio total dado por

Angola à SWAPO, da Namíbia. Essas ajudas estão estreitamente ligadas, embora não sejam causa explicativa final, para a agressividade militar sul-africana contra Angola, que pagou caro por essa opção de ajuda impressa a fogo na sua política externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSHIRE, David M., SAMUELS, Michael A. (eds.).

1969. Portuguese Africa: A Handbook. Londres: Pall Mall Press, 480 p.

ACOSTA, Maria Elena Álvares.

1996. Angola: apuntes para el balance de un conflicto". Conflictos en África y Medio Oriente. Revista de África e Medio Oriente. Vol. 13, nC 1, Habana; CEAMO. pp. 55-70.

ADAM, Bernard.

1997. "Les transferts d'armes vers les pays africains: quel contrôle?" Conflicts en Afrique — Analyse des crises et pistes pour prévention. Bruxelles: Grip. 293 p.

ADAMS, Ismail.

1996. The war, its impact and economic transformation in Angola. Southern African Perspectives, nº 57. Centre for Southern African Studies. University of the Western Cape.

AFRICA CONFIDENTIAL.

1979. Angola: Post-Neto Reverberations. Africa Confidential, /sl/sn/ vol. 20, nº 20, 3/10/79. p. 1-4.

1985. Angola: The Doctors Dilemma. Africa Confidential, /sl /sn/ vol. 26, nº 4, 13/02/85. p. 2-5.

AFRICA SOUTH OF SAHARA.

1987. Londres: Europa Publications Limited. p. 888-901.

AGUALUSA, José Eduardo.

1993. Tentativa de explicação de Angola: a componente etno-cultural da guerra civil. Política Internacional. Lisboa: IEEI, vol. 1, nº 6, primavera 1993. Pp. 73-81.

AGUIAR, Joaquim. Portugal.

1985 Os Estados Africanos de Língua Oficial Portuguesa e os Estados Unidos da América. Compilação e seleção das intervenções nos debates da Conferência realizada nos auditórios da Fundação Calouste Gulbenkian. Maio de 1985. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 209 p.

AGUIAR, Luiz.

1977. Livro Negro da Descolonização. Lisboa: Editorial Intervenção LDA, 748 p.

AGUILAR, R. & STENMAN, A.

1995. Angola 1995 — Let's Try Again. Department of Economics — Gothenburg University. Gothenburg: <http://www.personal.umich.edu/~jasseangola/ang95tt.exe>, junho de 1995.

AKINYEMI, A. Bolaji.

1983. Africa — challenges and reponses: a foreign policy perspectives. Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Science. Washington, vol. 111, nº 2. p. 243-254.

1992. "Africa — Challenges and responses: a foreign policy perspective". Daedalus — Journal of the American Academy of Arts + Science, vol. 111, nº 2. pp. 243-254.

AKPAN, Kwadwo O., SIMPKINS, Gregory B.

1989. E depois do Alvor. A luta pela autodeterminação em Angola. Lisboa: Nova Nórdica, 125 p.

ALBRIGHT, David E. (ed.).

1980. Communism in Africa. London: Indiana University Press.

ALEXANDRE, Valentim.

1993. "Portugal em África (1852-1974): uma perspectiva global". Penélope (Lisboa). Edições Cosmos, nº 11. pp. 53-66.

ALMEIDA, Aníbal.

1974. Sobre o Ultramar: fascismo e guerra colonial. Coimbra: Ed. Centelha, 138 p.

ALMEIDA, Pedro Ramos.

1978. História do Colonialismo Português em África: cronologia século XIX, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 318 p.

ALVAREZ, Domingo Amnchástegui.

1991-1992. Angola: Punto de virage. África: Revista do Centro de Estudos Africanos, São Paulo: USP, nº 14-15(1). p. 37-54.

AMSELLE, Jean-Loup.

1985. Ethnies et Espace pour une Anthropologie Topologique. AMSELLE, J.L., M'BOKOLO, E. (eds.). Au Couer de l'Ethnie. Paris: La Découverte. p 11-48.

ANDERSON, Perry.

1986. Portugal e o Fim do Ultracolonialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 201 p.

ANDRADE, Costa.

1962. Deux Expressions de l'Angolanité. Presence Africaine. nº 42, 3º trimestre. p. 76-91.

ANDRADE, Joaquim Pinto.

1994. O Papel da Sociedade Civil na Transição Demográfica. XIIª Conferência Internacional de Lisboa sobre Democracia e Integração no Espaço da Língua Portuguesa: 1974-1994. Fundação Calouste Gulbenkian/Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Lisboa, 12-14 de Dezembro de 1994. p. 6.

ANDRADE, Mário.

1962. A luta pela Independência de Angola. Entrevista. *In*: CASTRO, Moacir Werneck. Dois Caminhos da Revolução Africana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos — Presidência da República. p. 95-101.

1962. Le Nationalisme Angolais. Presence Africaine. nº 42, 3º trimestre. p. 5-24.

ANDRADE, Mário, OLLIVER, Marc.

1971. La Guerre en Angola: Étude Socio-Economique. Paris: François Maspero, 161 p.

ANGLIN, Douglas.

1997. Conflit Sub-Saarian Africa, 1995-1996. Southern African Perspective, nº 62. Cidade do Cabo: Centre for Southern African Studies, University of Western Cape.

ANSTEE, Margaret J.

1996. "Vencer a desconfiança é um fator chave para a resolução diplomática dos conflitos: Lições retiradas das negociações para a paz em Angola". In: BRAVO, Manuel (coord.). Angola — A transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento. Lisboa: Hugim Ed., pp. 85-98.

ANTÓNIO, Mário.

1974. Para uma Perspectiva Crioula da Literatura Angolana. Guimarães (Portugal): Cadernos Gil Vicente. p. 15.

ANTUNES, José Freire.

1991. Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa. Lisboa: Difusão Cultural, 383 p.

1992. Os Americanos e Portugal: 1969-1974. Nixon e Caetano — promessas e abandono. Lisboa: Difusão Cultural, 428 p.

ARMACOST, Michael H.

1986. Promoting Positive Change in Southern Africa. Department of State Bulletin. /sl/sn/, vol.86 nº 2109. p. 53-58.

ARON, Raymond.

1979. Paz e Guerra entre as Nações. Ed. Universidade de Brasília, 706 p.

ASSEMBLÉIA DO POVO E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

1990. Súmula da Legislação Angolana 1987-1989. Luanda, 134 p.

AZEVEDO, Mário J.

/sd/. Zambia, Zaire and the Angolan Crisis Reconsidered: From Alvor to Shaba. Journal of Southern African Affairs. /snt/. p. 274-293.

BACH, D.C. et alli.

1988. Nigeria un pouvoir en puissance. Paris: Karthala, 290 p.

BANCO MUNDIAL.

1989. Angola: Análise Económica Introdutória. Documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Banco Mundial. 1º vol., 175 p., 2º vol., 228 p.

BARBER, James, BARRATT, John.

1990. South Africa's Foreign Policy: The search for status and security 1945-1988. Cambridge University Press, 398 p.

BARBOSA, José M. Durão.

1991. Os acordos de paz. Política Internacional. Vol 1, nº 4, Lisboa, maio 1991, pp. 5-17.

BARNET, Richard.

1979. U.S.-Soviet Relations: The Need for a Comprehensive Approach. Foreign Affairs. Washington, v. 57, nº 4, Spring. p.780-820.

BARRADAS, Ana.

1995. Ministros da Noite: Livro Negro da Expansão Portuguesa. Lisboa: Edições Antígona, 184 p.

BARRATT, John.

1993-94. Transition in South Africa: The Global Context and the International Role. Estratégia — Revista de Estudos Internacionais. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, nº 10-11. p. 133-145.

BARROSO, J. Durão.

1991. "Os Acordos de Paz para Angola". Política Internacional. Lisboa, vol. 1, n. 4, verão, pp. 5-17.

BASTIN, Jacques.

1996. "Vingt ans de guerre civile — L'interminable bras de fer". Antipodes — edição especial de Angola. Bruxelas: Iteco. 61 p.

BAYART, Jean-François.

1993. The State In Africa: The politics of the Belly. New York: Longman, 369 p.

BEAUD, Michel.

1996. Arte da Tese. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 184 p.

BEAUDET, Pierre (coord.).

1992. Angola Bilan d'un Socialisme de Guerre. Paris: L'Harmattan, 131 p.

BENDER, Gerald J.

1978. Angola, the Cubans and the American Anxieties. Foreign Policy. Farming Dale (N.Y.), nº 31, p. 3-30.

1978. Kissinger In Angola: Anatomy of Failure. *In*: LEMARCHAND, René (ed.). American Policy in Southern Africa: The Stakes and the Stance. Washington, D.C.: University Press of America. p. 63-143.

1980. Angola sob o Domínio Português; Mito e Realidade. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

1981. Angola: Left, Right & Wrong. Foreign Policy. Farming Dale (N.Y.), nº 43, p. 53-69.

1982. Angola and the United States: Evolution of a Policy. Transafrica Forum. /sl/sn/, vol. 1, nº 1, jul. 1982. p.57-63.

1983. Angola: The Continuing Crisis and Misunderstanding. International Affairs Bulletin. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, vol. 1, nº 1. p. 4-14.

1983. The Continuing Crisis in Angola. Current History. /sl/ sn/, vol.82. nº 482.

1987. The Eagle and the Bear in Angola. ANNALS. /sl/sn/ nº 489. p. 123-131.

BENEMELIS, Juan F.

1986. Castro — Subversão e Terrorismo em África. Odivelas — Lisboa: Europress col. Historiaviva 2. 396 p.

BERNER, Wolfgang.

1978. La presence militaire cubaine en Afrique avant l'Angola. Problèmes Politiques et Sociaux. Articles et Documents D'Actualite Mondiale. Cuba et L'Afrique. Paris: La Documentation Française, n° 347. p. 4-6.

BHAGAVAN, M.R.

1980. Angola: Prospects for a Socialist Industrialization. Research Report n° 57. Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies.

1986. Angola's Political Economy 1975-1985. Research Report n° 75. Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies.

BIRMINGHAM, David.

1972. The African Response to early Portuguese Activities in Angola. *In*: CHILCOTE, Ronald H. (ed.). Protest and Resistance in Angola and Brazil. University of California Press. p. 11-28.

1978. The Twenty Seven of May: An Historical Note on the Abortive 1977 Coup in Angola. African Affairs. /sl/sn/, vol.77, n° 309, out. 1978. p. 554-564.

1981. A África Central até 1870. Luanda: Endipo/UEE, 156 p.

1990. Angola and Mozambique Within the Southern African Context. Revista de África y Medio Oriente. Havana, Centro de Estudios de África y Medio Oriente, vol. 2, n° 2. p. 64-70.

1992. Frontline Nationalism in Angola & Moçambique. Londres: James Currey, 122 p.

BOAVIDA, Américo.

1967. Angola: Cinco Séculos de Exploração Portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 138 p.

BOUTROS-GHALI, P.

1969. L'Organisation de l'Unité Africaine. Paris: Librairie Armand Colin. 196 p.

BONIFACE, Pascal.

1990. L'Année Stratigique — 1990 — Les Equilibres Militaires 1989-1990 (The Military Balance-IISS). Paris: Stock.

BOUTWELL, J.(ed.) et al.

1995. Letal Commerce. The Global Trade in Small Arms and Light Weapons. Washington: American Academy of Arts and Sciences, 65 p.

BOXER, C.R.

1963. Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825. Oxford University Press, 136 p.

BRAILLARD, Philippe.

1977. Théories des Relations Internationales. Paris: Presses Universitaires de France, 459 p.

BRETON, Roland.

1995. L'Enthopolitique. Paris: PUF, Coleção "Que Sai-Je". p. 127.

BREYTENBACH, W.

1997. "Cuito Canavale revisited: same outcomes, different consequences". Africa Insight. vol. 27, n. 1, (Johannesbourg) pp.54-62.

BRIDGLAND, Fred.

1988. Jonas Savimbi: A key to Africa. London: Hodder and Stoughton, 671 p.

BRIEUX.

1980. Angola An III. Paris: Editions Rupture, 426 p.

BRITAIN, Victoria.

1992. L'Angola au Bord de la guerre. Le Monde Diplomatique. Paris, nº 465, p.21.

BRITAIN, Victoria, WATKINS, Kevin.

1996. África Austral. Fim do Apartheid: Impossível Reconciliação em Angola e Moçambique. In: ROMONET, Ignacio, GRESH, Alain. A Desordem das Nações. Petrópolis (RJ): Vozes, 220 p.

BROWN, Kevin.

/sd/. Angolan Socialism. In: CALLAGHY, Carl (ed.). Socialism in Subsaharian Africa. /snt/. p. 296-321.

BUAMBUA, Lino Sobrinho.

1996. Petróleo em Angola: análise econômica e perspectivas. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Campinas, SP. Instituto de Geociências, UNICAMP, maio 1996.

BURCHETT, Wilfred.

1978. Southern Africa Stands Up: Evolutions in Angola, Mozambique, Zimbabwe, Namibia and South Africa. New York: Urizen Books.

BURGI, Noëlle (dir.).

1994. Fractures de L'Etat Nation. Paris: Éditions Kimé, 223 p.

CABRAL, Carla.

1980. Le Discours Social de L'Eglise Catholique en Angola. Monografia de Licenciatura. Universidade Católica de Louvain (mimeo), 201 p.

CAETANO, Marcelo.

1974. Depoimento. Rio de Janeiro: Record. 248 p.

CAHEN, Michel (dir.).

1989. Bourgs et Villes en Afrique Lusophone. Paris: L'Harmattan, 299 p.

CALLAGHY, Thomas M.(ed.).

1983. South Africa in Southern Africa: The intensifying vortex of violence. New York: Praeger Publishers, 420 p.

CAMPBELL, Horace.

1990. The Siege of Cuito Canavale. Current African Issues. Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies, nº 10, 30 p.

CAMPBELL, Keith.

1989. From Sierra Maestra to Cuito Canavale: the rise of revolutionary Cuba. Unisa Latin American Report. Pretoria: Unisa Centre for Latin America Studies, vol. 5, nº 1. p. 27-37.

CARDOSO, Fernando Jorge.

1994. A África do Sul e a Metamorfose das Relações Regionais. Estratégia — Revista de Estudos Internacionais. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, nº 10-11.

CARDOSO, Renato.

1986. Cabo Verde: Opção para uma Política de Paz. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 109 p.

CARREIRA, Iko.

1996. O pensamento estratégico de Agostinho Neto. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

CARTER, Gwendolen M., O'MEARA, Patrick (ed.).

1977. Southern Africa in Crisis. Bloomington, Indiana University Press, 278 p.

CASCUDO, Fernando Luis da Câmara.

1979. Angola: a guerra dos traídos. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 190 p.

CASTAÑEDA, Jorge G.

1997. Che Guevara — A vida em vermelho. São Paulo: Companhia das Letras. 517 p.

CASTRO, Fidel.

1989a. Cuba responds to the invasion of Angola. *In*: DEUTSHMANN, David, (ed.). Changing the history of Africa: Angola and Namíbia. Melbourne, Ocean Press. p. 61-68.

1989b. An African Girón. *In*: DEUTSHMANN, David, (ed.). Changing the History of Africa: Angola and Namíbia. Melbourne, Ocean Press. p.69-75.

1989c. Paying our debt to humanity. *In*: DEUTSHMANN, David, (ed.). Changing the history of Africa: Angola and Namíbia. Melbourne: Ocean Press. p. 105-119.

CHALIAND, Gerard.

1966. Problemas do Nacionalismo Angolano. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, nº 4. p. 77-98.

CHUBIN, Shahram.

1981. The United States and the Third World: Motives, Objectives, Policies. The International Institute for Strategic Studies: Third World Conflict and International Security — Part II, Londres. p. 19-33.

CLARENCE-SMITH, Gervase.

1980. Class Structure and Class Struggles in Angola in the 1970s. Journal of Southern African Studies. /sl/sn/ vol.7, n°1. p. 109-126.

1985. O IIIº Império Português (1825-1975). Lisboa: Editorial Teorema. 272 p.

1989. Le Problème Ethnique en Angola. In: PRUNIER, Gérard & CHRÉTIEN, Jean Pierre (ed.). Les Ehties ont une Histoire. Paris: Karthala. p. 406-415.

CLARK JR, Warren.

1989. Efforts Toward Peace and Reconciliation in Angola. Department of State Bulletin. /sl/sn/, vol. 89, n° 2153. p. 31-32.

CLARKE, Duncan L.

1989. American Defense and Foreign Policy Institutions: Toward a Sound Foundation. New York: Harper & Row., Publishers. 197 p.

1991. Angola; A Country Studies. Washington: Federal Research Division. 315 p.

COHEN Barry, SCHISSEL, Howard.

1977. L'Afrique Australe de Kissinger a Carter: Le rapport Kissinger sur l'Afrique Australe et ses prolongements français. Paris: Editions L'Harmattan. 192 p.

COKORINOS, Lee & MITTELMAN.

1995. Reagan and the Pax Africana. Journal of Modern African Studies. V. 23, n. 4. London Cambridge University Press. p. 551-573.

CONCHIGLIA, Augusta.

1989. Cuba L'Africaine. In: LEMOINE, Maurice (dir.) Cuba 30 ans de Révolution. Paris: Autrement — Série Monde, n° 35. Jan. 1989. 156-159 p.

CONGRESSIONAL DIGEST CORP.

1986. U.S. Policy Toward Angola. p. 99-128.

CONSTATIN, François.

1993. L'Afrique: Ajustement et condicionalité. *In*: LAÏDI, Zaki. L'Ordre mondial relâché. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. p. 233-263.

CORRE, Françoise.

1989. Dossier: Les Negociations de paix en Afrique Australe. Afrique Contemporaine. V. 28, nº 150. p. 53-64.

CORREIA, Pezarat.

1991. Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português. Lisboa: Editorial Inquérito. 197 p.

CORREIA, Pedro de Pezarat.

1996. "As implicações da descolonização de Angola no conflito pós-independência". *In*: BRAVO, Manuel (coord.). Angola — A transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento. Lisboa: Hugm Ed. pp. 85-98.

COSSE, J.P. e SANCHES, J.

1976. Angola: le prix de la liberté. Paris: Éditions Syrons.

COSTA, Fernando Marques de, FALÉ, Natália.

1992. Guia Político dos PALOP. Lisboa: Ed. Fragmentos, Fundação das Relações Internacionais. 209 p.

COSTA, Norberto.

1992. Tentações, Ensaíos e Reflexões. Lisboa: Edição do Autor. 47 p.

CREA ANGOLA DOCUMENTATION UNIT.

1995. Angola Quartering Process: Taking Stock, one year after the Lusaka Accords. Washington: Unites States Agency for Internacional Development (USAID). 23 p.

CROCKER, Chester A.

1993. High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers. 533 p.

1981. South Africa: Strategy for Change. Foreign Affairs. /sl/sn/, vol. 59, nº 2, jul. 1980/1981. p. 323-351.

1986. The U.S. and Angola. Department os State Bulletin. /sl/sn/, vol. 86, nº 2109. p. 59-61.

1987. U.S. Policy Toward Southern Africa: Peaceful Settlement and coexistence. Vital Speeches of the Day. /sl/sn/, vol. 53, nº 7, 15/1/1987. p. 197-199.

CRUZ, Viriato.

1964. Angola: Quelle Independence. Revolution. Paris, nº 6, fev. 1964. p.5-16.

CUNHA, Sílvio.

1991. As Relações Econômicas Brasil-Angola 1975-1988. Dissertação de Mestrado em Economia. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 246 p.

D'ENCAUSSE, Hélène Carrere.

1986. Ni Paix Ni Guerre:Le Nouvel Empire Sovietique ou du bon usage de la détente. Paris: Flammarion.

DAVIDSON, Basil.

1974. Angola — No Centro do Furacão. Lisboa: Edições Delfos. 406 p.

1976. A Política da Luta Armada: Libertação Nacional nas Colónias Africanas de Portugal. Lisboa: Editorial Caminho. 106 p.

DAVIES, Robert.

1993. Os Acontecimentos Recentes em Angola e Moçambique. Estudos Moçambicanos, nº 13. Maputo. p. 125-137.

1993. Economic Relations between Angola and South Africa: past, present and future. Centre for Southern Africa Studies, University of the Western Cape. 19 p. (mimeo).

1995. South African Foreign Policy in a Changing Global Context. Southern African Perspectives — A Working Paper Series. Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape. 12 p.

DE YOUNG, Karen et ali.

1989. All Africa Hates Apartheid. Entrevista com Fidel Castro. Appud Washington Post, 30/1/1985. In: DEUTCHMANN, David, (ed.). Changing the history of Africa: Angola and Namibia. Melbourne, Ocean Press. p.92-100.

DEFARGES, Philippe Moreau.

1992. Problèmes Strategiques Contemporaines. Paris: Hachette.

DELMAS, Philippe.

1996. O belo futuro da guerra. Rio de Janeiro: Record. 300 p.

DIAS, Jill R.

1984. Uma Questão de Identidade: Respostas Intelectuais às Transformações Econômicas no Seio da Elite Crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930. Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa, nº 1. p. 61-93.

DILOLWA, Carlos Rocha.

1978. Contribuição à História Económica de Angola. Luanda: INA.

DOMÍNGUES, Jorge I.

1993. The Secrets of Castro's Staying Power. Foreign Affairs. /New York/: Concil on Foreign Relation Inc., vol. 72, nº 2.

DUIGNAM, Peter, GANN, L.H.

1984. The United States and Africa: a story. Cambridge University Press.

EDITORIAL VANGUARDA.

Sd/. Processo Negocial para a Paz no Sudoeste de África. Luanda, Coleção Palavra e Ação.

Sd/. Sobre a Economia Angolana. Luanda: Coleção Palavra e Ação, vol. 1.

EDUARDO MONDLANE FOUNDATION.

1992. Democratization in Angola. Leiden (Holanda): African Studies Centre, 18/9/1992. 40 p.

EL-KHAWAS, Mohamed.

1976. Power Struggle in Angola: Whose Struggle? Whose Power? Journal of Southern African Affairs. /sl/sn/, vol. I Special Issue, out. 1976. p. 53-67.

1978. Angola: The American-South African Connection. Habari Special Reports. Washigton, African Bibliographic Center.

EL-KHAWAS, Mohamed and COHEN, Barry.

1976. The Kissinger study of Southern Africa: national security memorandum 39. Connecticut: Lawrence Hill 7 Companhi.

ENDERS, Armelle.

1994. Histoire de l'Afrique Lusophone. Paris: Chandeigne. 158 p.

ERGAS, Zaki.

1987. The African State In Transition. London: Macmillian Press. 340 p.

ERVEDOSA, Carlos.

1979. Roteiro da Literatura Angolana. Luanda: União dos Escritores Angolanos. 165 p.

1990. Era no tempo das acácias floridas. Lisboa: ALAC — Coleção VÁRIA. 208 p.

FALIGOT, Roger.

1982. Services Secrets en Afrique. Paris: Le Sycomore. 134 p.

FAUVET, Paul.

1978. Angola: The Rise and Fall of Nito Alves. Mozambique, Angola, Guínea Information Centre. The Review of African Political Economy. Londres.

FEDERAL RESEARCH DIVISION.

1991. Angola: A Country Studies. Washington: Thomas Colleto. 315 p.

FERNANDES, E. & COELHO, L.F.

1995. Angola: Análise do PES no Quadro do Ajustamento Estrutural. Curso de Mestrado em "Desenvolvimento e Cooperação Internacional" — Estratégias e Experiências de Desenvolvimento. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, edição mimeo, maio de 1995. 36 p.

FERREIRA, Eduardo de Souza.

1977. O Fim de uma Era: O Colonialismo Português em África. Lisboa: Sá da Costa. 215 p.

FERREIRA, Eugénio.

1979. Feiras e Presídios: Esboço de interpretação materialista da colonização de Angola. Lisboa: União dos Escritores Angolanos. 94 p.

FERREIRA, José Medeiros.

1981. Estudos de Estratégia e Relações Internacionais. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 158 p.

FERREIRA, Manuel Ennes.

1990. Angola: Portugal do Espaço Econômico Português às Relações Pós Coloniais. Lisboa, Escher.

1993-94. Performance econômica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). África — Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo. pp. 136-156.

1994-95. O processo de privatização em Angola. Política Internacional, vol. 1, nº 10. Lisboa. p. 177-197.

FILHO, Pio da Penha.

1994. O Brasil e a Descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961): Ensaio de Mudança. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília. 176 p.

FITUNI, L.L.

1985. Angola: Natureza, População, Economia. Moscou: Edições Progresso. 260 p.

GEMDEV.

1994. L'Intégration Régionale dans le Monde: Innovations et Ruptures. Paris: Karthala. 305 p.

GIBSON, Richard.

1972. African Liberations Movements: Contemporary Struggles Against White Minority Rule. London, Institute of Race Relations, Oxford University Press. 337 p.

GIRARDET, Raoul.

1996. Nationalismes et Nation. Bruxelles: Édition Complexe. 167 p.

GOLDENBERG, Mirian.

1997. A arte de pesquisar — como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record. 584 p.

GONÇALVES, José.

1996. L'Angola dans le contexte africain entre l'Afrique Centrale de Mobutu et l'Afrique de Mandela. Antipodes: Bruxelles: Iteco. pp. 19-25.

1995. Economics and Politics of the Angolan Conflict: The Transition Re-negotiated. Southern African Perspectives. N° 49 — A Working Paper Series. Western Cape, Centre for Southern African Studies.

GONIDEC, Pierre François.

1987. Les Organisations Internationales Africaines: Étude Comparative. Paris: L'Harmattan. 303 p.

1993. L'OUA trente ans après. Paris: Karthala. 160 p.

GONIDEC, P.F., CHARVIN, R.

1981. Relations Internationales. Paris: Éditions Montchrestien. 484 p.

GONZALES, Edward.

1980. Cuba, the Soviet Union and Africa. In: ALBRIGHT, David (ed.). Communism in Africa. Bloomington & London, Indiana University.

GOVERNO DE ANGOLA.

/sd/. Angola: Consolidação das transformações democráticas. Luanda. 25 p.

GRIMAUD, Nicole.

1984. La Politique Extérieure de L'Algérie (1962-1978). Paris: Karthala. 366 p.

GROMIKO, A.A.(dir.).

1986. A Casa Branca e o Continente Negro. Moscou: Ed. Progresso. 173 p.

GROSSER, Pierre.

1995. Les Tempos de la Guerre Froide: Questions au XXes. Bruxelles: Éd. Complexe. 465 p.

GRUPO DE PESQUISA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA.

1979. A Descolonização Portuguesa: Aproximação a um estudo. vol. I. Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade — Coleção Estudos e Ensaio. 469 p.

GUERRA, Henrique.

1988. Angola: Estrutura Económica e Classes Sociais. Luanda: União dos Escritores Angolanos. 158 p.

GUERRA, João Paulo.

1988. Os Flechas Atacam de Novo. Lisboa: Editorial Caminho. p. 29-165.

GUERRA, José Armando Morais.

1994. Direito da Economia Angolana. Lisboa: ESCHER. 347 p.

GUIMARÃES, Fernando J. Andersen.

1993-94 "Origins and development of the MPLA: two dissidents views". Camões Center Quarterly. New York: Columbia University, Winter 1993/94, vol. 5 (nºs 1 e 2). pp. 17-19.

GUNN, Gillian.

1987. The Angolan Economy: A History of Contradictions. In: KELLER, E. J., ROTHCHILD, D. (eds.). Afro-Marxist Regimes: Ideology and Public Policy. Boulder: Lynne Rienner.

1990. Unfulfilled Expectations In Angola. Current History. /sl/sn/, vol.89, nº547.

HAMILTON, Russell.

1981. Literatura Africana, Literatura Necessária: I — Angola. Lisboa: Edições 70. 247 p.

HARBESON, John W., ROTHCHILD, Donald (eds).

1989. Africa in World Politics. San Francisco: Westview Press. 341 p.

HARDING, Jeremy.

1994. Small Wars, Small Mercies. Journeys in Africa's Disputed Nations. Londres: Penguin Books. 451 p.

HARSCH, Ernest, THOMAS, Tony.

1976. Angola: the hidden history of Washington's war. New York: Pathfinder Press.

HEIMER, Franz-Wilhelm.

1980. O Processo de Descolonização em Angola 1974-1976: Um ensaio de sociologia política. Lisboa: CEDEP, A Regra do Jogo. 161 p.

HENDERSON, Lawrence W.

1990. A Igreja em Angola. Lisboa: Editorial Além Mar. 494 p.

HENRIKSEN, Thomas H.

sd/. Angola, Mozambique and the Soviet Union: Libetation and the Quest for Influence. In: WEINSTEIN, W., HENRIKSEN, T.H., (eds). Soviet and Chinese Aid to African. /snt/.

HERMANN, M.G. & HERMANN, C.F.

1989. "Who makes foreing Policy Decisions and how: an empirical inquiry". International Studies Quarterly. 33. pp. 361-387.

HEYWOOD, Linda M.

Sd/. Unita and Ethnic Nationalism in Angola. The Journal of Modern African Studies. /sl/sn/, nº 27, vol. 1 p. 47-66.

HODGES, Tony.

1987. Angola to the 1990's: The Potencial for Recovery. London: The Economist Publications. 141 p.

1993. Looking to Angola's future: rebuilding the economy. The Economist Intelligence Unit. Africa Insight, vol. 23, nº 3. pp. 159-167.

1997. A Crise Econômica Angolana: Origens, características e perspectivas de saída. Estudo sobre comunidades e instituições comunitárias na perspectiva do Pós-Guerra. Luanda: mimeo, abril de 1997. 39 p.

HOGAN, Michael J. (ed.).

1992. The End of the Cold War: Its Meaning and Implications. Cambridge University Press. 294 p.

HOLNESS, Marga.

1983. Apartheid's War Against Angola. New York:, Centre Against Apartheid. 24 p.

HOROWITZ, Irving Louis.

1993. Cuba 1993: No Calm and no Storm. Vital Speeches of the Day. Mount Pleasant (Carolina do Sul), City News Publishing Company, vol. 59, nº 18, 1/7/1993.

HOUGH, M.

1986. The Angolan Civil War with Special Reference to the UNITA Movement. ISSUP Strategical Review. Universidade de Pretória. p. 1-12.

HUGON, Philippe.

1993. L'économie de l'Afrique. Paris: La Découverte. 123 p.

INEP (Colóquio)/ CODESRIA/ UNITAR.

1989. A Construção da Nação em África: Os Exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Bissau, INEP. 430 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — INE.

1987. Estimativa da Fecundidade da Província de Luanda, efetuada através dos dados do Censo — 1983. Luanda: Documento de Trabalho nº 2. 33 p.

1995. Principais Produtos de Exportação. Luanda.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICA ULTRAMARINA.

1964. Angola. Curso de Extensão Universitária, ano letivo de 1963-1964. Universidade Técnica de Lisboa. 520 p.

JACKSON, Henry F.

1982. From the Congo to Soweto. U.S. Foreign Policy Toward Africa Since 1960. New York: William Morrow and Company. 91 p.

JAMES III, W. Martin.

1988. Cuban Involvement in the Angolan Civil War: Implications for Lasting Peace in Southern Africa. ISSUP Bulletin. Institute for Strategic Studies. Universidade de Pretória.

JASTER, Robert S.

1980. South Africa's Narrowing Security Options. Adelph — Papers. Londres, The International Institute for Strategic Studies, nº 159.

JASTEN, Robert, MBEKI, Moeleltsi.

1992. Changing Fortunes: War, Diplomacy and Economics in Southern Africa. New York: Ford Foundation. 226 p.

JIKA (Gilberto Teixeira da Silva).

1979. Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional. Luanda: União dos Escritores Angolanos. 100 p.

JOUBE, Edmond.

1992. Relations Internationales. Paris, PUF.

1986. Le Tiers Monde dans la Vie Internationale. Paris, Berger- Levrault.

JÚNIOR, Alfredo Diogo.

1968. Luanda: Estruturas Sócio-Culturais. Luanda, Ed. Quissange.

KAMINSKY, Catherine, KRUK, Simon.

1993. Le Nouvel Ordre International. Paris: PUF.

KASSEMBE, Dia.

1995. Angola: 20 ans de guerre civile. Une femme accuse. Paris: L'Harmattan.

KAUFFER, Rémi.

1997. En Afrique, "Dagobert" affronte les cubains. Historia, Dossier les Services Secrets Français en Action. Historia, nº 602. pp. 52-57.

KENNEDY, E.M.

1990. Declaração do Senador Eduard M. Kennedy fazendo uma exortação por uma nova política em relação a Angola em 15 de junho de 1990. Massachusetts: Gabinete do Senador E.M. Kennedy.

KHAZANOV, A.M.

1986. Agostinho Neto. Moscou, Progress Publishers.

KISSINGER, Henry A.

1969. Política Externa Americana. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura.

KLINGHOFFER, Arthur Jay.

1980. The Angolan War: A Study in Soviet Policy in the Third World. Colorado, Westview Press.

KOROMA, David S.M.

1983. Angola: The Stuggle for a Birthright. Lusophone Areas Studies Journal. Ile-Ifé: LUASA, nº 2, jul. 1983. p. 22-47.

LABAN, Michel.

s/d. Angola: encontros com escritores. Vol. 1. Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida.

LABBÉ, Marie-Hélène.

1994. L'Arme Économique dans les Relations Internationales. Paris: PUF.

LACOSTE, Yves (dir.).

1987. Hérodote: Geopolitique en Afrique. Paris: Éditions La Découverte, nº 46, jul/set 1987.

1993. Dictionnaire de geopolitique. Paris: Flammarion.

LAFEBER, Walter.

1980. America, Russia and Cold War 1945-1990. New York, McGraw-Hill.

LAÏDI, Zaki.

1979. Les Grandes Puissances et l'Afrique. Paris: Cahiers du C.H.E.A.M. — Centre de Hautes Études sur l'Afrique et l'Asie Modernes, n° 7.

1984. (dir.). L'URSS vue du Tiers Monde. Paris: Karthala.

1986. Les Contraints d'une Rivalité: Les Superpuissances et l'Afrique (1960-1985). Paris, La Découverte.

1994. Un Monde Privé de Sens. Paris, Éditions Fayard.

LANCASTER, Carol J.

1993. United States and Africa: Into de Twenty-First Century. Washington, D.C., Overseas Development Concil.

LANDSBERG, Chris (ed.).

1995. Mission Imperfect: Redirecting South Africa Foreign Policy. Cidade do Cabo: Foundation for Global Dialogue — Centre for Policy Studies.

LANDSBERG, Chris, CONING, Cedric.

1995. From 'Tar Baby' to Transition: Four Decades do US Policy Towards South Africa. Johannesburg: Centre for Policy Studies.

LANNE, Bernard.

1979. L'Angola de 1975 à 1979. Afrique Contemporaine. L'Afrique Lusophone (1ª parte) /sl/sn/, n° 106, nov-dez 1979 (n° especial). p. 5-8.

LARA, Lúcio.

1998. Um amplo movimento ... — Itinerário do MPLA através de documentos e anotações — vol. I (até fevereiro de 1961). Luanda: Edição de Lúcio e Ruth Lara. 553 p.

LARCIER, Henri.

1962. Présentation de l'Union de Populations de l'Angola (UPA). Présence Africaine. Paris, n° 42, 3º trimestre 1962. p. 40-46.

LAZITCH, Branko, RIGOULOT.

1988. Angola 1974-1988: Um Fracasso do Comunismo em África. Lisboa, Referendo.

LEE, Margareth C.

1995. The Historical Development of the Challenge to White World Hegemony. Southern African Perspectives. A Working Paper Series. Nº 47. Centre for Southern African Studies, University of Western Cape.

LEGUM, Collin.

1978. The african environment. Problems of communism. Vol. 27. Washington. pp. 1-19.

1980. African outlooks towrd the USSR. *In*: ALBRIGHT, David E. (ed.). Communism in Africa. London: Indiana University Press. pp. 7-34.

LEGUM, Colin, HODGES, Tony.

1976. After Angola: The War over Southern Africa. New York, Africana Publishing Company.

LEGVOLD, Robert.

1979. The Super Rivals: Conflit in the Third World. Foreign Affairs. Washington, v. 57, nº 4. p. 756-778.

LEMARCHAND, René (ed.).

1981. American Policy in Southern Africa: The Stakes and the Stance. Segunda edição. Washington, D.C., University Press of America.

LEMARCHAND, Philippe (dir.).

1994. L'Afrique et L'Europe — Atlas du XX^{ème} Siècle. Paris, Ed. Complexe.

LETTRE D'INFORMATION — MESSAGE. ANGOLA.

1986. Agostinho Neto: Un heritage toujours vivant. /sl/.

LEVY, Bernard-Henri, HERTZOG, Giles.

1976. Reflexions sur la Guerre d'Angola. Revue Française d'études politiques africaines "Le mois en Afrique". Paris, nº 125, mai. 1976. p. 79-115.

LOHAUSEN, Jordis.

1996. Les empires et la puissance: la geopolitique aujourd'hui. Arpajon (France): Éditions du Labyrinthe.

LOISEAU, Yves, ROUX, Pierre-Guillaume de.

1987. Jonas Savimbi: Portrait d'un Revolutionnaire en General. Paris, La Teble Ronde.

MABEKO TALI, Jean Michel.

1987. L'Angola et les conflits de L'Afrique Australe. Universidade de Bordeaux III. (mimeo).

1998. "L'inerminal transition angolaine et les multiples dangers de l'incertude politique". Lusotopie. Paris: Khartala. Pp. 87-103.

MACFARLANE, S. Neil.

1985. Superpowre Rivaliry and Third World Radicalism: The Idea of National Liberation. Baltimore, Maryland, The Johns Hopkins University Press.

MADUREIRA, Arnaldo.

1988. A Colonização Portuguesa em África:1890-1910. Lisboa, Livros Horizonte.

MAGHLAOU, Hocine.

1987. Constance de la Politique Etrangere Americaine d'après-guerre. Revue Algérienne des Relations Internationales. Alger, n° 8. p. 83-104.

MAGUBANE, Bernard, NZONGOLA-NTALAJA, (eds.).

1983. Proletarianization and Class Struggle in Africa. Contemporary Marxism. San Francisco, Synthex Press, n° 6.

MAIA, José.

1977. Angola: A Revolução na encruzilhada. Ação Comunista, n° 4. Revista Crítica Marxista Revolucionária. Lisboa. p. 63-86.

MAIER, Karl.

1996. Angola: Promises and lies. Londres: Serif. 224 p.

MARCUM, Jonh A.

1969. The Angolan Revolution — Vol. I: The Anatomy of an Explosion (1950-1962). Cambridge, The MIT Press.

1977. Angola: Division or Unity? *In*: CARTER, Gwendolen M., O'MEARA, Patrick (ed.) Southern Africa in Crisis. Bloomington, Indiana University Press.

1978. The Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1979). Cambridge, The MIT Press.

1979. Angola: Perilous Transition to Independence. *In*: CARTER, Gwendolen M., O'MEARA, Patrick (ed.) Southern Africa: The Continuing Crisis: Bloomington, Indiana University Press. p. 175-198.

1986. Angola: Twenty Five Years of War. Current History. /s/ /sn/, vol. 85, nº 511.

1987. The People's Republic of Angola: A Radical Vision Frustrated. *In*: KELLER, E.J., ROTHCHILD, D. Afro Marxist Regimes: ideology and public policy. Boulder, Rienner. p. 67-83.

1989. Africa: A Continent Adrift. Foreign Affairs. /s/ /sn/, vol. 68, nº 1. p. 159-179.

1993. Angola: War Again. Current History. /s/ /sn/, vol. 92, nº 574, mai. 1993. p. 218-223.

MARGARIDO, Alfredo.

1972. The Tokoist Church and Portuguese Colonialism in Angola. *In*: CHILCOTE, Ronald H. (ed.). Protest and Resistance in Angola and Brazil. Berkeley: University of California Press. p. 29-52.

1995. "Projetos e limites da CEI". Discursos — estudos de língua e cultura portuguesa 9. Literaturas Africanas e Língua Portuguesa — Revista da Universidade Aberta (Lisboa), fevereiro de 1995. pp. 155-162.

MARQUÉZ, Gabriel Garcia.

1989. Operation Carlota. *In* DEUTSCHMANN, David (ed.). Changing the History of Africa: Angola and Namibia. Melbourne, Ocean Press. p. 41-60.

1978. L'Operation "Carlota". Problèmes Politiques et Sociaux. Articles et Documents d'actualité mondiale. Cuba et Afrique. Paris: La Documentation Française, nº 347. p. 13-20.

MARQUES, Sofia.

1993. Angola: A Guerra à Democracia. Luanda, Edipress.

MARTIN, Phyllis M.

1989. Peace in Angola. Current History. /sl/sn/.

MARTINIELLO, Marco.

1995. L'Ethnicité dan les Sciences Sociales Contemporaines. Paris, PUF, Col. Que Sals-Je.

MARTINS, Luciano.

1993. Ordem Internacional, Interdependência assimétrica e Recursos de Poder. In VELLOSO, J.P.R., MARTINS, L. et al. A Nova Ordem Mundial em Questão. Rio de Janeiro, José Olímpio. p. 115-141.

MATHEWS, K., MUSHI, S.S. (ed.).

1981. Foreign Policy of Tanzania 1961-1981: A Reader. Dar es Salaan, Publishing House.

MATHIAK, LUCY.

Sd/. Light Weapons and Internal Conflit in Angola. In: BOUTWELL, J. (ed.) et al. Lettal Commerce: The Global Trade in Swall Arms and Light Weapons. /snt/.

MAXWELL, Kenneth.

1999. Chocolate, Piratas e Outros Malandros — Ensaio Tropicalis. São Paulo: Paz e Terra. 467 p.

MAZRUI, Ali.

1977. Africa's International Relations: The Diplomacy of Dependency and Change. London, Heiemann.

MBIANGA, Donato.

1993. Relações Angola — Estados Unidos: 1975-1993. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada no IRI-PUC/Rio de Janeiro, setembro de 1993. 256 p.

MBONIMPA, Melchior.

1989. Idéologies de l'Indépendance Africaine. Paris, L'Harmattan.

McCORMICK, Shawn H.

1994. The Angolan Economy: Prospects of Growth in a Postwar Environment. Washington: The Center for Strategic International Studies.

Mc FAUL, Michael.

1989-90 Rethinking the "Reagan Doctrine" in Angola. International Security. /sl/sn/, vol. 14, nº 3, dez-jan. 1989/90. p. 99-135.

Mc PHERSON, M. Peter.

1987. U.S. Initiative for Southern Africa. Department of State Bulletin. /sl/sn/, vol. 87, nº 2122, mai. 1987. p. 54-55.

MÉDARD, Jean-François.

1991. États d'Afrique Noir: Formations, Mécanismes et Crise. Paris: Karthala.

MELO, Aníbal João da Silva.

1994. Comunicação, Poder e Identidade Nacional. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura apresentada à Escola de Comunicação — ECO da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ em Julho de 1994. (mimeo).

MELO, João.

1991. A Revolução Democrática. Cadernos do Terceiro Mundo, nº 137. p. 34-39.

1993. A Democratização em Angola: Processo, Perspectivas e Problemas. University of Western Cape, out. 1993.

MENDELSON, Jack.

1993. Huddling with the honchos in Havana. Bulletin of the Atomic Scientists. /sl/sn/, vol. 49, nº 7, set. 1993.

MERLE, Marcel.

1981. Sociologia das Relações Internacionais. Brasília: UnB.

1984. La Politique Étrangère. Paris: Presses Universitaire de France. 218 p.

1993. Les Relations Internationales à l'Épreuve de la Science Politique. Paris: Economica.

1995. Bilan des Relations Internationales Contemporaines. Paris: Economica.

MERWE, Van Der.

1988. Selected Official South African Strategic Perceptions 1976-1987. University van Pretoria, Institute of Strategic Studies.

MESSIANT, Cristine.

1994. Angola, le retour à la guerre, on l'inavouable faillite d'une intervention internationale. CEAN (Centre d'étude d'Afrique Noire). L'Afrique Politique. Paris: Karthala. p. 199-229.

1995. Angola, les voix de l'ethnization et de la décomposition (2^a partie) Lusotopie: Transitions Libérales en Afrique Lusophone. Paris: Karthaka.

1989. Luanda 1945-1961: Colonisés, Société Coloniale et Engagement Nationaliste. In: CAHEN, Michel (dir.). Bourgs et Villes en Afrique Lusophone. Paris: Éditions L'Harmattan.

MESTIRI, Ezzedine.

1980. Les Cubains et L'Afrique. Paris: Karthala.

MEYNS, Peter.

1984. O Desenvolvimento da Economia Angolana a partir da Independência: Problemas da Reconstrução Nacional. Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa, nº 2, jun-dez 1984. p. 121-161.

MICHAÏLOF, Serge.

1993. La France et l'Afrique-vade-mecum pour un nouveau voyage. Paris: Karthala.

MINISTÉRIO DE LA COMUNICAÇÃO SOCIAL.

1975. Angola: Acuerdo para la Independencia. Lisboa, fev. 1975.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.

1993. Angola: Ponto da Situação. Luanda: Actos e Factos nº 3.

1993. Discurso proferido por sua excelência, o 1º ministro Marcolino Moco na Assembléia Nacional. Luanda: Coleção Actos e Factos nº 4.

1995. Angola: Acordo para a Independência. Luanda, jan. 1995.

MINTER, William.

1972. Imperial Network and External Dependency: The Case of Angola. International Studies Series, vol. 1, nº 02.011, Beverly Hills. London: Sage Publications.

1987. Savimbi and South Africa: No Casual Affair. Washington Office on Africa Educational Fund. Washington, ago. 1987.

1988. (ed.). Operation Timber: Pages From the Savimbi Dossier. Trento, New Jersey: Africa World Press.

1990. Account from Angola: UNITA as described by ex-participants and foreign visitors. Amsterdam: AWEEPA/ AEI, set. 1990.

1991. The U.S. and the war in Angola. Review of African Political Economy, nº 50. p. 135-144.

1994. Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War In Angola and Mozambique. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

MINTY, Abbul.

1976. A Estratégia de Defesa Sul-Africana. In FERREIRA, Eduardo de Souza (org.) A África do Sul e as ex-colônias Portuguesas — A África Austral em Perspectiva — 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais. p. 107-128.

MOITA, Luís.

1979. Os Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA: Uma Análise Comparativa. Lisboa: Ulmeiro, col. África em Luta.

MORAIS, Beatriz.

1998. A cooperação e a integração regionais da África Austral — a SADC. O papel de Angola. São Paulo: Ed. Centro de Estudos Africanos/USP. 138 p.

MOREIRA, Neiva, BISSIO, Beatriz.

1979. Os Cubanos na África. São Paulo: Global Editora.

MORICE, Alain.

1985. Commerce Parallèle et troc à Luanda. Politique Africaine. nº 17
Politiques Urbaines. Paris: mar. 1985. p. 105-120.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque.

1978. A Sociedade Angolana através da Literatura. São Paulo: Ática.

1992. África: Crise, Desagregação e Conflitos. In: VIZENTINI, Paulo G.F.
(org.). A Grande Crise: A Nova (des)Ordem Internacional dos anos 80 aos 90.
Petrópolis (RJ): Vozes.

1992. O Colonialismo Português na África. In: FUNDAP. Países Africanos de
Língua Oficial Portuguesa — Reflexões sobre História, Desenvolvimento e
Administração. São Paulo: Fundap. p. 40-58.

1995. Reações do Nacionalismo Africano em Portugal. In: COGGIOLA,
Osvaldo. Espanha e Portugal: O Fim da Ditaduras. São Paulo: Xamã. p. 95-97.

1995-96. "Múltiplas faces da identidade africana". África — Revista do
Centro de Estudos Africanos — USP (São Paulo), 18-19(1). pp. 5-21.

MPLA.

s/d. O Imperialismo em Angola. Lisboa: Portugália Editora, /sd/ (entre 71-
74)

1975. História de Angola. Porto: Edições Afrontamento.

1977. Angola: A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 77. Luanda:
Ed Avante, Jul. 1977.

1977. Angola: Documentos do MPLA. Lisboa: Ed. Ulmeiro.

1981. Resoluções e Mensagens. Iº Congresso Extraordinário do MPLA- PT.
Luanda: Secretaria do Comitê Central, Ed Dorgan.

1991. Reunião Metodológica Nacional sobre a Organização do Trabalho do
Partido Tema: Política Económica e Social. Luanda, set. 1993.

1996. MPLA — 40 anos por Angola. Luanda: MPLA. 119 p.

MPLA — COMITÉ CENTRAL.

1980. Proposta ao 1º Congresso de 1977. Documento Angola: Relações Exteriores. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, nº 3. p. 103-109.

MPLA-PT.

s/d. Curso de Educação Política 80/81. Documentos do 1º Congresso do MPLA, vol.2 Teses e Resoluções. Luanda: DEPPI.

1981. Curso de Educação Política 78/79. Documentos do 1º Congresso do MPLA, vol.1. Estatutos e Programas do MPLA-PT. Luanda: DEPPI.

1981. Relatório do Comitê Central ao Iº Congresso Extraordinário do MPLA-PT. Apresentado pelo camarada José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA-PT. Luanda: Edição do Secretariado do Comitê Central. UEE.

MPLA-PT — Departamento de Educação Política de Ideológica.

1978. Tudo pelo Povo! Tudo pela Independência! Tudo Pelo Socialismo! (Discursos de Agostinho Neto). Luanda, set. 1978.

1979. Relatório do Comitê Central ao Iº Congresso Extraordinário do MPLA. Luanda.

MURTEIRA, Mário.

1988. Os Estados de Língua Portuguesa na Economia Mundial: Ideologias e Práticas do Desenvolvimento. Lisboa: Editorial Presença.

MWAYILA, Tshiyembe, MAYELE, Bukasa.

1989. L'Afrique face à ses problèmes de sécurité et de défense. Paris: Présence Africaine.

NAZARIO, Olga.

1990. "La operación de Cuba en Angola". Revista Occidental, Ano 7, nº 1. pp. 65-92.

NETO, Agostinho.

1977. Quem é o inimigo? Qual é o nosso objetivo? Lisboa: Edições Maria da Fonte.

1977. Relatório do Comitê Central ao 1º Congresso do MPLA. Lisboa: Avante.

1979. Discursos do Camarada Presidente Antônio Agostinho Neto. Luanda: Departamento de Educação Político-Ideológica de Propaganda e Informação do Comitê Central do MPLA-PT.

NETO, Ana Maria.

1991. Industrialização de Angola: Reflexão sobre a experiência da administração portuguesa, 1961-1975. Lisboa: Echer.

NETO, Maria da Conceição.

1996. Le peuple angolais: une histoire qui uit e qui divise. Antipodes. Bruxeles: Iteco. pp. 12-18.

1992. As Fronteiras por Dentro da Nação: Divisões Étnicas, Sócio-Econômicas e Sócio-Políticas numa Perspectiva Histórica. Angola: A Crise e o Desafio Democrático. Luanda: ADRA: Programa Angola Canadá, agosto, 1992. p. 43-60. (Mimeo).

1991. Contribuições a um Debate sobre 'As divisões Étnicas' em Angola. Ciências Sociais - Textos de Análise II. Luanda: CODESRIA, Grupo de Trabalho Angola, nov. de 1991. p. 16-35.

NEWSOM, David D.

1992. After the Cold War: U.S. Interest In Sub-Saharan Africa. In: ROBERTS, Brad. U.S. Foreign Policy After the Cold War. Cambridge: MIT Press. p. 143-158.

NWOKEDI, Emeka.

1994. Violence and Democratization in Africa. Hamburg: Institut Fur Friedens for Schungund Sichrheits Politik, Universität Hamburg, abr.1994.

NZONGOLA, Ntajala.

1978. The U.S., Zaire and Angola. In: LEMARCHAND, René (ed.). American Policy in Southern Africa: The Stakes and the Stance. Washington, D.C.: University Press of America. p. 145-170.

OCKRENT, Cristine, MARENCHES, Conde de.

1988. No segredo dos deuses. Lisboa: Bertrand. 295 p.

OGUNBADEJO, Oye.

1981. Angola: Ideology and Pragmatism in Foreign Policy. International Affairs. /sl/sn/, nº 2, abr. 1981. p. 254-269.

1985. The International Policy of Africa's Strategical Minerals. London: Frances Pinter.

OGUW, U.

1986. Joy. Nigerian Foreign Policy: Alternative Futures. Lagos: The Nigerian Institute of International Affairs, Ibadan: Macmillan Nigeria Publishers.

OLIVEIRA, Mario Antônio Fernandes.

1962. Luanda, "Ilha" Crioula. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar.

1981. Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas (1834-1851). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

1987. À procura de uma identidade cultural angolana: do Liceu Salvador Correia à Sociedade Cultural de Angola. Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 6-7, jan-dez 1987. p. 179-194.

1990. Reler África. Coimbra: Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra.

OLLAPALLY, Deepa.

1993. The South Looks North: The Third World Order. Current History. sl/sn/, abr. 1993.

OMARI, Abillah.

1995. Causes and Perention of Coups in Southern Africa. Southern African Perspectives-A Working Paper Series. Centre of Southern African Studies, University of the Western Cape. Jun. 1995.

ORTIZ, José M.

1979. Angola: Un Abril como Girón. Havana: Ed. Política.

OSAGHAE, Eghosa.

/sd/. Ethnicity in Africa or African Ethnicity. In KINYANJUI, Kabiru, MBURUGU, Edward (ed.) African Perspectives on Development, Controversies, Dilemmas e Openings. Nairobi: E.A.E.P.

OTAYEK, René.

1986. La Politique Africaine de la Libye (1969-1985). Paris: Karthala.

OTTAWAY, David.

1979. Africa: U.S. Policy Eclipse. Foreign Affairs. vol. 58, nº 3. p. 637-658.

PACHECO, Carlos.

1990. José da Silva Maia Ferreira: O Homem e sua Época. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

PACHECO, Fernando.

1996. "Si la société civile est un 'chaos créatif', où trouver mieux que sur le marché angolais?" Antipodes, Bruxelas: Iteco, pp. 42-50.

PALANQUE, Luis.

1995. Angola: Um País Fabuloso. Luanda: Ed. Do Autor.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES (PORTUGAL).

1976. A Revolução Angolana em Debate. Lisboa: Editorial Divul.

PASQUINO, Gianfranco.

1991. Crise Internaonal. In: BOBBIO, N. et al. Dicionário de Política. Brasília: UnB. vol. 1, p. 305-306.

PASSOS, Carlos de Faro.

1990. Estrutura e Desenvolvimento Industrial de Angola. Luanda.

PATRÍCIO, José.

1997. Angola — EUA: Os caminhos do bom senso. Prefácio de VAN-DÚNEM, Fernando França. Luanda: Ed. Executive Center. 264 p.

PEARSON, Ruth.

1992. Cuba's double jeopardy. The Bulletin of the Atomic Scientists. /sl/sn/, vol. 48, nº 10, dez. 1992.

PELLET, Alain.

1995. Les Nations Unies: Textes Fondamentaux. Paris: PUF.

PÉLISSIER, René.

1978. La Colonie du Minoutaure: Nationalismes e Révoltes en Angola (1926-1961). Orgeval (França), Ed. Do Autor.

1979. L'Afrique Lusophone: problèmes et perspectives. Afrique Contemporaine. L'Afrique Lusophone (1ª parte). /sl/sn/, nº 106, nov-dez. 1979 (número especial). p. 1-4.

1987. Angola, Mozambique: des Guerres Interminables et Leurs Facteurs Internes. Hérodote. Paris, jul-set 1987. p. 83-107.

PEPETELA.

1952. A Geração da Utopia. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

1990. Luandando. Porto: Elf Aquitaine Angola.

PEREIRA, Anthony W.

1993-94. "Angola's 1992 election: a personal view". Camões Center Quarterly. Universidade de Columbia, vol. 5 (nºs 1 e 2). pp. 1-8.

1994. The Neglected Taragedy; The Return to War in Angola — 1992-3. Jornal of Modern African Studies. Cambridge University Press. p. 1-28.

PEREIRA, José Maria Nunes.

1987. "O apartheid e as relações Brasil-África do Sul". Estudos Afro-Asiáticos 14. Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Rio de Janeiro). pp. 32-53.

1992. Angola: A Transição para a IIª República: dados básicos. Rio de Janeiro. (mimeo).

1992. As Relações Estado-Partido-Administração Pública e Sociedade. In: FUNDAP. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa — Reflexões sobre História, Desenvolvimento e Administração. São Paulo: Fundap. p.75-84.

1993. África Austral: Integração e Perspectivas Pós-Apartheid. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval. Curso de Política e Estratégia Marítimas, março de 1993. (mimeo).

1994. A Intervenção Cubana em Angola: autonomia relativa e voluntarismo político. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA. (mimeo).

1996. "Aspects of South African foreign policy in Latin America". *In*: Pinheiro Guimarães (Ed.) South Africa and Brazil — Risks and opportunities in the turmoil of globalisation. Brasília: CNPQ — IPRI. pp. 175-190.

PERKINS, Edward J.

1989. The Seedlings of Hope: U.S. Policy in Africa. Department of State Bulletin. /sl/sn/, vol. 89, nº 2149, ago. 1989. p. 69-72.

PETERSON, David L.

1994. Debunking Ten Myths About Democracy in Africa. The Washington Quarterly. Washington. p. 129-141.

PIACENTINI, Pablo.

1981. Angola: Reportagem nos Campos de Batalha. Cadernos de Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, nº 39, dez. 1981.

PIAME-OLOLO, Nono Tutula.

1982. Bipolarisation Internationale et l'affaire angolaise: Etude retrospective. Le moi en Afrique. Paris, mar-abr. 1982.

PINTO, António Costa.

1992. O Salazarismo e o Fascismo Europeu — problemas de interpretação nas ciências sociais. Lisboa: Editorial Estampa. 148 p.

PINTO, Marcelo Bittencourt Ivair.

1993. A questão étnica e racial nas eleições angolanas. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, nº 25. p. 225-250.

PISANI, Francis.

1990. A Cuba, tout changer pour que rien ne change. Le Monde Diplomatique, Paris, nº 435, jun. 1990, p. 4.

PLANO, Jack C, OLTON, Roy.

1988. The International Relations Dictionary. Santa Barbara: ABC-CLIO, Oxford: Clio Press.

POLITICAL HANDBOOK OF THE WORLD.

1991. New York: CSA Publication. p.605-623.

PRICE, Robert M.

1987. South Africa and Afro-Marxism: Pretoria's Relations with Mozambique and Angola in Regional Perspective. *In*: KELLER, E.J., ROTHCHILD, D.(eds.). Afro-Marxist Regimes: Ideology and Public Policy. Boulder: Lynne Rienner. p. 257-277.

PRUNIER, Gérard.

1985. La Guerre aérienne sur la frontière Angola-Namibie. Politique Africaine n°17. Politique Urbaine. Paris, mar. 1985. p. 143-145.

PUAUX, François.

1989. La Politique Internationale des années quatre-vingt: de Reagan à Gorbatchev. Paris: PUF.

PURCEL, Susan Kaufman.

1992. Collapsing Cuba. Foreign Affairs. New York: Concil on Foreign Relations Inc., vol. 71, n° 1. p. 130-145.

QUEIRÓS, Cícero.

199-. Angola — outubro de 1992: um passo para o abismo. [s.l.: in] : [199-]. 215 p.

QUEIROZ, Artur.

1978. Angola dos 25 de abril ao 11 de novembro: a via agreste da liberdade. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro, n° 13, mai. 1978.

RAMOS, Dália (ed.).

1989. La Paz de Cuito Cuanavale: documentos de un proceso. Havana: Editora Política.

RATLIFF, William.

1989. "Política Militar Cubana en el Africa Subsahariana". Revista Occidental — Estudos Latinoamericanos, Ano 6, nº 2. pp. 139-162.

RÊGO, Victor de Cunha, MORAIS, João M. Tito.

1962. Angola Através dos Textos. São Paulo: Ed. Felman-Rêgo.

RELA, José Manuel Zenha.

1992. Angola: Entre o Presente e o Futuro. Lisboa: Escher, Agropromotora.

REPÚBLICA DE ANGOLA.

S/d. Processo Negocial para a Paz no Sudeste de África. Luanda: Palavra e Ação 2.

1991. Acordo para a Paz para Angola. Luanda: MINFA.

1994. Lei Constitucional da IIª República. Luanda: MCS.

1994. Regulamento Geral de Funcionamento das Estruturas do MPLA. Regulamento das Comissões de Disciplina e Auditoria. Regulamento de Aplicações de Sanções Partidárias. Luanda.

1995. Protocolo de Lusaka. Paz Angola. Luanda.

REPÚBLICA DE ANGOLA — MINISTÉRIO DA CULTURA.

1993. Os Periódicos como Fonte de Pesquisa Histórica: A Imprensa Escrita de Angola do século XIX. Luanda: Arquivo Nacional, nov. 1993.

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA — Ministério da Defesa.

/sd/. Ministério da Informação. Angola Rumo à Independência. Tomada de Posse do Governo de Transição de Angola (31/1/75). Luanda.

1977. A Observação Monográfica de uma Zona. Luanda: Cadernos Frente Cultural 1ª série, nº v 3.

1978. Tudo Pelo Povo! Tudo Pela Independência! Tudo Pelo Socialismo!. Luanda, set. 1978.

1980. O Papel do Mercenarismo na Política Imperialista de Desestabilização. Luanda, Set. 1980.

1987. Programa de Saneamento Econômico e Financeiro. Luanda, out. 1987.

1988. FAPLA: Baluarte da Paz em Angola. Departamento de Agitação e Propaganda da DPN/FAPLA. Paris: Berger-Levrault International.

1989. Síntese do Plano de Recuperação Econômica a Nível Global para o Biênio 1989/1990. Luanda.

1993. Comunicação à Nação Feita dia 16 de setembro de 1993 por sua Exelência o Presidente da República de Angola, José Ed dos Santos. Luanda: Actos e Factos, nº 5.

1993. Programa de Redimensionamento Empresarial e de Privatizações. Luanda: Gabinete de Redimensionamento Empresarial — GARE.

RIBAS, Marinela.

1997. "Estudos sobre a economia angolana". Ngola — Revista de Estudos Sociais (Luanda), I (1). pp 291-300.

RIBEIRO, Orlando.

1961. A Colonização de Angola e seu Fracasso. Lisboa: Estudos Portugueses.

RICH, Paul.

1992. United States Foreign Policy and the Front Line States of Southern Africa. International Affairs Bulletin. Johannesburgo, vol. 16, nº 2. p. 52-64.

ROBERTS, Brad.

1992. U.S. Foreign Policy After the Cold War. Cambridge: MIT Press.

ROCHA, Alves da.

1996. Le passage de l'Angola à la économie de marché enrichir que est déjà enrichir. Antípodas. Bruxelles: Iteco. pp. 53-58.

ROCHE, Jean-Jacques.

1994. Théories des Relations Internationales. Paris: Montchrestien.

RODRIGUES, Maria Guadalupe Moog.

1989. A Igreja Católica em Contexto de Crise: O caso de Angola. Dissertação de Mestrado-IUPERJ, Rio de Janeiro. (mimeo).

1990. As Relações Estados Unidos-Angola: Estudo do processo decisório na crise angolana. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, nº 19. p. 181-203.

RODRÍGUEZ, Limbania Jimenez.

1985. Heroínas de Angola. Havana: Editorial de Ciências Sociais. 85 p.

ROLO, José Manuel.

1986. Redescobrir a África. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

ROPOVIA, Marc-Louis.

1994. Géopolitique de l'Intégration en Afrique Noire. Paris: L'Harmattan.

ROQUE, Fátima.

1994. Angola: Em nome da esperança — o meu deoimento. Venda Nova: Bertrand. 194 p.

ROQUE, Fátima et al.

1988. Seis Portuguesas em Terras da UNITA. Venda Nova: Bertrand Ed..

ROSENAU, James N.(ed.).

1969. International Politics and Foreign Policy: a reader in resaerch and teory. New York, London: The Free Press.

ROTHCHILD, Donald, HARTZELL, Caroline.

1991. Great and Medium Power Meditation: Angola. The ANNALS of American Academy. /sl/sn/, nº 518, nov. 1991. p. 39-57.

RUFIN, Jean-Christophe.

1991. L'empire et les nouveaux barbares. Paris:J-C Lattès.

RWEYEMAMU, Justinian F.

1992. Third World Options. Power, Security and the Hope for Another Development. Sar es Salaam (Tanzania): Publishing House.

SAINT-PAUL, Marc Aicard de.

1984. La politique africaine des États-Unis. Paris: Economica.

SANTOS, Eduardo.

/sd/. MAZA: Elementos de Etno-História para a interpretação do terrorismo no noroeste de Angola. Lisboa: MCMLXV.

SANTOS, Fernando Barciela.

1975. Angola na Hora Dramática da Descolonização. Lisboa: Prelo Editora.

SANTOS, Fernando Pacheco.

1994. Democracia e Sociedade Civil em Angola. XIIª Conferência Internacional de Lisboa sobre Democracia e Integração no Espaço de Língua Portuguesa: 1974-1994. Fundação Calouste Gulbenkian/ Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Lisboa: 12-14 dezembro de 1994. p. 12.

SANTOS, José Eduardo dos.

1981. Relatório do Comitê Central ao Iº Congresso Extraordinário do MPLA-PT. Luanda: Secretariado do Comitê Central. 106 p.

SANTOS JR., Manuel Piedade dos.

199-. Gestão ambiental. [S.l: in] : [199-]. 95 p.

SARAPU, Valdir Carlos.

1988. "Angola: poder popular e estado". Cadernos de Educação Popular 14 — África atual: três histórias, várias questões. Petrópolis: Vozes. pp. 45-74.

SARDENBERG, Ronaldo M.

1983. A política externa do Brasil nas duas últimas décadas. Curso de Introdução às Relações Internacionais, Brasília: UnB, Unidade VI. p.63-80.

SATO, E et al.

1993. A Ordem Internacional depois da Guerra Fria: Os países periféricos no processo de ajustamento em curso. Caxambu: ANPOCS, out. 1993. (Mimeo).

SAUL, John S.

1991. From Thaw to Flood: the end of the Cold War in Southern Africa. Review of African Political Economy, nº 50, /sl/: Roape Publications, 1991. p.141-158.

SCHELLING, Thomas C.

1986. Stratégie du Conflit. Paris: Presses Universitaires de France.

SCHRADER, Peter J.

1995. Africa-USA: The Clinton administration's Africa policies, some comments on continuity and change at mid-term. Centre d'étude d'Afrique Noire — CEAN L'Afrique Politique 1995. Paris: Karthala. p. 47-72.

SCHWAB, George (ed.).

1978. Ideology and Foreign Policy: a global perspective. New York: Cyrco Press.

SEILER, Jonh (ed.).

1980. Southern Africa since de Portuguese Coup. Westview Special Studies on Africa. Boulder: Westview Press.

SENACLENS, Pierre de.

1992. La politique Internationale. Paris: Armand Colin. 191 p.

SERRANO, Carlos.

1988. Angola: Nasce uma Nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.

1990. Angola: Discurso Autônomo. Revista de Africa y Medio Oriente, Havana: Centro de Estudios de Africa y Medio Oriente, vol. 7, nº 1. p. 33-42.

1991-92. Angola: O Discurso do Colonialismo e a Antropologia aplicada. África: Revista do Centro de Estudos Africanos: São Paulo: USP, nº 14-15. p. 15-36.

1992. O Processo de Constituição dos Estados Nacionais e as Questões Culturais. In: FUNDAP. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa — Reflexões sobre História, Desenvolvimento e Administração. São Paulo: Fundap. p. 85-102.

1995. A Luta de Libertação Nacional na África de Língua Portuguesa e a Crise do Fascismo Português. In: COGGIOLA, Osvaldo. Espanha e Portugal: O Fim da Ditaduras. São Paulo: Xamã. p. 99-110.

SHUBIN, Vladimir.

1995. Flinging the Dodds Open: Foreign Policy of the New South Africa. Southern Africa Perspectives-A Working Paper Series. Centre for Southern African Studies, University of Western Cape. Mai. 1995.

SILVA, Alvaro do O. da.

1991. Afrique Austral a la recherche d'une identité. Paris: L'Harmattan.

SMITH, Wayne S.

1986. A trap in Angola. Foreign Policy. /sl/sn/, n° 62, set. 1986. p. 61-74.

SMOUTS, Marie-Claude (dir.).

1994. L'ONU et la Guerre: La diplomatie en Kaki. Bruxelles: Éditions Complexe.

SOGGE, David (compilador).

1992. Sustainable peace — Angola's recovery. Harare (Zimbabwe): SARDC. 152 p.

SOMERVILLE, Keith.

1986. Angola: Politics, Economics and Society. London: Frances Printer, Boulder: Lynne Rienner.

1993. The Failure of Democracy Reform In Angola and Zaire. Survival, The IISS Quarterly, vol. 35, n° 3, set. 1993. p. 51-77.

SONDERMANN, Fred A., MELLELAN, David S. (Ed.).

1979. The Theory and Pretice of International Relations. London: Prentice-Hall International.

SOREMEKUN, Fola.

1983. "Instant Socialism": Angola's Approach to Development since Independence. Lusophone Areas Studies Journal. Ile-Ife: LUASA, n° 2, jul. 1983. p. 1-21.

1987. Angola. In: SHAW, T.M.et al (eds.). The Political Economy of Africa Foreign Policy. /sn/sl/.

1993. Angola: The Road to Independence. Ile-Ife (Nigeria): University of Ife Press.

SOTUMBI, Abiodun Olofemi.

1981. Nigeria's Recognition of the MPLA Government of Angola: a case study in decision-making and implementation. Lagos: Nigerian Institute of International Affairs, NIIA, Monograph Series, nº 9.

STEVENS, Christopher.

1976. The Soviet Union and Angola. African Affairs. /sl/sn/, vol. 75, nº 299, p. 137-151.

STOCKWELL, John.

1978. In Search of Enemies: A CIA Story. New York: W.W. Norton & Company.

SUTTNER, Raymond.

1995. Some Problematic Questions in Developing Foreign Policy after April 27 1994. Southern Africa Perspectives — A Working Paper Series. Centre for Southern African Studies, University of Western Cape. Jun. 1995.

TAIBO II, Paco Ignacio et alli.

1995. O ano que vivemos em lugar nenhum — A missão secreta de Che Guevara. São Paulo: Scritta. 290 p.

TELO, Antonio José.

1994. Economia e Império no Portugal Contemporâneo. Lisboa: Edições Cosmos.

TERRAY, Emmanuel (dir.).

1987. L'État Contemporain en Afrique. Paris: Ed. L'Harmattan.

TETIOKIN, Slava.

1991. Soviet Policy on South Africa: Past, Present and Future. Southern African Perspectives: a working paper series. Centre for Southern African Studies — University of Western Cape, nº 6, abr. 1991.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT.

1994. Angola, Country Profile: 1994-95. Londres. 67 p.

THE NIGERIAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS.

1980. Nigeria: Bulletin on Foreign Affairs. Lagos, Vol. 10, nº 3, mar. 1980.

THOMPSON, W. Scott.

1980. The African-American News in Soviet Strategy. *In*: ALBRIGHT, David (ed.). Communism in Africa. Bloomington, London: Indiana University.

THORNTON, Thomas Perry.

1986. The Challenge to U.S. Policy in the Third World: Global Responsibilities and Regional Devolution. London: Westview Press.

TORRES, Adelino.

/sd/. O Império Português entre o Real e o Imaginário. Lisboa: Escher.

1991. (coord.) et al. Portugal-PALOP: As Relações Económicas e Financeiras. Lisboa: Escher.

TRAORÉ, Amadou

1992. Angola: les signes du renouveau. Le Courrier. Paris, nº 132, mar-abr. 1992, p. 11-14.

UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS (org.).

1990. Escritores, Literatura e Desenvolvimento. Cadernos Lavra e Oficina. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

UNITED NATIONS — DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION.

1995. The United Nations and the situation in Angola: may 1991-february 1995. New York: Reference Paper, fev. 1995.

VALENTA, Jiri.

1978. The Soviet Cuban Intervention in Angola, 1975. Studies in Comparative Communism. vol. 11, nº 1-2, 1978.

1980. Soviet Decision — Making on the Intervention in Angola. *In*: ALBRIGHT, David (ed.). Communism in Africa. Bloomington, London: Indiana University.

VALLES, Edgar.

1977. Apartheid em Crise. Odivelas, Edição do Autor.

VANNEMAN, P.

1985. Soviet Foreign Policy for Angola: The Brezhnev doctrine reconsidered. ISSUP — Strategic Review. Universiteit van Pretoria, jun. 1985.

VASCONCELOS, Álvaro.

1983. "Nacionalismo, marxismo e soviétismo". A África num mundo multipolar. Lisboa: IEEI — Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. pp. 57-72.

VELLOSO, J.P.R., MARTINS, L. (coord.) e al.

1993. A Nova Ordem Mundial em Questão. Rio de Janeiro: José Olímpio.

VENÂNCIO, José Carlos.

1991. Uanhenga Xitu: o Homem, o Político e o Escritor, uma Referência Obrigatória para a construção da Nação em Angola. Revista Crítica de Ciências Sociais. /sl/, nº 33, out. 1991. p. 217-227.

1987. Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana. Lisboa: Ulmeiro, col. Universidade nº 9.

VENÂNCIO, Moisés.

1994. The United Nations, Peace and Transition: Lessons from Angola. Lisboa: IEE Internacionais. 79 p.

VIAUD, Pierre.

1984. L'Afrique et la Guerre Nucleaire. Paris: Edlgeon.

VICENTE, São.

1994. Angola e África do Sul. Luanda: Lito Tipo.

1994. A Estabilização da Economia de Angola. Luanda: Lito Tipo.

VIGEVANI, Tullo.

1994. Realismo versus Globalismo nas Relações Internacionais. Lua Nova. nº 34, São Paulo. p. 5-26.

VINES, Alex.

1993. One Hand Tied: Angola and the UN. Londres: Catholic Institute for International Revolutions.

VINÍCIUS, Marco, SALDANHA, Maria João.

1997. Jonas Savimbi: Um desafio à ditadura comunista em Angola. /SI/. Ed. Armasilde.

VIZENTINI, Paulo G.F. (org.).

1992. A Grande Crise: A Nova (des)Ordem Internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis (RJ): Vozes.

WALLERSTEIN, Immanuel.

1986. Africa and Modern World. Trenton, New Jersey: Africa World Press.

WENDZEL, Robert L.

1977. Relações Internacionais. Brasília: UnB.

WHEELER, Douglas L.

1972. Origins of African Nationalism In Angola: Assimilado Protest Writings, 1859-1929. In: CHILCOTE, Ronald H.(eds.). Protest and Resistance in Angola and Brazil. Berkeley: University of California Press. p. 67-87.

1976. Angola and the U.S. Foreign Policy. New Hampshire Concil on World Affairs. Special Bulletin. Vol. 21, abr. 1976. 8 p.

1980. Portuguese Withdrawal from Africa, 1974-1975: The Angolan Case. In: SEILER, Jonh (ed.). Southern Africa since de Portuguese Coup. Westview Special Studies on Africa. Boulder: Westview Press.

WHEELER, Douglas L., PÉLISSIER, René.

1971. Angola. New York: Preeger Publishers. 296 p.

WIGHT, Martin.

1978. A Política do Poder. Brasília: UnB. 265 p.

WOHLFORTH, William C.

1994-95. Realism and the end of the Cold War. International Security. New York: International Security, v. 19, nº3. p. 91-129.

WOLFERS, Michael, BERGEROL, Jane.

1983. Angola in the Front Line. Londres: Zed Press. 238 p.

WOORTMANN, Klaas.

1974. O Colonialismo Português em Angola. Debate & Crítica. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, nº 3, jul. 1974. p. 27-60.

YERGIN, Daniel.

1993. O Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder. São Paulo: Ed Página Aberta. 932 p.

YOUNG, Andrew.

1980. The United States and Africa: Victory for Diplomacy. Foreign Affairs. Vol. 59, nº 3. p. 647-666.

ZACARIAS, Agostinho (ed.).

1991. Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral. Conferência Organizada em Maputo de 21 a 24 de maio de 1990. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais. 407 p.

ZARTMAN, I. William.

1990. La Résolution des Conflits en Afrique. Paris: L'Harmattan. 269 p.

ZORGBIBE, Charles.

1975. Les Relations Internationales. Paris: Presses Universitaires de France. 364 p.

1985. Textes de Politique Internationale Depuis 1945. Paris: PUF. 127 p.

1990. Dicionário de Política Internacional. Lisboa: Dom Quixote. 532 p.

1990. Política Externa. In: Dicionário de Política Internacional. Lisboa: Dom Quixote. p. 433-438.

1995. Historie des relations internationales 1945-1962. Paris: Hachette. 353 p.

1995. Histoire des Relations Internationales 1962 à nos Jours. Paris: Hachette. 465 p.

1996. O Pós-Guerra Fria no Mundo. São Paulo: Papyrus. 136 p.

